



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA  
COORDENAÇÃO ACADÊMICA DE GEOGRAFIA  
CENTRO ACADÊMICO DE GEOGRAFIA

## VI SEMANA DE GEOGRAFIA (SEMAGEO)

A GEOGRAFIA E A TRANSDISCIPLINARIDADE:

*DIVERSIDADE(S), INCLUSÃO E QUESTÕES AMBIENTAIS*

### I SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA DO SEMIÁRIDO:

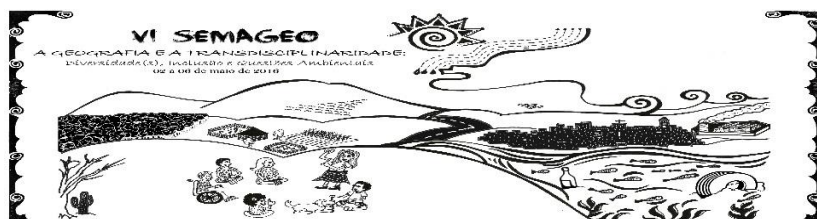
*ÁGUAS - DA GESTÃO AO IMAGINÁRIO*

02 a 06 de maio de 2016



**PROGRAMAÇÃO E CADERNO DE RESUMOS E TRABALHOS COMPLETOS**

Cajazeiras – PB  
Maio de 2016



## PROGRAMAÇÃO E CADERNO DE RESUMOS E TRABALHOS COMPLETOS

SITE: <https://semageoufcg.vpeventos.com/>

### COMISSÃO ORGANIZADORA

#### **Coordenação Geral:**

Professora Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo – UNAGEO/CFP/UFCG

Professor Dr. Josué Pereira da Silva – UNAGEO/CFP/UFCG

Professor Dr. Santiago Andrade Vasconcelos – UNAGEO/CFP/UFCG

Professora Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves – UNAGEO/CFP/UFCG

Professora Me. Maria da Glória Vieira Anselmo – UNAGEO/CFP/UFCG

Professora Me. Mariana Borba de Oliveira – UNAGEO/CFP/UFCG

Pierre Campos Medeiros – CAGEO / CFP / UFCG

Maglandyo da Silva Santos – CAGEO / CFP / UFCG

#### **Comissão Científica:**

Professora Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo – UNAGEO/CFP/UFCG

Professor Dr. Josué Pereira da Silva – UNAGEO/CFP/UFCG

Professor Dr. Santiago Andrade Vasconcelos – UNAGEO/CFP/UFCG

Professora Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves – UNAGEO/CFP/UFCG

Professor Dr. Josias de Castro Galvão – UNAGEO/CFP/UFCG

Professor Dr. Aloysio Rodrigues de Sousa – CAG/UNAGEO/CFP/UFCG

Professora Dra. Jacqueline Pires G. Lustosa – CAG/UNAGEO/CFP/UFCG

Professor Me. Marcos Assis Pereira de Souza – UNAGEO/CFP/UFCG

Professor Dr. Marcelo Henrique de Melo Brandão – UNAGEO/CFP/UFCG

Professor Me. Henaldo Moraes Gomes – UNAGEO/CFP/UFCG

Professor Me. Aldo Gonçalves de Oliveira – UNAGEO/CFP/UFCG

Professora Me. Maria da Glória Vieira Anselmo – UNAGEO/CFP/UFCG

Professora Me. Mariana Borba de Oliveira – UNAGEO/CFP/UFCG

Professora Micaelle Amancio da Silva – UNAGEO/CFP/UFCG

**Secretaria geral:**

Pierre Campos Medeiros – CAGEO / CFP / UFCG

Maglandyo da Silva Santos – CAGEO / CFP / UFCG

**Tesouraria:**

Mismana Moraes Moura – CAGEO / CFP / UFCG

Pierre Campos Medeiros – CAGEO / CFP / UFCG

**Equipe de monitoria:**

Pierre Campos Medeiros – CAGEO / CFP / UFCG

Maglandyo da Silva Santos – CAGEO / CFP / UFCG

Jefferson Fernandes – CAGEO / CFP / UFCG

Kayame Leite Araújo – CAGEO / CFP / UFCG

**Comissão de Infraestrutura e Logística:**

Jefferson Fernandes – CAGEO / CFP / UFCG

José Joaquim – CFP / UFCG

Kayame Leite Araújo – CAGEO / CFP / UFCG

**Comissão de Cultura:**

Andreia Feitosa – CAGEO / CFP / UFCG

Wilderlan Matos de Lima – CAGEO / CFP / UFCG

**Comissão de Comunicação:**

Maiara Felix – CAGEO / CFP / UFCG

Kayame Leite Araújo – CAGEO / CFP / UFCG

**Comissão de Patrocínio:**

Micaelle Amancio da Silva – UNAGEO / CFP / UFCG

Jefferson Fernandes – CAGEO / CFP / UFCG

Maria Lucine Tavares – CFP / UFCG

Micaela da Silva Targino – CFP / UFCG

**Realização:**

Centro de Formação de Professores – CFP/UFMG

Coordenação Acadêmica de Geografia – CAG/CFP/UFMG

Centro Acadêmico de Geografia – CAGEO

**Apoio:**

Universidade Federal de Campina Grande – UFG

Centro de Formação de Professores, *campus* Cajazeiras – CFP

Unidade Acadêmica de Geografia – UNAGEO

Unidade Acadêmica de Ciências Sociais – UACS

Unidade Acadêmica de Letras – UAL

Unidade Acadêmica de Educação – UAE

Unidade Acadêmica de Ciências da Vida – UACV

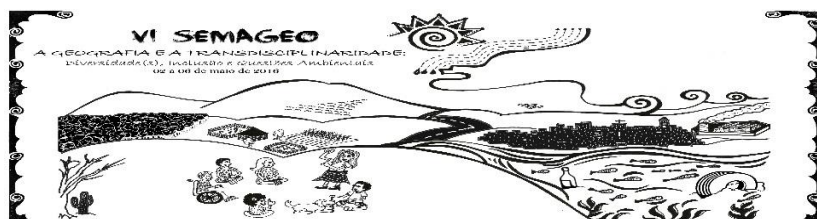
Unidade Acadêmica de Ciências Exatas e da Natureza – UACEN

Unidade Acadêmica de Enfermagem – UAENF

Programa de Monitoria do curso de Geografia – CFP / UNAGEO / UFG

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID / CNPq

Assessoria de Graduação do Centro de Formação de Professores – CFP – UFG.



## SUMÁRIO

<b>01. APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>06</b>
1.1 Histórico do Evento SEMAGEO .....	07
1.1.1 I Semana de Geografia .....	07
1.1.2 II Semana de Geografia.....	07
1.1.3 III Semana de Geografia.....	08
1.1.4 IV Semana de Geografia.....	08
1.1.5 V Semana de Geografia.....	09
<b>02. PROGRAMAÇÃO GERAL.....</b>	<b>11</b>
2.1 Conferências.....	12
2.2 Mesas Redondas.....	13
2.3 Minicursos.....	14
2.4 Oficinas.....	15
2.5 Exposições.....	16
<b>03. GRUPOS DE TRABALHOS.....</b>	<b>16</b>
GT1_____ Resumos...	17
GT1 _____ Comunicações Orais.....	38
GT2_____ Resumos...	11
GT2 _____ Comunicações Orais.....	5
GT3_____ Resumos...	
GT3 _____ Comunicações Orais.....	
GT4 - Questões Ambientais, Sociedade e Natureza - Resumos...	
GT4 - Questões Ambientais, Sociedade e Natureza - Comunicações Orais.....	
GT5_____ Resumos...	
GT5 _____ Comunicações Orais.....	
GT6. Práticas de Ensino em Geografia: currículo, pesquisas e metodologias - Resumos.....	
GT6 - Práticas de Ensino em Geografia: currículo, pesquisas e metodologias - Comunicações Orais.....	
GT7. Estágio Supervisionado e a Práxis na Formação Docente - Resumos.....	
GT7 - Estágio Supervisionado e a Práxis na Formação Docente – Comunicações Orais.....	

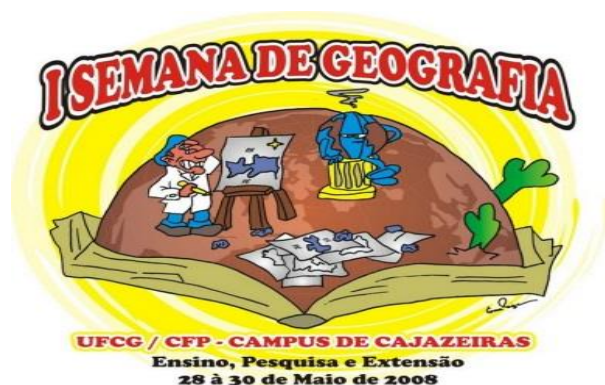


## APRESENTAÇÃO

O presente caderno apresenta a programação final e os resultados de publicações realizadas durante o evento da **VI SEMANA DE GEOGRAFIA (VI SEMAGEO)** intitulada ‘**A GEOGRAFIA E A INTERDISCIPLINARIDADE: DIVERSIDADE(S), INCLUSÃO E QUESTÕES AMBIENTAIS**’ e do **I SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA DO SEMIÁRIDO: ÁGUAS - DA GESTÃO AO IMAGINÁRIO**, os quais se realizaram no período de 02 a 06 de maio de 2016, no Centro de Formação de Professores (CFP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras-PB.

### 1.1 HISTÓRICO DO EVENTO SEMAGEO

#### I SEMANA DE GEOGRAFIA



A I Semana de Geografia constituiu-se como projeto idealizado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jacqueline Pires Gonçalves, auxiliada pelos alunos de graduação de Licenciatura em Geografia, *Campus Cajazeiras*, da Universidade Federal de Campina Grande, com o tema: ‘**O Ensino, à Pesquisa e à Extensão**’. Objetivou a realização de debates, palestras e mesas-redondas, os quais expuseram à realidade existente nos cursos de licenciatura como um todo, tanto no âmbito do CFP/UFCG, como nas demais Instituições de Ensino Superior (IES), possibilitando extrapolar os limites existentes entre a Unidade Acadêmica, os Docentes e Discentes, em prol de uma Universidade mais justa e igualitária, e pela aproximação entre o Ensino Básico e o Ensino Superior. A primeira edição, realizada entre os dias

28 e 30 de maio de 2008, criou e consolidou o Evento contribuindo para à expansão de eventos semelhantes em outros cursos de graduação do CFP/UFCG.

## II SEMANA DE GEOGRAFIA



O sucesso da primeira edição da SEMAGEO implicou na sua continuidade e ampliação da mesma, considerando a participação massiva do corpo discente comprometido com a conjuntura organizacional e estrutural do Curso e do Evento. Realizada no período de 16 e 19 de junho, do ano de 2009, a II Semana de Geografia, teve como tema **‘30 Anos de Geografia no Centro de Formação de Professores – Perspectivas e Reflexões’**, onde, professores e alunos puderam apresentar relembrar e celebrar as experiências vivenciadas nas três décadas consideradas, no CFP/UFGC, para que assim, fosse proposto, elaborado e posto em prática novos sistemas de ideias.

## III SEMANA DE GEOGRAFIA



O CAGEO, juntamente com uma Comissão Científica composta pelos professores Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Jacqueline Pires Gonçalves, Prof. Dr. Josenilton Patrício Rocha, Prof. Me. Henaldo Moraes Gomes, Prof. Dr.<sup>o</sup> Josias de Castro Galvão e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Luíza Schwarz, complementada por um grupo de alunos, realizaram a III SEMAGEO consolidando a importância do Evento realizado no período de 05 a 08 de outubro de 2010. A temática aludida na III SEMAGEO, **‘Água: Usos, Escassez e Conflitos’**, externou-se através de minicursos, palestras, mesas redondas e exposições, no intuito de



refletir acerca do papel da Geografia e sua contribuição para a conscientização da sociedade para uso racional da água.

#### IV SEMANA DE GEOGRAFIA



A IV Semana de Geografia, a última realizada no CFP/UFCCG realizou-se no período de 26 a 30 de setembro de 2010 apresentando a temática ‘O Espaço Semiárido Nordestino: mudanças e permanências’, justificada pela inserção do Campus Cajazeiras no Semiárido Nordeste, importando, desta forma no debate contextualizado; por conseguinte no conhecimento aprofundado acerca das realidades locais/regional.

#### V SEMANA DE GEOGRAFIA



A realização da V Semana de Geografia (SEMAGEO), se deu numa maior expressividade e abrangência, desta vez, incluindo além de debates e mesas-redondas, as conferências, apresentação de trabalhos em banner e comunicação oral, minicursos, oficinas, aulas de campo e exposição de fotografias. A V SEMAGEO apresentou como tema: ‘**A Geografia e Seus Múltiplos Olhares Sobre O Espaço**’, propondo um debate transdisciplinar pautado na diversidade dos sujeitos na composição, transformação, construção, reconstrução do espaço geográfico.



## VI SEMANA DE GEOGRAFIA



Após cinco edições da SEMAGEO, realizamos a VI Semana de Geografia (SEMAGEO), a partir de um Projeto idealizado para viabilizar um Evento de maior abrangência, diversidade e significância, capaz de incluir além de debates, mesas-redondas, conferências, apresentação de trabalhos em banner e comunicação oral, minicursos, oficinas, aulas de campo, exposição de fotografias e, a criação da **I SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA DO SEMIÁRIDO: ÁGUAS, DA GESTÃO AO IMAGINÁRIO**.

Neste Seminário destacamos a água como elemento essencial à vida. Contudo, nas últimas décadas a quantidade e a qualidade desse bem natural tem sido intensamente comprometida. As formas de gestão adotadas dos setores Público e Privado, quanto sua utilização como insumo para a produção agrícola, pecuária e industrial, além do acesso e saneamento básico, podem desencadear conflitos sociais e econômicos em escalas local e regional, configurando-lhe importância estratégica.

A espacialização dos recursos, dos territórios, suas especificidades e tecnologias apropriadas podem contribuir para a qualidade de vida. Por outro lado, a idéia de interdependência, associação ao dom da vida, da influência espiritual compreendem elementos presentes no imaginário popular.

Podemos considerar que a participação da Sociedade nas decisões e direcionamentos das Políticas de Uso e Gestão Hídrica, além de uma forma efetiva de resistência a ingerência de determinados grupos organizados, constitui um exercício da democracia. Portanto, abordar a *gestão das águas incluindo aspectos do imaginário e o contexto do Semiárido*, guarda em si, a importância da atualidade.

A VI SEMAGEO apresenta o tema: **‘A Geografia e a Transdisciplinaridade: Diversidade(s), Inclusão e Questões Ambientais’**, quando se realizou um debate transdisciplinar pautado na diversidade dos sujeitos que o fazem, assim como no reconhecimento da(s) diversidade(s) destes como possibilidade de alargarmos o debate acerca da necessidade de reconhecimento e

valorização dessas diversidades, com o objetivo de inclusão. Por outro lado, nosso interesse pautou-se nas questões relacionadas ao ambiente como lócus de vivência e de relações sociais de produção, travadas entre os seres humanos, na natureza e, com esta.

Para a realização de mais uma SEMAGEO contamos com o apoio integral do corpo docente e discente do CFP/UFCG, envolvendo não apenas a comunidade acadêmica do CFP/UFCG, mas também pesquisadores, professores da Educação Básica e da Educação Superior, estudantes, a sociedade civil organizada, para discutir/refletir a Geografia e a transdisciplinaridade com vistas ao reconhecimento das diversidades, inclusão e interpretação do ambiente local/mundial.

A geografia e seus múltiplos olhares sobre o espaço; a cidade e seus múltiplos olhares; as múltiplas abordagens sobre gênero e população; a pesquisa em geografia: o Semiárido como referência; as distintas metodologias da pesquisa no ensino de geografia; as contradições e perspectivas do ensino de geografia, a pesquisa e a formação docente; diversidades de territórios, resistências e contradições; e, os caminhos de implantação de pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão, dentre outros temas, compuseram o rol de debates propostos para as mesas redondas e conferências.

No tocante aos minicursos várias temáticas foram abordadas a exemplo de novas e distintas metodologias e recursos didáticos, especialmente relacionados as novas tecnologias no ensino inter/transdisciplinar, as questões relacionadas à água, aos recursos hídricos, a relação campo-cidade e a degradação ambiental. Contudo, a apresentação de banners e comunicações orais nos Grupos de trabalhos (GT's) e a publicação de artigos e trabalhos completos de pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, nos Anais do evento contemplou seis, dos sete eixos de estudo propostos no âmbito da Ciência Geográfica e afins.

Complementando a VI SEMAGEO propomos a exposição de livros e de produtos e manifestações culturais locais/regionais.

## **OBJETIVOS**

- Fortalecer um espaço de diálogo e científico entre pesquisadores, acadêmicos, professores das redes pública e privada de ensino, representantes do Estado e da sociedade civil organizada, acerca das dinâmicas de discussão/reflexão sobre a Geografia e a transdisciplinaridade: diversidade(s), inclusão e ambiente;
- Possibilitar ao público interessado debaterem temas relativos à problemática da ciência geográfica, da transdisciplinaridade, diversidade(s), inclusão e questões ambientais;

- Refletir e dar visibilidade à formação docente;
- Promover a interatividade entre distintos cursos de licenciatura do CFP/UFCG e de outras áreas deste Centro.

## **PÚBLICO**

Participaram 51 mediadores de mesas, minicursos e oficinas, além de 287 participantes inscritos diretamente relacionados às atividades de formação docente em Geografia e outros cursos de Licenciatura, como estudantes de graduação e pós-graduação, professores da Educação Básica e do Ensino Superior das redes municipal, estadual, federal e particular; além de pesquisadores, técnicos e a sociedade civil organizada.



## PROGRAMAÇÃO GERAL

<b>Data</b>	<b>Horário</b>	<b>Atividade</b>
<b>02/05</b>	07h00min às 12h00min	Credenciamento
	14h00min às 17h30min	
	19h00min às 22h00min	
	07h30min às 12h00min	I Seminário de Geografia do Semiárido
	19h00min às 19:20min	Cerimonial de Abertura
	14h00min às 18h00min	Minicurso de 01 a 15
	19h20min às 21h00min	Conferência De Abertura
	A partir das 21h00min	Atividade Cultural
<b>03/05</b>	07h00min às 10h00min	Credenciamento
	07h00min às 12h00min	Mesa Redonda 01 e 02
	14h00min às 18h00min	Minicurso de 01 a 15
	19h00min às 22h00min	Mesa Redonda 03 e 04
<b>04/05</b>	07h00min às 12h00min	Mesa Redonda 05 e 06
	14h00min às 18h00min	Oficina de 01 a 10
	19h00min às 22h00min	Mesa Redonda 07 e 08
<b>05/05</b>	07h00min às 12h00min	Aula de Campo de 01 a 04
	14h00min às 18h00min	Oficina de 01 a 10
	19h00min às 20h30min	Mesa Redonda 09
	A partir das 21h00min	Atividade Cultural no NEC
<b>06/05</b>	07h 00min às 10h00min	Mesa Redonda 10
	14h00min às 17h00min	Apresentação de Trabalhos e Banners
	19h15min	Conferência de Encerramento
	21h00min	Cerimonial de Encerramento



## SEGUNDA-FEIRA (02/05)

07h00min

<b>07h00min às 1h00min</b>	<b>CRENCIAMENTO</b>
<b>13h00min às 17h30min</b>	
<b>19h00min às 22h00min</b>	
<b>MANHÃ</b>	<b>Adriana, Sinval, Heverton, Rodolfo, Oraldo e Klynsnann</b>
<b>TARDE</b>	<b>Micaela Targino</b>
<b>NOITE</b>	<b>Leandro, Betania, Walmir, Evaristo, Jackeline, Genilson, Wagner, Wylly e Ayane</b>
<b>Local:</b>	<b>Sala de Reuniões da UAL</b>

## 2.1.CONFERÊNCIAS

07h30min às 12h00min

<b>I SEMINÁRIO DE GEOGRAFIA DO SEMIÁRIDO ÁGUAS, DA GESTÃO AO IMAGINÁRIO</b>	
<b>MEDIADOR</b>	Prof. Dr. Josué Pereira da Silva (UNAGEO/CFP/UFCG)
<b>PALESTRANTE 02</b>	Prof. Dr. Pedro Costa Guedes Vianna (UFPB)
<b>MONITORIA:</b>	<b>Micaela e Mismana</b>
<b>Local:</b>	<b>Auditório CFP</b>

19h00min

<b>LOCAL:</b> Auditório Central	<b>ABERTURA DA SEMAGEO</b>	
<b>19h00min às 20h00min</b>	<b>CERIMONIAL DE ABERTURA</b>	Composição da Mesa
<b>20h00min</b>	<b>Lançamento de Livro</b>	Hall do Auditório
<b>20h00min às 21h30min</b>	<b>A GEOGRAFIA E A TRANSDISCIPLINARIDADE: DIVERSIDADE(S), INCLUSÃO E QUESTÕES AMBIENTAIS</b>	Profa. Dra. Sônia Maria de Lira (Geografia/UFCG) Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias (UAE/UFCG) Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias (UAE/UFCG)
<b>21h00min</b>	<b>ATIVIDADE CULTURAL</b>	Banda Influenza (CFP/UFCG)
<b>MONITORIA</b>	<b>Elimara e Wirnaide</b>	
<b>Local:</b>	<b>Auditório CFP</b>	

SEXTA-FEIRA (06/05)

19h30min

<b>CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO TRABALHO DE CAMPO E TRANSDISCIPLINARIDADE</b>	
<b>APRESENTAÇÃO</b>	Prof. Dr. Josué Pereira da Silva (UNAGEO/CFP/UFCG)
<b>PALESTRANTE</b>	Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso (UFPB)
<b>MONITORIA</b>	<b>Wirnaide, Alcilene e Genilson</b>
<b>Local:</b>	<b>Auditório CFP</b>

21h00min

<b>CERIMONIAL DE ENCERRAMENTO</b>	
<b>PRESIDÊNCIA</b>	Prof. Dr. Josué Pereira da Silva (UNAGEO/CFP/UFCG)
<b>Local:</b>	<b>Auditório CFP</b>



## 2.2. MESAS REDONDAS

### MESAS REDONDAS

TERÇA-FEIRA (03/05)

07h30min às 09h30min – MESA REDONDA 01

<b>DIRETRIZES CURRICULARES PARA REFORMULAÇÃO DO PPP</b>	
<b>MEDIADOR</b>	Prof. Dr. Josenilton Patrício Rocha (UNAGEO/CFP/UFMG)
<b>PALESTRANTE 01</b>	Prof Dr Wiamma de Jesus Freitas Lopes (UAE/CFP/UFMG)
<b>MONITORIA</b>	<b>Kayame e Jefferson</b>
<b>Local:</b>	<b>Auditório CFP</b>

10h00min às 12h00min – MESA REDONDA 02

<b>EDUCAÇÃO: INCLUSÃO E DIVERSIDADES</b>	
<b>MEDIADORA</b>	Profa. Dra. Ivanalda D. N. Di Lorenzo (UNAGEO/CFP/UFMG)
<b>PALESTRANTE 01</b>	Profa. Me. Maria Geane de Lima Ferreira (UAE/CFP/UFMG)
<b>PALESTRANTE 02</b>	Profa. Dra. Sônia Maria de Lira (Geografia/UFMG)
<b>MONITORIA</b>	<b>Kayame e Jefferson</b>
<b>Local:</b>	<b>Auditório CFP</b>

19h00min às 20h30min – MESA REDONDA 03

<b>RELAÇÃO CIDADE-CAMPO</b>	
<b>MEDIADORA</b>	Prof. Dr. Josias de Castro Galvão (CFP/UFMG)
<b>PALESTRANTE 01</b>	Prof. Dr. Gleydson Pinheiro Albano (Caicó/UFRN)
<b>PALESTRANTE 02</b>	Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias (UAE/UFMG)
<b>PALESTRANTE 03</b>	Profa Phd Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (PPGG/UFPB)
<b>MONITORIA</b>	<b>Solange e Rosângela</b>
<b>Local:</b>	<b>Auditório CFP</b>



20h45min às 22h15min – MESA REDONDA 04

<b>GEOGRAFIA E SAÚDE</b>	
<b>MEDIADORA</b>	Educanda Valcylene (CFP/UFCG)
<b>PALESTRANTE 01</b>	Dra. Andréia Cristina Campigotto (UACV/CFP/UFCG)
<b>PALESTRANTE 02</b>	Prof. Dr. Josenilton Patrício Rocha (UNAGEO/CFP/UFCG)
<b>PALESTRANTE 03</b>	Dr. Henrique Gonçalves Dantas Medeiros (UACV/CFP/UFCG)
<b>MONITORIA</b>	<b>Solange e Rosângela</b>
<b>Local:</b>	<b>Auditório CFP</b>

QUARTA-FEIRA (04/05)

07h30min às 09h30min – MESA REDONDA 05

<b>ESPAÇO URBANO: MEMÓRIA, INCLUSÃO E MEIO AMBIENTE</b>	
<b>MEDIADOR</b>	Prof. Dr. Santiago de Andrade Vasconcelos (UNAGEO/CFP/UFCG)
<b>PALESTRANTE 01</b>	Prof. Dr. Luís Eugênio Pereira Carvalho (UACEN/UFCG)
<b>PALESTRANTE 02</b>	Profa. Dra. Ana Rita Uhle (UACS/CFP/UFCG)
<b>PALESTRANTE 03</b>	Prof. Dr. Josué Pereira da Silva (UNAGEO/CFP/UFCG)
<b>MONITORIA</b>	<b>Jonas e Alia</b>
<b>Local:</b>	<b>Auditório CFP</b>

10h00min às 12h00min – MESA REDONDA 06

<b>PESQUISAS E PRÁTICAS TRANSDISCIPLINARES</b>	
<b>MEDIADORA</b>	Profa. Me. Maria da Glória Vieira Anselmo (UNAGEO/CFP/UFCG)
<b>PALESTRANTE 01</b>	Rosinângela Cavalcanti da Silva (UACEN/CFP/UFCG)
<b>PALESTRANTE 02</b>	Prof. Dr. Valter Ferreira Rodrigues (UACS/CFP/UFCG)
<b>MONITORIA</b>	<b>Jonas e Alia</b>
<b>Local:</b>	<b>Auditório CFP</b>

19h00min às 20h30min – MESA REDONDA 07

<b>MOVIMENTOS SOCIAIS NA ATUAL CONJUNTURA POLÍTICA</b>	
<b>MEDIADORA</b>	Prof. Dr. Santiago de Andrade Vasconcelos (UNAGEO/CFP/UFCG)
<b>PALESTRANTE 01</b>	Profa. Élide Helena Lima (LPJ de João Pessoa)
<b>PALESTRANTE 02</b>	Profa. Me. Sofia Dionizio Santos UACV/CFP/UFCG (MMM)
<b>PALESTRANTE 03</b>	Gilmar Felipe Vicente (MST)
<b>MONITORIA</b>	<b>Rosângela, Genilson e Wirnaide</b>
<b>Local:</b>	<b>Auditório CFP</b>

20h45min às 22h15min – MESA REDONDA 08

<b>O PIBID NO ÂMBITO DO CFP/UFCG, A FORMAÇÃO DOCENTE E A PARCERIA UNIVERSIDADE-ESCOLA</b>	
<b>MEDIADORA</b>	Profa. Dra. Iveralda D. N. Di Lorenzo (UNAGEO/CFP/UFCG)
<b>PALESTRANTE 01</b>	Prof. Dr. Fábio Ferreira de Medeiros (Coord. Institucional do PIBID/UFCG)
<b>PALESTRANTE 02</b>	Profa. Dra. Rose Maria Leite de Oliveira (UAE/CFP/UFCG)
<b>PALESTRANTE 03</b>	Educando Robson Vieira Silva (PIBID de Física - CFP/UFCG)
<b>MONITORIA</b>	<b>Rosângela e Genilson</b>
<b>Local:</b>	<b>Auditório CFP</b>

QUINTA-FEIRA (05/05)

19h00min às 20h30min – **MESA REDONDA 09**

<b>O FAZER-SE PROFESSOR NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE CRIANÇAS, JOVENS E ADULTOS: OS CÂNONES E A REALIDADE DA FORMAÇÃO DOCENTE</b>	
<b>MEDIADORA</b>	Profa. Me. Mariana Borba de Oliveira (UNAGEO/CFP/UFCG)
<b>PALESTRANTE 01</b>	Prof. Dr. Tiago Paz e Albuquerque (UAE/CFP/UFCG)
<b>PALESTRANTE 02</b>	Prof. Dr. Antônio Carlos Pinheiro (PPGG/UFPB)
<b>MONITORIA</b>	<b>Santana, Ayane e Wirnaide</b>
<b>Local:</b>	<b>Auditório CFP</b>

SEXTA-FEIRA (06/05)

07h30min às 10h00min – **MESA REDONDA 10**

<b>A ESCOLA COMO PRÁXIS, ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA</b>	
<b>MEDIADORA</b>	Profa. Dra. Iveralda Dantas Nóbrega Di Lorenzo (UNAGEO/CFP/UFCG)
<b>PALESTRANTE 01</b>	Profa. Cícera Cecília Esmeraldo Alves (UNAGEO/CFP/UFCG)
<b>PALESTRANTE 02</b>	Profa. Dra. Rosemere Olímpio Santana (UACS/CFP/UFCG)
<b>PALESTRANTE 03</b>	Profa. Andréia Braga de Oliveira (Gerente Regional de Ensino)
<b>MONITORIA</b>	<b>Adriana e Heverton</b>
<b>Local:</b>	<b>Auditório CFP</b>



## 2.3 MINICURSOS

SEGUNDA-FEIRA E TERÇA-FEIRA (02/05 e 03/05)

14h00min às 18h00min

<b>MINICURSO</b> <b>01</b>	<b>LITERATURA REGIONAL NO ENSINO DE HISTÓRIA</b>	<b>VAGAS:</b> <b>25</b>
	Prof. Dr. Isamar Lôbo Gonçalves (UACS/CFP/UFCG)	
<b>MONITORIA</b>		
<b>Local</b>	<b>CA1 207</b>	

<b>MINICURSO</b> <b>02</b>	<b>TRABALHANDO COM O CORDEL NO ENSINO</b>	<b>VAGAS:</b> <b>25</b>
	Profa. Dra. Rosilene de Melo (UACS/CFP/UFCG) Prof Elinaldo Braga (Dr. CFP/UFCG)	
<b>MONITORIA</b>	Alcilene Rodrigues da Silva	
<b>Local</b>	<b>CA1 208</b>	

<b>MINICURSO</b> <b>03</b>	<b>A PAISAGEM COMO ELEMENTO DE ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO</b>	<b>VAGAS:</b> <b>25</b>
	Prof. Me. Henaldo Moraes Gomes (UNAGEO/CFP/UFCG)	
<b>MONITORIA</b>	Klynsmann Herbert de Carvalho Morais	
<b>Local</b>	<b>CA1 209</b>	

<b>MINICURSO</b> <b>04</b>	<b>A ÁFRICA: ENTRE MARGINALIDADES E EMERGÊNCIAS, OS CONTRASTES DO ESPAÇO AFRICANO</b>	<b>VAGAS:</b> <b>25</b>
	Prof. Dr. Paulo Sérgio (UFCG Campina Grande)	
<b>MONITORIA</b>	Wagna Cristina Ferreira Moura	
<b>Local</b>	<b>CA1 308</b>	

<b>MINICURSO</b> <b>05</b>	<b>A LINGUAGEM FÍLMICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA</b>	<b>VAGAS:</b> <b>25</b>
	Prof. Dr. Hélio Ázara de Oliveira (Filosofia/CFP/UFCG)	
<b>MONITORIA</b>	Andressa Sarmiento da Silva	
<b>Local</b>	<b>Bloco de História 101</b>	

<b>MINICURSO</b> <b>06</b>	<b>TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO PARA O ESTUDO DO LUGAR</b>	<b>VAGAS:</b> <b>25</b>
	Profa. Dra. Lireida Maria Albuquerque Bezerra (URCA)	
<b>MONITORIA</b>	Sinval Gomes de Abrantes Júnior	
<b>Local</b>	<b>Bloco de História 102</b>	

<b>MINICURSO</b> <b>07</b>	<b>FOTOGRAFIA E ENSINO DE GEOGRAFIA OU CROCHÊ DE RUA</b>	<b>VAGAS:</b> <b>25</b>
	Profa. Akene Shionara Cardoso da Silva (UFPB) Profa. Marina da Silva Teixeira (UFPB) Profa. Sílvia Profa. Bruna	
<b>MONITORIA</b>	Kayame Leite de Araújo	
<b>Local</b>	<b>Bloco de História 103</b>	

<b>MINICURSO</b> <b>08</b>	<b>GOOGLE EARTH</b>	<b>VAGAS:</b> <b>25</b>
	Educando Lucas (CFP/UFCG) Educando Joaquim (CFP/UFCG)	
<b>MONITORIA</b>	Jonas Siebra de Lima	
<b>Local</b>	<b>Bloco de História 104</b>	

<b>MINICURSO</b> <b>09</b>	<b>A UTILIZAÇÃO DE ÁREAS VERDES ESCOLARES COMO CENÁRIOS PARA INCLUSÃO ATRAVÉS DE ATIVIDADES SENSORIAIS</b>	<b>VAGAS:</b> <b>25</b>
	Educanda Jackeline Batista de Lima (UACEN/CFP/UFCG) Educando Wandeson Wily Alves Bezerra Ferreira (UACEN/CFP/UFCG)	
<b>MONITORIA</b>	Franklin Erik	
<b>Local</b>	<b>CA1 304</b>	

<b>MINICURSO</b> <b>10</b>	<b>GEOMORFOLOGIA APLICADA À ARQUEOLOGIA</b>	<b>VAGAS:</b> <b>25</b>
	Prof. Dr. Marcelo de Melo Brandão (UNAGEO/CFP/UFCG)	
<b>MONITORIA</b>	José Valmir Pereira de Sousa	
<b>Local</b>	<b>Bloco Sonrisal 106</b>	

<b>MINICURSO</b> <b>11</b>	<b>A CLIMATOLOGIA GEOGRÁFICA E A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DIGITAIS</b>	<b>VAGAS:</b> <b>25</b>
	Prof. Dr. Aloysio Rodrigues de Sousa (UNAGEO/CFP/UFCG)	
<b>MONITORIA</b>	Rodolfo Norberto de Macedo	
<b>Local</b>	<b>Bloco Sonrisal 107</b>	

<b>MINICURSO</b> <b>12</b>	<b>CARTOGRAFIA TEMÁTICA</b>	<b>VAGAS:</b> <b>25</b>
	Prof. Dr. Leonardo Figueiredo Meneses -	
<b>MONITORIA</b>	Alia Mirles Alves Pinheiro	
<b>Local</b>	<b>CA1 302 – não ocorreu</b>	

<b>MINICURSO</b> <b>13</b>	<b>INTERDISCIPLINARIDADE EM ESTUDOS DE IMPACTOS AMBIENTAIS E AS NOVAS TIC'S</b>	<b>VAGAS:</b> <b>25</b>
	Prof. Dr. Luciano Sales (UACEN/CFP/UFCG) Educandos do PIDIB de Química	
<b>MONITORIA</b>	Charliane Ferino de Menezes	
<b>Local</b>	<b>CA1 303 – não ocorreu</b>	

<b>MINICURSO</b> <b>15</b>	<b>LITERATURA CANGACEIRA: A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS E MEMÓRIAS HISTÓRICAS</b>	<b>VAGAS:</b> <b>25</b>
	Educando Guerhansberger Taylor Augusto Sarmiento (UACS/CFP /UFCG) Profa. Dra Ivalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo (CFP/UFCG)	
<b>MONITORIA</b>		
<b>Local</b>	<b>CA1 305</b>	



## 2.4 OFICINAS

QUARTA-FEIRA (04/05) e QUINTA-FEIRA (05/05)

14h00min às 18h00min

<b>OFICINA 01</b>	<b>O LÚDICO E O DIDÁTICO: O FANZINE COMO PROPOSTA DE RECURSO INTEGRADOR</b>	<b>VAGAS: 20</b>
	Educanda Hannah Olga (CFP/UFPA) Educando Maglandyo da Silva Santos (CFP/UFPA)	
<b>MONITORIA</b>	Wirnaide Maria Rolim Espejo	
<b>Local</b>	Central de Laboratório UAENF 207	

<b>OFICINA 02</b>	<b>PRODUÇÃO DE OBJETOS EDUCACIONAIS</b>	<b>VAGAS: 20</b>
	Educanda Lucine Tavares (CFP/UFPA) Educanda Maria Auxiliadora (CFP/UFPA) Educanda Micaela Targino (CFP/UFPA)	
<b>MONITORIA</b>	Maiara Félix Fernandes	
<b>Local</b>	CA1 208	

<b>OFICINA 03</b>	<b>EDUCAÇÃO INCLUSIVA E USO DE MAQUETES PARA DEFICIENTES VISUAIS AUDITIVOS</b>	<b>VAGAS: 20</b>
	Prof. Dr. Josué Pereira da Silva (UNAGEO/CFP/UFPA) Profa. Me. Maria Geane de Lima Ferreira (UAE/CFP/UFPA) Educanda Mismana Morais Moura (CFP/UFPA) Educanda Joana Dark Venceslau (CFP/UFPA) Msc David Abreu Alves (PPGG/UFPA) Profa. Marlene (CFP/UFPA) Francisca Clenilda Pereira Dantas (CFP/UFPA)	
<b>MONITORIA</b>	Jefferson Santos Fernandes	
<b>Local</b>	Miniáuditorio CA1	

<b>OFICINA 04</b>	<b>FUNDAMENTOS DE MICROPEDOLOGIA</b>	<b>VAGAS: 20</b>
	Profa. Dra. Jacqueline Pires Gonçalves Lustosa (UNAGEO/CFP/UFPA)	
<b>MONITORIA</b>	Jucier Ricarte Saraiva	
<b>Local</b>	CA 2 209	

<b>OFICINA 05</b>	<b>OFICINA DE PRODUÇÃO DE LIVROS DE PANO</b>	<b>VAGAS: 20</b>
	Profa. Dra. Zildene Francisca Pereira (CFP/UFCG)	
<b>MONITORIA</b>	Andressa Sarmento da Silva	
<b>Local</b>	CA1 308	

<b>OFICINA 06</b>	<b>A FÍSICA NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO</b>	<b>VAGAS: 20</b>
	Prof. Me. Gustavo Alencar Figueiredo (CFP/UFCG) Educandos do PIBID de Física	
<b>MONITORIA</b>	Genilson Oliveira Costa Silva	
<b>Local</b>	Bloco de História 101	

<b>OFICINA 07</b>	<b>MÚLTIPLAS LINGUAGENS NO ENSINO DE GEOGRAFIA</b>	<b>VAGAS: 20</b>
	Profa. Me. Lireida Maria Albuquerque Bezerra (URCA) Profa. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves (UNAGEO/CFP/UFCG)	
<b>MONITORIA</b>	Ana Elizabeth Jerônimo da Silva	
<b>Local</b>	Bloco de História 102	

<b>OFICINA 08</b>	<b>LITERATURA DE CORDEL COMO LINGUAGEM NO ENSINO</b>	<b>VAGAS: 20</b>
	Profa. Dr. Maria de Lourdes D. Santos (UAL/CFP/UFCG) Profa. Rosilene Melo (UACS/CFP/UFCG) Educando Roberto Ferreira (História/CFP/UFCG)	
<b>MONITORIA</b>	Oraldo Ryk Lourenço Leite	
<b>Local</b>	Bloco de História 103	

<b>OFICINA 09</b>	<b>A EDUCAÇÃO EM SISTEMAS PRISIONAIS: HISTÓRICO, LIMITES E POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO PAUTADA NA RESSOCIALIZAÇÃO</b>	<b>VAGAS: 20</b>
	Educando Franklin Herik Soares de Matos Lourenço (Biologia/CFP/UFCG) Educanda Solange Gonçalves dos Santos (Biologia/CFP/UFCG)	
<b>MONITORIA</b>	Sinval Gomes de Abrantes Júnior	
<b>Local</b>	Bloco de História 104	

<b>OFICINA 10</b>	<b>CROCHÊ DE RUA: EXPERIÊNCIAS, INTERVENÇÕES E A URBANIDADE</b>	<b>VAGAS: 15</b>
	Profa. Akene Shionara (UFPB) Profa. Marina (UFPB) Profa Silvia Profa Bruna	
<b>MONITORIA</b>		
<b>Local</b>	CA1 302	





## AULAS DE CAMPO

QUINTA-FEIRA (05/05)

07h00min às 12h00min – **AULA DE CAMPO 1**

### **Integração da Bacia do Rio São Francisco**

Prof. Dr. Aloysio Rodrigues de Sousa (UNAGEO/CFP/UFPA)
Prof. Dr. Santiago Vasconcelos (UNAGEO/CFP/UFPA)
<b>MONITORIA</b> Sinval Gomes de Abrantes Júnior

07h00min às 12h00min – **AULA DE CAMPO 2**

### **Parque Vale dos Dinossauros - Sousa - PB**

Prof. Dr. Josué Pereira da Silva (UNAGEO/CFP/UFPA)
<b>MONITORIA</b> Charliane Ferino de Menezes

07h00min às 12h00min – **AULA DE CAMPO 3**

### **Reservatório Hídrico de Boqueirão - Cajazeiras - PB**

Prof. Dr. Marcelo Henrique de Melo Brandão (UNAGEO/CFP/UFPA)		
<b>MONITORIA:</b> Kaiame Leite Araujo		
<b>Local</b>		

07h00min às 12h00min – **AULA DE CAMPO 4**

### **Assentamento Frei Beda**

Profa. Dra. Iveralda Dantas Nóbrega Di Lorenzo (UNAGEO/CFP/UFPA)
<b>MONITORIA</b> Jefferson Santos Fernandes - não ocorreu



## 2.5 EXPOSIÇÕES

**Durante todo o evento nos espaços de circulação da UNAGEO**

**EXPOSIÇÃO TEMÁTICA DE FOTOGRAFIAS**

**Durante todo o evento nos espaços de circulação da UNAGEO/UACS/UACEN**

**EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS E DISTINTAS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS**

**EXPOSIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE LIVROS PELA EDITORA  
'EXPRESSÃO POPULAR'**



## GRUPOS DE TRABALHO

SEXTA-FEIRA (06/05)

14h00min às 17h00min

<b>GRUPOS DE TRABALHO</b> APRESENTAÇÕES DE ARTIGOS E RESUMOS EM BANNER	
<b>MONITORIA</b>	
<b>Locais:</b>	<b>CA1 207, 208, 209 e 308</b>

### GRUPOS DE TRABALHO

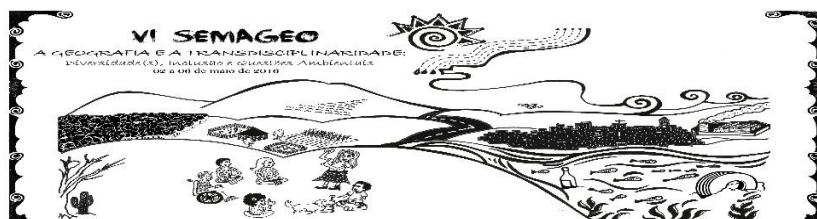
A VI SEMAGEO reuniu aspectos que refletem a pluralidade de estudos sobre a geografia e a transdisciplinaridade: diversidade (s), inclusão e questões ambientais nos Grupos de Trabalhos (GT's). Nesses GT's diversos temas, pesquisas e opções teórico-metodológicas tiveram espaço para apresentações e debates. Além disso, esses espaços possibilitaram o encontro de pesquisadores que estudam o mesmo tema, e colocou em contato diferentes níveis de estudo (estudos de iniciação científica, pesquisas de graduação e pós-graduação, grupos de pesquisa, práticas de ensino, dentre outros). Para isso, propusemos quatro eixos temáticos, quais sejam: I – Educação e Ensino de Geografia; II – Epistemologia da Geografia; III – Dinâmicas Naturais; IV - O Espaço Semiárido; desdobrados nos seguintes Grupos de Trabalhos (GT's):

- |  |
|--|
| <p>GT 1. Abordagens Teórico-Metodológicas da Geografia</p> <p>GT 2. Estado, Políticas Públicas e Dinâmicas Migratórias (<b>Não houve inscritos</b>)</p> <p>GT 3. Educação contextualizada, Cultura(s) e Diversidade(s)</p> <p>GT 4. Questões Ambientais, Sociedade e Natureza</p> <p>GT 5. Campo e Cidade: Resistências e Transformações dos/nos Espaços Agrário e Urbano Brasileiros</p> <p>GT 6. Práticas de Ensino em Geografia: currículo, pesquisas e metodologias</p> <p>GT 7. Estágio Supervisionado e a Práxis na Formação Docente</p> |
|--|

## TRABALHOS E RESUMOS APRESENTADOS POR GRUPOS DE TRABALHOS

### GT 1. ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA GEOGRAFIA

#### COMUNICAÇÕES ORAIS



### A EXPERIÊNCIA GEOGRÁFICA DO LUGAR NA CONSTRUÇÃO SUBJETIVA DE UMA NARRATIVA SERIADA: UMA REFLEXÃO CONCEITUAL

Fábio Rodrigo Fernandes Araújo  
Mestrando em Ciências Sociais e Humanas pelo PPGCISH/UERN  
fernandes.herodoto@ig.com.br

Rosalvo Nobre Carneiro  
Prof Drº do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas-PPGCISH/UERN  
rosalvoncarneiro@gmail.com

#### RESUMO:

Este artigo objetiva discutir como a narrativa seriada em uma acepção social e cultural simbólica pode ser construída através de seus personagens, histórias, e técnicas cênicas através da experiência geográfica delugar. Para tanto este é estruturado em dois tópicos, o primeiro será uma híbrida revisão conceitual dos termos narrativa seriada e lugar a ser feito em produções científicas nas áreas disciplinares de comunicação social e geografia. O segundo é uma reflexão sobre como a narrativa seriada pode se construir subjetivamente por meio da experiência geográfica do lugar. Sendo assim este texto se faz necessário como uma contribuição epistemológica nos debates realizados no saber interdisciplinar de linguagem, mídia e poder, sobre a construção do sujeito em termos identitários e representacionais através de meios comunicacionais, como televisão e internet, jornalismo e publicidade, para sim fazer com que nas ciências sociais e humanas, haja uma compreensão crítica do papel destas sobre as experiências geográficas e sociológicas, de como pode ser construído objetivamente e subjetivamente as expressões sociais e culturais de vida dos seus atores artífices no mundo. E portanto de acordo com isto, a narrativa seriada, se institui como condição de existência de um diálogo interdisciplinar entre linguagem, mídia e poder, para que haja a formação de um novo tipo de linguagem científica que fale sobre os fenômenos sociais como lógicas fundantes da vida humana, através de sua manifestação existencial como espaço das emoções, símbolos e das identidades, isto é, o lugar.

**Palavra-Chave:** Lugar. Vida. Narrativa Seriada.

## 1 INTRODUÇÃO

A narrativa contemporânea da tv em seu formato ficcional contínuo e seriado, está sendo constantemente arquitetada sobre uma reestruturação conceitual e epistemológica dentro das ciências humanas e sociais, como uma categoria de estudos interdisciplinar que visa analisar a construção de um narrar ficcional do cotidiano através da experiência social e simbólica do espaço geográfico representado em imagem como algo a ser compreendido como um novo meio visual de compreender e interpretar a contingência do ser como artífice do pertencer e viver do espaço vivenciado e lembrado, ou seja, o lugar.

Nesta perspectiva, se objetiva fazer um artigo científico que discuta como a narrativa seriada em uma acepção social e cultural simbólica pode ser construída através de seus personagens, histórias, e técnicas cênicas na forma de uma experiência geográfica real-irreal do sujeito para com seu meio espacial cotidiano, na condição deste como reflexo formador de suas ações e reações a ele como lugar, ou seja, um tipo de espaço a ser vivenciado e pertencido e reconhecido por ele dentro de uma narrativa seriada como elemento constitutivo de sua identidade e memória das suas terras vividas ou imaginadas.

Para tanto, se interpretara esta experiência geográfica do lugar dentro de uma narrativa seriada, como uma criação subjetiva dos sujeitos em cenas quanto quem assim a estas, na medida em que as espacialidades representadas pelos personagens televisivos, são experiências geográficas arquitetadas por meios de impressões simbólicas, corporais e sociais, movimentados por estes numa temporalidade narrativa que lhes faz criar um espaço geográfico como outro personagem colaborador da trama televisiva na condição de uma geograficidade da experiência e existência do ser criado por roteiros e movimentos de câmera, criando assim os lugares geográficos no e para a narrativa seriada numa constante rede temporal e contínua –descontínua de relações entre os atores, objetos e ações que compõe este espaço apresentado, representado e criado na tv em formato narrativo.

Diante disto, deve-se argumentar sobre quais experiências geográficas do lugar, pode ser construída uma nova percepção subjetiva, epistemológica e simbólica de uma narrativa seriada, mediada pela formação social e cultural dos seus meios espaciais narrativas por meio do tempo e experiência existencial em cena de seus atores em cena, como os objetos, as representações imagéticas de paisagens geográficas concretas e os movimentos de corpo e fala dos personagens reais, criados e recriados na história apresentada.

A partir daí, este trabalho é estruturado em dois principais tópicos. O primeiro será uma híbrida revisão conceitual dos termos narrativa seriada e lugar a ser feito em produções científicas

nas áreas disciplinares de comunicação social e geografia. O segundo é uma reflexão sobre como a narrativa seriada pode se construir subjetivamente por meio da experiência geográfica do lugar em histórias em conjunto com seus personagens televisivos.

Diante disto, esta produção científica através destes dois parâmetros, se referênciada como uma pesquisa documental, isto é, um estudo que visa analisar e interpretar a narrativa seriada e sua construção subjetiva pela experiência geográfica do lugar, através de documentos textuais, ou seja, textos científicos das Ciências Sociais e Humanas. Sobre como a categoria epistemológica do lugar, estar inserida numa construção teórica, do referido tipo de obra audiovisual.

Para tanto, não se usará como objetos empíricos deste estudo, não construções imagéticas, sobre esta narrativa audiovisual, como por exemplo novelas, séries ou minisséries. Mais sim argumentos autorais sobre este tipo de texto imagético, a ser fundamentado por sua respectiva discussão bibliográfica.

Portanto, este texto científico se faz necessário como uma contribuição epistemológica nos debates realizados no saber interdisciplinar de linguagem, mídia e poder, sobre a construção do sujeito em termos identitários e representacionais através de meios comunicacionais, como televisão e internet, jornalismo e publicidade, para sim fazer nas ciências sociais e humanas, haja uma compreensão crítica do papel destas sobre as experiências geográficas e sociológicas, de como pode ser construído objetivamente e subjetivamente as expressões sociais e culturais de vida dos seus atores artífices no mundo.

## **2 DA NARRATIVA SERIADA AO LUGAR: POR UM POSSÍVEL HIBRIDISMO INTERPRETATIVO-CONCEITUAL**

A narrativa televisiva denominada de seriada, é significada pela perspectiva de Machado (2000, p. 83) como sendo um tipo de segmento de uma programação feito para ser possivelmente diário, semanal ou mensal, e que tem formato de apresentação para o público televisivo de uma forma serializada, descontínua e fragmentada, ou seja, ela é estruturada pelo enredo da trama contada em capítulos ou episódios, em que cada um destes segmentos são vistos são separados por dia ou horário e subdividido, “por sua vez em blocos menores, separados uns dos outros por breaks para entrada de comerciais ou de chamadas para outros programas”.

Neste sentido, a narrativa seriada se divide em três principais tipos. O primeiro são do tipo concebidos por uma trama única e linear durante todos os capítulos, que é chamada de construção teleológica, por esta concentrada em situações cênicas básicas, que só se resolveram nos últimos

partes da trama. O segundo é do tipo cuja história se dar mais em series ou minisseries, porque tem uma independencia com começo, meio e fim, que se fecham na propria ficção seriada, só repetindo os personagens e enredos. O terceiro é o caso que na trama seriada se preserva somente a essência da história do episódio, só modificando além da narrativa, os personagens, atores, cenários, diretores e roteiristas (MACHADO, 2000, p. 84).

Para tanto, a narrativa seriada pode ser afirmada segundo uma “estética da repetição”, isto é, uma forma de se contar uma história televisiva, na qual se predomina as repetições em termos de roteiro, situações cenicadas e tipos de tecnicas de filmagem, para assim se obter a atenção do expectador televisivo, com elementos narrativos que são ao mesmo tempo repetitivos ou não, como o mesmo tipo de tema da trama, as mesmas mudanças desta, e também “ o entrelaçamento de situações diversas” contidas durante o desenvolvimento narrativo dela, como bem nos pode lembrar Machado (2000, p. 90).

Desse modo, ela tem que ser elencada conceitualmente como uma construção simbolica de quem a assisti quanto dos sujeitos que a produzem, por intermédio de sua classificação feita a partir de seu carater ficcional enquanto produto televisivo, com suas características formais e elementos concernentes a seu tipo de narrativa, como “tratamento de material, unidade, tipos de trama e subtrama, maneiras de criar, apresentação e desenvolvimentos de personagens, etc” (PALLOTINI, 1998 apud MACHADO, 2010, p. 15).

Como argumenta Pallotini (1998, p. 64) isto se projeta de acordo com a introdução de novos elementos narrativos a trama, para assim manter o interesse do público nesta, na qual se torna longa por meio da inserção ondulatória de novos conflitos, tramas e personagens durante o desenvolvimento da narrativa, para de imediato manter a perspectiva de curiosidade e empatia do expectador televisivo.

Isto é teorizado, pela concepção de um mundo vivido-imagético, por experiências sociais únicas e específicas, que arquitetam a construção de um espaço cênico, pelos personagens da narrativa seriada como uma espacialidade evidenciada como sendo resultado de um significação ampla de lugar, isto é, um construção geográfica construída por quem ver e monta este tipo de trama visual citada, a partir de uma constante rede de relações sociais dos sujeitos que organizam os contextos narrativos em um tela televisiva numa acepção imaginária geográfica do real, destituído de unicidade, mais sim de pluralidade social e cultural numa constante “constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num lócus particular” (MASSEY, 2000, p. 184).

Isto por sua vez, se circunscreve, sob a perspectiva de uma trama televisiva que esta em constante fluxo e movimento nas ações e reações de seus personagens e objetos criados pela consciência criativa de seus roteiristas, para apresentar e representar espaços geográficos de



sociabilidade humana diferentes entre si quanto para os outros que o observam no mundo além tela de tv, convergindo para a concepção conceitual que as espacialidades da experiência do social inelutáveis desta meio televisual de criação de novas realidades concretas.

Massey (2000, p. 184) o chama de o lugar geográfico, enquanto processo de formação das relações, ações e experiências humanas sobre um espaço sem fronteiras, devidamente fluido e, com múltiplas identidades definidas por seus respectivos conflitos políticos e culturais, a ser produzida e reproduzida por uma história que está indelevelmente em transição, na qual a experiência do lugar em uma narrativa seriada é a mistura contextualizada entre as relações sociais globais e as locais que lhe servem de inspiração.

Para tanto, como lembra Santos (1996) este se utiliza de um circuito de relações sociais subjetivas entre si como um próprio leitor das obras televisuais para com seus principais construtores na forma de narrativa seriada, a saber, diretores, produtores, roteiristas e atores para gestar a criação de um lugar, na qual é mesurado por uma relações sociais entre estes atores humanos, em formato verticalizado e horizontal, que se passa em um conjunto de experiências relacionais internas e externas dos sujeitos em espaços geográficos distintos.

Isto impera segundo Moreira (2007, p. 60), em uma sequência de contiguidade e nodosidade do ser social, sobre o espaço que se constrói como narrativa seriada, na qual a contiguidade, seria o plano que congrega as relações sociais internas, num único ponto do espaço como lugar, e a nodosidade seria o plano que articula as relações externas com sua contraparte interna numa contiguidade, em que assim o campo relacional humano mediado pela narrativa seriada, se torna um híbrido geográfico do lugar visto como a fusão entre a horizontalidade e verticalidade do social.

Neste interlúdio, ver-se a narrativa seriada como um mundo formado por geografias do lugar, em que esta:

[...] são pequenos mundos: o sentido do mundo, no entanto, pode ser encontrado explicitamente na arte mais do que na rede intangível das relações humanas. Lugares podem ser símbolos públicos ou campos de preocupação (*fields of care*), mas o poder dos símbolos para criar lugares depende, em última análise, das emoções humanas que vibram nos campos de preocupação (TUAN, 1979, p. 479).

Em consonância a isto, Relph (1976, p. 42-43) nos evidencia uma geograficidade do lugar que pode ser aplicada a narrativa seriada, quando esta se torna um tipo de contexto narrativo da intencionalidade do personagem cênico e sua representação concreta, em relação aos objetivos que querem alcançar com seus objetos e eventos do cotidiano real e imaginário da tv, quando querem assim transformar determinado espaço imagético em alvo de uma intenção primordial, que se

arquiteta amplamente por seus objetos e significados, na condição de um lugar que são objetos em seu sentido original, que são fixos e tem traços fáceis de se identificar objetivamente e subjetivamente.

Holzer (1999) chamando o lugar de “centro de significados, e por extensão, um forte elemento de comunicação, de linguagem” está definido como um elemento espacial visível e invisível que está entre as tramas das narrativas seriadas e os seus referenciais reais, como um tipo de ponto espacial de relações humanas objetivas, subjetivas e intersubjetivas, que ocorrem nestas num tempo não linear e sempre transitório. Mas para isso, a narrativa seriada como lugar em seus meios cênicos, se postula a partir de Merrifield (1993, p. 525) como o espaço geográfico onde acontece a integração entre o vivido, o concebido e o percebido da vida apresentada e criada do ser social, diariamente nas histórias televisivas.

Neste sentido, a narrativa seriada tem que ser entendida como uma experiência geográfica do sujeito em relação ao espaço cênico-real que ele representa em formato episódico, contínuo-descontínuo como pertencente a sua própria experiência social-cultural sobre este espaço e suas significações, a sua vida, na condição de lugar, como bem delineia Tuan (2011) ao refletir que esta espacialidade, é apropriada pelo ser para evidenciar sua afetividade em relação à história contada e vivida através de suas relações, festas e movimentos corporais dos atores televisivos.

### **3 A NARRATIVA SERIADA ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA GEOGRÁFICA DO LUGAR : UMA REFLEXÃO EXPERIMENTAL**

A invenção contemporânea de uma narrativa seriada, com todas suas formas de narrar episódicas e serializadas das realidades cotidianas dos sujeitos, perpassa em sua gênese pela construção de uma experiência geográfica de teor existencial, em que atrela o desenvolver de sua trama, através dos mais distintos sentidos que são articulados aos espaços geográficos construídos pelo formas arquitetônicas montadas em um estúdio televisivo pelas equipe técnica e de roteirização de seus textos e subtextos ficcionais.

Para tanto, o lugar se instituiu subjetivamente na narrativa seriada, através das densidades afetivas vista em tela, por meio do uso corporificado que os atores das tramas televisivas fazem dos espaços cênicos que atuam, como ruas, casas, igrejas e prédios comerciais, através do modo como se manejam os objetos que compõe os lugares que articulam o seu próprio sentir, ver e pensar de seu pertencimento a si como aos processos de construção de identidade, ligada ao tempo linear e ao mesmo tempo não-linear que está contando determinada história.

Esse espaço-lugar das densidades afetivas são evidenciados nas narrativas seriadas como focos imaginários de identidade e significação simbólica de representação da realidade concreta, quando são tratados em cena como fraturas da própria continuidade de um contexto narrativo. Isso ocorre na medida em que o seu sentido enquanto lugar de uma determinada trama seriada é transferido de um espaço narrativo ao outro, por intermédio dos movimentos que câmera faz sobre estes, como ângulos, planos e cortes de filmagens entre uma passagem de cena ou episódio para outro, com o impulsionar primordial do diretor do próprio texto televisivo serializado, através de certas formas de se posicionar diante dos espaços narrativos televisivos que a câmera televisa projeta assim o sentido dos lugares apresentados de um escala mais ampla para particular, mostrando assim as identidades sociais e culturais diversas do lugar criadas e recriadas pelos roteiristas da narrativa seriada.

Nesse sentido, percebe-se que a construção de sentido e experiência social e simbólica da narrativa seriada, por meio da geografia do lugar, se opera por intermédio das formas e distancias de filmagem que a câmera televisiva usa para dar vivacidade e temporalidade real e irreal a trama seriada televisiva.

A câmera ao filmar o espaço representado em um episódio da narrativa seriada, por meio de um plano geral que mostra o cenário do enredo televisivo em suas partes centrais para este, evidência um contexto narrativo de lugar, que representa um sentido de espaço vivenciado pelo construir de tempos fluidos da própria história apresentada, como algo que será conflituosamente alegre ou triste,

A partir daí, dependendo do tipo de narrar serializado, a câmera sempre dará a perspectiva de sempre filmar estes espaços narrativos, com a expectativa de que eles existam como lugares de eventos inesperados e com nexos temporais fixos e ao mesmo tempo efêmeros para os próprios personagens das ficções seriadas, em seus eventos clímax a ser filmados individualmente ou coletivamente, em que a câmera espera sempre o que vai acontecer com eles, devido à passagem de tempo que constrói em velocidades vertiginosas, através de efeitos técnicos unidimensionais ou tridimensionais, a serem articulados em temporalidades distintas em uma narrativa seriada.

Sob o movimento de câmera travelling, que filma o espaço narrativo televisivo e seus personagens com o seu giro de cima para baixo, da esquerda para direita na cena ou no arco episódico filmado, e que mesmo sendo raramente usados, em uma narrativa seriada como foi o caso da série *Twinks Peaks*, ele projeta para o espectador de ficções televisivas, uma experiência de lugar na qual os personagens destas, estão em constante processo de procura dos seus espaços de pertencimento e de habitação.

E em decorrência deste referido movimento de câmera, ela guia os personagens para lugares que não são de sua vivencia narrativa, construindo assim um experiência espacial de tensões, na qual

os sujeitos representados não tem um sentido de identidade em relação ao lugar que está, mais sim de continua fase de fuga, preocupação e medo ao que lhe pode acontecer se não estiver no percurso para construir sua própria identificação em relação as espacialidades da narrativa seriada que está representando a si e aos outros.

O movimento de câmera panorâmica e tilt ou pan vertical de filmagem, pode ser visto na narrativa seriada, como o sentido definido que está em transição das emoções que constrói o caráter emocional do lugar do enredo televisivo seriado, mediante a ação que se articula neste quando se rompe com o paradigma continuado da história que está sendo contada, quando os personagens ou cenários desta promovem uma ação contra a normalidade narrativa vista, mediante reações violentas, a ser verbalmente ou corporalmente articuladas no clímax do episódio como um todo ou em focos de sua narrativa serializada, como a mudança de um cenário a outro, e quando parte ou morre algum personagem da próprio contexto narrativo, fazendo assim com que esse tipo de agir da câmera na tv, se torne assim construtor de um lugar geográfico, que muda os sentidos do espaço representado mediante a vontade de sentir de seus sujeitos imaginados ou referenciados, de que deve ter uma mudança nos lugares televisivos já vividos e temporalmente compreendidos pela subjetividade dos leitores de tv.

Em acordo com isto, outro elemento subjetivo da narrativa seriada, seriam os seus personagens, que com seus movimentos de corpo e fala em cena e também a vestimenta que usam, promove a construção de novas e plurais identidades de lugar a estes espaços experimentados por conflitos, celebrações, e práticas sociais imaginadas ou recriadas pelos atores de tv em sua praticidade cênica.

Para evocar identidades de lugar distintas nas produções televisivas seriadas, os personagens usam de um recurso corporal imprescindível para construir estas, que é o tipo de olhar e a respectiva posição deste no tocante ao lugar que estar, e o significado que ele tem para sua relação de alteridade com as outras ações, pessoas e objetos cênicos.

O olhar fixo nas partes vazias e mais amplas dos espaços narrativos familiares, como casas e escolas, denota a construção de um lugar identitário, onde o personagem televisivo dependendo da trama construída, pode se hibridizar a sua respectiva ambiência espacial em que atua, por meio da posição de olhar horizontal sobre esta, cujo significado seria de elemento simbólico para sua existência como um ser social criado pela trama seriada, para ser o pilar de uma experiência relacional a qual cria para representar o que seja a sua função nas narrativas seriadas.

Por outro lado este tipo de olhar se torna um ponto de desfocalização da identidade de lugar do personagem televisivo, quando este em determinadas produções seriadas, como séries policiais,

de espionagem e suspense, assumem uma postura calculista em relações de alteridade, ao se relacionarem com outros meios espaciais da trama seriada e com seus respectivos agentes cênicos, de uma forma intencionalmente racional em vez de emocional, criando assim uma construção identitária de lugar enigmática, onde o sujeito que a constrói quanto o que a ver pela imagem televisiva, não consegue definir quais são as distinções e igualitarismos que definem plenamente a sua experiência cultural enquanto foco de comunicação e identificação das representações imagéticas dos sujeitos e de seu estado de ser-estar no mundo.

O outro olhar é o panorâmico, em que o personagem da narrativa seriada, ver o espaço narrativo o qual representa, quanto aos outros da mesma produção televisiva que pertence, por intermédio de um deslocar bilateral, em uma posição vertical e horizontal de seu campo de visão, na construção espacial a qual está contando uma história.

Com isto, ele representa assim o deslocamento sempre transitório do local o qual se passa a narrativa seriada, quando o seu respectivo sentido de lugar transita pelos cenários desta enquanto segmento televisivo, na medida em que o seu lócus relacional transcende a própria geografia existencial já normatizada por roteiristas e diretores dos contextos narrativos serializados, quando o próprio personagem da produção seriada, se torna a força matriz das suas multidimensionais temporalidades, e experiências sociais e culturais subjetivas dos lugares construídos por sua vivência, compreensão e experimentação do espaço imagético televisivo.

Sendo que os personagens deste tipo de trama audiovisual, dão uma variada gama de significados as emoções do lugar o qual estão construindo em cena, quando o tom das suas roupas se transformam mediante o conflito existencial que se apresenta a si nos meios espaciais que ocupam durante o episódio ou temporada de uma serie ou minissérie ficcional, em que assim o vestuário de personagens destas produções audiovisuais, é um lócus singular do seu respectivo sentido global-local dos lugares.

Portanto, quanto a sua questão de repetição de personagens, atores e situações, a narrativa seriada se estabiliza como tal, através da geografia de lugar que estar construindo relacionalmente por sucessivas recriações iguais, mas ao mesmo tempo diferentes de enredos sobre o sujeito que ele construiu sobre o que objetivou visualizar em relação a sua identidade geográfica na imagem serializada de tv.

## **CONSIDERAÇÕES**

No mundo contemporâneo, a narrativa seriada se postula comum novo tipo de linguagem científica visual, que permite ao ser social refletir sobre a contribuição que as ficções televisivas dão a cristalização das normas e ritos sociais, ao lhe conferirem o status funcional de pilares construtores da identidade do sujeito.

Para tanto, este tipo de produto televisivo, é construído a partir de uma elipse geográfica, na qual o sujeito fundamenta sua percepção subjetiva da realidade concreta, por meio de sua inserção no espaço geográfico representado na narrativa seriada, através de uma compreensão desta, como um lugar, ou seja, uma espacialidade vivida, percebida e construída por si através das interações e relações sociais apresentadas em series e minisséries televisivas, como uma extensão do seu próprio cotidiano, através dos eixos epistemológicos de sentido, experiência e identidade do lugar e sua respectiva compreensão subjetivada do que seja criar o espaço enquanto lugar na imagem seriada.

No sentido de lugar, a narrativa seriada pode ser considerada como foco de significados sobre o que compreender em relação ao que os roteiristas, diretores e expectadores, objetivam ao quererem construir e transformar, em tempos descontínuos, determinado meio espacial numa produção serializada.

A experiência de lugar seria o que os personagens das narrativas seriadas fazem para construir neste uma forma única de vivenciá-lo em cena, como outro espaço geográfico concreto, através da lógica emocional, em vez de racional.

A Identidade do lugar seria o meio espacial que o sujeito usa como personagem televisivo de uma narrativa seriada, para construir suas próprias formas identitárias de ser conhecido e reconhecido como protagonista de sua própria identificação, em relação aos espaços geográficos representados nas histórias que apresenta na imagem televisiva.

Portanto, de acordo com isto, a narrativa seriada, se institui como condição de existência de um diálogo interdisciplinar entre linguagem, mídia e poder, para que haja a formação de um novo tipo de linguagem científica que fale sobre os fenômenos sociais como lógicas fundantes da vida humana, através de sua manifestação existencial como espaço das emoções, símbolos e das identidades, isto é, o lugar.

## **REFERÊNCIAS**

HOLZER, Werther. O lugar na Geografia humanista. **Revista Território**. Rio de Janeiro. Ano 4, Nº 7, p. 67-78, 1999.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

MACHADO, Thaine dos Santos. **Narrativas seriadas e contínuas**: apontando elementos de serialização em desperatehousewives. 96 f. Monografia de Conclusão de curso (Graduação em jornalismo). Faculdade de Comunicação – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2010.

Massey, Dorren. O sentido global de lugar. Antônio A. Arantes (Org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2000.

MOREIRA, Ruy. Da Região à Rede e ao Lugar (A nova realidade e o novo olhar sobre o mundo). **Revista etc, espaço, tempo e crítica**. Nº 3, Vol. 1, p.55-70, 2007. Disponível em: <[http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007\\_1\\_3.pdf](http://www.uff.br/etc/UPLOADS/etc%202007_1_3.pdf)>. Acesso em: 07/02/2015.

MERRIFIELD, Andrew. Place and space: a Lefebvrian reconciliation. **Translaction. British Institution Geographers**. Nº 18, p. 516-31, 1993.

PALLOTTINI, R. **Dramaturgia de televisão**. 1.ed. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

RELPH, Edward. **Place and placelessness**. London: Pion, 1976.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

TUAN, Yi Fu. Space and place: humanistic perspective. In: GALE, S. OLSSON, G. (Orgs.). **Philosophy in Geography**. Dordrecht :Reidel, 1979, pp. 387-427.

TUAN, Yi-Fu. Espaço, tempo, lugar: um arcabouço humanista. **Geograficidade**, v. 01, n. 01, p. 4-15, 2011.

**RESUMOS**



**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMPREENDIDA ATRAVÉS DA  
INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE BIOLOGIA E GEOGRAFIA MEDIADO  
POR MODALIDADES DIDÁTICAS**

Thiago Pereira Jorge<sup>1</sup>  
Antônia Zildeni Araújo Dias Mariano<sup>2</sup>

**Resumo:**

O papel do meio ambiente sobre a sociedade passou de mero coadjuvante para ser o norteador dos princípios que regem esse panorama, uma vez que a mesma é base constituinte desta, tanto no caráter social como econômico, desta forma, a educação ambiental tem como finalidade nesse espaço em direcionar os indivíduos a compreenderem o seu meio, sendo que está concepção se faz de maneira globalizante entre as diferentes esferas do conhecimento. Mas, vale destacar que a falta desse perfil é algo característico no âmbito escolar, nesse sentido o presente artigo tem como objetivo em demonstrar através de uma revisão bibliográfica algumas práticas – modelos didáticos - que possibilitam a inserção da Geografia em diferentes cenários em sala de aula, tendo ênfase no ensino de Biologia. Perante a isto, serão formulados três eixos vinculadas a essa temática, nos quais são: a importância da Educação Ambiental no âmbito escolar; o ensino da Educação Ambiental na disciplina de Geografia; a importância da interdisciplinaridade entre o ensino de Geografia e Biologia perante a Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Interdisciplinaridade; Ensino.

**1. INTRODUÇÃO**

Um rápido desenvolvimento econômico, social e tecnológico trouxe modificações no campo da educação, uma vez que a mesma é interligada aos interesses e necessidades de uma sociedade, como propõe Saviani (1996). Nesse novo cenário que possui inúmeros desafios, particularmente relativos as modificações ocorridas nos parâmetros curriculares no sistema educacional, incidem diretamente sobre a formação de professores, cujo os saberes tradicionalmente estabelecidos e

<sup>1</sup>Estudante do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas - UFCG. E-mail: thiagopj.tj@gmail.com.

<sup>2</sup>Estudante do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas - UFCG. E-mail: zildeniaraújo@gmail.com.



disseminados dão sinal de esgotamento. Nesta perspectiva busca-se inserir novos meios para a concepção de indivíduos que posso efetuar de maneira correta as características sociais de uma determinada população.

Assim, novas práticas pedagógicas vêm rompendo com as metodologias tradicionais e adquirindo novas configurações que enfatizam a importância da introdução de meios inovadores no ensino em busca de tornar a aprendizagem mais significativa. Diante dessa nova conjuntura, o lúdico, principalmente os jogos, vem ganhando espaço nas escolas como uma prática inovadora que estimula os alunos a raciocinarem e a aprenderem de forma prazerosa além de proporcionar a autoconstrução cognitiva dos mesmos levando-os a desenvolver sua criatividade e habilidades de forma natural. Além disso, essa alternativa metodológica pode agir como ambiente que interliga diferentes tipos de conhecimentos, possibilitando desta forma atuar em diferentes cenários – estes que vão mais adiante dos conhecimentos propriamente ditos, como a construção de princípios quanto a ética, entre outros – que maximizem o processo ensino-aprendizagem entre os discentes.

Nesse cenário, o presente artigo tem como objetivo demonstrar através de uma revisão bibliográfica algumas práticas – modelos didáticos - que possibilitam a inserção da Geografia em diferentes tipos de conhecimentos em sala de aula, tendo ênfase no ensino de Biologia. Perante a isto, serão formulados três eixos vinculados a essa temática, nos quais são: a importância da Educação Ambiental no âmbito escolar; o ensino da Educação Ambiental na disciplina de Geografia; a importância da interdisciplinaridade entre o ensino de Geografia e Biologia perante a Educação Ambiental.

## **2. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO ESCOLAR**

Saviani (1996) lembra que a educação, de maneira geral, pode ser entendida como o processo pelo qual são transmitidos aos indivíduos conhecimentos e atitudes necessárias para que eles tenham condições de se integrar à sociedade. Essa integração não significa apenas o domínio puro e simples dos conhecimentos, mas, sim, o seu entendimento, também sob o ponto de vista filosófico, no qual educação e sociedade – tendo em vista todos os ambientes que cercam esse meio – estão vinculadas, uma influenciando a outra. Neste cenário, entende-se que o ensino ambiental é inerente a esse processo, uma vez que esse espaço percorre esses dois “nichos”, influenciando assim, na construção dos valores que devem ser empregados nessa sociedade, ou seja, a qualidade do espaço estrutural definira as necessidades da coletividade, e deste modo, os parâmetros educacionais empregados para solucioná-las.

Desta forma é lícito supor que a educação ambiental (EA) tem como finalidade a construção de valores, habilidades e competências vinculadas a preservação desse cenário de acordo com Santos (2007). Vale destacar que o âmbito escolar é o principal caminho desse percurso, uma vez que possibilita a inserção desses princípios ao longo do desenvolvimento cognitivo dos indivíduos, desta forma, naturalizando essas medidas perante o convívio com o docente em sala de aula a partir de ações que veiculem a realidade cotidiana dos discentes com as informações explanadas nesse meio. Em grosso modo, a educação ambiental nessa perspectiva deixa de ser apenas um fator trivial enquanto fonte de conhecimento – sendo que a mesma é situada apenas em datas comemorativas –, para ter uma identidade própria em relação aos outros caminhos que possibilita a inserção dessa temática.

## **2.1 O ensino da educação ambiental na disciplina de Geografia**

A geografia perante aos seus lócus de ensino sempre esteve relacionada a temática educação ambiental, sendo que a mesma possibilita estudar o dualismo existente entre o ambiente e sociedade, compreendendo desta forma todos os pontos que interligam esses dois cenários, como propõe Oliveira (2007). Diante disto, torna-se plausível conceber os diversos fatores que compõem essas duas realidades em sala de aula, uma vez que o homem constrói e destrói o seu ambiente em sua totalidade a partir de fenômenos artificiais e naturais, segundo Oliveira (2007).

De tal modo, o ensino de Geografia deve permitir aos discentes compreenderem essa ligação entre sociedade/natureza através do próprio meio, ou seja, realidade do aluno, e assim, formular um posicionamento crítico em relação a utilização desses recursos ante as necessidades habituais da população, conforme Cavalcanti (1998). Nesse caso, permitindo ao educando sair de uma visão caótica da realidade (sincrética) para uma visão arquitetada a partir de uma análise crítica dos elementos que os circundam (sintética – totalmente elaborada), de acordo com Saviani (1997).

Vale destacar que o ensino de Geografia se encontra desarticulado dessa realidade – formação do sujeito perante o seu ambiente, uma vez que não possibilita a concepção de mecanismos que atendam a essa necessidade (instrumentalização) perante à educação ambiental, sendo que esse conhecimento é tratado como algo fora a parte dessa disciplina, como propõe Alves (2013). Ou seja, a educação ambiental não deve ser compreendida através de duas singularidades distintas Geografia física e social, mas a partir de uma construção globalizante desses dois aspectos em conjuntos através da sala de aula, segundo Alves (2013). Há de convir que esse fator ainda é não atuante em grande parte da esfera de ensino ligado a essa fonte de conhecimento.

## **2.2 A importância da interdisciplinaridade entre o ensino de Geografia e Biologia perante a Educação Ambiental.**

O ensino de Biologia que anteriormente tinha um conteúdo bastante específico, está cada vez mais relacionado às questões ambientais. De acordo com Guerra (2000), as questões relacionadas à educação ambiental tiveram maior crescimento no Brasil nos anos 80, quando se tornou obrigatório o ensino desta temática.

A partir de então, passa-se a pensar diversas maneiras de se trabalhar este tema tão relevante e ao mesmo tempo tão complexo. E neste contexto surge a interdisciplinaridade, uma forma de associar duas ou mais disciplinas para fortalecer e aprimorar a aprendizagem. Dessa forma, a disciplina de Geografia torna-se grande aliada neste processo, por tratar de temas muito importantes para a educação ambiental. De acordo com Bortolozzi e Perez Filho (2000), o ensino da Geografia deve proporcionar o desenvolvimento da cidadania dos educandos e também as buscas por políticas ambientais mais justas. Neste sentido, associá-la com a Biologia pode proporcionar não apenas mais aprendizagem, mas também um melhor entendimento, por parte do aluno, do seu papel na sociedade.

Entretanto, devem-se analisar as dificuldades que professores encontram para trabalhar esses temas transversais como a Educação Ambiental, pois como bem destaca Araújo et al. (p. 3), para esta disciplina constituir-se como tema transversal “pode tanto ter significado de estar em todo lugar, quanto ao mesmo tempo, não estar em nenhum dos lugares estabelecidos na estrutura curricular.” Aí destaca-se a dificuldade de trabalhar um tema que, não constitui-se como uma disciplina, mas que é essencial para os discentes.

Neste sentido, a interdisciplinaridade surge como uma mediadora da construção deste conhecimento, auxiliada por modalidades didáticas que facilitam tanto o trabalho dos professores, quanto a aprendizagem dos alunos.

## **3. METODOLOGIA**

O trabalho em questão exigirá uma pesquisa bibliográfica a partir de livros, monografias e artigos recorrentes à temática escolhida, sendo que estas informações estarão contempladas em três eixos: a importância da Educação Ambiental no âmbito escolar; o ensino da Educação Ambiental na disciplina de Geografia; a importância da interdisciplinaridade entre o ensino de Geografia e Biologia perante a Educação Ambiental.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Existem diversas maneiras ou técnicas que possibilitam o ensino de educação ambiental nas escolas que relacionem a Geografia e Biologia em um único lócus de informação, destas podem ser citadas a infografia que é um recurso que permite a visualização de todos os aspectos relacionados a temática a partir de imagens, ou seja, essa modalidade didática consenti ao discente a capacidade de contemplar na “prática” os conteúdos explanados pelos docentes em sala de aula, dando assim um novo olhar sobre essas informações. Além desse recurso pode ser abordado nesse campo outros métodos de ensino, como: a visualização complementar de vídeos relacionados a temática EA; a utilização de jogos lúdicos; projetos relacionados a reciclagem de resíduos formados pela própria escola; viagens a campo, entre outros.

Mas, vale destacar que essas atividades diante do contexto escolar estão sujeitas aos diversos imprevistos enquanto a verba destinada as mesmas, a disponibilidade do corpo docente perante a esses exercícios e a própria falta de interdisciplinaridade entre as disciplinas situadas nesse campo na construção de projetos que atuem com essa finalidade, ou seja, planos voltados a educação ambiental entre as diferentes realidades – disciplinas –, uma vez que a geografia não engloba todos percursos situados no EA, precisado desta forma de novas soluções que entendam esses caminhos de acordo com Zampin e Oliveira (2014).

Fica patente que a educação ambiental em grande parte do processo de ensino-aprendizagem está relacionada a ambientes pontuais relacionados as datas comemorativas, sem haver desta forma a devida colocação perante ao Projeto Político-Pedagógico das instituições públicas e privadas de ensino, como prever a lei 9.795/99.

#### **CONCLUSÕES**

As diversas mudanças na sociedade respigam no sistema educacional, uma vez que este tem como princípio básico a mesma, ou seja, a educação é fruto do meio social e econômico, e diante disso ela prepara os indivíduos para serem capacitadas às diversas mudanças que ocorrem nesses dois fatores.

Assim, é necessário o emprego de diversos mecanismos que potencializem o processo de ensino-aprendizagem, sendo que os métodos tradicionalistas não oferecem essa alternativa, pois, estes utilizam o engessamento enquanto procedimento para “construir” o saber.

Portanto, esse novo rumo perspicaz uma mudança em frente a realidade operante do sistema educacional, impondo de tal modo a busca de diferentes meios para formar esse saber, uma vez que ter diferentes mecanismos permiti ao docente atingir distintas áreas perante a sala de aula, sendo que cada discente requer um exercício diferenciado na construção do seu conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ALVES, I. M. C. Geografia e educação ambiental: desafios contemporâneos. **Revista Geonorte**, Manaus, v. 7, n. 1, p. 448-463, maio/ago. 2013.

ARAÚJO, M. L. F.; OLIVEIRA, M. M. de; NOGUEIRA, R. A. **A prática pedagógica em educação ambiental dos professores de Biologia em Porto Velho – RO**. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/vienpec/CR2/p2.pdf>>. Acesso em: 07 de maio. 2016.

BORTOLOZZI, A.; PEREZ FILHO, A. Diagnóstico da educação ambiental no ensino de geografia. **Cadernos de Pesquisa**, n. 109, p. 147-170, mar. 2000.

CAVALCANTI, L.de S. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimento**.4 ed. Campinas: Editora Papirus. 1998.

GUERRA, M.F. Educação ambiental. **Informe Agropecuário**, v.21, n.202, p.54-56, 2000.

OLIVEIRA, W. C. de. **A contribuição da Geografia para a educação ambiental: As relações entre a sociedade e a natureza no Distrito Federal**. 2007. 120 p. Dissertação (Mestrado em educação ambiental) – Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2007.

SANTOS, M. **Por outra globalização: do pensamento único a consciência universal**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2007. 176 p.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 41 ed. São Paulo: Cortez, 1997. 90p.

ZAMPIN, I. C.; OLIVEIRA, F. B. de; **A interdisciplinaridade em Educação Ambiental, Geografia, Biologia, Moral e Ética, tendo como análise a aplicação didática e pedagógica de orquídeas no ensino médio**.Disponível em: <[http://unifia.edu.br/revista\\_eletronica/revistas/educacao\\_foco/artigos/ano2014/inter\\_moral\\_etica.pdf](http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/artigos/ano2014/inter_moral_etica.pdf)>. Acesso em: 10 de abril. 2016.



## A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA VISÃO DE ALUNOS DO 1º ANO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA EM CAJAZEIRAS-PB.

**Paulo Victor Ferreira de Paula<sup>3</sup>**  
pauloferreiradepaula@gmail.com

**Solange Gonçalves dos Santos<sup>4</sup>**  
solanggoncalves@gmail.com

**Belijane Marques Feitosa<sup>5</sup>**  
belimare.pb@gmail.com

**Palavras-chave:** Educação; Diversidade; Preconceito.

### 1. Introdução

Nosso país apresenta grande miscigenação, entretanto, em se tratando do espaço escolar observamos uma grande ausência na contextualização dessa questão na abordagem dos conteúdos curriculares obrigatórios, o que, na nossa compreensão favorece práticas de preconceito racial que estão também interligadas às questões de classe social, orientação sexual, gênero, religião e cultura. Trabalhar a diversidade humana é de grande importância para a formação ética dos alunos, tornando-os cidadãos tolerantes à diversidade, capazes de expressar conceitos e respeitar valores básicos à democracia e à cidadania, medidas importantes e urgentes para a sociedade contemporânea.

O nosso interesse em discutir e refletir sobre a importância da diversidade racial na escola, é decorrente do desejo de construir caminhos que possam favorecer a discussão em torno do racismo existente em nossa sociedade e, acima de tudo enraizado no ambiente escolar. Nessa perspectiva, compreendemos que é importante trabalhar na reflexão em torno dessa questão acerca do papel da instituição e dos que nela atuam no processo de desconstrução do racismo, do preconceito e da discriminação. Associado a esse interesse temos também a pretensão de fomentar discussões que possam vir a favorecer a ruptura da percepção que tem sido desenvolvida ao longo da História do Brasil, o negro sendo estigmatizado.

<sup>3</sup> autor, graduando em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras-PB.

<sup>4</sup> coautora, graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras-PB.

<sup>5</sup> orientadora, professora Ms. da Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras-PB.

Consideramos pertinente ainda propiciar a reflexão aos docentes, sobre o que pensam os educandos sobre a temática em questão e, dessa maneira, a partir do que pensam sobre racismo, embasar futuras práticas de ensino que possam discutir a questão, se contrapondo à invisibilidade em torno do racismo presente em nosso entorno social e na instituição escolar. Amaral (1995) evidencia quão grande é o desafio para o professor abordar de forma eficaz tais assuntos, uma vez que nem todos conseguem contextualizar em suas disciplinas específicas temas transversais. Estes tendo como principal importância, a formação cidadã dos estudantes, seu preparo para o convívio em sociedade e, a aquisição de competências e habilidades para influenciar de forma benéfica, a comunidade em que está inserido.

Sabemos que o reconhecimento da diversidade racial exige um novo olhar, com mais atenção, por parte de todos os que fazem a escola, pois as diferenças se colocam no nosso cotidiano e, carecemos de reconhecê-las seja nas relações estabelecidas entre criança-criança; criança-adulto; criança-família; criança-grupo social no qual está inserida. O reconhecimento dessas diferenças e de como são desenvolvidas em nosso cotidiano escolar é fundamental, no nosso entendimento, para o desenvolvimento de práticas que não omitam o desafio de colocar a escola em face desta diversidade, adotando estratégias e medidas no sentido de respeitar, valorizar e aceitar a diferença de cada um.

Assim, a escola e os atores que ali atuam devem procurar dar visibilidade à questão racial, às diferenças presentes em seu interior, olhar essas diferenças como possibilidade de articular o trabalho desenvolvido nesse espaço com práticas que possam construir respeito humano, buscando promover igualdade.

Nesta premissa, o estudo teve como objetivo investigar a concepção de alunos do 1º Ano - Turma D, da Escola Estadual de Ensino Médio Cristiano Cartaxo frente às situações de discriminação ocorrida entre alunos no âmbito escolar, dentre elas, dando ênfase aos “preconceitos de cunho racial”, que comprometem a autoestima e, conseqüentemente influenciam no processo de ensino/aprendizagem dos estudantes vítimas destas agressões.

## **2. Desenvolvimento**

Em se tratando da história e da formação do povo brasileiro constatamos que o Brasil é um país miscigenado, com a contribuição de vários povos na construção deste. Durante séculos vivenciamos com intensidade um processo de colonização, ocorrendo uma imposição cultural e de costumes que favoreceu o eurocentrismo, contribuindo sobremaneira para com uma inferiorização dos grupos étnicos divergentes do europeu. Inicia-se a escravidão com a vinda compulsória de negros

da África. Com o início da escravidão, construíram-se estereótipos que durante séculos inferiorizaram a população afro-brasileira. Essa forma de pensar se desenvolveu ao longo do tempo e configurou-se como fundamental para a construção da nossa história e da nossa sociedade (RIBEIRO, 2001).

Assim, a formação do povo brasileiro ocorreu tendo a pluralidade de raças e a diversidade como fundamentos, ou seja, povos e culturas distintas que conviviam no mesmo espaço territorial e passaram a exercer influências mútuas por várias gerações. O pensamento eurocêntrico foi à base para a construção e disseminação de conceitos e valores que deveriam ser absorvidos, a hierarquização propalada pelo eurocentrismo constituíram a idéia de raças superiores e inferiores, e, nessa perspectiva, também distinções no que diz respeito a direitos na esfera social. De acordo com Darcy Ribeiro, em seu livro *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*, "O espantoso é que os índios como os pretos, postos nesse engenho desculturativo, consigam permanecer humanos". (2001, p. 118), se reportando a toda à violência sofrida pelos índios e negros, imposta pelos colonizadores.

Tais valores e conceitos impostos pelo processo de colonização foram perpetuados ao longo do processo de desenvolvimento do nosso país, e nos dias atuais observamos em nosso cotidiano a presença de valores positivos e negativos voltados a determinados grupos sociais, a disseminação de práticas violentas, onde a hierarquização se faz presente entre os grupos, interferindo sobremaneira no percurso social, educacional, cultural, político e econômico desses grupos considerados "hierarquicamente inferiores".

Nesse contexto, a prática do racismo se manifesta através da intolerância que ocorre das mais variadas maneiras, inviabilizando oportunidade e igualdade de direitos, em diferentes espaços sociais, dentre estes, a escola.

De acordo com Cavalleiro (2007), o Brasil é o país que possui a maior população negra do mundo fora da África, mas, mesmo assim, o racismo é prática constante em nosso meio social, de maneira velada, que se perpetua através de comportamentos que desrespeitam o negro. A esse respeito Cavalleiro afirma que:

O racismo no Brasil foi denominado "racismo cordial". [...] Esse racismo erroneamente denominado cordial, acarreta grandes prejuízos para aqueles que lutam diariamente contra um inimigo "invisível", que não aparece em hora, situação ou lugar predeterminados. Sua ação, porém, é cruel para aqueles que, sob uma pele negra buscam a sobrevivência física e emocional, próprias e de seus familiares. Em consequência desse racismo, o negro tem sido impedido de construir uma cidadania plena, encontrando-se desprotegido diante de situações de violência. (2007, p. 30).

Em tese, o Brasil é um lugar que abraça sua diversidade, fazendo transparecer um país tolerante e aberto a toda e qualquer diferença, mas que na prática não é bem assim. Como pode ser visto no gráfico abaixo (figura 1), os resultados obtidos elencam as experiências dos participantes



acerca das discriminações vivenciadas na escola, evidenciando o fato que a discriminação racial ainda lidera o ranking das atitudes discriminatórias mais presentes no ambiente escolar.

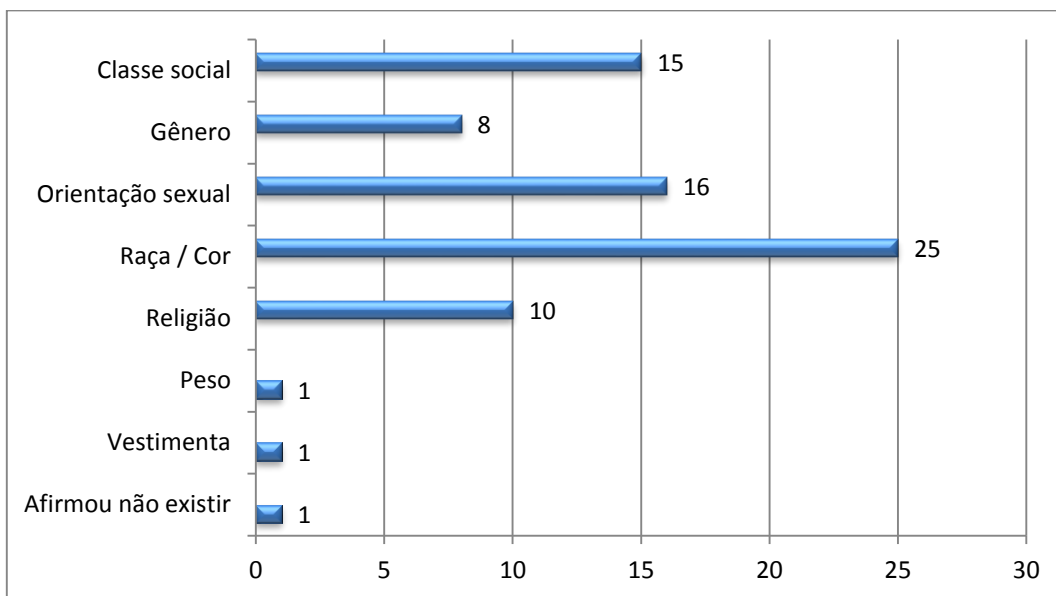


Gráfico 1 – As discriminações mais recorrentes no ambiente escolar.

Um dado importante é o fato que a grande maioria dos entrevistados compreende que todo ato discriminatório é errado e, que a diversidade deve ser abraçada e estimulada, uma vez que somos seres que possuem divergências de pensamento e comportamento. Entretanto, os alunos evidenciam conhecer tais ideais utópicos, mas sabem e reconhecem que os mesmos não se aplicam na prática, uma vez que muito se fala em tolerância, mas pouco se faz para aplicá-la (figura 2).

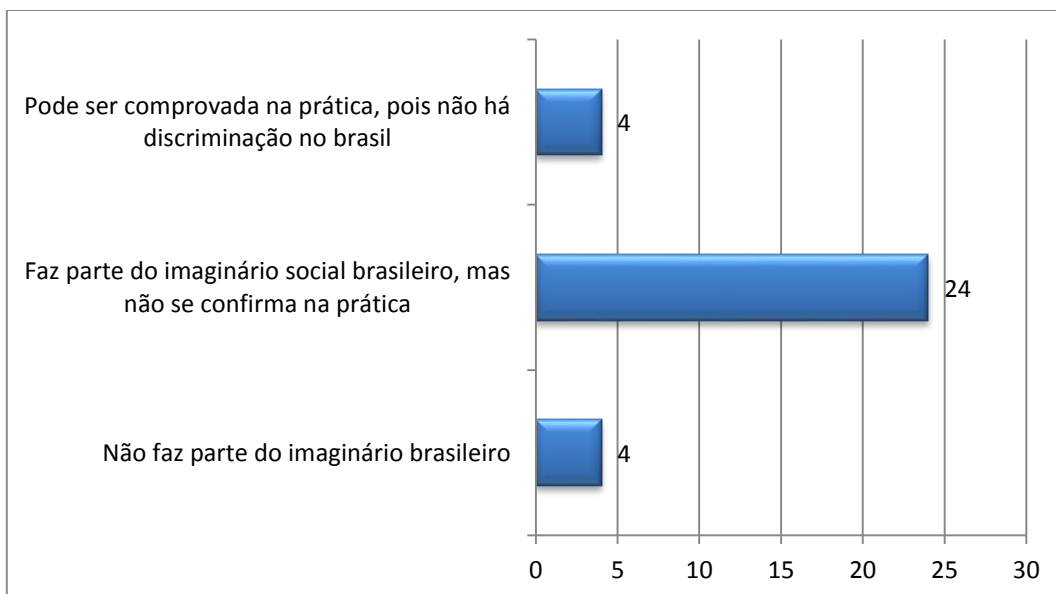


Figura 2 - Segundo a idéia de que existe igualdade de oportunidades para todos na sociedade brasileira.

## Considerações

Podemos ver após a tabulação dos dados obtidos, que o cenário atual no espaço escolar ainda é marcado pela constante conduta discriminatória entre estudantes que resistem em aceitar as diferenças do outro, sejam elas étnicas, culturais, sociais, sexuais, dentre outras. E a falta de um posicionamento da gestão pedagógica em lidar com este fato, abdicando o dever de orientar os professores a tratar com mais frequência à diversidade humana.

Diante do atual contexto, faz-se necessária a elaboração de projetos, práticas pedagógicas que tratem a diversidade de forma mais efetiva. Uma vez que por serem temas transversais, muitos professores não aplicam em suas aulas tais assuntos, por acharem desnecessários e/ou por simplesmente não saberem contextualizar junto a sua disciplina, um tema que a seu ver está mais voltado a disciplinas específicas tais como Biologia, Sociologia, Filosofia e História.

De maneira geral, todos os participantes evidenciaram situações discriminatórias dentro o ambiente escolar, nos fazendo ver à urgência de construirmos uma escola para todos, que se utilize da diferença de seus sujeitos um leque de possibilidades na construção de um currículo capaz de formar cidadãos capazes de aceitar a incrível pluralidade humana presente na sociedade.

## **Referências**

AMARAL, Ligia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceito, e sua superação. In: AQUINO, Julio Groppa. (Org.) **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 5ª ed. São Paulo, SP: Summus, 1998.

CAVALLEIRO, E. S.. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



## UM ESTUDO ACERCA DA GESTÃO EDUCACIONAL E DA RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR COMO UM LUGAR DE POSSIBILIDADES

Ana Paula Pessoa dos Santos Bezerra  
Licenciada em Geografia – CFP/UFPA  
paulinhamik@outlook.com

Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo  
Doutora em Educação – UAG/CFP/UFPA  
ivanaldadantas@gmail.com

### Resumo:

Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa monográfica acerca da gestão educacional e sua atuação na reconstrução do espaço escolar como lugar de possibilidades e, para tanto, investigamos a Escola Estadual de Ensino Fundamental (EEEF) Decisão, situada no município de Pombal, mesorregião do Sertão Paraibano. A pesquisa desenvolveu-se a partir de levantamento bibliográfico, de campo e documental, apoiada no método dialético. Para sua operacionalização utilizamos um conjunto de técnicas, das quais se destacam as documentações: indireta, direta, direta intensiva e direta extensiva. Os resultados obtidos indicam a necessidade de uma maior intervenção e participação do poder público e da comunidade frente ao processo de constituição de um sistema de ensino norteado pela gestão escolar democrática e participativa, considerando que, um sistema de ensino comprometido e consolidado pode promover aos alunos um processo de ensino-aprendizagem diferenciado e de qualidade.

**Palavras-chave:** Gestão Escolar– Espaço– Lugar

### Introdução

Ao considerar o processo pelo qual se constitui o Ensino Básico nas escolas das Redes Estaduais e Municipais enfatizamos não apenas o papel desenvolvido pelo Estado, mas também as ações implementadas no âmbito administrativo do espaço escolar, a exemplo das atividades de gestão educacional na Escola Estadual de Ensino Fundamental (EEEF) Decisão, situada no município de Pombal, mesorregião do Sertão Paraibano, tida neste trabalho como recorte espacial.

A vinculação com ex-aluna da referida Escola instigou-me a procurar conhecer os limites e desafios na organização do espaço escolar como lugar de possibilidades, uma vez que, nos últimos anos, a E.E.E.F. Decisão, assim como outras da Rede Pública de Ensino, via de regra, passam por

processos de descrédito em relação à qualidade de ensino, especialmente, quando se leva em consideração as dificuldades de ordem socioeconômica dos estudantes, além da própria organização do trabalho pedagógico, da desvalorização profissional docente, de desvalorização nas gratificações de funções específicas na escola, dentre outros aspectos.

Nessa perspectiva, foi necessário nos reaproximar da referida Escola com o intuito de investigar a atuação da gestão educacional e as ações na reconstrução do espaço escolar como lugar de possibilidades, com vistas ao fomento da pesquisa acerca da gestão educacional e a sua relação com a aprendizagem significativa, uma vez que a Escola apresentou, nos últimos anos letivos, um acréscimo no percentual de evasão e reprovação, exigindo, assim, que o Órgão Municipal de Educação tomasse atitude emergencial na reorganização da gestão educacional.

Buscamos descobrir quais as ações realizadas pela atual gestão no sentido de reverter os resultados não satisfatórios na organização do trabalho pedagógico, bem como o papel desenvolvido pela gestão educacional a partir da ocupação e da (re) construção do espaço escolar como lugar de possibilidades e, para a elaboração e execução desta pesquisa, definiu-se a escolha do tema, seguindo alguns critérios como: a afinidade, apesar de considerar esta proposta de interesse não apenas pessoal, mas coletivo; o tempo, em virtude de sua disponibilidade; a relação com a área de estudo, desde que adaptado à realidade; a sua relevância, agregando a necessidade de compreensão; e levantamento bibliográfico.

A problematização da pesquisa realizada se deu por necessidade de compreender o papel da gestão no desenvolvimento das suas ações com vistas a tornar a escola um lugar de possibilidades, pois foi por intermédio da pesquisa que resolvemos dificuldades específicas acerca do investigar o papel da gestão na reversão do quadro caótico que se encontrava a Escola tornando-a um lugar de possibilidades.

Como objetivos específicos: a) refletir sobre a importância e influência da Gestão Escolar como processo de construção coletiva; b) discutir as concepções de Gestão Democrática e Participativa Escolar; c) investigar como atua a Gestão Escolar na Escola Municipal de Ensino Fundamental Decisão; sempre no sentido de compreender quais os limites e possibilidades na realização das ações de gestão para transformação da escola.

A fundamentação teórica pautou-se nos autores que enfocam a temática proposta com ênfase na Gestão Escolar Participativa e Democrática, como se pode observar nas publicações de Almeida (2007); Hora (1994); Libâneo (2004); Lück (2008); no espaço escolar como lugar de possibilidades, a partir de discussões enaltecidas por Cristofolli (2013); Paro (1998), entre outros. A metodologia

abrangeu a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, seguindo o embasamento proposto por Marconi e Lakatos (2003), Prodanov e Freitas (2013).

Considerando a existência de métodos de abordagem e de métodos de procedimento específicos para o desenvolvimento de pesquisas direcionadas ao estudo dos aspectos sociais e humanos, optou-se pela utilização do método de abordagem dialético, pois este “penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 106).

Os sujeitos da pesquisa são alunos junto a um grupo de doze alunos regularmente matriculados em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental na E.E.E.F. Decisão e, o recorte temporal da pesquisa se deu no período dos meses de março e junho de 2015, quando definimos como procedimentos operacionais adequados as técnicas de documentação indireta, a partir da pesquisa documental, caracterizada pela coleta de dados e pela pesquisa bibliográfica; a técnica de documentação direta, a partir da pesquisa de campo, de caráter quantitativo-descritivo, e pelo estudo de relações de variáveis, coletando informações mediante observação, registros e levantamento de dados no ambiente onde ocorrem os fenômenos; a técnica de observação direta intensiva, a partir dos processos de observação não-participante, e a partir de entrevistas despadronizadas, não-estruturadas e focalizadas; e a técnica de observação direta extensiva, a partir da aplicação de questionários, compostos por perguntas abertas, fechadas, de estima ou avaliação. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p, 174-201).

Portanto, para efeito de explicitação, o trabalho aqui retratado subdivide-se em quatro momentos, constituídos por este capítulo introdutório, cujo objetivo busca fornecer uma visão global da pesquisa realizada, seguido pela delimitação do assunto em discussão, bem como, sua justificativa, objetivos, hipóteses e procedimentos metodológicos; dois capítulos descritivos, caracterizados pela apresentação da temática proposta, variando de acordo com a natureza do conteúdo e pela exposição dos resultados obtidos; por fim, no capítulo seguinte, conclui-se a pesquisa em tela mediante exposição das discussões realizadas em decorrência dos resultados obtidos, sua extensão e suas contribuições.

## **2- A Gestão Educacional e Participativa na EMEF Decisão**

Ao considerarmos as possibilidades e limites existentes acerca da atividade e do trabalho do gestor escolar, a gestora da EMEF Decisão afirma que a oportunidade de demonstrar seu trabalho e de colaborar com o desenvolvimento da instituição de ensino foi o desafio motivar para ocupação do

cargo. Sobre as características aqui levantadas, a gestora afirma considerar ser democrática a sua gestão pois, proporciona aos diversos segmentos da comunidade escolar a possibilidade de colaborarem com o pleno desenvolvimento da unidade escolar. (...). Outro ponto de extrema relevância, e que deve ser considerado, é o da existência de barreiras que impossibilitam o trabalho do gestor escolar, um exemplo, a falta de comprometimento por parte de alguns funcionários da escola, inclusive professores.

Os professores, por sua vez, consideram a atual administração como uma gestão comprometida, democrática e participativa, classificando-a, em sua maioria, como uma gestão contemporânea, sistêmica e organizacional, um modelo de gestão norteado pelo conhecimento e por introduzir novas estratégias para a competitividade, um fator intangível de produção. Ao mesmo tempo, os alunos afirmaram gostar do modelo de administração desenvolvido pela atual gestão, porém, em virtude da progressão escolar, nem todos participam da transição entre gestões ou não a acompanham completamente, inviabilizando uma análise mais precisa sobre seu modelo e competências.

### **3- A EMEF Decisão como Lugar de Possibilidades**

A EEEF Decisão possui os núcleos gestor, pedagógico e administrativo compostos por 16 profissionais, sendo: 03 Gestores (as) (um titular e dois adjuntos (as)); 02 Supervisores (as); 01 Secretário (a); 01 Agente Técnico Administrativo; 03 Vigilantes; 02 Merendeiras e 04 Auxiliares de Serviços Gerais.

O corpo docente é constituído por 47 profissionais, distribuídos em: 29 Professores de Nível Superior e 18 Especialistas em Educação responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) e pelo desenvolvimento do Programa Mais Educação (PME).

No ano letivo em curso foram realizadas 590 matrículas, sendo distribuídos em 20 turmas, nos turnos manhã e tarde. As comunidades atendidas pela E.M.E.F. Decisão são constituídas, em sua maioria, por famílias residentes no campo, município de Pombal – Paraíba, assim como, por famílias residentes na cidade, em menor número. Por estar localizada no centro da cidade de Pombal, em uma porção que se limita diretamente a alguns bairros periféricos, parte destes alunos também são procedentes de famílias carentes.

O espaço físico da Escola Municipal do Ensino Fundamental Decisão é composto por 36 ambientes, tais como: direção e secretaria, ambiente de professores, biblioteca, laboratório de informática, salas de aula, sala de leitura, sala de reforço, sala de multimídia, sala de vídeos, sala de

jogos, sala de recursos multifuncionais e de oficinas do programa mais educação, auditório, banheiros privativo e social, recepção, cozinha, almoxarifado, quadra poliesportiva e pátio recreativo. Com relação à infraestrutura existentes, bem como aos equipamentos eletroeletrônicos utilizados como recursos pedagógicos, a escola dispõe de: a) infraestrutura - água potável e filtrada, energia elétrica, fossa rudimentar, coleta de lixo e acesso à internet; b) equipamentos eletroeletrônicos - televisor, videocassete, aparelho de som e de dvd, antena parabólica, computadores e impressora, projetor multimídia, câmeras fotográficas e filmadora.

Ao conceituar a escola como um lugar de possibilidades, pôde realizar uma analogia ao exposto por Silva (1988, p. 127), ao afirmar que: “o lugar era, então, uma parcela do espaço onde ocorria alguma coisa relacionada à população que o habitava ou que vinha de outros lugares. Desse modo, torna-se necessário apreciar a opinião dos sujeitos envolvidos nesta pesquisa, por considerar serem esses os mais interessados no processo pelo qual se constitui essas propostas, as possibilidades.

A análise acerca da definição de escola como lugar de possibilidade a partir do olhar dos principais responsáveis pelo seu processo organizacional, se estabelece por considerar que a escola pode mudar a realidade dos atores envolvidos no processo de construção do conhecimento. A gestora escolar pondera sobre a existência de diversos espaços e ferramentas destinados aos alunos de modo a proporcionar o processo educacional de maneiras distintas, independente dos espaços existentes, e por ela considerado como suficientes. Para os professores a inserção dos alunos no mundo digital e a possibilidade de execução de atividades didático-recreativas contribuem significativamente para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Já os alunos, estes afirmaram e avaliaram como positivo o trabalho concebido por seus de professores, considerando assim, a utilização dos espaços disponíveis na unidade escolar.

## **Considerações**

Os processos e mudanças pelos quais a Escola vem passando nos últimos anos têm proporcionado realidades diferenciadas sobre as características sociais, políticas e econômicas das instituições de ensino. Essas mudanças, meio que de maneira articulada, através da instituição de legislações específicas, fez com que as escolas se adaptassem aos novos tempos, conceitos e princípios. Para isso, necessita-se a acepção acerca de conceitos fundamentais, tais como autonomia, democratização, descentralização e participação, contudo, estabelece a necessidade de se discutir coletivamente, aprofundando a ampla compreensão, gerando uma legitimidade ao cotidiano da administração educacional.

As discussões acerca da gestão democrática, indiretamente, obrigam-nos a compreender que a participação política, garantida por instrumentos organizacionais e legais, não se concretiza apenas pela essência dessa instrumentação, já que os conselhos escolares, as eleições diretas para escolha dos gestores, as associações de pais e mestres e os grêmios estudantis, instituídos de maneira isolada, não se fazem aceitáveis para a constituição da gestão democrática.

A experiência a partir dos conceitos de cidadania e de gestão participativa, praticados no cotidiano escolar demonstrou que ainda há um longo caminho pela frente, para que assim possa-se alcançar a plenitude, o respeito e os preceitos e garantias fundamentais do cidadão. A sociedade é ciente de que muitas portas tenderão que se abrirem, permitindo que novas possibilidades se instituíam, e que a vivência sirva de experimento para o aprendizado, independentemente do quão difícil tenha sido a execução deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B; ALONSO, M. **Tecnologias na Formação e na Gestão Escolar**. São Paulo, SP: Evercamp, 2007. 131 p.

CRISTOFOLI, M. S. **Discussões Acadêmicas Sobre Espaço Escolar**: a importância da temática para estudos de políticas educacionais. In: III Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação. Nov. 2012, Zaragoza, Espanha. 14 p.

DINIZ, C. R; SILVA, I. B. **Metodologia Científica**. Campina Grande, PB; Natal, RN: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008. 28 p.

HORA, D. L. **Gestão Democrática na Escola**: artes e ofícios da participação coletiva. Campinas, SP: Papirus, 1994. 144 p.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia, GO: Editora Alternativa, 2004. 306 p.

LÜCK, H. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto a Formação de seus Gestores**. Brasília, DF: Revista Em Aberto, v. 17, n. 72. p. 11-33. jun. 2000. 195 p.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2003. 304 p.

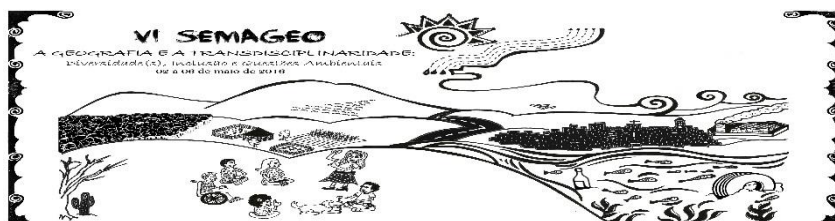
PARO, V. H. **A Gestão da Educação ante as Exigências de Qualidade e Produtividade da Escola Pública**. V Seminário Internacional Sobre Reestruturação Curricular. Porto Alegre, RS. 1998. 07 p.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: FEEVALE, 2013. 276 p.



SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23<sup>a</sup> ed. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2007. 281 p.

SILVA, A. C. **O espaço fora do lugar**. São Paulo, SP: Hucitec, 1988. 128 p.



### **GT 3. EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA, CULTURA(S) E DIVERSIDADE(S)**

#### **COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **TERRITÓRIO RELIGIOSO: O ESPAÇO DAS DIFERENTES MANIFESTAÇÕES DA FÉ NUM DEBATE GEOGRÁFICO**

**Maglandyo da Silva Santos<sup>6</sup>**

Universidade Federal de Campina Grande – CFP/UFCG  
magdanca@gmail.com

**Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo<sup>7</sup>**

Universidade Federal de Campina Grande – CFP/UFCG  
ivanaldadantas@gmail.com

#### **RESUMO**

Parece estranho, à primeira vista, dizer que Religião e Geografia têm uma relação concreta que seja importante estudar, no entanto, a religiosidade é uma forma de expressão humana presente na cultura dos povos desde os primórdios da civilização. Desde então, ela contribui na configuração do espaço, singularizando cada local, tornando-o único pela dinâmica socioespacial que ali possa existir. A partir deste parâmetro, trazemos neste trabalho, algumas das discussões presentes no primeiro capítulo de nossa monografia, ainda em desenvolvimento no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, campus de Cajazeiras-PB, a título de Graduação. Neste capítulo, a categoria geográfica território é posta como base teórica para entender a distribuição dos distintos lugares sagrados (igrejas, templos, centros e terreiros) e suas relações de poder nos mais distintos territórios. Portanto, a análise aqui apresentada é fruto da revisão bibliográfica de obras acerca da categoria geográfica Território, bem como os estudos sobre religião e da interrelação entre ambas.

**Palavras-chave:** Religião; Território; Poder.

#### **1. INTRODUÇÃO**

É bastante comum ouvirmos em nosso dia-a-dia, pessoas afirmando que política e religião não se discutem; que esses assuntos são controversos e que causam uma discussão, para muitas delas,

---

<sup>6</sup> Graduando do curso de Licenciatura em Geografia, do Centro de Formação de Professores (CFP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras, Paraíba, Brasil.

<sup>7</sup> Orientadora, Professora Adjunta de Ensino de Geografia, do curso de Licenciatura em Geografia, do CFP/UFCG, Campus Cajazeiras, Paraíba, Brasil.

desnecessária. Todavia, compreendemos que esses são dois temas que por diversas vezes são comentados em vários espaços de nossa sociedade, seja no seio familiar, na escola ou noutros ambientes da comunidade a qual pertencemos.

Direcionando o olhar sobre o aspecto da religiosidade aqui no Brasil, seja nos apoiando no que vemos na TV, na internet ou vivenciando demonstrações dessa religiosidade, podemos identificara convivência da diversidade de credos, tais como o Catolicismo, Protestantismo, Espiritismo, Candomblé, dentre outros, nos grandes centros urbanos e no campo brasileiros, ora harmoniosamente, ora disputando o espaço da fé e seus devotos, tais como guerreiros numa luta por território e para manter-se no exercício do Poder.

Essa disputa não é uma situação exclusiva de nossa geração ou de nosso país: tem ocorrido em toda a história, nos mais diversos lugares do mundo sejam entre as religiões supracitadas ou pelas tantas outras que existem ou deixaram de existir, tendo em vista a própria dinâmica da sociedade. Podemos lembrar rapidamente o conflito entre Palestina e Israel, os ataques de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos e a recente onda de terrorismo em Paris: todos os conflitos que trazem como plano de fundo das questões políticas, o fator religioso.

Nessa conjuntura global de movimentos religiosos que coabitam no espaço, a ciência geográfica se mostra capaz de estudar as dinâmicas sociais referentes à religiosidade, tendo em mente que a religião é inerente aos diversos grupos humanos, sejam religiões panteístas, politeístas, monoteístas e etc. Ela sempre esteve presente no curso da história de nossa espécie, interferindo no modo de vida das pessoas, logo podemos afirmar que interferindo no espaço.

Tendo isso em mente, produzimos este trabalho a partir das primeiras reflexões que compõem o primeiro capítulo de fundamentação teórica de nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação, que será apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia, no Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus de Cajazeiras-PB, localizado na mesorregião do Sertão Paraibano.

Logo, o título ‘Território Religioso: o espaço das diferentes manifestações da fé num debate geográfico’ faz menção ao nosso interesse pela temática religião na Geografia, o qual foi despertado especialmente por ocasião das vivências e práticas durante a realização da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III, ministrada pela professora Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo, orientadora neste trabalho. O estágio se efetivou no período de outubro de 2014 a março de 2015 em uma turma do 9º ano B no Ensino Fundamental, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Crispim Coelho, que faz parte da Rede Pública de Ensino do município de Cajazeiras-PB.

A atividade de estágio realizada se debruçou sobre a territorialidade da africanidade presente no Brasil, e nos motivou a realizar o estudo sobre o território religioso, vislumbrando compreender sua dinâmica, por meio da monografia que está em desenvolvimento. Aqui apresentaremos os resultados da primeira etapa do TCC: as leituras que realizamos na revisão bibliográfica de obras acerca dos objetos temáticos Território e religião, aos quais coletamos material suficiente para uma análise acerca do território religioso.

## **2. Geografia e Religião: onde e como se encontram?**

Sabemos que a Geografia é a ciência que estuda o *espaço geográfico*<sup>8</sup> e suas categorias (Território, Região, Paisagem e Lugar) na busca por decifrar o mundo a nossa volta. Mas seria possível (e mesmo importante) estudar religião em Geografia? Paralelamente, seria também possível utilizar-se da Geografia para entender a religião? Essas e outras indagações são um tanto complexas e muitos são os estudiosos que contribuem para que aprofundemos na pesquisa para este trabalho.

Iniciamos a nossa reflexão nos dizeres da pesquisadora Zeny Rosendahl (1995), que remonta uma questão histórica e cultural da religiosidade e da geografia, capaz de demonstrar as primeiras aproximações para se responder aos questionamentos feitos acima, acerca de sua conectividade. Segundo Rosendahl (1995, p. 45):

Aparentemente [Geografia e religião] são dois temas que não apresentam ligações. No entanto, como se verá, geografia e religião são, em primeiro lugar, duas práticas sociais. O homem sempre fez geografia, mesmo que não o soubesse ou que não reconhecesse formalmente uma disciplina denominada geografia. A religião, por outro lado, sempre foi parte integrante da vida do homem, como se fosse uma necessidade sua para entender a vida. Ambas, geografia e religião se encontram através da dimensão espacial, uma porque analisa o espaço, a outra porque, como fenômeno cultural, ocorre espacialmente (grifo nosso).

Por apresentar-se na trajetória humana tão comumente, vemos que a religião é um aspecto da sociedade que está presente no espaço e que deve ser considerado para entendermos os agrupamentos humanos no curso da história. A autora também entende que existam outras ciências que estudam o Homem (por exemplo, a Sociologia e a Antropologia) e se preocupam em analisar a religião como a Geografia está se propondo a fazer, mas segundo Rosendahl (Ibidem), a abordagem geográfica é diferente e singular: nessa ciência, a preocupação com a difusão espacial da

---

<sup>8</sup> Utilizamos o conceito de espaço geográfico formulado por Santos (2006), em que o espaço é um conjunto indissociável de *sistemas de objetos* (também chamado de fixos ou formas, sejam elas naturais ou antrópicas, produzidas pela técnica) e *sistemas de ações* (os chamados fluxos, ou seja, as relações humanas que dinamizam o espaço em velocidades diferentes em cada momento da história e da sociedade em questão).

religiosidade, com as formas como elas se concentram e se dispersam, suas territorialidades e o seu simbolismo característico, lhes atribui este caráter único. Nenhuma das outras ciências, segundo a autora, faz tão bem ou tem como principal objetivo, inter-relacionar Homem, espaço e religião.

Aprofundando sobre o caráter geográfico no olhar para a religião, Paul Claval atribui bastante ênfase em algumas das contribuições apresentadas na Academia, vindas da Geografia Clássica, no tocante aos estudos da religiosidade, que também justificam a relação de proximidade entre elas. Claval (1999, p. 42) coloca que:

Eles [os trabalhos clássicos dos geógrafos] buscam indicar as marcas do religioso na paisagem; eles assinalam como os calendários religiosos se adaptam aos gêneros de vida, muitas vezes inspirando-se neles, mas também paralisando-os; através dos interditos alimentares, das proibições e da sacralização de determinados gêneros alimentares, é o conjunto das cadeias tróficas em que se inscreve a atividade humana que recebe assim um enfoque original. A religião influi também na hierarquia dos gêneros de vida e bloqueia algumas evoluções. Através das atitudes em relação ao trabalho, à riqueza e à acumulação, é toda a dinâmica do desenvolvimento que depende da fé partilhada pelos grupos (grifo nosso).

Constatamos neste pequeno trecho que muitos dos aspectos sociais e econômicos do nosso cotidiano são regados de religiosidade, embora muitos de nós não notem com tanta facilidade: Claval (ibidem) cita o calendário de atividades agrícolas adotado por nossa cultura, fechando um ciclo de produção nas festas e cerimônias religiosas de junho, a exemplo da festividade de São João e São Pedro. Esses festejos acontecem em agradecimento às boas colheitas advindas de uma tradição marcadamente católica, que crê em bonanças concedidas por tais santos, mas que também apresentam uma gama de explicações científicas na Climatologia para a produção findar nas colheitas entre os meses de junho e julho.

Mais diretamente falando no fator econômico do campo religioso, Claval (1999, p. 41) não deixa de afirmar que: “O papel frequentemente desempenhado pelas Igrejas na vida social e econômica é tal que não podemos ignorá-las. Uma parte das colheitas ou das rendas é retirada em seu benefício – é o dízimo dos cristãos”. Com mais este exemplo cotidiano, traçamos um caminho para a compreensão das influências que a religiosidade tem sobre as práticas humanas e na constituição das relações de hierarquização (e claro, de Poder) que o sagrado exerce em nossa sociedade.

Então, a religião se faz presente no seio de nossa sociedade, se personificando primeiramente como uma de suas características estruturais, tanto quanto uma de suas produtoras: a religião é criada entre os seres humanos, ao passo que também traça modelos de vida que estes últimos irão seguir, tantas e tantas vezes, sem hesitar.

Tornando à contribuição de Geografia para os estudos religiosos, sem esquecer a reflexão sobre as relações de poder que existem entre religião e sociedade faz uma crítica a ciência geográfica

de outrora, afirmando que: “[...] a geografia das religiões, ao mesmo tempo que fornece pontos úteis de referências, em geral deixou de lado as relações de poder para se concentrar, talvez excessivamente, nas expressões espaciais do fenômeno religioso” (RAFFESTIN, 1993, p. 119). O autor, acertadamente, critica os modelos de descrição do fenômeno religioso que ignoram o plano de fundo onde esses fenômenos atuam: a territorialidade e o Poder.

Diante de tais concepções, caracterizemos de forma mais específica nos itens a seguir, a categoria geográfica basal para este trabalho (a saber, o Território) e o que seria a religião. Deste modo, melhor compreenderemos a relação entre as duas e as relações de poder existentes no espaço. Estas caracterizações levarão em consideração os seguintes questionamentos: o que a categoria geográfica Território vem a ser que possa constituir uma relação íntima com a religião? Por outro lado, mas sem contradizer o anterior, o que seria então religião e o quanto de Geografia ela pode apresentar? Iniciemos por apresentar a categoria Território para posteriormente, discutirmos o conceito de religião e a relação existente entre elas.

### **3-O Território**

Para que possamos ter uma maior compreensão da categoria geográfica Território a fim de fundamentar nossa pesquisa, devemos realizar uma apreciação de alguns dos conceitos sobre Território existentes na Academia e a relação entre eles. Iniciamos com as contribuições de Corrêa (1998) que aponta o sentido etimológico desta categoria, termo que derivaria do latim *terra* e *torium*, que adquire para o autor o significado de uma determinada terra que pertence a alguém. Contudo, o mais importante a ser colocado neste conceito é que, não necessariamente, esta terra pertence a alguém no sentido de propriedade, mas sim em sua apropriação.

Corrêa (1998) confere dois atributos de pertencimento de um território: primeiramente, pelo controle legítimo da terra. Neste caso, a terra apresenta um dono por direito, por exemplo, o caso de uma fazenda em que um dono detenha sua escritura. O segundo atributo acontece pela sensação afetiva da posse. A afetividade com a terra nos faz recordar de Ratzel (2011, p. 54) quando ele afirma: “é necessário que a maioria da população mantenha uma relação com o solo que faz com que ele seja o seu solo”. Ratzel fala neste trecho em uma identificação com o lugar, do sentimento de orgulho por sermos de determinada origem, por exemplo, brasileiros, nordestinos ou paraibanos; onde quer que estejamos trazemos esse zelo pelo lugar, este sentimento de pertencimento. Então, o território, para Corrêa (1998, p. 251) seria “[...] o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas”, aceitando as nuances (políticas e afetivas) do conceito para caracterizá-lo como tal.

Não podemos avançar no conceito sem antes acrescentar uma importante diferenciação entre *espaço geográfico e território*, apresentada por Raffestin (1993, p. 143). Para ele:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço.

Assim, conjecturamos em Raffestin (1993) os limites do território, colocando-o dentro do espaço, ou seja, que é seu constituinte. Este fragmento do espaço se torna território tão somente quando um ator que vive em sociedade, se apropria deste fragmento, dando-lhe a significação de sua propriedade, seja de forma concreta ou afetiva, como vimos na concepção de Corrêa (2000) exposta logo acima. A propriedade é mantida pelo poder que este ator ativamente impõe sobre o espaço, por isso: “os territórios – necessariamente *pluralia tantum* – são espaços de ação e de poderes” NEVES (1998, p. 271). Concordamos com o autor, pois podemos entender que é no território onde o homem mantém suas relações de poder enquanto produz o espaço; espaço este que é territorializado por relações de poder.

Creemos que a partir deste momento a chave para o entendimento do território são as questões relacionadas ao Poder, expressas no espaço. Este pensamento pode ser sintetizado em Souza (2000, p. 78) quando afirma ser o território: “[...] fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Precisamos então, perceber o que é este Poder para entender o espaço delimitado como território.

Para Arendt (1985, p. 24): “o ‘poder’ corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido”. Então, as relações de poder só existem em virtude do meio social. Só podem existir no espaço habitado, tão somente harmônico, pois para Arendt (1985), caso o grupo deixe de existir ou simplesmente de concordar com o modelo de poder imposto por seus representantes, em essência, tal poder não mais existirá<sup>9</sup>.

Não podemos deixar de recordar que, muito por conta desse entendimento do poder, onde um representante de uma determinada sociedade exerce o poder sobre aqueles que o colocaram neste posto, o conceito de território foi tradicionalmente vinculado aos domínios estatais do solo (chamados de territórios nacionais). Podemos exemplificar essa corrente Clássica da Geografia em que Haesbaert (2001) atribui o termo “controle espacial”, na concepção de Ratzel (2011), o qual afirma ser na

---

<sup>9</sup> Maiores discussões sobre o Poder serão realizadas no ponto 1.2.1 intitulado “A Religião e as relações de Poder com o território”.

consolidação do poder sobre o *solo terrestre*<sup>10</sup> que o Estado, entidade que formaliza o povo existente e organizado no espaço, irá florescer.

Para Ratzel (2011, p. 51) “O Estado é obrigado a viver do solo. Ele possui invariavelmente apenas as vantagens oferecidas por um solo que lhe é assegurado”. Logo, fica clara pela fala do autor a dependência clássica da Geografia Positivista em que o povo necessita de seu território e onde o Estado necessita do solo pátrio. Essa dependência é justificada e mantida da concepção de Ratzel, justamente pela sensação afetiva de posse do solo que citamos anteriormente, por isso ele afirma que: “é necessário que a maioria da população mantenha uma relação com o solo que faz com que ele seja o seu solo” (RATZEL, 2011, p. 54). Essa relação afetiva da população com o solo assegura o poder do Estado sobre o território (e sobre a população).

No entanto, precisamos superar esta visão de Ratzel e vemos em SOUZA Marcelo (2000) alguns aprofundamentos. Ele nega que o território deve ser entendido apenas em sua extensão de Estado Nação, de poder puramente administrativo das terras delimitadas que pertençam a determinado país: para ele, o território pode ser apreendido desde a dimensão do espaço familiar ou residencial– até mesmo a dimensão corporal, como afirma Name (2013) –, podendo ampliar-se em dimensões internacionais (por exemplo, a União Europeia, o BRICS ou o G-20). Este território teria muitas outras nuances: seria ele dinâmico passível em mudar de forma (se tornar maior, menor ou diferente), nascer ou acabar, em escalas temporais seculares ou mesmo instantâneas (SOUZA Marcelo, 2000).

Outra grande contribuição vem da concepção de Haesbaert (2000), o qual considera um aspecto importante para a caracterização do território: o *controle de acesso*. Sobre isso, Haesbaert (2000, p. 168) afirma:

Se tomarmos a abordagem que eu denominaria de “funcional-estratégica” de território, temos este como um espaço sobre o qual se exerce um domínio político e, como tal, um controle de acesso. O controle de acessibilidade através de fronteiras é, justamente, para Sack (1986), uma das características na definição de território.

Muito bem assinalado pelo autor, ainda que nesse momento esteja se referindo apenas ao domínio do espaço pelo caráter político, o *controle de acesso* vem formalizar o espaço, ou melhor, normatizá-lo, impor limites. Deste modo, para a manutenção estratégica do poder sobre o espaço, o membro hegemônico das relações de poder deve deter o controle de acesso (o poder sobre as fronteiras).

---

<sup>10</sup> O termo *solo terrestre*, utilizado por Ratzel, era um termo bastante comum em sua época como sinônimo de território.



Isso lhe garante o controle das ações de outros territórios, fora dos limites que lhe cabem, barrando a tentativa de abalo do controle alcançado. Ou seja, o controle de acesso garante a manutenção da ordem em seu território e impede a tomada dele por outros que estejam nos territórios vizinhos. Vemos que o território para Haesbaert (2000) é o espaço político do controle e da manutenção do poder.

Corroborando com este aspecto de dominação política do território apresentado por Haesbaert, podemos citar Geiger (1998, p. 235) que o complementa ao afirmar que: “Contendo limites de soberania, propriedade, disciplina, vigilância e jurisdição, o território transmite psicologicamente a sensação de fechamento”. Neste momento, a esfera simbólica e cultural (o atributo afetivo) está posta no território, conjuntamente à esfera política. No entanto, é justamente relacionando essas esferas que podemos verificar que o domínio afetivo e simbólico nem sempre é limitante da esfera política ou vice e versa.

Não é certo afirmar que essas esferas ou atributos se confundem ou que se completam: por vezes elas se confrontam no espaço. Podemos citar várias factuais contemporâneas do conhecimento público para exemplificar essa dificuldade. O caso dos refugiados da Ruanda na década de 1990 e o atual caso dos refugiados da Líbia; o conflito entre Israel e os muçulmanos pelo domínio da Palestina; ou ainda o caso brasileiro da grande quantidade de desapropriações de terra, em virtude das obras da transposição do Rio São Francisco, até o momento, inconclusa. Em todos eles, salvaguardando as proporções simbólicas e as distintas realidades históricas e socioespaciais, os limites do território que são impostos politicamente, não são suficientes para harmonizar as populações atingidas nesses conflitos, que mantêm uma ligação afetiva com as terras perdidas, por mais que estejam sendo recolocados em outros territórios.

Nessa discussão sobre esses casos conflitantes, não podíamos deixar de mencionar a contribuição das concepções de Milton Santos, o qual inova o conceito de território e que aponta questionamentos importantes para solucionarmos esses casos. Santos (2000) utiliza-se dos termos *território usado* e *espaço banal* para romper com as ideias que outrora atribuíam ao território o sinônimo de localização, afirmando que: “O território são formas, mas o *território usado* são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS: 1998, p. 16).

O autor faz do território usado o espaço construído historicamente pelos que o habitam: pessoas, instituições, empresas, enfim, todos. Nessa concepção, a ciência geográfica não mais estudaria o território como sinônimo de “localização”, mas como o território usado por todos nós, em sua totalidade, uma totalidade dinâmica que a cada momento está se totalizando (SOUZA: 2005). Ele é o espaço solidário, o espaço banal, o “lugar” do ser humano.

Deste modo, o espaço banal é o território de todos, independentemente das diferenças sociais, políticas, culturais, financeiras, entre outras. Todos, independentemente do poder que exercem no espaço, são vistos, notados, importantes para a compreensão da realidade. Todos os cidadãos fazem parte da totalidade que compõe o território, o espaço onde tudo acontece. Esta concepção de território traz um caráter maior de civilidade e humanidade aos conflitos citados logo acima, na busca dos gestores desses espaços em resolver os conflitos de modo que todos sejam ouvidos e respeitados igualmente, pois constroem juntos os espaços.

#### **4- Religião**

Conceituar religião não é uma tarefa fácil, visto o campo de análise ser tão vasto e intrigante. Isso porque acreditamos na idéia de que sua análise passa pelo sentido e pelo valor ao qual atribuímos a presença da religiosidade, tanto na formação da sociedade, como na razão de nossas próprias existências. Intimamente, estamos ligados às nossas próprias concepções de divindade e isso tende a refletir na forma como atribuímos juízo a diversidade religiosa presente no espaço.

Desta feita, procuramos ampliar nosso olhar para além das crenças que temos, objetivando uma melhor avaliação do fator religioso na sociedade contemporânea. Com isso, poderemos verificar o papel da religiosidade na construção do espaço, objetivo maior deste trabalho. Ainda assim, temos a grande dificuldade de selecionar um conceito geral que possa definir as mais distintas formas de ver o sagrado, nas mais distintas sociedades, como afirma Mota (2013).

Iniciemos por apresentar o conceito de religião presente no Minidicionário Aurélio (FERREIRA, 2004, p. 594), em que esta seria a: “1. Crença na existência de força ou forças sobrenaturais. 2. Manifestação de tal crença pela doutrina e ritual próprios. 3. Devoção”. Ora, religião seria deste modo, a crença na existência do sobrenatural em nossas vidas como fonte criadora do mundo; acreditar naquilo que está acima da compreensão humana, naquilo que não tem explicações baseadas na razão, de modo que o ser que crê, ou seja, o homem religioso, pratica rituais que simbolizam sua fé e demonstram a força de sua devoção.

Podemos aprofundar este conceito com a concepção de Geertz, citado por Silva (2012, p. 41), o qual afirma que a religião é:

[...] um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatalidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas.

Notamos em Geertz apud Silva (2012), várias ideias importantes de serem enumeradas e esmiuçadas: Primeiramente, a religião seria um sistema de símbolos nos quais conseguimos compreender, logo, pelos princípios da Semiótica, estes símbolos precisam ser interpretados pelos seres humanos, nos quais lhe darão um significado, uma utilidade, uma razão de ser. Segundo, esses símbolos religiosos são muito atrativos e excitam as mentes dos seres humanos de modo que se formam significados bastante duradouros, já que estão cumprindo o papel de explicar ou de dar sentido assuas existências. Por fim, já com os ideais religiosos formalizados, eles serão vistos pelo *homem religioso*<sup>11</sup> como verdades únicas, reais e indiscutíveis.

Wilges (p. 15, 2010) é um autor que dá outras contribuições ao conceito de religião, atribuindo-lhe dois sentidos básicos: um sentido *real subjetivo* em que religião é: “[...] o reconhecimento pelo homem de sua dependência de um ser supremo pessoal, pela aceitação de várias crenças e observância de várias leis e ritos atinentes a este ser” e um sentido *real objetivo* onde religião é: “[...] o conjunto de crenças, leis e ritos que visam um poder que o homem, atualmente, considera supremo, do qual se julga dependente, com o qual pode entrar em relação pessoal e do qual pode obter favores”.

Num dos sentidos ao qual ele chama de *real subjetivo*, o homem religioso é um ser dependente de uma entidade suprema e de suas obras divinas que desafiam as leis da física, ou seja, são sobrenaturais. Essa dependência é íntima deste homem religioso, seja motivada pelo temor (ELIADE, 1992) ou o Amor a Deus: a religião seria então, a crença nesses poderes inexplicáveis e divinos de um ser Supremo; a crença e a dependência de seus milagres. Já o sentido *real objetivo* caracteriza melhor uma relação pessoal do homem religioso com o ser Supremo que lhe concede favores, quando a crença nesse ser é tida como verdadeira. Podemos entender que seria essa religião uma relação de troca de favores: o homem crê em Deus e mantém suas tradições ritualísticas e recebe Dele, as graças que pediu. Esses são apenas alguns dos conceitos de religião que podíamos apresentar, contudo, podemos neste momento, elencar os elementos que a compõem, num modo geral.

Apoiando-nos em Wilges (2010), toda religião tem: (1) uma *doutrina*, ou seja, uma crença ou dogma que é a base e toda a fonte de sua fé e de seu devotamento; (2) seus *ritos*, no caso, as cerimônias religiosas que são realizadas em datas especiais e que apresentam grande teor místico, onde existem as demonstrações da crença que têm e dos simbolismos que utilizam; (3) não pode faltar o seu próprio código de *ética*, contido nas leis que normatizam o que é certo e o que é errado, a partir de preceitos que priorizem a harmonia da comunidade religiosa; (4) uma *comunidade*, visto que uma

---

<sup>11</sup> O “homem religioso” é o indivíduo que crê na existência de um ou mais seres ou entidades, superiores à matéria, no(s) qual (is) atribui o dom da criação do mundo, um espaço sagrado que ele quer sempre estar, em oposição às Trevas, que ele o chama de “Centro do Mundo”; o espaço onde o sagrado se distingue do profano (ELIADE, 1992).

religião que almeja se perpetuar no tempo e no espaço, necessita ser vista por todos, para que não se torne um idealismo individualista e arbitrário e por fim; (5) a relação *Eu-Tu*, que seria o relacionamento pessoal com uma divindade maior: sem essa proximidade, a religião se dissolveria em decepção de seus fiéis.

Estes são os elementos que basicamente constituem uma religião e é selecionando um desses pontos (o quarto ponto, que se refere a *comunidade*), podemos abrir uma discussão bastante importante neste trabalho que se refere às questões relacionadas ao Poder, demonstrando o papel da religiosidade no seio das sociedades mais “primitivas” até as sociedades contemporâneas.

## **5-A Religião e as Relações de Poder nos Territórios**

Já falamos da categoria território e que esta é constituída a partir de relações de poder; também apresentamos alguns conceitos de religião para que pudéssemos então, territorializá-la no curso da história. E é fazendo esta relação entre território e religião na construção do espaço, que vamos territorializar os espaços da fé, no que tange as relações de poder existentes neste processo.

Mas porque envolver relações de poder na compreensão dos aspectos religiosos? Iniciamos por afirmar que: “Em sua própria essência, o fenômeno religioso é bem caracterizado pelas relações de poder. Por quê? Porque ‘toda concepção religiosa do mundo implica a distinção do sagrado e do profano [...]’” (RAFFESTIN, 1993, p. 119). Nesta distinção entre um espaço que é considerado como sagrado e outro espaço que é tido como profano, temos em si, as primeiras territorializações da fé.

O território sagrado é tido como o espaço em que o sagrado, a essência da vida na Terra, se manifesta; o território profano é justamente o oposto: o espaço onde não existe a manifestação do sagrado (ELIADE, 1992). Este complementa:

Para o homem religioso, o espaço não é homogêneo: o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaço qualitativamente diferentes das outras. [...] Há, portanto, um espaço sagrado, e por consequência “forte”, significativo, e há outros espaços não sagrados, e por consequência sem estrutura nem consistência, em suma, amorfos. Mais ainda: para o homem religioso essa não-homogeneidade espacial traduz-se pela experiência de uma oposição entre o espaço sagrado – o único que é real, que existe realmente – e todo o resto, a extensão informe, que o cerca (ELIADE, 1992, p. 17).

Sendo eles limitantes entre si, ou seja, espaços do sagrado permeados por espaços profanos, cabe ao homem escolher onde vive, tendo em vista que o espaço sagrado é considerado o único que é real. Mas como o homem atribui tal distinção entre o sagrado e o profano? Desde quando ele tem a capacidade de fazer esta separação? Segundo o Eliade (1992, p. 13-14) o homem primitivo já era capaz disso. Vejamos:

O homem das sociedades arcaicas tem a tendência para viver o mais possível no sagrado ou muito perto dos objetos consagrados. Essa tendência é compreensível, pois para os “primitivos”, como para o homem de todas as sociedades pré-modernas, o sagrado equivale ao poder e, em última análise, à realidade por excelência. [...] É, portanto, fácil de compreender que o homem religioso deseje profundamente ser, participar da realidade, saturar-se de poder.

Muito importante quando o autor afirma que “o sagrado equivale ao poder”. Estar no espaço do sagrado ou onde teve manifestações deste era ter, desde as sociedades mais primitivas, o poder do inexplicável, o poder da criação do mundo. Logo, quem está em contato com o sagrado, se coloca acima dos homens comuns; quem está no espaço sagrado, emana poder. Então, se o sagrado é a força criadora do mundo, deter as manifestações do sagrado é ter a força criadora do espaço nas mãos. Por isso que “o homem religioso sempre se esforçou por estabelecer-se no ‘Centro do Mundo’” (ELIADE, 1992, p. 17), para manter-se no poder.

Com o passar da história humana, a religião foi ganhando seu espaço no mundo do poder, superando o misticismo das sociedades mais primitivas e as pré-modernas, para se tornar um “instrumento de comunicação, mas também, e até mesmo na essência, um instrumento de comunhão, manipulado pelas organizações” (RAFFESTIN, 1993, p. 120). Essas organizações podem ser tanto representadas pela figura da Igreja em si, que orchestra seus mandatos baseando-se em seus próprios dogmas, como também pela figura do Estado que alia à influência que a religião tem sobre o povo para também manter-se no poder. Raffestin (1993, p. 124) afirma: “As grandes religiões são aquelas que conseguem controlar porções importantes do invólucro espaço-temporal das coletividades”. Ou seja, as grandes religiões são aquelas que detêm os maiores números de fiéis; aquelas que conseguem, verdadeiramente, controlar por mais tempo, com o convencimento da palavra doutrinária, a maior quantidade de devotos.

Raffestin (1993) explica ainda que essas religiões conseguem se consolidar no espaço pela relação entre a produção de conhecimento religioso (o que ele chama de “capital constante”) e o número de adeptos (o que ele chama de “capital variável”) que absorvem esses preceitos religiosos. Tudo isso resulta na circulação da palavra (o que ele chama de “capital religioso complexo”<sup>12</sup>), que é responsável pela propagação desta crença no tempo e no espaço.

Com o desenvolvimento das sociedades no curso da história, a relação da Igreja com o Estado se tornou cada vez mais próxima, o que também transformou as relações de poder que a religião constitui. Vejamos o que Raffestin (1993, p. 124) aponta:

A estreita ligação entre o Estado e a Igreja determina, com frequência, uma religião de Estado e uma Igreja de Estado [...]. As interdições, as obrigações, os sacrifícios

---

<sup>12</sup>Capital constante + capital variável = capital religioso complexo (RAFFESTIN, 1993, p. 121).

de ordem religiosa são, de certa forma, sancionados pelo temporal, e é aí mesmo que adquirem uma força enorme, pois a transgressão das regras e das normas têm não somente consequências no plano espiritual, mas também no plano temporal. A comunidade está então encerrada em laços político-religiosos extremamente fortes.

A Religião (e podemos facilmente exemplificá-la pelo papel ativamente exercido pela Igreja Católica no último milênio) entrou verdadeiramente na funcionalidade do Estado<sup>13</sup>, em todas instâncias públicas e foi capaz de se estabelecer no espaço (político e social), além de paralelamente, projetar muitos de seus devotos como representação do povo na política, como atesta Raffestin (1993, p. 125) ao afirmar que: “[...] essa estreita ligação entre a Igreja e o Estado desemboca finalmente numa predominância do Estado, que manipula a religião para assentar seu poder”.

O Coroa Portuguesa é um bom exemplo dessa atuação política e religiosa: ela detinha fortes laços políticos com o Poder Papal. Segundo Sales (2009) existia uma relação muito forte entre o Papa Nicolau V e o rei de Portugal D. Afonso V, com o qual trocou várias cartas, inclusive a Bula Papal chamada de *Dum Diversas*<sup>14</sup> e uma segunda, chamada de *Romanus Pontifex*<sup>15</sup>. Juntas elas concediam plenos poderes para os portugueses conquistar novos territórios e escravizar pagãos. Posteriormente, a Coroa Portuguesa haveria de institucionalizar que a religião oficial do Brasil, país que eles haviam recém colonizado, seria o Catolicismo, mas um traço dessa relação íntima entre religião e política de Estado.

Por fim, Raffestin (1993, p. 127) completa:

Sendo uma organização, toda igreja se comporta da mesma maneira que qualquer outra organização: procura se expandir, reunir, controlar e gerenciar. Procura codificar todo o seu meio. A codificação pelo sagrado é até mesmo muito eficaz, pois tende a isolar do resto os homens, os recursos e os espaços que são codificados. Em certos casos, foi a codificação religiosa que precedeu à codificação do Estado e este último até mesmo dela procedeu.

Como vemos, a religião e as relações de Poder devem ser analisadas para entender a formação do espaço e como os territórios se constituem: aumentam, diminuem ou mudam de lugar; se tornam mais fortes ou abrem suas fronteiras; são concentrados ou espalhados por continente a fora. Todas essas nuances do território, anteriormente apresentadas por SOUZA Marcelo (2000), são acrescentadas maior dinamicidade quando colocamos mais esse elemento de reflexão: a religião.

---

<sup>13</sup> Sugerimos uma análise do cenário político religioso presente no longa-metragem espanhol, chamado *Ágora*, lançado em 2009. O filme se passa na antiga cidade de Alexandria, no Egito, entre os anos 355 e 415 d.C. em que vivia sob a dominação romana, e relata o início da ascensão do Cristianismo sobre o paganismo, inclusive do aparelho do Estado (torna-se a religião do Império Romano).

<sup>14</sup> Bula datada de 18 de junho de 1452 (SALES, 2009).

<sup>15</sup> Bula datada de 8 de janeiro de 1455 (SALES, 2009).

## CONSIDERAÇÕES

Na busca por discutir a religião dentro da ciência geográfica, estamos nos deparando com diversas fontes de leitura importantes para a construção desse trabalho, as quais abrem um leque enorme de possibilidades de discussão. Nunca havíamos percebido o quanto de Geografia continha os estudos religiosos. Graças a isso, o trabalho aqui apresentado sobre o processo de revisão bibliográfica para o TCC no curso de Geografia do CFP da UFCG, está sendo bem aproveitado.

Nossa análise sobre a categoria geográfica Território gerou certas considerações que serão usadas no porvir da pesquisa: o fato da categoria estar diretamente ligada ao exercício do poder do homem sobre seus semelhantes. Aquele se apodera de uma determinada porção de terra e toma uma posição hierárquica sobre esses, que lhe garante o domínio da terra até que algo abale sua gestão. Outra questão é a nossa ligação afetiva com o território, fazendo-o *lugar* (compreendendo-se *lugar* como o espaço em que o ser humano atribui algum valor afetivo). Isso nos ampliou a compreensão sobre o território e fez com que entendêssemos de forma mais profunda, certos discursos patrióticos que enaltecem o amor pela Nação.

Mais do que isso, temos que destacar a análise da religião que é concomitante ao estudo do território. Em Raffestin (1993) encontramos as relações de poder existentes na religião. Elas estariam presentes de modo intrínseco, ao passo que são essas relações de poder que fazem de algumas religiões, grandes manifestações de massa, algumas delas continentais.

Já em Haesbaert (2000) vimos que um território tem uma característica chamada *controle de acesso*. Este controle é mantido pela limitação do território (em que podemos falar de fronteiras) e pela manutenção da ordem. Daí, nos questionamos sobre esse tipo de controle na religião. Como seria possível delimitar o território ao qual pertence uma determinada religião, tendo em vista que a Religião seria a crença incondicional no sagrado, em algo sobrenatural.

Como definir uma fronteira para uma religião, para o sentimento de Fé? Seria possível apenas, estarmos realizando a territorialização da dimensão física das religiões, referente ao conjunto arquitetônico de suas casas religiosas? Seria possível encontrar a limitação do espaço imaterial ou ‘extrafísico’ da religião?

Esses e outros questionamentos serão insistentemente pesquisados para serem respondidos com coerência nas próximas etapas de nosso TCC. Resta-nos ao final desse trabalho, lembrar da importância das contribuições dos variados autores acerca do território e da religião, bem como essa categoria geográfica e essa prática humana estão presentes em nosso dia a dia, constituindo relações de poder no espaço.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Da violência**. Tradução de Maria Claudia Drummond. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985. (Coleção Pensamento Político, 65). Disponível em: <<http://www.libertarianismo.org/livros/harendtdv.pdf>>. Acesso em: 03. fev. 2016.

CLAVAL, Paul. O tema religião nos estudos geográficos. Tradução de Márcia Trigueiro. In: **Espaço e Cultura**. n. 7. Rio de Janeiro: UERJ-NEPEC, 1999. p. 37-58. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6989/4921>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998. p. 251-256. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/0B19\\_E8J4J2btSUh5QjhYb3hROFk/edit](https://drive.google.com/file/d/0B19_E8J4J2btSUh5QjhYb3hROFk/edit)>. Acesso em: 23 nov. 2015.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Tópicos). Disponível em: <<http://gepai.yolasite.com/resources/O%20Sagrado%20E%20O%20Profano%20-%20Mircea%20Eliade.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GEIGER, Pedro P. Desterritorialização e espacialização. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998. p. 233-246. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/0B19\\_E8J4J2btSUh5QjhYb3hROFk/edit](https://drive.google.com/file/d/0B19_E8J4J2btSUh5QjhYb3hROFk/edit)>. Acesso em: 23 nov. 2015.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CORRÊA, Roberto Lobato; CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 165-205.

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR**. v. 3. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 1769-1777. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/publicacao/arquivos/ena9.rar>>. Acesso em: 13. fev. 2016.

MOTA, Helenadja Santos. **Evolução biológica e Religião: atitudes de jovens estudantes brasileiros**. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <[http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-28012014-143821/publico/HELENADJA\\_SANTOS\\_MOTA\\_rev.pdf](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-28012014-143821/publico/HELENADJA_SANTOS_MOTA_rev.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2016.

NAME, Leonardo; ZANETTI, Julia P. Meu corpo, minhas redes: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. In: **Anais do XV Encontro Nacional da ANPUR**. Recife: ANPUR, 2013. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/anaisAbrir/107/1/anais-do-xv-ena>>. Acesso em: 22 fev. 2016.



NEVES, Gervásio Rodrigo. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998. p. 270-282. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/0B19\\_E8J4J2btSUh5QjhYb3hROFk/edit](https://drive.google.com/file/d/0B19_E8J4J2btSUh5QjhYb3hROFk/edit)>. Acesso em: 23 nov. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. Disponível em: <[https://www.academia.edu/3182693/Por\\_uma\\_geografia\\_do\\_poder](https://www.academia.edu/3182693/Por_uma_geografia_do_poder)>. Acesso em: 23 jan. 2016.

RATZEL, Friedrich. A relação entre o solo e o Estado - O Estado como organismo ligado ao solo. Tradução de Matheus Hoffmann Pfrimer. In: **Espaço e Tempo**. n. 29. São Paulo: GEOUSP, 2011. p. 51-58. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/viewFile/74186/77829>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

ROSENDAHL, Zeny. Geografia da Religião: uma proposta. In: **Espaço e Cultura**. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: NEPEC/UERJ, 1995. p. 45-74. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3481/2411>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. O Sagrado e o urbano: gênese e função das cidades. In: **Espaço e Cultura**. Ano 2, n. 2. Rio de Janeiro: NEPEC/UERJ, 1996. p. 25-40. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6061/4363>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

SALES, Mariana Osue Ide. **O Império do Quinto Afonso de Portugal (1448-1481)**. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2009. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=000470056>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

SANTOS, Maglandyo da Silva; DI LORENZO, Iveralda Dantas Nóbrega. Território religioso e o espaço das diferentes manifestações da fé. In: **II Cinestar - Colóquio Nacional de Estudos Agrários e Culturais**. João Pessoa: Departamento de Geociências/UFPB, 2015.

SANTOS, Milton; et al. O papel ativo da geografia: um manifesto. In: **XII Encontro Nacional de Geógrafos**. Florianópolis, 2000. Disponível em: <[http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/O-papel-ativo-da-geografia-um-manifesto\\_MiltonSantos-outros\\_julho2000.pdf](http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/O-papel-ativo-da-geografia-um-manifesto_MiltonSantos-outros_julho2000.pdf)>. Acesso em: 23 fev. 2015.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1998. p. 15-20. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/0B19\\_E8J4J2btSUh5QjhYb3hROFk/edit](https://drive.google.com/file/d/0B19_E8J4J2btSUh5QjhYb3hROFk/edit)>. Acesso em: 23 nov. 2015.

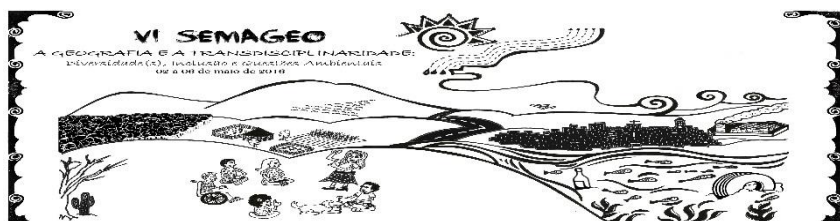
\_\_\_\_\_. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1)

SILVA, Patrícia Paula da. **A geografia das religiões afro-brasileiras em Itu-SP**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-09012013-163634/>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder autonomia e desenvolvimento. In: CORRÊA, Roberto Lobato; CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p.77-116.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. O retorno do território – Apresentação Milton Santos, um revolucionário. In: **OSAL - Observatório Social de América Latina**. Ano VI, n. 16. Buenos Aires: Gráficas y Servicios S.R.L., 2005. p. 251-261. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110310111117/osal16.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

WILGES, Irineu Sílvio. **Cultura Religiosa: as religiões no mundo**. 19. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.



## **GT 4. QUESTÕES AMBIENTAIS, SOCIEDADE E NATUREZA**

### **COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **CONHECENDO O CICLO HIDROLÓGICO E AS INTERFERÊNCIAS HUMANAS**

**WIRNAIDE MARIA ROLIM ESPEGO -**  
Graduanda em Licenciatura em Geografia Plena  
Universidade Federal de Campina Grande  
wirnaide@hotmail.com

**LINAIANE SOARES DANTAS -**  
Graduanda em Licenciatura em Geografia Plena  
Universidade Federal de Campina Grande  
nayedantasr@hotmail.com

#### **RESUMO**

O presente trabalho nos direciona para conhecer o ciclo hidrológico, seus componentes principais, e como a interferência humana vem alterando o seu funcionamento no Planeta. Refletimos sobre a água na Terra, sua dinâmica através do movimento cíclico apresentando-se três estados: líquido, sólido e gasoso; além de suas características principais: fórmula química, peso, quantidade, diversidades de uso, os processos de degradação, conservação e proteção desse recurso, essencial à vida. Partimos da pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, revista e sites que discorram sobre o tema abordado.

**Palavras-chave:** Ciclo hidrológico – Industrialização -Agricultura.

#### **ABSTRACT**

This study leads us to know the hydrological cycle, its main components, and how human interference is altering its operation on the planet. Reflect on the water on Earth, its dynamics through the cycles presenting three states: liquid, solid and gaseous; in addition to its main characteristics: chemical formula, weight, quantity, use of diversity, the process of degradation, conservation and protection of this resource, essential to life. We start from the literature in books, papers, magazines and websites that expatiate on the topic discussed.

**Keywords:** hydrological cycle – Industrialization – Agriculture.

#### **1.INTRODUÇÃO**

A água é essencial à vida, portanto, todos os organismos vivos, incluindo o homem, dependem dela para sobrevivência. Apresentando-se em três estados físicos, sólido, líquido e gasoso, tem seu ciclo hidrológico essencial e influenciador nos processos que operam na superfície da Terra, incluindo o desenvolvimento e a manutenção da vida. (Tundisi, 2009).

Considerada como um bem comum e um recurso estratégico, a água deve ser compartilhada por todos, pois “a água é muito mais que um recurso natural por ser uma parte integral do nosso Planeta. Está presente há bilhões de anos, e é parte dinâmica funcional da natureza” (E. C. PIELOU, 1998. In.:TUNDISI, 2009).

O Planeta Azul, como é comumente conhecido a Terra, quando vista do espaço, em função da quantidade de água existente apresenta uma superfície  $510 \times 10^6 \text{ km}^2$ , coberta por oceanos  $310 \times 10^6 \text{ km}^2$ , em contraposição a  $184,94 \times 10^6 \text{ km}^2$  de terra firme. Desta, cerca de  $2,5 \times 10^6 \text{ km}^2$  são cobertos por rios e lagos e até  $15 \times 10^6 \text{ km}^2$  são de geleiras. (TEIXEIRA et al. 2000).

A água da Terra está distribuída de forma desigual, sendo apenas cerca de 3% de água doce, como mostra a tabela a seguir:

**Tabela 7.1** Distribuição de água nos principais reservatórios naturais. A água doce líquida disponível na Terra corresponde praticamente à água subterrânea.

Reservatório	Volume ( $\text{km}^3 \times 10^6$ )	Volume (%)	Tempo médio de permanência
Oceanos	1.370	94	4.000 anos
Geleiras e capas de gelo	30	2	10 - 1000 anos
Águas subterrâneas	60	4	2 semanas a 10.000 anos
Lagos, rios, pântanos e reservatórios artificiais	0,2	<0,01	2 semanas a 10 anos
Umidade nos solos	0,07	<0,01	2 semanas a 1 ano
Biosfera	0,0006	<0,01	1 semana
Atmosfera	0,0130	<0,01	~ 10 dias

Fonte: (TEIXEIRA et al. 2000.).

A água apresenta segundo Tundisi (2009) características como: fórmula química -  $\text{H}_2\text{O}$ , peso molecular - 18, em atmosfera padrão e temperatura ambiente, congela a  $0^\circ\text{C}$ , ferve a  $100^\circ\text{C}$ , sofre expansão ao congelar, não tem cor, sem odor, densidade máxima a  $4^\circ\text{C}$ , calor específico –  $1 \text{ cal (g}^\circ\text{C)} = 75,25 \text{ J/mol. }^\circ\text{C}$ , calor de vaporização a  $100^\circ\text{C}$ :  $538 \text{ cal/g} = 40,6 \text{ KJ/mol}$ , entre outras.

O consumo de água pelo ser humano varia de acordo com sua necessidade, crescimento populacional, demanda industrial e agrícola. Estudos apontam que o corpo humano é composto por aproximadamente 70% de água, uma pessoa necessita de no mínimo 5 litros de água para beber e cozinhar e 25 litros para higiene pessoal.

O objetivo deste trabalho é relacionar as atividades desenvolvidas pelo homem com o ciclo hidrológico, levando em consideração a crise de água que vem proporcionando sérios problemas à sociedade e à natureza. Portanto, necessita-se identificar os problemas que ocorrem na dinâmica atmosférica, e também elencar as causas desses problemas, para juntos apresentarmos discussões e possíveis soluções de melhorias.

O processo metodológico deste trabalho se dará através da análise bibliográfica de livros, artigos científicos, revista e sites que discorram sobre o tema abordado. A partir dessas informações será possível relacionar ações humanas com possíveis alterações do ciclo hidrológico, que nos levem a compreender mudanças no clima, na temperatura, entre outros, que são responsáveis por alterações na dinâmica terrestre.

No primeiro tópico, é apresentado o ciclo hidrológico com toda sua estrutura física, como também sua dinâmica, se desenvolve um breve conhecimento sobre as etapas e processos deste ciclo, seus componentes e um pouco de seu contexto histórico, enfocando a necessidade de aliar o conhecimento à prática da aplicação da pesquisa na perspectiva de analisarmos o processo de ciclagem da água no Planeta.

No segundo tópico, é enfatizada a ação humana e suas reações e consequências ações no ciclo hidrológico. Alguns questionamentos serão aqui realizados a exemplo de como as ações humanas e suas interferências diretas na atmosfera e na parte terrestre do ciclo hidrológico; a forma como ocorre a Revolução Verde; como acontece e o que é a chuva ácida; as possíveis alternativas de mudanças para reverter esse quadro; as diferentes formas de contaminação da água e como isso influencia na crise de água atual.

No terceiro tópico apresentam-se as considerações, onde se propõem possíveis soluções no melhoramento da qualidade de água e sugestões de algumas práticas que possam amenizar os impactos da ação do homem para a conservação da água potável no Planeta.

## **2. O Ciclo Hidrológico**

O ciclo hidrológico foi considerado fechado até a década de 1980, quando acreditava-se que a quantidade de água existente no planeta era a mesma. Descobertas recentes indicam que “pequenos cometas” provenientes do sistema solar de outras regiões podem atingir a atmosfera da Terra, em forma de “bolas de neve” de 20 a 40 toneladas, estas se vaporizam quando se aproximam da atmosfera terrestre podendo acrescentar cerca de 3 (três) trilhões de toneladas de água a cada 10.000 anos (TUNDISI, 2009).

Estudos comprovam que de uma era geológica para outra pode variar a proporção de águas doces e águas marinhas em seus estados líquidos, sólidos e gasosos. Como também que a distribuição destas águas não se dar de forma homogênea no planeta. Estando relacionado o ciclo hidrológico com o ciclo da vida e a história da vida da Terra.

A circulação atmosférica e hidrosférica no ciclo hidrológico global tem relevante efeito, pois as correntes marinhas alteram a temperatura oceânica, alterando também o processo de evaporação, principal agente do ciclo da água. Ou seja, o ciclo global da água depende das fontes naturais de energia assim como da influência da energia atmosférica e das superfícies dos continentes.

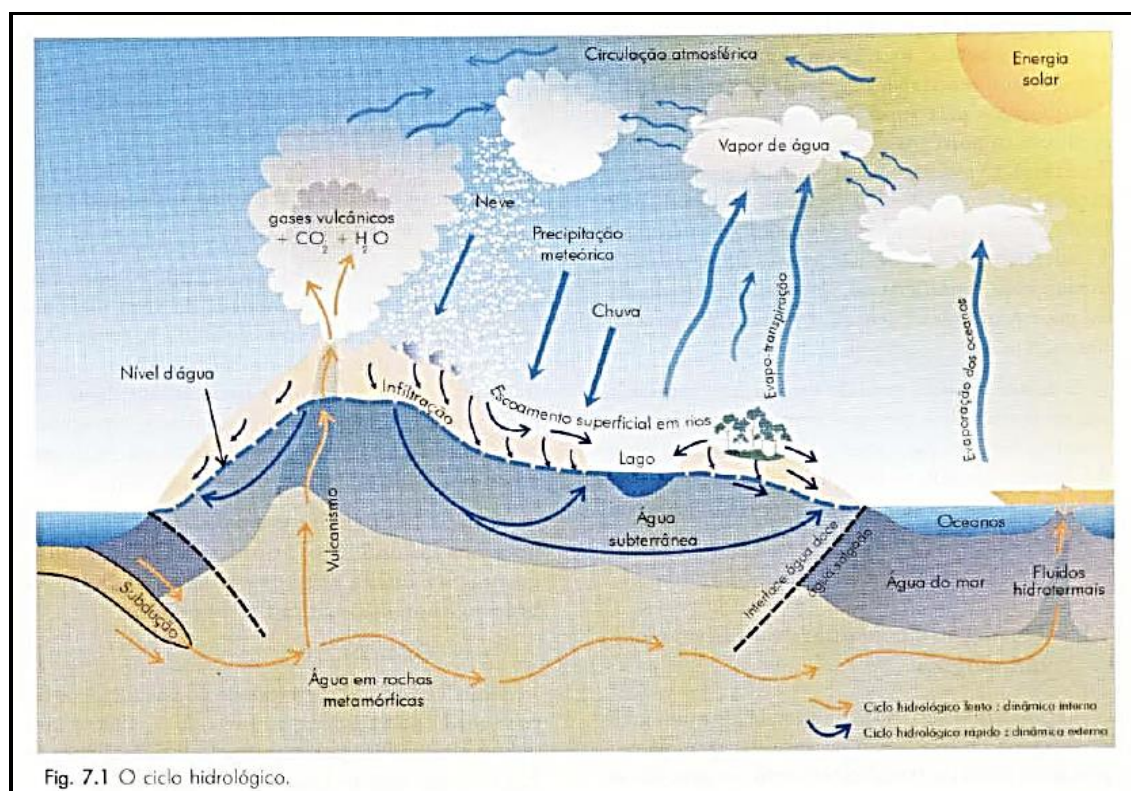


Fig. 7.1 O ciclo hidrológico.

**Fonte:** TEIXEIRA (et al. 2000).

O ciclo hidrológico é o princípio unificador fundamental de tudo o que se refere à água no planeta. O ciclo é o modelo pelo qual se representam a interdependência e o movimento contínuo da água nas fases sólidas, líquidas e gasosas. Toda a água do planeta está em contínuo movimento cíclico entre as reservas sólidas, líquidas e gasosas. Evidentemente, a fase de maior interesse é a líquida, o que é fundamental para o uso e, para satisfazer as necessidades do homem e, de todos os outros organismos, animais e vegetais (Speidelet al., 1988 in Tundisi, 2009).

Em seu processo biogeoquímico o ciclo hidrológico apresenta vários componentes, sendo os principais: Condensação, Precipitação, Evaporação, Transpiração, Infiltração, Percolação e Drenagem.

A precipitação meteorológica ocorre a partir da atmosfera, representada pela condensação de gotículas de vapor de água dando início às nuvens e posteriormente às chuvas. Quando esse vapor por aglutinação se transforma diretamente em cristais de gelo, atingindo tamanho e peso suficientes a precipitação se dá sob a forma de neve ou granizo. A precipitação líquida é responsável pela geração de importantes reservatórios hídricos como também a manutenção dos mesmos, quando em forma sólida (neve ou gelo) esses reservatórios são representados por as geleiras, as calotas polares e o cume das montanhas.

A Evaporação e Transpiração são processos realizados pela transformação da água líquida em estado gasoso (vapor de água), este se dá através da água dos oceanos, rios, lagos, represas, das plantas e seres vivos e é denominado de evapotranspiração, sendo evaporação direta quando é causada pela radiação solar e o vento; quando depende da vegetação e dos seres vivos é transpiração.

No processo de evapotranspiração os principais agentes são os oceanos, que contribuem com 85% do total evaporado no ano, isso através dos fitoplânctons, seguido por as áreas dos continentes com 15% de evapotranspiração. Em reservatório glaciais o processo se dá através da sublimação, da forma sólida para gasosa, pela ação do vento.

Em áreas de floresta, uma parte da precipitação pode ser retida na vegetação sobre as folhas e caules sendo evaporada posteriormente, esse processo recebe o nome de interceptação. Quando a precipitação atinge o solo e pode gerar alguns processos: o de infiltração, de percolação e drenagem.

A infiltração é quando a água depende principalmente das características do material de cobertura da superfície, vegetação, tipo de solo. Ela é absorvida pelo solo sendo depositada em reservatórios e/ou através do processo de percolação atravessa o solo indo para os lençóis freáticos, formando assim as águas subterâneas, podendo voltar à superfície através de nascentes. Enquanto que o processo de Drenagem ocorre devido ao escoamento superficial das águas, isso se dá principalmente pelo excesso de água no solo, como também pelo tipo de solo e pela falta de vegetação. Esse escoamento pode iniciar-se em pequenos filetes de água, que se transformam muitas vezes em córregos e rios, formando a rede de drenagem. Seu destino final geralmente é o oceano dando início novamente ao ciclo hidrológico.

### **3. As Interferências Humanas no Ciclo Hidrológico**

Durante séculos a água não foi uma preocupação; quando faltava, migrava-se em direção a outro poço, a outra fonte. Infelizmente, não há hoje horizontes a estender, as regras mudaram. A população do mundo foi multiplicada por seis em dois séculos, uma população cujas exigências e aspirações cresceram em proporções mais importantes ainda. (Camdessus et al. 2005).



O ataque mais visível à água pelo ser humano é a poluição e sendo este o mais evidente, ela ocorre de diversas formas: por vias áreas, como também por via terrestre, homem na tendência de sempre evoluir vem degradando o Planeta com sua poluição seja ela, agrícola, industrial ou urbana.

Segundo Camdessus a agricultura é a maior consumidora de água do planeta, o agricultor modela a terra sempre em busca de novos territórios para o cultivo, porém junto com esse cultivo vem à irrigação, pesticidas, herbicidas, defensivos agrícolas ricos em nitratos, rejeitos de animais, entre outros, isso acabam provocando a poluição do solo, que contamina os lençóis freáticos antes de se integrarem ao ciclo da água, poluindo também as nascentes.

Outro ponto importante segundo pesquisas é que 66% das terras agrícolas teriam sido danificadas em diversos graus pela erosão, a salinização pela irrigação excessiva, as degradações biológicas, o esgotamento dos solos ou a poluição. (Camdessus et al. 2005).

Observa-se que a agricultura nos últimos anos sofreu uma forte modificação com a Revolução Verde, esta tem como fundamento o aumento da produção de alimentos para assim suprir as necessidades da população que cresce de forma acelerada e quase dobrou nos tempos, como cita GAUD (1968, In.:HENRIQUES, 2009, p. 75):

Em meados dos anos sessenta, uma revolução invulgar tentava vingar nalguns países da Ásia, particularmente na Índia. Como outras revoluções, era feita em nome do desenvolvimento e do progresso e reclamava mudanças políticas e socioeconômicas; porém, ao contrário de outras, o seu sucesso não implicava o levantamento de massas populares, derramamento de sangue nem perda de vidas humanas. Exigia, antes, um empenhamento ativo dos governos envolvidos para realizar reformas profundas nas economias nacionais de forma a poder concretizar-se o seu objetivo impar: aumentar a produção alimentar para erradicar o espectro da fome e da miséria nos países mais pobres e populosos do mundo. Não eram feitos prisioneiros, antes pelo contrário, pretendia-se libertar centenas de milhões de pessoas das grilhetas da desnutrição e do subdesenvolvimento e restituir-lhes a dignidade humana. Era essencialmente uma revolução tecnológica e viria a ser conhecida por Revolução Verde.

Segundo Henriques 2009, alguns estudos ressaltam que o modelo da Revolução Verde implica, na conjuntura que se seguiu a crises: custos produtivos crescentes devido à escassez relativa de recursos naturais da matriz energética, ao uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos e à deterioração dos recursos de solo, água e condições de clima das produções agrícolas – enchentes, secas, inundações, ondas frias etc.

Sendo desta forma a Revolução Verde motivo de críticas, se por um lado tinha o objetivo de reduzir a fome este não foi alcançado e em contrapartida geraram-se outros como, o desgaste do solo, a contaminação das águas pelos agrotóxicos e o aumento da concentração de riquezas como mostra MOREIRA (2000, p. 143):

Naquilo que se refere ao mundo rural estas críticas tendem a conformar-se como críticas à Revolução Verde, tanto, de um lado, no sentido de apontar os problemas



que estas práticas produtivas impõem à natureza e ao ecossistema quanto, de outro, no sentido de ressaltar o caráter concentrador de riquezas e de benefícios sociais a ela associado. Neste caldo crítico, gera-se a conseqüente busca de tecnologias e práticas alternativas a este padrão tecnológico, bem como de formas sociais produtivas de organização menos concentradora.

Porém observa-se que a agricultura tem sua parcela de culpa da intervenção humana na natureza, mas que outros fatores como a industrialização também colaboram com as mudanças climáticas, pois esta sempre poluiu muito e com a Revolução Industrial a poluição industrial tornou-se um problema de extrema preocupação. Milhões de gases e resíduos são lançados na atmosfera todos os dias o que contamina o ciclo hidrológico.

A Revolução Industrial surge no século XVIII mudando o cenário econômico no mundo, passando das atividades do campo e pequenos comércios para era industrial como conceitua SOUZA e OLIVEIRA (2006, p. 76):

A expressão Revolução Industrial é usualmente empregada para assinalar mudanças sociais e econômicas que marcam a transição de um modo de vida centrado em atividades estáveis na agricultura e no comércio, para outro centrado na velocidade das descobertas mecânicas e no emprego de máquinas complexas em amplas instalações fabris, submetendo o campo à cidade. Esse período está compreendido entre as metades dos Séculos XVIII e XIX.

Essas mudanças vieram acompanhadas de muita poluição, pois o homem pegou os recursos naturais e transforma-os sem se preocupar com as conseqüências que podem ocasionar a poluição das fábricas, poluindo e contaminando a atmosfera, os resíduos jogados nas águas como esgotos alteram o equilíbrio natural.

Segundo Mazzocato e Ribeiro (2013), a poluição gerada nas cidades pode ser liberada de várias formas e representa uma ameaça à população em escala mundial. Vários são os fatores de produção e disseminação da poluição, que pode ser originada por meio de lixo depositado em locais impróprios, radiações, ruídos, substâncias químicas, agentes contaminantes e outros.

Esta poluição tem diversas formas de contaminação dos recursos hídricos, do solo, da atmosfera, entre outros e, com isso, diversas conseqüências entre elas às chuvas ácidas como cita MAZZOCATO E RIBEIRO (2013, p. 48):

As chuvas ácidas que ocorrem como conseqüência da liberação de gases na atmosfera que alteram a acidez da água podendo provocar diferentes problemas ao meio ambiente (...) a chamada “chuva suja”, noticiada pelos meios de comunicação.

Estas chuvas contaminadas (chuvas ácidas) que ocorrem quando a precipitação “limpa” a atmosfera dos resíduos nela jogados provoca contaminação dos solos, rios, mares, e degradação da fauna e da flora, assim como das cidades em seus carros, casas, monumentos arquitetônicos com pó sujo ou mesmo alto teor de acidez que ocorre devido a alterações na sua fórmula original.

O ser humano sempre foi visto como o centro do mundo e não medem suas consequências, destruindo os recursos fundamentais a vida na terra com isso nosso planeta vem apresentando diversas mudanças e as consequências vistas a cada dia, como é o exemplo da crise mundial da água que vem devastando cidade de sede com secas assustadoras e outros locais com inundações. Faz-se necessário repensar nossas atitudes como explicam MAZZOCATO E RIBEIRO (2013, p.45):

O homem em uma visão antropocêntrica precisa aprender a melhorar as condições de vida nos grandes centros e diminuir os impactos provocados ao meio ambiente. Em uma visão quase apocalíptica, para evitar a exaustão completa dos recursos naturais, é necessário que seja considerada a hipótese de se criar um certo “retrocesso tecnológico” com vistas a melhorar as condições ambientais dos grandes centros. Deve-se, ao menos, como sociedade, que se exijam maiores investimentos em tecnologias limpas e renováveis, como a solar e a eólica, afastando o consumo de combustíveis fósseis e a emissão de CO<sub>2</sub>, um dos principais gases do efeito estufa.

Preservar o meio ambiente é um dever de todos nós, evitar o que é desnecessário, procurar contaminar menos, usar os três “R” da Educação ambiental: Reduzir, Reusar e Reciclar, tornando-nos cidadãos mais conscientes e preocupados com o futuro do planeta.

## **CONSIDERAÇÕES**

Considerando que o ciclo hidrológico é impulsionado através da radiação solar, da ação dos ventos, da dinâmica dos oceanos com atmosfera e das movimentações das massas de águas continentais e oceânicas. Demonstra que a ciclagem da água como os demais ciclos biogeoquímicos são essências a vida na Terra.

Observa-se que as águas são distribuídas de forma desigual, sendo as águas doces apenas cerca de 3% do total no planeta, essas águas constituem importantes reservas como rios, lagos e represas construídas pelo homem, entretanto nota-se que estas vêm sofrendo grande degradação principalmente devido à ação humana.

Entende-se que a Revolução Verde em suas práticas agrícolas coloca em discussão o seu verdadeiro sentido. E a água elemento essencial à vida vem sendo degradada de forma a preocupar, sabendo-se que nos lençóis freáticos encontram-se grande concentração de água doce do mundo, com esta contaminação pode-se colocar em risco nossa qualidade de vida e até a nossa própria existência.

Desta forma observa-se que a Revolução Industrial muito contribuiu e contribui até hoje com a contaminação do Ciclo Hidrológico por proporcionar a degradação da atmosfera com os gases poluentes e das águas terrestres, principalmente os rios com os despejos de resíduos tóxicos.

Mostrando que entre a realidade que se imagina e a realidade que se apresenta, existe a necessidade de uma ação efetiva da sociedade, do poder público e de organizações específicas

(ONG'S), principalmente na conscientização da humanidade a respeito da destruição de um recurso vital que é a água.

Conclui-se que é preciso formar parcerias e mostrar através de campanhas publicitárias (que venham a chocar o mundo) essa realidade e assim conscientizar o ser humano do seu papel fundamental na preservação e conservação dos recursos hídricos,

É preciso também adotar políticas mais eficientes, rigorosas, com fiscalização e monitoramento permanente, assim como maiores investimentos para pesquisas e alternativas que venham a conter e até tentar reverter à situação atual.

## REFERÊNCIAS

TUNDISI, José Galizia. **Água no Século XXI: Enfrentamento a Escassez**. São Carlos: Rima, IIE, 2003,2005,2009, 271p

CAMDESSUS, Michel et al. **Água: oito milhões de mortos por ano: um escândalo mundial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

TEIXEIRA et al. Ciclo da água, Água subterrânea e sua ação geológica. In: \_\_\_\_\_ **Decifrando a Terra**. São Paulo: Ed. Oficina de Textos, 2000, p. 113 a 138.

MOREIRA, Roberto José. **Críticas ambientalistas à Revolução Verde**, Estudos Sociedade e Agricultura, 15, outubro 2000: 39-52. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/176/172>

HENRIQUES, Fernando Santos. **A revolução verde e a biologia molecular**. Rev. de Ciências Agrárias, Dez 2009, vol.32, no.2, p.245-254. ISSN 0871-018X disponível em: [http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0871-018X2009000200022&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S0871-018X2009000200022&script=sci_arttext)

SOUZA, Washington José; OLIVEIRA, Marcos Dias. **Fundamentos da gestão social na Revolução Industrial: leitura e crítica aos ideais de Robert Owen**, o&s - v.13 - n.39 - Outubro/Dezembro – 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v13n39/a04v13n39pdf>.

MAZZOCATO, Ana Paula Facco; RIBEIRO, Pablo Da Costa. **A problemática ambiental global e local**. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, 01 April 2013, Vol.8(0), pp.611-618 Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/revistadireito/article/view/8388/5078#.Vkjmu3arTIU>



## UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO DA PEDOGÊNESE E FORMAÇÃO DO SOLO

Jucier Ricarte SARAIVA

*Graduando no curso de Licenciatura em geografia – CFP/UFPA/UNAGEO*

jucierricarte@hotmail.com

Andressa Sarmiento da SILVA

*Graduanda no curso de Licenciatura em geografia – CFP/UFPA/UNAGEO*

andressa\_sarmiento.geo@hotmail.com

Jose Élio Parnaíba DUARTE

*Graduando no curso de Licenciatura em geografia – CFP/UFPA/UNAGEO*

eliopar@live.com

Maria da Glória Vieira ANSELMO

*Docente do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande –*

*CFP/UFPA/UNAGEO*

.Gloria.anselmo@hotmail.com

### Resumo

Existem diversos processos e conceituações sobre formação do solo, assim como etapas de formação do solo. Busca-se apresentar quais aspectos são considerados na conceituação do solo, os componentes que constituem o solo (orgânico e inorgânico), no qual foi realizado também o detalhamento da influência do intemperismo na formação e pedogênese do solo, como ainda mostrar os fatores que contribuem na consolidação e especificidades do mesmo. Para atingir os resultados foram realizados estudos bibliográficos, ou seja, através de artigos científicos, teses e livros científicos. Verificou-se que os processos de formação e pedogenéticos do solo estão ligados influência da atuação dos agentes intempéricos durante a formação do solo, notou-se ainda que a formação do solo é resultante de diversas combinações, conclui-se que o solo é resultante de ações dos agentes intempéricos (clima, relevo e organismos vivos atuantes ao longo do tempo, fazendo acontecer as reações entre minerais) sobre o material formador do solo, e a importância do solo para a humanidade por ser local de produção de alimentos onde há necessidade de conservá-lo devido as sua fragilidade quanto a resistência dos agentes intempéricos.

**Palavras chaves:** Processos Intempéricos; formação do solo; componentes e fatores.

### 1.Introdução

O presente trabalho tem como finalidade uma análise bibliográfica sobre o conceito de solo, bem como a caracterização dos diversos fatores que o compõe. Dentre estes fatores pode-se

mencionar o intemperismo (físico, químico e biológico), os materiais que o compõem, os constituintes da formação durante os processos pedogenéticos, a gênese e morfogênese.

A importância deste estudo é visto pela necessidade de conhecer cada vez mais a pluralidade de solos e sua utilidade para o desenvolvimento da vida na terra. São várias as definições de solo, tendo em vista seu estudo por diversos especialistas. No entanto a um consenso que ao material componente do solo e o que seriam estes materiais, assim como as ações intempéricas que assolam o mesmo. Entretanto os fatores que originam sua formam evoluíram ou foram elucidados com o tempo pelo cientista russo Dokuchaev em 1898.

A relevância ainda ocorre por detalhar como os fatores atuam na formação do solo, suas características, como também os processos específicos e ainda morfogênese e gênese do mesmo. O solo como recurso natural básico da natureza, constitui-se como fundamental para o equilíbrio dos ecossistemas e recursos naturais estando assim todos relacionados, sendo assim toda a degradação do solo acarretará problemas relacionada com outros recursos como os de recursos hídricos, biodiversidade e redução da qualidade de vida da população afetada.

Para atingir os objetivos dessa pesquisa foi realizado estudo bibliográfico, ou seja, pesquisas de artigos científicos, teses e livros científicos, caracterizando um trabalho de gabinete.

Há neste trabalho a preocupação de mostrar o conceito de solo, o intemperismo e seus tipos que exercem ação no solo, fatores de formação do solo, os processos que lhe dão origem e a gênese e morfogênese, através de leituras de bibliográficas de autores como Caputo, Reichert, Silva, Chaves e Lima que abordam com destreza esse tema.

## **2. Conceito de Solo e suas Fases**

O conceito de solo pode ser definido como sendo resultado de desintegração de um componente principal (rocha), através do intemperismo e meteorização essa atribuição ao conceito de solo esta em conformidade ao que afirma Caputo (1988, pag. 14) “Os solos são materiais que resultam do intemperismo ou meteorização das rochas, por desintegração mecânica ou decomposição química. Já para o Departamento de Geologia da FCUL (2008, pag. 3) “O solo é uma camada delgada de material não consolidado que cobre a superfície da crosta terrestre [...]”. entretanto para Reichert (2007) o solo seria um material poroso estruturado e biologicamente ativo no qual se desenvolveu na crosta terrestre.

Ainda na concepção de Silva, Chaves e Lima (2011) seria este um sistema dinâmico e complexo, no qual se constitui um substrato que abriga várias formas de seres, onde se faz assim ocorrer um processo gradual de evolução do solo seguido pelas transformações geo. ambientais.

Em face desta multiplicidade de definições do solo percebe-se que sempre há surgimento de novos conceitos para atender a demanda da compreensão desta transformação dos materiais existente na superfície terrestre.

Segundo Reichert (2007) o solo se apresenta em três fases distintas, sendo essas a líquida, a sólida e a gasosa. A primeira seria a água presente no próprio solo advindo da permeabilidade e porosidade do mesmo, o segundo é composto pelo material orgânico e mineral, já o terceiro é o ar oriundo da respiração dos microorganismos e raízes das plantas.

### **3. Material Inorgânico e Orgânico do Solo**

O solo é material não consolidado, é formado por componentes inorgânicos e orgânicos, onde os compostos inorgânicos em seu significado mais geral seriam materiais inertes como exemplo de resíduos de rochas; e os componentes orgânicos seriam os materiais que estão biologicamente ativos como exemplos as plantas e animais, afirmado por Reichert (2007).

Segundo Silva (2009) “O solo é um sistema dinâmico e complexo. Constitui o substrato que abriga diversas formas de vida, ocasionadas por um processo gradual de evolução que acompanha as transformações geo. ambientais”.

Reichert (2007) tudo que deriva de material vegetal e animal no qual se incorpora no solo ou fica disposto sobre a superfície, seja na forma ativa ou em outros vários estágios de decomposição.

Ao que se afirma no parágrafo anterior referente ao material inorgânico, isso vai de encontro ao que está contido no conceito de solo residual, o qual, segundo Caputo (1988, pag. 15) seria a transformação deste material, onde estes “são os que permanecem no local da rocha de origem, observando-se uma gradual transição do solo até a rocha”, onde se subdividem em: solos lateríticos, os expansivos (como o “massapé” da Bahia), solos sedimentares (ou alotóctones) e os porosos (ex.: solos de Brasília)”.

### **4. Intemperismo nas Rochas e Formação do Solo**

O intemperismo tem uma vital importância no ciclo natural do solo, ao mesmo tempo em que decompõem determinado objeto constrói outro, quanto à relevância na formação do solo se dá pelo

fato deste intemperizar mineral e matéria orgânica para transformação desses materiais (LIMA e LIMA, 2007).

Segundo Reichert (2007, pag. 90) o intemperismo seria “o conjunto de processos que leva a desagregação e decomposição”, no qual estes procedimentos estão ligados a fatores natureza da rocha e a condição do ambiente (temperatura, pressão, ausência ou presença de luz, organismos, umidade e vento) sendo esse agrupamento de fatores chamados de intempéries.

Na concepção do Departamento de solos da UFV (2005, pag. 45) o processo intempérico pode ser classificado em físico, químico e biológico, no qual sua atuação ocorre “quando a ação de organismos vivos ou da matéria orgânica proveniente da sua decomposição participa do processo.

De acordo com Silva (2009) o intemperismo seria o conjunto de ações que modificação fisicamente, quimicamente ou biologicamente as rochas através dos agentes externos (clima, relevo, flora e a fauna, rocha em que, “segundo sua natureza, apresenta resistência diferenciada aos processos de alteração intempérica” e tempo), e mesmo após essa alteração nas rochas esse material ainda pode sobre outras modificações durante o tempo.

Sob o entendimento do Departamento de Solo da UFV o intemperismo físico seria a desagregação ou fragmentação da rocha pela força mecânica, sem alterar a composição mineralógica, ocorrendo pela variação da temperatura (dilatação e compressão), congelamento, precipitação, cristalização de sais e crescimento de cristais.

Quanto ao intemperismo químico o mesmo departamento, compreende que o mesmo ocorre pela infiltração e percolação de um solvente (água), no qual se intensifica com a dissolução de CO<sub>2</sub> da atmosfera e a presença de ácidos orgânicos do qual reagem com a estrutura rochosa durante o processo de decomposição. As reações mais comuns são a oxidação, hidratação, dissolução, hidrólise e Aciólise.

Em relação ao intemperismo biológico o Departamento de Solos da UFV entende que se dá pela ação dos organismos vivos, ocorrendo através da pressão do crescimento das raízes pelas fendas da rocha e na troca de minerais entre solo e vegetais.

As formas de ocorrência do intemperismo têm características singulares e especificidades que influenciam diretamente na composição e estrutural do solo em cada lugar.

Segundo Caputo (1989) os solos se formam a partir do dos processos intempéricos ou meteorização das rochas, através da desintegração mecânica ou decomposição química.

Já Silva, Chaves e Lima (2011, pg.) afirmam que os solos se formam a partir dos “fenômenos físicos e químicos diferenciados ocorreram no material que lhes deu origem, motivando progressivas

transformações que se refletem sua história”, ou seja, a formação ocorre através dos agentes intempéricos.

## 5. Fatores que Contribuem para a Formação do Solo

A intensidade dos fatores que condicionam a formação do solo é variável pelo fato que cada lugar possui suas especificidades naturais e humanas, fazendo assim que cada lugar tenha uma característica de solo incomum aos outros.

Na concepção de Departamento de Solos da UFV (2005, pag. 66) “considerava o solo apenas como sendo um manto de fragmentos de rocha e produtos de alteração, que reflete unicamente a composição da rocha que lhe deu origem”, isso significa que os materiais orgânicos (vegetais e animais) nesta fase não faziam parte da formação do solo apenas os inorgânicos (resíduos de rochas), no qual só os fatores geológicos atuavam na formação do solo (intemperismo, erosão e compactação)

Segundo Caputo (1989) a formação do solo pela desintegração mecânica, ocorre através de agentes como a água, temperatura, vegetação e vento, onde pode ser classificados a partir da sua formação, sendo esses os pedregulhos e areias (solos de partículas grossas) e até mesmo os siltes (partículas intermediárias), e somente em condições especiais, argilas (partículas finas).

Na conformidade raciocínio de Ladeira (2012) a evolução dos estudos sobre o solo ocorreu através da descoberta do cientista russo Dokuchaev em 1898, no qual “consolidou a concepção de que as propriedades do solo são resultado dos **fatores de formação do solo** que nele atuaram e ainda atuam, a saber: **material de origem, clima, organismos, topografia (relevo) e tempo**”, o autor diz que estes elementos citados aqui são os responsáveis pela formação do solo, assim como os geológicos.

Para Reichert (2007) o material de origem seria aquele pelo qual o solo se forma, em que pode ser de caráter mineral (solos de origem mineral) ou orgânico (solos orgânicos). Quanto à origem do mineral este é resultado da decomposição da rocha progênie, já os solos orgânicos ocorrem pela desagregação de organismos (vegetais e animais).

De acordo com Lanzanova (2007) o relevo é predominantemente vital a formação do solo, por redistribuir a energia oriunda do sol, da água (movimento sobre a superfície e sub-superfície) e colúvio (material transportado). Quanto ao clima o mesmo afirma ser um fator de extrema importância por atuar diretamente no processo de desenvolvimento do solo, desde a decomposição através dos agentes; temperaturas, precipitação, evapotranspiração entre outros.



Já os organismos vivos segundo o autor são fundamental importância neste processo de formação do solo, pelo fato de estes criarem, desconstruírem feições, propriedades e características de dado material.

Na concepção de Rosa e Messias (2003) o tempo é vital durante a formação do solo, onde no qual este determina a idade dele (solo) e ainda outros fatores ativos (clima e organismos) que atuam sobre o material de original no desenvolvimento do solo, sendo condicionado pelo relevo.

Dessa forma verifica-se que cada elemento responsável pelo processo de formação do solo está interligado, exercendo suas funções dentro deste círculo natural que este inserido nos materiais componentes do solo.

### **5.1.Processos de Formação do Solo**

A importância dos processos pedogenéticos ocorre por tornar visível e mostrar a intensificação das modificações ocorridas no solo em que combina na transformação das feições do solo de um dado local, isso vai de encontro o que afirma Reichert (2007, pag. 103):

Os processos pedogenéticos indicam a direção e a intensidade das transformações e são condicionados pela combinação dos fatores de formação do solo. Esses processos podem imprimir determinadas feições aos solos, observáveis em um perfil ou corte, e descritas na morfologia e os processos que as geraram, é possível se fazer uma reconstituição da história do solo, de como se formou e permite a classificação.

Nessa citação Reichert (2007) classifica o procedimento pedogenético sofrido pelo solo, sendo esses a adição, remoção ou perda, transformação e translocação de materiais. A adição seria a soma do material acima da linha de horizonte ou do perfil do solo, já a remoção ou perda é a retirada do material para fora do perfil, ao contrário deste a transformação ocorre quando muda a composição mineralógica do solo, quanto ao translocamento é o material que passa para de um horizonte para o outro sem trocar de perfil.

### **5.2.Processos Específicos de Formação e Classificação do Solo**

Segundo Reichert (2007, pag. 105) os processos específicos seriam “a combinação dos diferentes processos gerais, em intensidades variadas, resulta na formação de solos com características típicas de cada combinação [...]”, essa vai de encontro ao que foi afirmado anteriormente.

Na concepção de Reichert (2007), Rosa e Messias (2003), LanzaNova (2007) e Departamento de Solos da UFV (2005) os processos de formação do solo são vários, no qual são latolização, podzolização, gleização, laterização, salinização, solidificação ou salinização entre outros.

A classificação tipológica da origem do solo em relação ao material de origem segundo Reichert (2007), Caputo (1989), Rosa e Messias (2003), LanzaNova (2007) e Departamento de Solos da UFV (2005) são três, sendo esses os solos residuais, solos sedimentares ou transportados e solos orgânicos.

De acordo com Caputo (1989) os solos sedimentares seriam aqueles que sofrem ações dos agentes transportadores, sendo esses agentes aluvionares (quando transportados pela água), eólicos (vento), coluvionares (gravidade) e glaciares (geleiras), quanto aos solos residuais seriam os que permanecem no seu local de separação com a rocha "mãe" em que gradativamente vão sendo transpostos para outras áreas até formarem os solos residuais, no qual o material decomposto da rocha "mãe" não permanecem no lugar como o outro tipo de solo, e por fim os solos orgânicos surgem a partir da decomposição e com posteriores do apodrecimento da matéria orgânica, (natureza vegetal plantas, raízes e ou animal.

## **6.Gênese e morfogênese**

A gênese nada mais é do que o comparativo de similaridade, atributos aparentes ou não (morfologia) podendo assim se classificar o solo através destes itens (latolização, podzolização, gleização, laterização, salinização, solidificação ou salinização entre outros) e pelo conhecimento do homem no intuito de reelaborar característica e afinidades entre os solos, assim com afirma Silva, Chaves e Lima (2009, pag. 3) que:

Sua identificação, seja no passado ou agora, segue o processo lógico de ordenamento das ideias, buscando a organização do entendimento sobre os solos, no contexto do acervo de conhecimentos até então disponível. Assim, o processo compreende comparação das suas aparências (morfologia) e/ou de seus atributos não-aparentes, diante dos conceitos estabelecidos pela mente do homem com o intuito de rememorar suas características, de perceber as relevantes relações entre atributos e comportamentos e visualizar afinidades e diferenças entre solos.

Na citação acima Silva, Chaves e Lima (2009) coloca a gênese como sendo a busca por ordenar e classificar o solo no qual atribui como parâmetros a similaridade, comparação, diferenças e afinidades entre si.

Já a morfogênese para Reichert (2007) e Heinrichs (2010) se encarrega da identificação dos solos (gênese, levantamento e classificação) e identifica a capacidade de desenvolvimento de plantas, de movimento da água, ao manejo no solo e resistência a degradação pelos processos erosivos. Coloca

como parâmetros para essa mensuração alguns aspectos como os horizontes e camadas do perfil do solo, espessura, transição entre horizontes, cor do solo, textura, estrutura, consistência, serosidade e superfície de fricção (slikensides), cimentação, nódulos, concretizações de minerais, porosidade e raízes entre outros.

## **Considerações**

Durante o percurso desta pesquisa foram colocados os procedimentos do processo de formação e pedogenético do solo e seus componentes, no qual se verificou os elementos que contribuem para resultado final do mesmo, assim como também a influência do intemperismo no processo de formação e pedogenético do solo.

Foi visto ainda as especificidades deste processo resultante de diferentes combinações e intensidade, e também a morfogênese e gênese do solo que tem como função de atribuir classificação ao mesmo, notando assim que estes elementos estão intimamente ligados pela suas características partes específicas além de inter-relacionados aos demais já citados.

A importância do solo ocorre por ser onde tem compartilhamento de minerais e intensas reposições pelos processos intempéricos, no qual torna os solos um local fértil para a produção agrícola, sendo assim de ínfima importância a humanidade, pois depende da sua fertilidade para produzir alimentos.

O solo apresenta fragilidade quanto a sua resistência aos processos intempéricos (erosão, latolização, podzolização, gleização, laterização, salinização, solidificação ou salinização entre outros), onde o material de origem corresponderá em nível de resistência de tais processos, no qual pode torná-lo estéril, ou seja, a falta de um mineral pode torná-lo inóspito a agricultura ou desequilibrar o ciclo do solo.

Assim diante do nível de resistência aos processos intempéricos atuantes que possam sobrepujar-se ao solo, tem-se a necessidade de conservá-lo para que o solo tenha equilíbrio na sua recomposição dos minerais e que o solo sempre seja fértil, sendo útil a humanidade.

## **Referências**

CAPUTO, Homero Pinto. **MECÂNICA DOS SOLOS E SUAS APLICAÇÕES**. L TC - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 6ª Edição, Revista e Ampliada, volume 1, Rio de Janeiro, RJ, 1988.

\_\_\_\_\_. **Mecânica dos solos e suas aplicações**. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos Editora Ltda, 6ª edição, v. 1, 1989.

Departamento de Geologia da FCUL. **Solo: a pele da Terra**. Mateus, A. (Coord.), Lisboa, (2008). Acessível em <http://geologia.fc.ul.pt/documents/163.pdf>, acessado em 11 de dezembro de 2015.  
Departamento de Solos. **CONTEÚDOS BÁSICOS DE GEOLOGIA E PEDOLOGIA**. Universidade Federal de Viçosa - Centro de Ciências Agrárias, Viçosa - Minas Gerais, 2005.

HEINRICH, Reges. **Composição do Solo**. Universidade Estadual Paulista, Campus de Dracena, 2010.

LADEIRA, Francisco Sergio Bernardes. **A AÇÃO ANTRÓPICA SOBRE OS SOLOS NOS DIFERENTES BIOMAS BRASILEIROS – TERRAS INDÍGENAS E SOLOS URBANOS**. Departamento de Geografia - Instituto de Geociências; Universidade Estadual de Campinas - Universidade Federal da Grande Dourados. Entre-Lugar, Dourados, MS, ano 3, n.6, p127 - 139, 2012.

LANZANOVA, Mastrângello Enívar; NICOLOSO, Rodrigo da Silveira et al. **ATRIBUTOS FÍSICOS DO SOLO EM SISTEMA DE INTEGRAÇÃO LAVOURA-PECUÁRIA SOB PLANTIO DIRETO**. R. Bras. Ci. Solo, 31:1131-1140, Rio Grande do Sul, 2007.

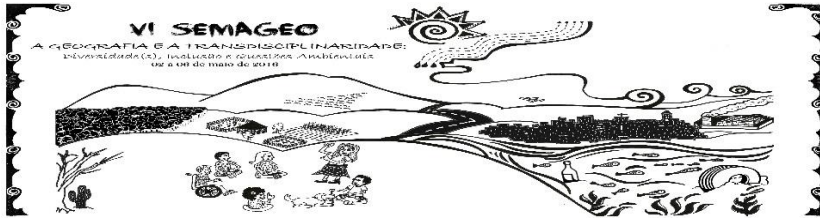
LIMA, Valmiqui Costa; LIMA, Marcelo Ricardo de; MELO, Vander de Freitas (Eds.). **O solo no meio ambiente**: abordagem para professores do ensino fundamental e médio e alunos do ensino médio. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de Solos e Engenharia Agrícola, 2007. 130 p.

REICHERT, José Miguel. **Fundamentos técnicos do solo**. Universidade Federal de Santa Maria – Centro de Ciências Rurais, Departamento de Solos, Rio Grande do Sul, junho de 2007.

ROSA, Rogério da Silva; MESSIAS, Rossine Amorim e AMBROZINI, Beatriz. **IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO DOS CICLOS BIOGEOQUÍMICOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**. Instituto de química de São Carlos, ciclos biogeoquímicos e desenvolvimento sustentável, São Carlos, 2013.

SILVA, Fernando Moreira da. CHAVES, Marcelo dos Santos e LIMA, Zuleide Maria C.. **Geografia Física II**—EDUFRN: ISBN 978-85-7273-564-3, Natal, RN, 2009.

\_\_\_\_\_. **Geografia Física II** / Fernando Moreira da Silva, Marcelo dos Santos Chaves, Zuleide Maria C. Lima. – Natal, RN: EDUFRN, 2009. 240 p.



## PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BODOQUENA: UMA ABORDAGEM SOBRE A RELEVÂNCIA DO JATOBÁ-MIRIM *GUIBOURTIA HYMENIFOLIA* (MORIC.) J. LEONARD EM UM ECOSISTEMA DE ÁREA RIBEIRINHA

Juliana de Lima Pereira  
Universidade Federal de Campina Grande - CFP  
juliana\_lima\_27@hotmail.com  
Elieide Gomes de Lima  
Universidade Federal de Campina Grande - CFP  
elieidelima3@gmail.com

### Resumo

Este trabalho trata da Unidade de Conservação Parque Nacional da Serra da Bodoquena, em Mato Grosso do Sul - Brasil, situado no Bioma Cerrado e ressalta a relevância da espécie representativa da flora o *Guibourtia hymenifolia* (Moric.) J. Leonard (o jatobá-mirim), dentro do ecossistema local. O método utilizado para o desenvolvimento desse trabalho foi a pesquisa bibliográfica sobre a temática abordada. Como resultados obtidos destacam-se a importância da espécie tanto na proteção das áreas ribeirinhas como no fornecimento de alimento para os animais frugívoros. Conclui-se a partir da pesquisa bibliográfica a necessidade de mais estudos referentes a espécie, sobretudo em outras áreas dentro do PNSB.

**Palavras-chave:** Unidade de Conservação, Serra da Bodoquena, Jatobá-Mirim.

### 1.Introdução

As Unidades de Conservação constituem importantes áreas para a preservação e manutenção de remanescentes naturais que abrigam espécies da fauna e da flora. São espaços delimitados estrategicamente e protegidos por lei federal (lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000).

O objetivo do presente trabalho é uma abordagem com relação a uma unidade de conservação, no caso, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (PNSB), Unidade de Proteção Integral, localizada no Mato Grosso do Sul. Dentro da referida Unidade ressaltamos a relevância de uma espécie da flora local, o *Guibourtia hymenifolia* ou jatobá-mirim como é popularmente conhecido.

O método utilizado foi à pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. A justificativa para abordagem da temática foi à possibilidade de entender melhor a função das Unidades de Conservação ambiental e alguns aspectos ecológicos de uma espécie representativa do bioma Cerrado.

O PNSB apresenta grande variedade em seus aspectos fitofisionômicos, tal fato decorre de sua localização geográfica que faz limite com quatro dos seis biomas brasileiros lhe conferindo peculiaridades paisagísticas de grande beleza natural.

A vegetação varia desde as áreas de mata ciliar à mata seca. São nesses dois ecossistemas distintos que se dá a ocorrência da espécie arbórea *Guibourtia hymenifolia* a qual buscamos conhecer melhor estabelecendo algumas de suas relações dentro do ecossistema local.

Na busca de respostas que pudessem conferir importância a espécie estudada dentro do ecossistema em questão, recorreu-se inicialmente a livros científicos relacionados a flora brasileira com ênfase na obra de Lorenzi (2002), não encontrando respostas suficientes buscou-se outras fontes de pesquisa como o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que através dos encartes do plano de manejo da Unidade de Conservação ofereceu grande riqueza de informações sobre a mesma, os artigos sobretudo na área de Biologia com destaque para o trabalho de Baptista (2009), que realizou um levantamento florístico dentro da unidade identificando a ocorrência da espécie também contribuiu na idealização do presente trabalho.

## **2. Refletindo a importância das Unidades de Conservação**

Os recursos naturais foram utilizados durante muito tempo pelo ser humano sem a menor preocupação de que um dia estes viessem a se esgotar. Só a partir do momento que se percebeu a necessidade de preservar e conservar tais recursos para a manutenção e equilíbrio da vida, o Estado começou a estabelecer formas de proteger da total devastação os ecossistemas naturais.

Na tentativa de alcançar um equilíbrio e estabelecer formas legais de proteção à natureza, o Estado passou a instituir leis, a criar normas e instituições que passaram a ser responsáveis pela proteção, fiscalização e elaboração de medidas que validassem essa proteção.

Nesse sentido, foi criado em 1872 o Parque Nacional do Yellowstone, nos Estados Unidos, que representa o início da criação de outros parques em todo mundo com a mesma perspectiva: a proteção ambiental de determinadas áreas que possuem elevado potencial biológico (Godoy, 2000).

O SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) foi instituído no Brasil pela lei 9.985 em 18 de julho de 2000 e estabelece parâmetros e regras para criar e gerir as Unidades de Conservação. O SNUC define Unidade de Conservação como:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas de jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (2000, p.13).

Assim, a Unidade de Conservação pode ser compreendida como uma área que possui determinadas particularidades em recursos naturais que precisam ser preservados em virtude de sua importância para o meio ambiente e para a sociedade.

Nesse sentido, tais áreas constituem-se em locais de elevada relevância não somente por estarem protegidos por lei da degradação ambiental, mas por serem fontes de importantes estudos e pesquisas da fauna e da flora, estes contribuem no entendimento de como os organismos estão adaptados ao meio possibilitando resultados que venham a contribuir na manutenção de importantes ecossistemas.

As Unidades de Conservação que fazem parte do SNUC são divididas em dois grupos distintos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável; a primeira tem como finalidade a preservação integral da natureza, permitindo apenas o uso indireto de seus recursos naturais, exceto fatos previstos em lei, já as Unidades de Uso Sustentável caracterizam-se como espaços em que os recursos naturais são utilizados somente em parte, visando à conservação destes (SNUC, 2000, p.21).

Nesse sentido, compreende-se que essas unidades possuem características distintas quanto à gestão e utilização de seus recursos, sendo que ambas buscam a conservação da biodiversidade existente nos ecossistemas.

No Brasil existem várias Unidades de Conservação como: Parque Nacional, Reserva Biológica, Área de Proteção Ambiental, Floresta Nacional dentre outras.

### **3.Descrição do Bioma Cerrado**

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro com cerca de 2 milhões de km<sup>2</sup>, localiza-se principalmente na região central do país, por isso faz fronteira com outros biomas: ao norte com a Amazônia, a leste e norte limita-se com a Caatinga, a leste e a sudeste com a Mata Atlântica e a sudoeste, com o Pantanal. Além do Distrito Federal se estende por mais dez estados: Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Bahia, Piauí, Minas Gerais, São Paulo e Paraná (MMA, 2009).

Levando em consideração as informações acima citadas, o cerrado pode ser considerado um bioma de grande extensão territorial, com uma vasta biodiversidade que se destaca entre uma das maiores do mundo.

Brown & Lomolino (2006, p.626) definem bioma como: “um tipo maior de vegetação natural que ocorre onde quer que um conjunto particular de condições de clima e de solo prevalece, mas que pode conter táxons diferentes em distintas regiões; por exemplo, pradarias temperadas”.

Portanto, bioma é um termo geral usado para designar a vegetação principal de uma determinada região que apresente características similares de clima, solo e outros fatores de ordem natural.

O clima que atua na região, segundo a Classificação Climática de Koppen-Geiger é o clima tropical úmido com inverno seco (Aw), apresenta uma estação quente e chuvosa entre os meses de outubro e abril e uma estação seca entre os meses de maio e setembro. As precipitações anuais são superiores a 750 mm e a temperatura média anual é de 22°C (ICMBio, 2013).

Com base no exposto, esse clima é típico de regiões tropicais e apresenta chuva de verão e inverno seco, com temperatura média amena durante o ano.

Quanto às características climáticas, segundo Klink & Machado:

O clima dessa região é estacional, onde um período chuvoso, que dura de outubro a março é seguido por um período seco, de abril a setembro. A precipitação média anual é de 1.500 mm e as temperaturas são geralmente amenas ao longo do ano, entre 22°C e 27°C em média (2005, p. 148).

Estas condições são definidas pela localização geográfica da região que é influenciada por fatores climáticos como: altitude, latitude e massas de ar, contribuindo para a ocorrência das temperaturas amenas citadas.

O bioma como resposta, não possui uma vegetação uniforme em toda sua área de abrangência, pelo contrário, ela é bem diversificada. “Compreende um mosaico de vários tipos de vegetação, savanas, matas, campos, áreas úmidas e matas de galerias etc” (MMA, 2009, p. 20).

Assim, o Cerrado apresenta uma diversidade em sua flora, com a presença de formações vegetais variadas como: os arbustos, os herbáceos e arbóreos, essa variedade na vegetação do Cerrado está diretamente ligada aos diferentes tipos de solos, de relevo e a outras condições de ordem natural.

Quanto à geomorfologia, se desenvolve “sobre planaltos sedimentares ou cristalinos, que formam grandes blocos homogêneos separados entre si por uma rede de depressões periféricas ou interplanálticas” (Brasil & Alvarenga, 1989 apud MMA, 2009, p. 24).

Apesar de toda riqueza biológica e natural do Cerrado, ele encontra-se ameaçado pela prática de atividades humanas, as quais degradam sua biodiversidade, como por exemplo: o crescimento de



áreas para o desenvolvimento da agropecuária, o desmatamento, as queimadas dentre outras. Essas práticas colocam em risco a existência de espécies animais, vegetais e de todos os recursos naturais presentes, até mesmo a vida do bioma. Faz-se necessário repensar a importância do bioma para o planeta e como fazer uso racional de todo esse patrimônio natural.

#### **4.Localização Geográfica do Parque Nacional**

O Parque Nacional da Serra da Bodoquena (PNSB) está localizado na região Centro-Oeste, no estado do Mato Grosso do Sul, com coordenadas geográficas: latitude S 20°34'10,43'' s 21°30'44,80'' longitude O 56°36'25,55'' o 56°51'39,92''. Abrange parte dos municípios de Bodoquena, Bonito, Jardim e Porto Murtinho. Possui uma área de aproximadamente 76.481 ha e perímetro de 295.62 km, esta Unidade de Conservação fica situada no bioma Cerrado e foi criada por decreto sem número, em 21 de setembro de 2000 (ICMBio, 2013).

Levando em consideração sua localização, esta Unidade de Conservação (Imagem 1) sofre a influência de Biomas que estão próximos como, por exemplo, o Pantanal, apresentando uma grande variedade de espécies animais e diferentes formações vegetais o que lhe confere características pouco comuns.

De acordo com dados do Planalto, o decreto de 21 de setembro de 2000, art. 1º, cria o referido Parque com o objetivo:

[...] de preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

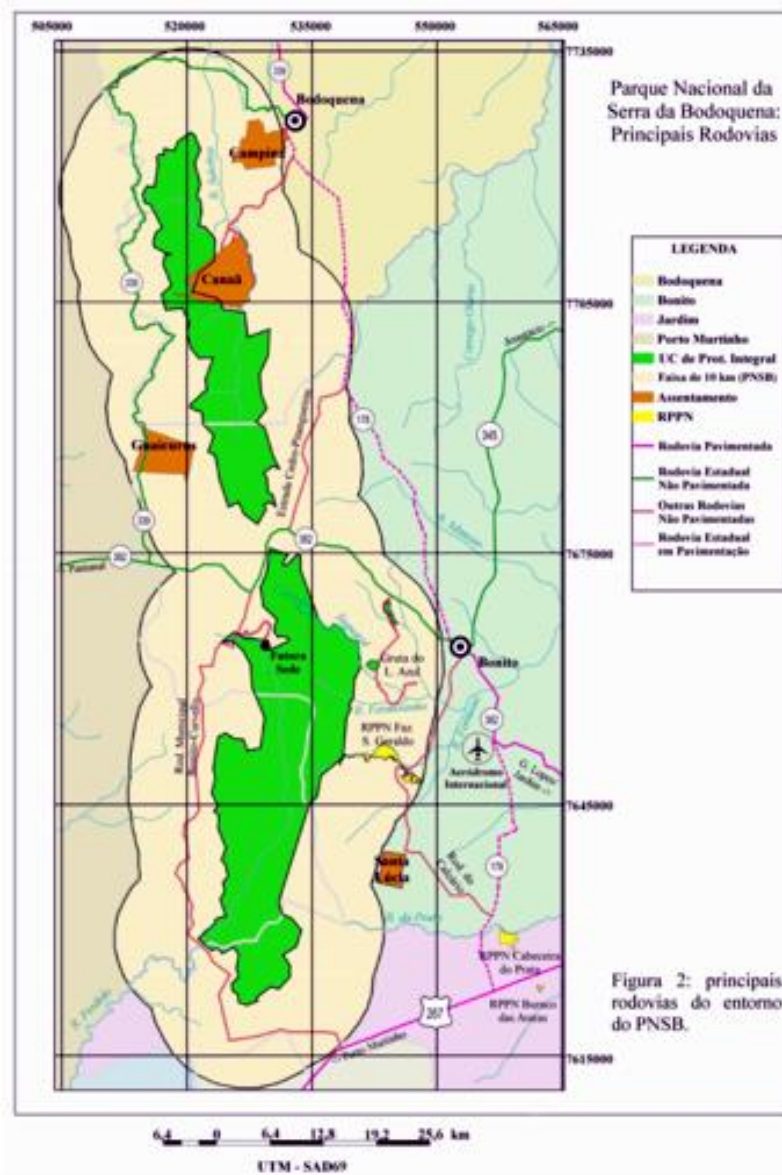


Figura 1: Mapa de localização do PARNA da Serra da Bodoquena  
 Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2013).

Fica evidente a importância apresentada pelo Parque, quanto a sua diversidade de ecossistemas, a sua bela paisagem natural e a contribuição para futuras pesquisas.

Com relação à geologia a região encontra-se localizada em um ambiente de transição entre a bacia sedimentar Fanerozóica do Paraná e os depósitos sedimentares Quaternários dos Pantaneais (MPGO, IBGE apud ICMBio, 2013). Dentro da unidade ocorrem predominantemente rochas pertencentes ao Grupo Corumbá (Formação Bocaina) que apresentam em sua constituição materiais como calcário e dolomito entre outros.

Esse tipo de formação geológica propiciou o desenvolvimento de um relevo predominantemente cárstico proveniente da dissolução das rochas carbonáticas originando as grutas e cavernas na região, famosas por sua beleza. Segundo (Sallum et. al. apud ICMBio, 2013)

As rochas do Grupo Corumbá são suscetíveis à dissolução pelas águas das chuvas, devido à reação químico entre o ácido carbônico e o carbonato de cálcio. A dissolução das rochas calcárias permitiu o desenvolvimento de um relevo cárstico, com todas as suas feições típicas, tais como rios subterrâneos, dolinas, lapíás, cavernas etc.

As propriedades físico-químicas das rochas favorecem o desenvolvimento do relevo cárstico, já que o mesmo ocorre em virtude da solubilidade das rochas em especial as rochas calcárias.

Ainda com relação ao relevo, no plano de manejo do Parque elaborado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2013), fica evidenciado a ocorrência do relevo cárstico, que confere a região características peculiares, com a presença de planícies savânicas, tufas calcárias e encostas florestadas.

Com a deposição dos carbonatos nas tufas calcárias ocorre à formação de piscinas naturais e cachoeiras, isso acontece em quase todas as drenagens que dividem o planalto, essa formação de tufas calcárias difere o relevo do Planalto da Bodoquena das demais áreas cársticas do Brasil (Boggiani et al. apud ICMBio, 2013).

Essa peculiaridade que ocorre na formação de tufas calcárias proporcionando um cenário belíssimo e incomum da natureza, resultado das condições do relevo e da geologia aliados ao clima local. A elaboração do compartimento da Serra da Bodoquena representa a constituição de uma barreira natural através da ação da água sob as rochas durante milhares de anos. O resultado é uma paisagem exuberante de cenários variados, com diferentes formações vegetais.

O Mato Grosso do Sul, estado onde fica situado o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (PNSB), localiza-se em uma região de encontro de diferentes ecossistemas possuindo assim relações fitogeográficas com o Chaco, Cerrado, Amazônia e Mata Atlântica, apresentando faixas de transição do Cerrado com outros ecossistemas designadas ecótonos (Pereira apud ICMBio, 2013).

Dentro da unidade do PNSB é possível observar uma variedade de espécies da fauna e da flora, reflexo desse ambiente riquíssimo com características únicas, a exemplo, pode-se citar a ocorrência de ecossistemas de grande importância na preservação e conservação da biodiversidade como a mata ciliar, fundamental para a proteção das margens dos rios e de outros mananciais.

Também denominada de florestada estacional semidecidual aluvial, a mata ciliar caracteriza-se pela ocorrência de espécies da flora adaptadas ao clima local, ou seja, a variação entre uma estação seca e outra chuvosa levou as espécies a adaptarem-se ao período de estresse hídrico perdendo

parcialmente sua folhagem no período seco. O dossel das árvores varia entre 15 m e espécies emergentes de 20 m (ICMBio, 2013).

Portanto, o solo nessas áreas geralmente é mais fértil em virtude da elevada quantidade de folhas que caem das árvores formando uma camada de matéria orgânica no solo.

Nessa formação vegetal ocorre o epifitismo de alguns vegetais as mais comuns são: espécies de orquídeas (*Campylocentrum sp*, *Epidendrum* e *Ionopsis utricularioides*); peperômia (*Peperomia pereskiaefolia*); espécie de guaiumbê de folha ondulada (*Philodendron undulatum*) e tilândsia, bromélia (*Tillandsia spp.*) (ICMBio, 2013). Assim, plantas epífitas são comuns nesse ambiente, pela necessidade de buscar luz para sobreviver, fixam-se sobre outras plantas, no entanto sem parasitismo. As epífitas vivem sobre outras plantas, sem retirar delas nenhum nutriente, estas outras plantas servem de apoio para que as epífitas busquem luz.

Outra formação florestal do PNSB que, segundo o ICMBio (2013), está restrita a Serra da Bodoquena é a floresta estacional decidual submontana. Caracterizada por espécies decíduas, durante a estação seca a maior parte das árvores perdem as folhas, o solo raso de origem calcária característico de um relevo marcado por encostas e topos de morros apresenta-se como um fator limitante para a sobrevivência das espécies. Esta formação florestal recobre quase a totalidade do PNSB cerca de 70.000 ha, ou seja, 91% de sua área total.

Ainda sobre a floresta estacional decidual submontana, é interessante informar as epífitas mais frequentes: *Campylocentrum sp*, *Cattleya nobilior* e *Ionopsis utricularioides* que são orquídeas; *peperomia spp.* (peperômia) e *Tillandsia geminiflora* (bromélia) (ICMBio, 2013).

Nesse sentido percebe-se a influência do relevo e do solo na constituição desses ecossistemas, condicionando a ocorrência de determinadas espécies da flora resultando, portanto, em variações fitofisionômicas características, sendo essa uma qualidade marcante do cerrado brasileiro.

Outros ecossistemas que são encontrados dentro do PNSB é a savana florestada com características fisionômicas florestais, possui elementos comuns em relação à floresta semidecidual em função do ambiente apresentar propriedades semelhantes. A vegetação de áreas úmidas que possui uma função importante na manutenção dos recursos hídricos, pois filtra, recolhe e estoca a água nas imediações esta representada de maneira mais significativa pelas seguintes famílias: Poaceae, Cyperaceae, Asteraceae, Leguminosae, Euphorbiaceae e Characeae (ICMBio, 2013).

Essas formações vegetais possuem funções relevantes dentro do ecossistema, embora ocorra em menor percentual dentro da unidade de conservação se comparadas com a floresta decidual submontana que ocupa a quase totalidade do parque, mas isso não diminui sua importância.

Dentre as famílias botânicas que compõem a vegetação do PNSB em estudos realizado por Baptista, dentro da unidade a autora destaca as seguintes famílias como de maior representatividade: Fabaceae (Leguminosae), Myrtaceae, Sapindaceae, Euphorbiaceae, Moraceae, Meliaceae, Rutaceae, Rubiaceae, Malvaceae e Bignoniaceae. Distribuídas dentro da unidade, nos diferentes ecossistemas, a autora destaca a família Leguminosae com 51 espécies representando 16,6% do total (Baptista, et al. 2009).

Tendo como referência a representatividade da família botânica Leguminosae, e as várias espécies que fazem parte da mesma tomamos como base para estudo a espécie *Guibourtia hymenifolia* (Moric.) J. Leonard, mais conhecida popularmente como Jatobá-mirim ou Copaibeira.

### **5. A espécie: *Guibourtia hymenifolia* (Moric.) J. Leonard**

O jatobá-mirim como é conhecido popularmente é uma espécie arbórea pertencente à família botânica Leguminosae-Caesalpinioideae cujo nome científico é *Guibourtia Hymenifolia* (Moric.) J. Leonard, seu dossel varia entre 10 e 18 m, apresenta copa alongada, possui tronco ereto e cilíndrico, com casca grossa e descamante, suas flores são brancas, folhas bifolioladas e o fruto produzido é uma vagem contendo uma única semente na cor vermelha (Lorenzi, 2002, p.165).

Segundo Lorenzi apud Battilani (2011, p. 1089):

No Brasil, ocorre naturalmente nos estados da Região Nordeste, na Caatinga arbórea e no Pantanal Mato-Grossense, na mata Chaquenha. Apresenta distribuição exclusiva em Florestas Estacionais Decíduas e Semidecíduas sob solos ricos com afloramentos de rochas calcárias.

Nesse sentido podemos considerar a relevância das condições ambientais do relevo, solo e clima local como determinantes na adaptação do jatobá-mirim, o solo de origem calcária e a floresta estacional que tem como característica o fato de ser um ambiente de transição, o que favorece a ocorrência dessa espécie.



Figura 2: Espécie: *Guibourtia hymenifolia*. Fonte: Lorenzi, 2002.

Lorenzi (2002), descreve o jatobá-mirim como uma planta semidecidual, ou seja, apresenta perda de parte de suas folhas durante todo o ano, heliófita, necessitando diretamente de luz solar para seu crescimento, xerófito, adaptada a sazonalidade climática que apresenta como característica principal uma estação seca e uma chuvosa. O ICMBio cita a espécie como emergente em trechos de mata ciliar dentro do PARNA da Serra da Bodoquena, ou seja, o ambiente oferece condições favoráveis para que a espécie se sobressaia.

De acordo com Reys et. al (2005), analisando dados sobre a fenologia reprodutiva e disponibilidade de frutos de espécies arbóreas em mata ciliar constatou-se que o *Guibourtia hymenifolia* apresentou alta taxa de maturação no mês de agosto, tendo está influenciado no processo de frutificação de outras espécies por atrair animais frugívoros, devido à alta disponibilidade de recursos, os quais podem ter polinizado outras plantas.

Nessa perspectiva é possível notar a relevância da espécie dentro do ecossistema já que os seus frutos servem de alimento para os animais que por sua vez fazem a dispersão das sementes da mesma contribuindo assim para a sua distribuição.

A dispersão das sementes proporciona a ocorrência da espécie em outras áreas mais distantes de seus genitores evitando assim intensa competição com estes garantindo a sobrevivência da mesma.

A madeira do jatobá-mirim possui várias indicações como a utilização na construção civil, confecção de mobiliário de luxo, batentes de portas, janelas etc. Lorenzi (2002), o autor também cita sua relevância na composição de áreas de reflorestamento.

Dentro dessas constatações encontramos a oposição entre as práticas voltadas para a preservação dos ecossistemas naturais e o consumo dos recursos naturais que tem levado a extinção de várias espécies da fauna e da flora. Segundo o plano de manejo do PNSB a ação antrópica no entorno da unidade se dá principalmente em função da utilização de terras para a pecuária.

Essa atividade constitui-se, portanto em uma ameaça a preservação da biodiversidade local o que nos leva a refletir sobre a importância da criação das unidades de conservação como uma forma de possibilitar a manutenção de importantes recursos ecológicos e também a fiscalização de tais áreas, que em alguns casos acabam por não atenderem realmente a função de preservação das espécies que constituem sua biota devido à realização de atividades humanas ilegais como caça e extração de madeira.

Françoso et. al (2011), destaca que no Cerrado há uma grande relação entre a fitofisionomia e a fauna, sendo que os tipos de vegetação em tais áreas determinam a ocorrência de sua fauna. Diante disso podemos constatar que o Jatobá-mirim assim como as demais espécies ocorrentes nas áreas da reserva tem importante papel ecológico na manutenção dos ecossistemas da região, principalmente por ser uma espécie zoocórica como citado por Battilani (2011), tendo papel relevante na disponibilidade de recursos na alimentação de espécies frugívoras.

Não é somente a capacidade de fornecer alimento para as espécies de animais frugívoros que tornam o jatobá-mirim uma espécie importante na manutenção do ecossistema local do PNSB, a sua localização dentro dos trechos de Floresta estacional semidecidual aluvial tem papel relevante na proteção e manutenção dos rios, por constituir uma importante barreira física, como cita a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH (2007), evitando a erosão do solo na área de mata ciliar e consequente assoreamento do rio, assim como pode servir de abrigo para a reprodução, alimentação e refúgio de diversas espécies da fauna local.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Florestas – IBF, 2015, o jatobá-mirim é uma planta que se desenvolve em matas ciliares não alagáveis, este apresenta uma madeira pesada e dura ao corte, sendo bastante resistente ao ataque de cupins. Podemos constatar que tal resistência pode favorecer a ocorrência da espécie na mata ciliar, uma vez que esta pode dificultar a ação dos agentes causadores de doenças e espécies parasitas que podem causar danos à planta. O IBF ainda destaca a distribuição geográfica da espécie que abrange na América do Sul e Central, ocorrendo no México e Antilhas até a Argentina; no Brasil, ocorre na Amazônia, Piauí (caatinga), Pantanal, mata caquenha

calcária até o norte do Paraná. O mesmo contém um fruto comestível, rico em magnésio e cálcio e sua seiva se destina a fabricação de verniz.

De acordo com o plano de manejo da Unidade de Conservação *o Guibourtia hymenifolia* também faz parte do ecossistema de floresta estacional decidual submontana do PNSB como uma das principais espécies que compõem as áreas de encostas e topos de morro, entretanto nas literaturas consultadas não encontraram-se trabalhos referentes à espécie nessas áreas, talvez em função do fato que a ocorrência das áreas de mata ciliar dentro da unidade apresente uma elevada relevância por estarem associada à proteção e manutenção de recursos hídricos, este pode, portanto representar o motivo pelo qual essas áreas sejam foco maior em pesquisas e estudos das espécies da fauna e flora local.

Ainda em relação aos estudos realizados sobre a espécie observamos que apesar de sua importância são poucas as pesquisas encontradas quanto à ecologia e outros aspectos referentes à botânica da espécie.

## **Considerações**

Diante do que foi exposto, pode-se concluir que o Parque Nacional da Serra da Bodoquena é um espaço de paisagens diferenciadas, apresenta uma rica biodiversidade, com vegetação marcante dessa riqueza biótica.

O objetivo de mostrar a importância da espécie *Guibourtia hymenifolia* (jatobá-mirim) dentro da Unidade de Conservação em questão foi alcançado. Sua relevância evidencia-se tanto na proteção das áreas ribeirinhas como no fornecimento de alimento para os animais frugívoros.

Ressaltamos a necessidade de mais estudos referentes à ecologia da espécie, sobretudo em outras áreas dentro do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, além das matas ciliares que são o foco das pesquisas encontradas sobre o jatobá-mirim.

## **Referências**

BAHIA, Secretaria de meio ambiente e recursos hídricos. SEMARH. **Recomposição de matas ciliares**. 3ª ed. Salvador: Gráfica Print Folhas, 2007. 46p.

BAPTISTA-Maria, Vivian Ribeiro; RODRIGUES Ricardo Ribeiro; JUNIOR, Geraldo Damasceno; MARIA, Fabrício de Souza; SOUZA, Vinicius Castro. Composição florística de florestas estacionais ribeirinhas no Estado de Mato Grosso do Sul. **Acta Botânica Brasileira**, v.23, n.2, 2009. p.535-548.



BATTILANI, Joalice Lube; SANTIAGO, Etenaldo Felipe; DIAS, Edna Scremin. Morfologia de frutos, sementes, plântulas e plantas jovens de *Guibourtia hymenifolia* (MORIC.) J. Leonard (Fabaceae). Viçosa-MG, **Revista Árvore**, v.35, n.5, 2011. p.1089-1098.

BRASIL. Presidência da República. Lei N° 9.985, 18 de julho de 2000. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 28/01/2015.

BROWN, James H; LOMOLINO, Mark V.; tradução Iulo Feliciano Afonso; revisão técnica Adler Guilherme Viadana; adaptação Francisco A. Moura Duarte. **Biogeografia**. 2. ed. rev. e ampl. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC Editora, 2006.

FRANÇOSO, Renata Dias; BRANDÃO, Reuber Albuquerque; BATISTA, Victor Botelho Graças. Identificação de áreas relevantes para conservação com base em indicadores biológicos: subsídio ao zoneamento de dois parques nacionais do Cerrado brasileiro. Uberlândia, MG: **Caminhos de Geografia**, v.12, n.40, dezembro de 2011. p.106-118.

GODOY, Ana. O modelo da natureza e a natureza do modelo. São Paulo em perspectiva, v. 14, n. 4, 2000. p. 129 - 138.

INSTITUTO Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. **Plano de manejo: Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. MMA/ICMBio: Brasília, abril, 2013.

INSTITUTO Brasileiro de Florestas - IBF. **Jatobá-mirim - Guibourtia hymenifolia**. Disponível em: <<http://www.ibflorestas.gov.br>>. Acesso em: 28/01/2015.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, v.1, n.1, julho 2005. p.147-155.

LORENZI, Harri. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil**, vol. 2. 2. ed. Nova Odessa, SP: INSTITUTO PLANTARUM, 2002.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente – MMA. **Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no Cerrado – PPCerrado**. Brasília, setembro de 2009.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente – MMA; INSTITUTO Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; CENTRO Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – PREVFOGO. **Plano Operativo de Prevenção e Combate aos Incêndios do Parque Nacional da Serra da Bodoquena - MS**. Bonito, agosto de 2006.

SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação: texto da Lei 9.984 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo congresso Nacional. 2ª ed. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000.

REYS, Paula; GALETTI Mauro; MORELLATO, L. Patrícia C.; SABINO, José. Fenologia reprodutiva e disponibilidade de frutos de espécies arbóreas em mata ciliar no rio Formoso, Mato Grosso do Sul. **Biota Neotrópica**, v.5, n.2, 2005. p. 1-10.



## PROCESSO DO CICLO HIDROLÓGICO E OS IMPACTOS CAUSADOS PELA AÇÃO ANTRÓPICA

Paulo Edson Cordeiro de Sousa  
Universidade Federal de Campina Grande-UFCG/CFP  
Edsoncordeiro33@gmail.com

Jaci Araújo de Sousa  
Universidade Federal de Campina Grande- UFCG/CFP  
jacysousadearaujo@hotmail.com.br

### RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo mostrar o ciclo hidrológico de forma mais aprofundada e as interferências que ocorre no mesmo devido à ação humana. Além do mais, busca-se analisar os efeitos negativos que podem causar a saúde humana. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica no qual enfatiza a análise das consequências que a Revolução Industrial e a Revolução Verde proporcionou e ainda continua, tanto ao ciclo hidrológico como a vida humana, uma vez que estes dois momentos contribuíram e contribuem até hoje, para que a água se tornasse um dos assuntos mais debatidos e questionados em relação ao seu uso e distribuição. Se o ser humano utiliza de toda sua criatividade e interesse para melhorar a qualidade da vida e despertar o crescimento econômico do país, torna-se necessário refletir sobre sua atuação no espaço, pois suas ações estão comprometendo a presença e qualidade deste recurso no território.

**PALAVRAS – CHAVE:** Ciclo Hidrológico; Ação Antrópica; Ameaças à Saúde Humana.

### 1.INTRODUÇÃO

A água é um dos elementos naturais existente no planeta Terra que é essencial para que haja a existência da vida. Este elemento também ganha destaque no que se refere ao processo de produção e desenvolvimento econômico do país, uma vez que o ser humano utiliza água não só para seu consumo mais também, insere- a em todas as suas outras atividades, onde estas são realizadas na tentativa de gerar uma melhor qualidade de vida para os seres humanos e elevar o desenvolvimento do país.

Mesmo esse recurso sendo tão precioso para a vida e o desenvolvimento de um determinado país, o ser humano ao longo dos tempos vem interferindo na dinâmica das águas (ciclo hidrológico) no planeta Terra através de sua atuação no espaço. As ações desenvolvidas pelo homem no espaço, tende a comprometer não só a qualidade das águas, a presença dela nos reservatórios superficiais ou subterrâneos, sua distribuição natural, mais também esta comprometendo diretamente sua saúde.

O presente artigo tem como objetivo apresentar o ciclo hidrológico e as interferências que o ser humano exerce sobre o mesmo. Visto que, como qualquer outro processo que a natureza executa, a ação humana tende a interferir diretamente causando impactos não só aos próprios processos executados pela natureza mais também gera uma série de ameaças à saúde humana.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica no qual se apóia em diversos autores a fim de oferecer suporte as discussões teóricas existente no artigo. O mesmo contém em sua estrutura uma abordagem mais aprofundada sobre o processo do ciclo hidrológico mostrando todo o percurso que a água faz e os efeitos naturais que esta provoca no ambiente quando entra em contato com o solo e as rochas; como também, traz uma análise crítica acerca dos acontecimentos como Revolução Verde, Revolução Industrial e outras ações que o ser humano tem desenvolvido evidenciando as consequências e impactos que estas trouxeram ao ciclo hidrológico e a saúde humana, e por fim, as considerações finais.

Apesar de a água ser uma das temáticas mais discutida atualmente, muitos indivíduos ainda não conhecem de forma mais abrangente o ciclo hidrológico e não reconhecem que a ação humana sobre o espaço não só provoca impactos ao meio ambiente, mais de forma bastante específica, intervém diretamente no processo do ciclo hidrológico. Mediante a isto, torna-se necessário transmitir este conhecimento para que todos possam identificar as consequências que determinada ação desenvolvida pelo ser humano irá provocar sobre o ciclo hidrológico para assim, buscar medidas capazes de amenizar ou reverter tais consequências.

## **2.CICLO HIDROLÓGICO**

O ciclo hidrológico é um dos ciclos mais importante da natureza e necessário para a sobrevivência de todos os seres vivos. Tal processo remete ao percurso feito pela água tanto na fase terrestre como na aérea, e em diferentes estados, formando um ciclo (SANTOS, et al, 2001).

A água não fica parada em um só lugar, existem outros processos pelo qual a água passa dentro do ciclo hidrológico, tais como: evaporação, condensação, precipitação e infiltração. A evaporação é quando a água que está em um reservatório ou em uma planta que ao entrar em contato com o calor fornecido pelo sol (energia térmica solar) ou por outra forma de calor, passa para o estado de vapor. Quando isso acontece, as partículas de água em forma de vapor serão elevadas para a atmosfera.

Quando essas partículas de água chegam a uma determinada altitude, vai ocorrer um resfriamento das mesmas, que vão se aglomerando umas as outras, entrando no estado de condensação e ficando mais pesadas, formando as nuvens, que podem se precipitar em seu local de

formação ou em outro lugar quando transportadas através dos ventos.

A precipitação consiste na água que chega à superfície terrestre, proveniente do vapor d'água na atmosfera, sob a forma de chuva, granizo, neve, orvalho, etc. (FREIRE e OMENA, 2005). O estado em que essa água irá cair na superfície, seja na forma de granizo, neve ou gotículas de água irá depender do clima, tempo ou localização geográfica de determinado local.

Quando a precipitação cair sobre o solo ocorrerá a retenção da água pela raiz das plantas (vegetação). Quanto maior a infiltração, menor será o volume excedente e seu escoamento. A infiltração é a entrada vertical da água no perfil do solo no sentido de cima para baixo (CAUDURO; DORFMAN, 1988). Essa água quando se infiltra no solo desce para as partes mais profundas causando a lixiviação do solo. Quaggio (1986, p. 12) denomina lixiviação como “movimento dos íons para as camadas mais profundas do solo, fora do alcance do sistema radicular, por meio de um fluxo descendente de água”.

Contudo a quantidade de água que irá infiltrar-se no solo dependerá do tipo do solo, se o solo for mais arenoso terá uma permeabilidade maior ocorrendo assim uma maior infiltração. Caso ele seja argiloso a permeabilidade da água será menor havendo uma menor infiltração. Sendo assim, a permeabilidade será a capacidade que o solo apresenta de permitir o escoamento da água através dele (CAPUTO, 1996). Sendo o processo de lixiviação um dos principais mecanismos de perdas de nutrientes, contribuindo de maneira significativa para a acidificação do solo (REICHARDT, 1986).

É interessante destacar a importância da vegetação para o solo e para captação da água, pois se o solo estiver desnudo, sem vegetação, ocorrerá mais rápido o processo erosivo e escoamento superficial. Fazendo com que a água não seja absorvida pelo solo. Reis (2004) vai destacar que, a localização da cobertura florestal nas áreas dos mananciais de uma bacia hidrográfica é relevante para que o meio se beneficie de suas funções, visando garantir a manutenção da qualidade das águas.

Outra função da vegetação é que ela atua como manto protetor no solo evitando a ocorrência do processo erosivo no mesmo. A presença da vegetação no solo faz com que ocorra a retenção de água evitando que esta escoe sobre a superfície causando erosão, desde pequenas ravinas, que para Bergsma et al (1996) são canais com profundidades de até 30 cm, até grandes voçorocas. Há também dois fatores que contribui para que ocorra estes processos erosivos que são a força gravitacional e a declividade do terreno. Lembrando que quanto maior a declividade do solo, maior será a ação da água sobre ele.

A água pode também infiltrar-se nas rochas e isso dependerá da composição mineral de cada rocha. Quando a água penetrar nas pequenas fendas das rochas, irá promover o processo de meteorização da mesma. Contudo há rochas que possuem minerais mais resistentes do que outros.

Em lugares frios com gelo, quando essa água entrar nas pequenas fendas das rochas vai passar do estado líquido para o sólido, ou seja, vai congelar e este processo ocasionará uma expansão e consequentemente uma fratura na rocha.

Após este acontecimento, os fragmentos que foi meteorizado vão ser levados pela água, para locais mais baixos, normalmente as bacias sedimentares. Essa água pode ir parar nos lençóis freáticos, ou simplesmente evapora formando as nuvens preparando-se para a ocorrência da precipitação novamente.

Essa água cai nos continentes, rios, reservatório e oceanos, dando continuidade ao mesmo processo, do ciclo hidrológico. Tendo uma interação entre as águas que caem nos oceanos e a dos continentes. As que caem nos continentes têm como destino lagos, rios, entre outros reservatórios e essa água será utilizada para o consumo humano e de animais e plantas assim como para as indústrias. Às vezes essas águas não chegam a alcançar os reservatórios superficiais evaporando antes mesmo de chegar ao seu destino. Já as águas que caem nos oceanos boa parte evapora e são trazidas para os continentes através da precipitação.

Diante a todo este percurso que a água faz, encontramos água no planeta Terra sob a condição de três estados físicos que são: líquido, sólido e gasoso. No estado líquido, as águas são encontrados em mananciais, lagos, rios, mares e oceanos, assim como reservatórios superficiais e subterrâneos. No que se refere-se ao estado sólido, estas são encontradas nas geleiras em forma de gelo e por fim no estado gasoso quando a água estiver passando pelo processo de evaporação e de evapotranspiração.

O ciclo hidrológico é um processo complexo, essencial para que haja vida e desenvolvimento na Terra e também pode causar algumas consequências negativas ao o solo dependendo da atuação do homem sobre o mesmo. No entanto, a ação do homem além de proporcionar a intensificação destes efeitos negativos está também a interferir no desenvolvimento natural das etapas que percorre o ciclo hidrológico.

Por isso é necessário conhecer o ciclo hidrológico de maneira aprofundada afim de identificar não só aonde o homem vem interferindo no percurso do ciclo hidrológico, mais também, para que possamos reconhecer as consequências que isto nós proporcionará para assim buscar medidas capazes de amenizar esses acontecimentos.

### **3.A AÇÃO ANTRÓPICA SOBRE O CICLO HIDROLÓGICO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS**

Mesmo sendo essencial ao desenvolvimento da vida e da economia em todas as regiões do

planeta, o ciclo hidrológico encontra-se ameaçado pela ação antrópica. O ser humano ao desenvolver suas atividades no espaço acaba por interferir no mecanismo natural do ciclo hidrológico como também, proporciona uma série de consequências a saúde humana.

Evidencia-se que a ação da natureza já por si só pode causar danos ao solo como todo o meio ambiente, porém é um processo natural e contínuo. Mas o homem tem a cada dia agravado a situação, causando um desequilíbrio ao meio ambiente. Mckibben (2006, p. 585) afirma que:

Os humanos têm modificado o meio ambiente pelo desmatamento, pela agricultura e por outros tipos de uso do solo ao longo de toda a história registrada, mas os efeitos no tempos antigos era, comumente, ao habitat local ou regional. A sociedade atual afeta o meio ambiente numa escala inteiramente nova: nossas atividades podem ter consequências globais.

O autor destaca que houve uma ampliação desses danos o que antes ocorria só na escala local, hoje tem uma dimensão bem maior. De acordo com o Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO (2002), a crescente urbanização provoca o grande acúmulo de dejetos humanos e estes na maioria das vezes, não são coletados para tratamento e acabam sendo despejados nos rios in natura. Os rios são as vítimas de conceito muito antigo no qual vem recebendo a dispersão dos esgotos tanto domésticos como industriais.

No entanto, essa quantidade de lixo, esgotos e produtos químicos descartados nos solos e rios deixam as águas contaminadas. Essa contaminação das águas devido a esses fatores e principalmente pelos despejos dos esgotos domésticos consiste numa grande ameaça à saúde pública, uma vez que a falta de tratamento adequado é a causa da alta mortalidade infantil nos países subdesenvolvidos.

Outro momento que contribuiu para a questão do consumo exagerado e contaminação da água foi à Revolução Verde. Este acontecimento contribuiu para a introdução de tecnologias no campo e o aumento da produção em larga escala. Contudo, também trouxe efeitos negativos no que se refere às águas e a saúde humana.

Quando chega ao final da Segunda Guerra Mundial as indústrias químicas que abasteciam no período de guerra passou a investir, produzir e incentivar o uso de agrotóxico: herbicida, fungicida, inseticida e fertilizante químicos na produção agrícola para eliminar fungos, insetos e ervas daninhas. Esse conjunto de fatores ficou conhecido mundialmente de “Revolução Verde”.

Esse foi considerado um dos maiores avanços significativos para a modernização da agrícola. Zamberlam e Fronchet (2001, p. 17) evidenciam que isso ocorreu quando:

Grandes empresários perceberam que um dos caminhos do lucro permanente eram os alimentos. Possuindo grandes sobras de material de guerra (indústria química e mecânica), direcionaram tais sobras para a agricultura. Encarregaram as fundações Ford e Rockfeller, o banco Mundial, entre outros, para sistematizarem o processo. Estes montaram a rede mundial GCPAI – Grupo Consultivo de Pesquisa

Internacional – que é, na realidade, o somatório de centros de pesquisa e treinamento localizados em todo o mundo.

Diante a isto, começam a realizarem estudos sobre a fragilidade da agricultura, passando a investir em técnicas que melhorassem as sementes de milho, trigo e arroz. O discurso era acabar com a fome que existia naquele período, mas na verdade o interesse por trás desse discurso era outro. O principal interesse das empresas que investiram nesse projeto era o lucro.

É importante deixar claro que a Revolução Verde teve efeitos benéficos como a produção de alimentos para uma grande população que estava passando por um período de escassez de alimentos naquele período. A partir das descobertas que melhorava a qualidade das sementes ocorreu uma expansão no setor agrícola em âmbito mundial. O surgimento da mecânica, a máquina a vapor, da genética vegetal, e da química agrícola, contribuiu muito para que esse projeto se expandisse (ZAMBERLAM e FRONCHET, 2001).

Utilizado desses meios a produção agrícola aumentou em larga escala, mas em contrapartida uma série de danos foi e vem sendo causados, no qual vale destacar a contaminação do solo, do lençol freático e o mais grave que é os danos causados a saúde humana.

Com essa nova tecnologia o uso de agrotóxicos passou a ser utilizado de forma indiscriminada, em lavouras com o objetivo de matar os insetos e fungos. Entretanto, esse veneno é nocivo a saúde humana, pois as pessoas que trabalham na agricultura e estão em contato com estes apresentam grandes chances de morrerem intoxicada com agrotóxicos, assim como mostra Pinheiro:

Foi ensinado que para misturar o DDT, formulado com pó molhável, na água, o agricultor deveria usar o braço, com a mão aberta girando meia volta em um e outro sentido, para facilitar a mistura. Como o DDT tem uma dose letal alta, não havia maiores problemas. Somente depois de 15 anos eles apareciam. Porém, quando o agricultor tentou repetir a técnica com o Parathion, primeiro fosforado introduzido no Brasil, caiu morto, fulminado! (PINHEIRO, 1998, p. 22).

Além do mais, os agrotóxicos podem afetar a saúde dos seres humanos através da alimentação, tanto de origem vegetal como animal, e também pelo consumo de água (VAZ, 2006). Os resíduos de agrotóxicos estarão presentes nos alimentos que são consumidos pelos seres humanos seja de forma direta (pulverização nas plantações) ou indireta (através da utilização de água contaminada pelos agrotóxicos durante o processo de produção dos alimentos e consumo dos animais).

No que se refere à presença destes nas águas, ocorrerá pelo fato da contaminação dos lençóis freáticos por venenos que são colocados nas plantações e passam para o solo e subsolo chegando até as águas subterrâneas. Consequentemente a água e o solo ficaram contaminados e quando essa água for utilizada, seja para o consumo humano ou para irrigação, vai contaminar quem consumir e a

plantação que foi irrigada, como também o solo que se tornará impróprio para plantação por ter sido contaminado.

Esse veneno quando encontrado em águas ou em lençóis freáticos, através do processo do ciclo hidrológico, vai se espalhando e atingindo outras áreas, contaminando pessoas, animais e tornando o solo impróprio para qualquer cultura. Lembrando que esses danos não ficam e nem permanecem unicamente no lugar que ocorre essa contaminação. Como a água está em constante movimento, através do ciclo natural da água, a tendência é de que uma área bem maior seja contaminada.

Quanto os impactos direcionados ao ciclo hidrológico através da revolução verde vale destacar que além da contaminação das águas há também a interferência no processo de infiltração da água no solo. A Revolução Verde foi o estopim para a introdução de máquinas pesadas no campo e a utilização destas com frequência em um determinado terreno deixa o solo compactado. Sendo assim, a água da chuva ao cair no solo tende a não se infiltrar no mesmo, onde esta água irá passar pelo escoamento superficial. Neste caso, não haverá a recarga das reservas de água subterrâneas.

Não ficando fora desse contexto de avanços na sociedade com grandes impactos sobre o processo do ciclo hidrológico e da saúde humana, adiciona-se também a esta situação a Revolução Industrial, processo este que ocorreu no século XVIII-XIX. A Revolução Industrial não só provocou a introdução da máquina a vapor nas indústrias e a expansão das mesmas, mais gerou também, o processo de urbanização desordenado. Isto aconteceu devido muitos habitantes da zona rural deixaram o campo em busca de emprego nas cidades na tentativa de uma qualidade de vida melhor.

Entretanto a cidade não estava preparada para receber esses novos habitantes e nem muito menos havia emprego para todas estas pessoas. Tal fato causou um desequilíbrio urbano, onde as pessoas começaram a construir casas em lugares impróprios, a devastarem grandes áreas para introdução de suas residências, lançamento de esgotos a céu abertos, poluição do ar, ruas e também das águas.

As fábricas passaram a utilizar máquinas a vapor que para os donos destas obtivessem um benefício imenso, que era o uso de poucas pessoas para executar um trabalho e uma produção maior dos produtos fabricados. Um processo de industrialização foi criado e grandes quantidades de máquinas a vapor foram implantadas nas fábricas.

Essas máquinas eram movida a carvão e lançavam gases poluentes na atmosfera, como o dióxido de carbono que é produzido pela queima de combustíveis.

Em razão a introdução desses gases poluentes na atmosfera mudanças significativas vem acontecendo no ciclo hidrológico. Uma vez que a intensa atividade industrial e outras ações humanas



causam a poluição atmosférica e aumenta consideravelmente a quantidade de gás que provoca o efeito estufa (dióxido de carbono). Devido a isso, ocorrem significativas mudanças tanto no clima como na qualidade das águas das precipitações.

Outro fator considerável dentro da Revolução Industrial é que a partir da mesma, o incentivo ao sistema capitalismo passou a se espalhar por outros países desencadeando assim, o consumismo exagerado, uma vez que isso é necessário para sustentar o sistema capitalista.

Com isso, grandes quantidades de recursos naturais eram extraídas da natureza, como minério de ferro, madeira, entre outros. E isso vem sendo feito até hoje e com maior intensidade, a cada dia a nossa sociedade vem consumindo mais e entre esses recursos está a água, sendo a mesma necessária para a produção de diversos produtos, como exemplo temos as metalúrgicas que gastam muita água para o resfriamento do ferro.

A extração da madeira para a comercialização e o desmatamento da vegetação nativa para o plantio da monocultura e a criação de gado tem provocado interferências gravíssimas no desenvolvimento do ciclo hidrológico. Sem a presença da vegetação o solo fica desnudo e por consequência altera a taxa de evapotranspiração, evaporação, diminui o processo de infiltração e faz com que ocorra o escoamento superficial rápido provocando assim, a erosão no solo e enchentes (TUNDISI, 2006).

Junto com a Revolução industrial ocorreu também expansão do comércio e em consequência a isto a necessidade de impermeabilizar os solos. Fritzen e Binda (2011) afirmam que a impermeabilização do solo afeta a parte superficial do ciclo hidrológico, no que se refere ao processo de infiltração e escoamento superficial. Tal fato faz com que haja a obstrução da infiltração e aumento do escoamento superficial. Sendo assim, a precipitação é impedida de infiltrar na superfície devido a camada asfáltica que o ser humano colocou sobre o solo, onde está escoando alimentando as reservas superficiais.

Santos (1998) afirma que o aumento cada vez mais do consumo de água; decorrente da grande concentração urbana, industrialização, crescimento populacional; e o aumento dos volumes de efluentes lançados nos cursos de água geram situações inevitáveis de carência de água, que podem ser agravadas pela ocorrência das secas. Na busca de solucionar esses problemas futuros, o homem passa a construir grandes reservatórios de água.

Porém, a construção de grandes reservatórios de água pode intervir no vapor atmosférico e causar mudanças significativas nas condições de precipitações. Não só apenas a construção de reservatórios interfere no movimento cíclico da água, mais também as construções de canais ligando

um reservatório ao outro (transposições de água) traz graves impactos ao ciclo hidrológico, pois o homem passa a determinar o caminho que a água deve percorrer para abastecer tal reservatório.

Para que isso ocorra, o ser humano constrói canais, altera a topografia do local, desmata, impermeabiliza o solo, ou seja, executa ações que individualmente já traz uma série de impactos em conjunto pode até trazer danos irreversíveis ao meio (TUNDISI, 2006).

Mediante a isto, evidencia-se que na busca pelo desenvolvimento do país, aumento dos lucros, soluções de problemas futuros, conforto, e entre outras ações que o ser humano realiza, acaba por trazer uma série de danos ao ciclo hidrológico como também causa ameaças ao que refere a vida humana. Envolvendo riscos desde sua saúde até a ameaça de extinção da vida, uma vez que a escassez de água já é um problema que vivenciamos e possivelmente a posse deste recurso natural nos tempos atuais, tende a ser o estopim para o desencadeamento de uma terceira guerra mundial.

## **CONSIDERAÇÕES**

O ser humano age sobre a natureza sem pensar nas consequências que serão apresentadas no futuro. Porém, percebe-se que muitas de suas ações sobre o espaço é decorrente da busca por melhoria da qualidade de vida e correção ou até mesmo adaptações às condições impostas pelo meio. Contudo, ele não está perdoado pela maneira que está executando a água, pois pouco tem feito para a permanência dela com qualidade na atmosfera e superfície.

Sabe-se que ao interferir no processo natural do ciclo hidrológico, o homem objetiva tanto crescer economicamente como também deseja o desenvolvimento local e conforto para si mesmo. Essas interferências muitas vezes são necessárias para que se garanta a vida das pessoas e o desenvolvimento da sociedade. Ao construir reservatórios de águas o homem não busca apenas utilizá-lo para expandir os lucros sobre as atividades agrícolas, mas também usa para abastecer a população da cidade e aos serviços que esta oferece.

A impermeabilização dos solos não consiste apenas num fator para que se mantenham as relações econômicas com outros espaços, mas, oferecem as pessoas à possibilidade e acesso a estas de chegarem rápido em determinados locais, como também, consiste em uma oportunidade de manter relações sociais com outros espaços. Já a construção de canais que ligam um reservatório a outro poderá consistir também num mecanismo para suprir a falta de água gerada por uma crise de estiagem ou devido há um elevado aumento populacional e conseqüentemente de serviços.

A construção em lugares indevidos, como em áreas próximas ou nas encostas de rios, era para ter mais controle sobre isso, além de destruir a mata ciliar que fica nas encostas, também são lugares que oferecem risco para a saúde e a vida humana.

O consumo exagerado e o comodismo das pessoas também é um fator que contribui é o uso de eletros e eletrônicos no dia a dia, tanto exige mais extração de recursos para sua produção como o gasto de energia aumenta consideravelmente, e sabemos que a energia no nosso país a sua fonte matriz é a água.

Cabe a sociedade exigir dos nossos governantes, por exemplo, o tratamento de todos os esgotos que caem dentro dos rios, para que essa água continue sendo potável, lembrando que é um bem comum para todos. Sendo o tratamento desses esgotos necessário.

O fácil acesso a aquisição de um transporte tem contribuído para a poluição, por causa do uso de combustíveis fósseis que vai aumentar o número de dióxido de carbono lançado a atmosfera, que acarretará em um superaquecimento do planeta e como resposta uma maior evaporação dos reservatórios, oceanos, rios e lago e decorrente disso um desequilíbrio no nosso clima. Infelizmente não existe hoje um controle de uso desses automóveis. Uma alternativa para diminuir este uso seria o investimento dos governantes nos transporte público.

Apesar de existirem acordos internacionais para a quantidade de dióxido ou gases poluentes lançados a atmosfera, não é suficiente para conseguirmos um efeito satisfatório, sem falar que alguns países, os mais poluentes não respeitam esses acordos. No nosso país não existe uma lei provisória para que seja adequada ao momento em que enfrentamos.

Estamos lutando para termos água em nossas torneiras, mas poucas pessoas se importam em saber de onde ela vem e como estão nossas reservas, é contraditório que ao mesmo momento em que lutamos por água, não valorizamos as que temos, quantos rios estão recebendo toneladas de lixo e esgotos, sem a menor preocupação, com o futuro, e as outras pessoas que vão beber dessa água. Fala-se muito em sustentabilidade, mais na prática, essa situação está insustentável, e precisa ser feito algo urgentemente.

Somos o país que atualmente temos o maior volume de água potável do mundo, porém não cuidamos desse recurso. Existe um grande problema no que se diz respeito a forma de como se usa, não existe um planejamento para que seja feito um gerenciamento adequado desse recurso.

Cabe então a todos nós fazermos uma reflexão, sobre como estamos utilizando esse recurso, e se corremos o risco de ficarmos sem água potável, quais as medidas a serem tomadas, se é um assunto tão debatido, e um recurso tão valioso que lutamos tanto por ele então porque jogamos tantos esgotos nos rios, os que ainda nos restam? São perguntas que devem ser feitas para que possamos tomar alguma atitude em relação a essa questão que desrespeita a todos.

## REFERÊNCIAS

BERGSMA, E.; CHARMAN, P.; GIBBONS, F.; HURNI, H.; MOLDENHAUER, W.C.; PANICHAPONG, S. **Terminology for soil erosion and conservation**. International Society of Soil Science, Holanda, 1996. 2 – 28p.

CAPUTO, Homero Pinto. **Mecânica dos Solos e Suas Aplicações**. Rio de Janeiro: LTC, 6ª edição, 1996. 234 p.

CAUDURO, F.A.; DORFMAN, R. **Manual de ensaios de laboratório e de campo para irrigação e drenagem**. Porto Alegre, Pallotti, 1988. 216 p.

FREIRE, Cleuda Custódio; OMENA, Sylvia Paes Farias de. Princípios de hidrologia ambiental. UFSC/UFAL, 2005. Disponível em: <file:///D:/Hex\_cz/Downloads/Princ%C3%ADpios%20da%20hidrologia%20ambiental.pdf>. Acesso em 22 mar. 2016.

FRITZEN, Maycon; BINDA, Andrey Luis. **Alterações no ciclo hidrológico em áreas urbanas: Cidade, Hidrologia e Impactos no ambiente**. In: Ateliê Geográfico Goiânia-GO v. 5, n. 3, p.239-254, dez/2011. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/16703/10155/>. Acesso em 22 mar. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL E INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR– IDEC. **Meio ambiente e consumo**. Coleção educação para o consumo sustentável. Brasília: INMETRO/IDEC, 2002.

JUNIOR, Antenor Barbosa, **Elementos de Hidrologia Aplicada**. [s. d.]. PEDRAZZI, J.A. **FACENS – Hidrologia Aplicada**. Disponível em: <http://www.facens.br/site/alunos/download/hidrologia>. Acesso em 15 fev. 2004.

MCKIBBEN, Bill. **Meio Ambiente, Mudança Global e Impactos Humanos na Terra**. In: PRESS, Frank et al. *Pra entender a Terra*. 4º ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. Págs. 585 á 605.

PINHEIRO, Sebastião. **A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Edição dos Autores, 1998.

QUAGGIO, J. A. **Reação do solo e seu controle**. In: SIMPÓSIO AVANÇADO DE QUÍMICA E FERTILIDADE DO SOLO, Piracicaba, 1986. Anais Campinas, Fundação Cargill, 1986. Págs. 53-59.

REIS, L. V. S. **Cobertura florestal e custo do tratamento de águas em bacias hidrográficas de abastecimento público: Caso do manancial do município de Piracicaba**. Piracicaba-SP, 2004. 215 p.

REICHARDT, K. **Dinâmica de íons no solo**. In: SIMPÓSIO AVANÇADO DE QUÍMICA E FERTILIDADE DO SOLO, Piracicaba, 1986. Anais Campinas, Fundação Cargill, 1986. Págs.43-52.

SANTOS, I. et al. **Hidrometria aplicada**. Curitiba: Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento, 2001. 13 – 203 p.

SANTOS, M. J. J. **Caracterização e monitoramento das secas**. Instituto da água. Direção de Serviços de Recursos hídricos. 1998.

TUNDISI, José Galizia. **Novas Perspectivas para a Gestão de Recursos Hídricos**. In: REVISTA USP, São Paulo, n.70, p. 24-35, junho/agosto 2006.

ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e o meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2001. 5 -14 p.



## USO DE AGROTÓXICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR EM DUAS COMUNIDADES RURAIS NOS MUNICÍPIOS DE AGUIAR E SANTANA DOS GARROTES-PB

Ailmo Xavier Soares  
Graduando em Licenciatura Plena em Geografia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cajazeiras/PB  
E-mail: ailmoxaviersoares@gmail.com

Oraldo Ryk Lourenço Leite  
Graduando em Licenciatura Plena em Geografia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cajazeiras/PB  
E-mail: oraldo.ryc@gmail.com

Cícera Cecília Esmeraldo Alves  
Professora Adjunta do curso de Geografia do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cajazeiras/PB.  
E-mail: ceciliaesmeraldo@gmail.com

### Resumo

O uso excessivo e/ou inadequado de agrotóxicos seja na grande ou pequena propriedade rural acarreta um conjunto de questões que reflete diretamente nos sujeitos do campo, na cidade e no meio ambiente. O objetivo desse trabalho é analisar, discutir e compreender a percepção dos agricultores familiares em duas comunidades rurais, sítio Riacho Verde I e Aroeiras de Baixo nos municípios de Aguiar e Santana dos Garrotes respectivamente, sendo elas localizadas no alto sertão paraibano. Os procedimentos metodológicos realizados foram um levantamento bibliográfico, entrevistas e a aplicação de um questionário contendo quinze questões objetivas realizadas com dez agricultores em ambas as comunidades. Obtivemos os seguintes resultados, a grande maioria dos entrevistados relatou que usam insumos agrícolas na agricultura familiar de forma desordenada, não se preocupando com o descarte das embalagens e destinando-as de forma incorreta, alguns não utilizam equipamentos de proteção individual (EPI). Diante do exposto percebe-se que nas comunidades, tais problemáticas são semelhantes, quase todos os agricultores têm consciência dos riscos que o uso excessivo de agrotóxicos pode causar a saúde humana e ao meio ambiente.

**Palavras chaves:** Agricultura familiar. Agrotóxicos. Meio Ambiente.

### Introdução

O presente artigo tem como objetivo avaliar os impactos decorrentes do uso intensivo de agrotóxicos em duas comunidades rurais interioranas da Paraíba. Vem expor os malefícios causados tanto na saúde humana quanto aos impactos ambientais gerados por esses insumos na aplicação das lavouras, e também relatar os possíveis “benefícios e vantagens” que eles podem trazer para a produção agrícola de ambas as comunidades.

O uso massivo de agrotóxicos utilizados na agricultura é um grande desafio enfrentado pela sociedade contemporânea, estudos comprovam que o Brasil é um dos países que mais consome

defensivos agrícolas no mundo. Esses produtos quando usa do sem excesso causa grandes problemas ambientais, como também à saúde, caso não for utilizados adequadamente. De acordo com Castro e Confalonieri (2004): “Os agrotóxicos são substâncias que, apesar de serem cada vez mais utilizadas na agricultura, podem oferecer perigo para o homem, dependendo da toxicidade, do grau de contaminação e do tempo de exposição durante sua aplicação”.

Nas comunidades Riacho Verde I e Aroeiras de Baixo nos municípios de Aguiar e Santana dos Garrotes – PB respectivamente, perpassa por problemas dessa ordem, alguns agricultores pulverizam as áreas de plantio com o objetivo de facilitar o manejo das lavouras, desde a preparação do solo, até a fase final, a colheita. Mesmo conhecendo os riscos que estes podem eventualmente causar a sua saúde, boa parte dos entrevistados elencaram que não usam Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

É importante salientar que o uso intensivo e descontrolado de agrotóxicos acaba com a biodiversidade da área, reduzindo ou eliminando por completo insetos e algumas plantas do seu habitat natural, gerando um desequilíbrio na cadeia alimentar. Os problemas não estão totalmente instintos, alguns insetos e ervas surgem mais resistentes na área, tornando-se tolerantes ao tipo de produto que foi utilizado, e assim ocorre um ciclo intensivo pela procura de agrotóxicos cada vez mais potentes para combater as “pragas”, segundo Sindag (2009 apud Rigotto (2014, p. 2) considera que:

Frutos deste processo existem atualmente no mundo cerca de 20 grandes indústrias fabricantes de agrotóxicos, com um volume de vendas da ordem de 20 bilhões de dólares por ano e uma produção de 2,5 milhões de toneladas de agrotóxicos, sendo 39% de herbicidas, 33% de inseticidas, 22% de fungicidas e 6% de outros grupos químicos. As principais companhias agroquímicas que controlam esse mercado são: Syngenta, Bayer, Monsanto, BASF, Dow AgroSciences, Du Pont, MAI e Nufarm. A América Latina é um importante e crescente mercado no contexto mundial, onde o faturamento líquido na venda de agrotóxicos cresceu 18,6% entre 2006 a 2007, e 36,2% entre 2007 e 2008.

Esse número crescente de empresas produtoras de insumos agrícolas no Brasil e no mundo vem ganhando espaço devido às necessidades de produzir em grande escala para suprir a demanda de alimentos no mercado interno e externo, e nesse contexto à agricultura familiar se insere como coadjuvante nesse processo, pois a mesma passou a inserir esses produtos químicos na sua cultura.

## **2. Metodologia**

A presente pesquisa adotou métodos e técnicas específicos de trabalhos reflexivos de abordagem etnográfica, especificamente o estudo de caso realizado nas duas comunidades rurais, uma

localizada no município de Aguiar e outra no município de Santana dos Garrotes ambas situadas no alto sertão paraibano.

A técnica foi abordada tanto quantitativamente quanto qualitativamente, onde para coleta dos dados foram utilizados questionários estruturados e entrevistas informais. O questionário foi composto por quinze questões objetivas e subjetivas que objetivavam compreender a relação do uso de agrotóxicos. Tanto os questionários quanto as entrevistas foram aplicadas junto a dez agricultores de cada comunidade.

Os dados quantitativos foram tratados estatisticamente com o objetivo de compreender as práticas agrícolas dos diferentes produtores nos dois campos de estudo representando-as por meio de gráficos. Na abordagem qualitativa os dados coletados foram trabalhados de forma subjetiva buscando entender as concepções dos entrevistados a partir da literatura assumida, para a fundamentação do presente trabalho.

### **3.Desenvolvimento**

As transformações no espaço agrícola vêm ganhando destaque através de vários fatores. A necessidade de aumentar a produtividade dos gêneros alimentícios, devido ao aumento demasiado da população. O custo elevado na manutenção da produção e as percas nas safras, são problemáticas relatadas pelos próprios agricultores, ou seja, o manejo com esses insumos irá reduzir os gastos com diárias de trabalhadores na manutenção das etapas de produção, conseqüentemente reduzindo as possíveis perdas relacionadas com as “pragas”, assim, aumentando a sua produção. São pautas que os agricultores elencam nas suas discussões sobre a agricultura, estes problemas não só afetou os grandes campos produtivos, mas também a dinâmica da agricultura familiar. Conforme Veiga (2007, p. 1):

O modelo de produção agrícola brasileiro, historicamente, baseia-se na utilização de agrotóxicos para compensar problemas do processo produtivo. Neste contexto, os agrotóxicos foram introduzidos na agricultura brasileira como uma tentativa de corrigir as necessidades do solo e prevenir/eliminar as pragas que prejudicariam a produtividade. Buscava-se, ao aumentar a produtividade, elevar a eficiência econômica do processo produtivo rural.

Esse modelo de produção passa a ser praticado pelos camponeses com o objetivo de aumentar a produtividade e reduzir gastos. É importante destacar que antes da Revolução Verde os agricultores não utilizavam ferramentas tecnológicas como: plantadeira, colheitadeira, tratores, entre outras, todos os processos eram realizados com técnicas manuais usando apenas a força humana e animal, os agrotóxicos não fazia parte do contexto social da agricultura familiar. De acordo com Santos e Vale (2012, p. 1):



Com a modernização da agricultura brasileira tem promovido nos últimos quarenta anos uma profunda reestruturação dos espaços produtivos no campo, a partir de incorporação de novas tecnologias nas etapas do trabalho agrícola. O aumento do consumo de produtos agrícolas tanto no Brasil como no mundo fez com que uma nova lógica de produção fosse implantada na agricultura de cunho capitalista e com operacionalidade empresarial, em vista a desenvolver também no campo uma nova maneira de ampliar cada vez mais a acumulação do capital.

O aumento do consumo de produtos agrícolas fez com que fosse implantada uma lógica de produção de cunho capitalista. O agricultor familiar passa a ver na agricultura de subsistência novas formas de implantar subsídios que favoreçam o aumento da produção utilizando insumos agrícolas, reduzindo consideravelmente possíveis gastos e perdas, juntando-se assim ao modelo atual de produção.

Essa nova forma de pensar o espaço agrícola foi a partir da década de 50, com a Revolução Verde nos países desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial, que começou a ser desenvolvida em laboratórios e centros de pesquisa das principais universidades com o objetivo de aumentar a produtividade de alimentos para acabar com a fome no mundo na época.

Dentre as tecnologias voltadas para a agricultura surgiram os agrotóxicos, conhecidos popularmente como “venenos”. Esses compostos químicos são utilizados nas lavouras com o objetivo de exterminar e controlar “pragas” que estejam ameaçando ou prejudicando a produtividade, no caso, insetos e ervas daninha. Herspanhol (2007 apud Santos e Vale: 2012) considera que:

Muitas indústrias vinculadas à agropecuária se implantaram no país ao longo dos anos 60 e 70, em razão dos estímulos oferecidos pelo Estado e do promissor mercado brasileiro, que foi artificialmente ampliado pelas políticas modernizantes, notadamente pela oferta de crédito rural em grandes volumes e por baixas taxas de juros para a aquisição de máquinas, implementos e insumos químicos.

A partir desse momento, grande parte dos agricultores através das políticas de empresas de defensivos agrícolas e da mídia, deixa de produzir os produtos orgânicos que não tem na sua composição nenhum tipo de aditivo químico, e passam a serem dependentes desses insumos, desta forma produzem alimentos não-orgânicos. É importante destacar que neste período o governo possibilitava aos pequenos e médios agricultores programas de financiamento para aumentar a sua produtividade no campo.

De acordo com o censo agropecuário do IBGE, até o período da década 60, não havia nenhum estabelecimento rural com lavoura que utilizasse agrotóxicos, fertilizantes e insumos agrícolas, todos os gêneros alimentícios eram orgânicos (SANTOS E VALE, 2012).

Com o passar do tempo, a forte presença dos agrotóxicos no mercado agrícola vem ganhando espaço também na agricultura familiar causando uma dependência ativa nos períodos de plantio.

Através de estudos foi identificada uma série de malefícios oriundos desses produtos, como: a contaminação do solo e dos alimentos, das águas dos rios e dos lençóis freáticos, até mesmo do ser humano, a área que era para ser teoricamente “tratada” passa a ser um lugar de ameaças para o agricultor, principalmente com relação a sua saúde e a dos consumidores em geral. Para Londres (2011, p. 23):

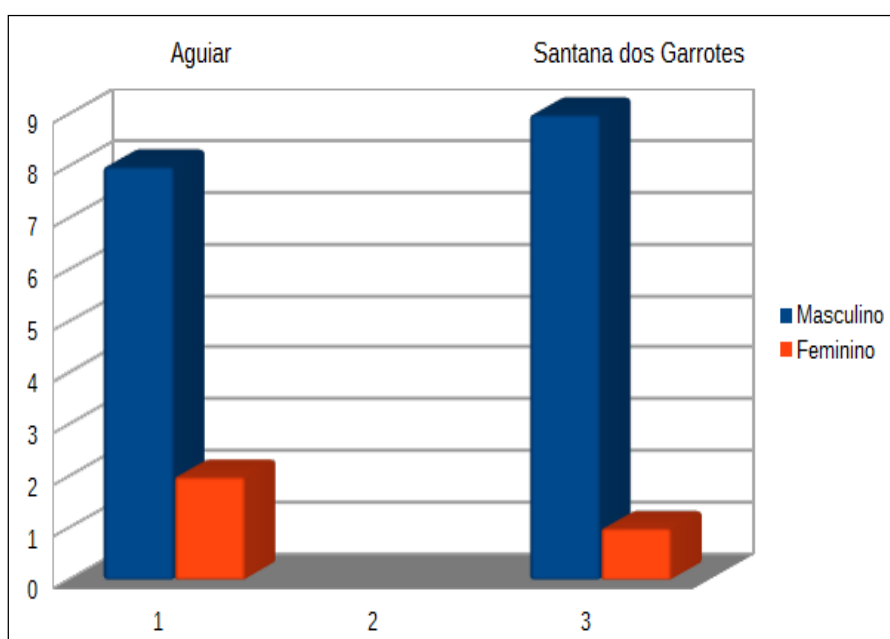
[...] não é verdadeira a afirmação de que precisamos dos agrotóxicos para alimentar uma população crescente e faminta. Essa mensagem é propagada pela indústria de venenos, que visa promover seus lucros, e não a saúde e o bem estar das pessoas. Não deveria ser necessário repetir a informação, já amplamente divulgada em diversos meios, de que o mundo produz comida suficiente para alimentar a todos e o que falta é igualdade de distribuição e acesso à renda para produzir ou comprar alimentos.

Nessa perspectiva percebe-se que não necessitamos exclusivamente do uso de agrotóxicos para a produção dos gêneros alimentícios, existem outros modelos alternativos para suprir a demanda do consumo populacional, como: as políticas agroecológicas que tem como objetivo a produção orgânica. Sendo assim, o problema não está na produção, mas sim na má distribuição dos alimentos, devido às grandes disparidades econômicas que excluem boa parte da população ao acesso a uma alimentação de qualidade no Brasil e no mundo.

#### 4.Resultados e discussões

Norteados pela metodologia assumida e após análise dos questionários e entrevistas constatou-se os seguintes resultados que serão discutidos abaixo:

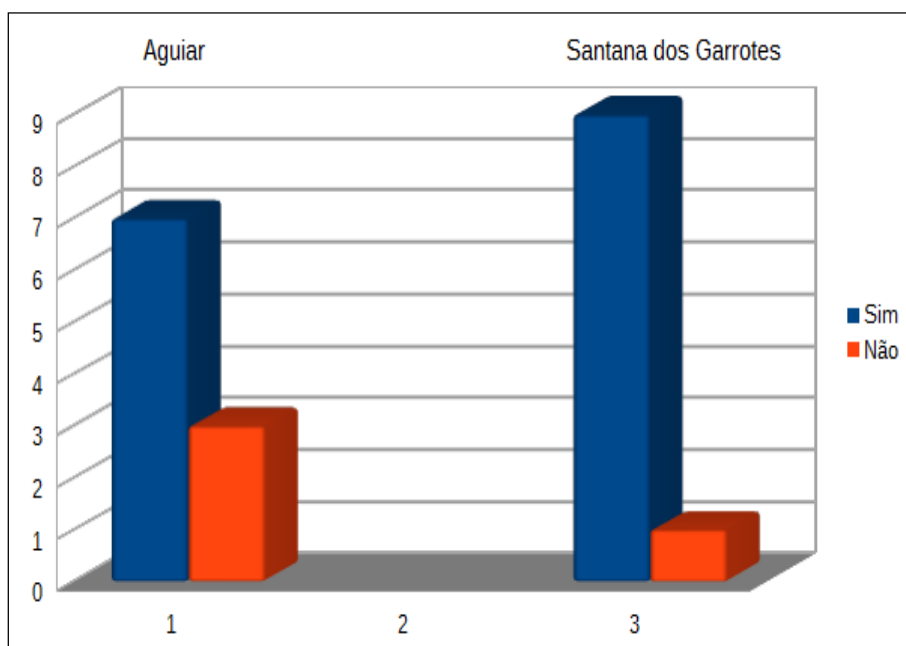
**Gráfico 1-** Relação de homens e mulheres que praticam a agricultura familiar nas duas comunidades.



Fonte: Soares e Leite, 2016.

No quesito sexo percebe-se que não existem divergências significativas na proporção entre homens e mulheres que praticam a agricultura familiar nas comunidades (**tabela 1**), ocorrendo que em ambas o número de mulheres é bastante reduzido em comparação com o número de homens, de acordo com os entrevistados no passado elas eram mais presentes na agricultura, hoje essa disparidade se dá devido as mulheres terem ocupado outros postos de trabalho, na sua grande maioria diaristas. Outro fator elencado para essa significativa redução se dá através de políticas públicas que visam uma melhor distribuição de renda entre essas famílias.

**Gráfico 2** - Número de pessoas que fazem uso de agrotóxicos.

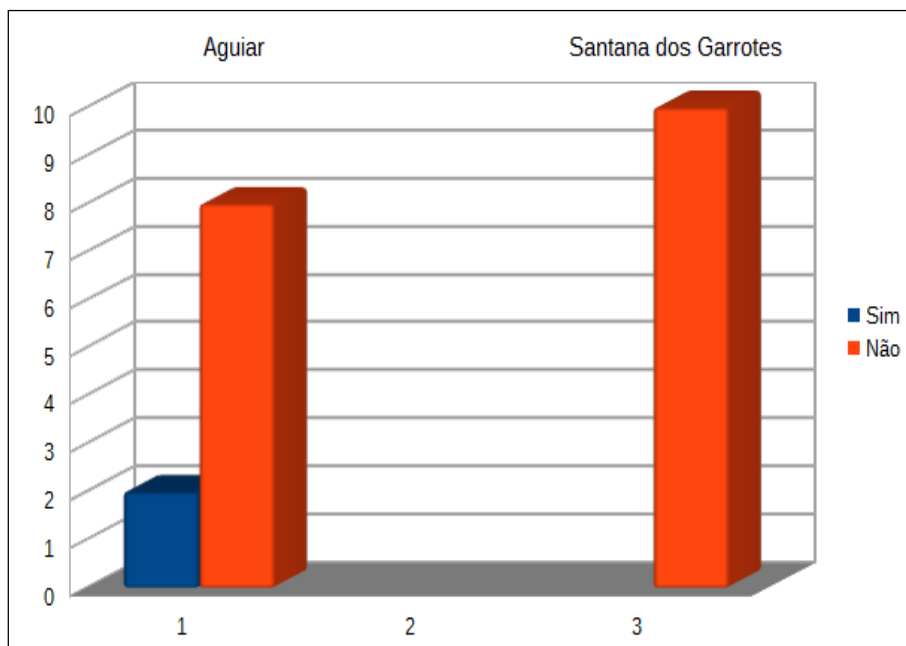


**Fonte:** Soares e Leite, 2016.

De acordo com os dados da pesquisa constatou-se que a grande maioria dos entrevistados usa insumos agrícolas em suas lavouras (**tabela 2**). Na comunidade Riacho Verde 170% dos agricultores utiliza agrotóxicos e 30% não faz uso de tais produtos, já na comunidade Aroeiras de Baixo esse número é bem semelhante, isso se dá em decorrência da necessidade de combater “pragas” que interferem no processo de produção. Em ambos os espaços de trabalho, percebe-se que alguns dos entrevistados optam por produzir alimentos orgânicos, devido terem um conhecimento mais aprofundado sobre as consequências geradas por esses compostos químicos.

Conforme os dados obtidos nas referentes comunidades, observa-se que existe uma grande disparidade com relação ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) (**tabela 3**). Os agricultores relatam que não usam EPIs devido não ter condições econômicas para aquisição de tais vestimentas específicas e que ainda as consideram bastante desconfortáveis para o processo de pulverização. É importante destacar que na comunidade Aroeiras de Baixo 100% dos entrevistados não fazem uso destes equipamentos, devido às supracitadas dificuldades.

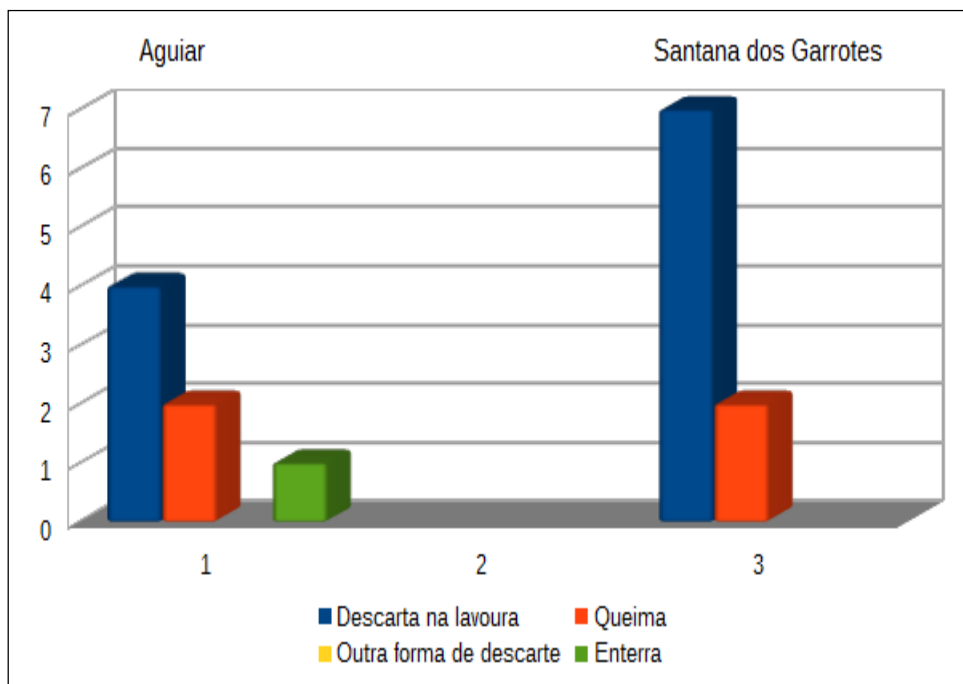
**Gráfico 3** - Relação da quantidade de pessoas que utilizam os EPIs.



**Fonte:** Soares e Leite, 2016.

Na seguinte tabela estão representados os dados sobre os destinos das embalagens dos agrotóxicos utilizados na agricultura familiar (**tabela 4**). Quando indagados sobre o destino das embalagens, destacam que descartam na lavoura, alguns disseram que queimavam e outros enterram, não demonstrando com isso nenhuma preocupação quando questionados sobre a saúde e bem estar humana e a poluição do meio ambiente. Afirmam que não tem fiscalização dos órgãos públicos para a aquisição de tais produtos. Desta forma observa-se os contrastes nas práticas realizadas no seu destino final. Alguns dos entrevistados que relataram fazer uso desses insumos consideram que desconhecem políticas promovidas pelas empresas fabricantes e fornecedores, bem como não leem os rótulos das embalagens, já que, em sua maioria são analfabetos, constatado na referente pesquisa ou jugam as informações apresentadas nos rótulos como difíceis e não objetivas.

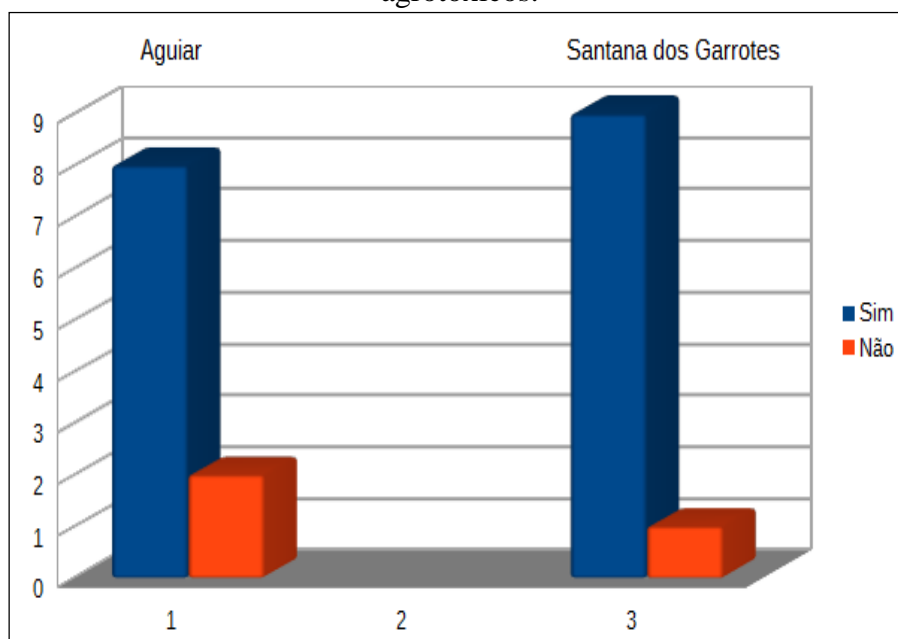
**Gráfico 4** - Algumas técnicas de descarte das embalagens dos agrotóxicos.



**Fonte:** Soares e Leite, 2016.

De acordo com a tabela abaixo (**tabela 5**), identifica-se que os agricultores das referidas comunidades tem conhecimento sobre riscos que os agrotóxicos oferecem a sua saúde e a de terceiros, mesmo assim não é atribuído muita importância ao uso e manuseio destes. Os entrevistados que fazem uso desses insumos afirmam que pulverizam as áreas agrícolas sem nenhum tipo de proteção, no caso EPIs. Nota-se que é uma parcela insignificante dos entrevistados que desconhecem tais risco que estes produtos químicos podem acarretar.

**Gráfico 5** - Proporção de pessoas que tem conhecimento sobre os riscos do uso de agrotóxicos.



**Fonte:** Soares e Leite, 2016.

Alguns entrevistados relataram que, após um dia inteiro pulverizando a plantação, foram diagnosticados com intoxicação, devido ao contato direto e inalação desses agrotóxicos, os principais sintomas descritos pelos mesmos foram: dor de cabeça, febre e vômitos.

### **Considerações**

O presente trabalho permitiu conhecer o perfil dos agricultores da agricultura familiar das duas áreas estudadas, constatou-se também que apesar das pessoas terem um prévio conhecimento sobre os riscos decorrentes do uso de agrotóxicos as mesmas não tomam medidas de segurança adequadas. Com o auxílio da referida pesquisa conclui-se ainda que a grande maioria dos agricultores entrevistados conhecem os riscos que esses compostos químicos podem provocar tanto a saúde humana quanto ao meio ambiente, sabem da importância da utilização do uso de EPIs, mas mesmo assim constatou-se uma alarmante quantidade de agricultores que não os utilizam.

Outro ponto que merece destaque é com relação ao descarte das embalagens dos produtos que não podem ser armazenadas e destinadas de forma incorreta, devendo haver espaços propícios longe do contato destes com o solo, das pessoas e principalmente de crianças, devem ser descartando-as assim de forma correta. O recolhimento por parte das empresas produtoras dessas matérias seria uma das alternativas plausíveis para a redução desses resíduos no meio.

Percebeu-se também um significativo distanciamento das comunidades frente as práticas agroecológicas que por muitos anos eram realizadas pela agricultura familiar, já que essas ainda não utilizavam efetivamente os agrotóxicos em suas lavouras.

Diante do cenário encontrado faz-se necessário que as comunidades reflitam sobre as práticas discutidas neste trabalho, levando-as a uma sensibilização que provoque mudanças em seus hábitos. Tal ensejo pode ser proporcionado por meio de políticas públicas educacionais bem como incentivos governamentais que permitam alternativas sustentáveis para o controle dessas “pragas”.

### **Referências**

CASTRO, Jane S. Maia e CONFALONIERI, Ulisses. **Uso de agrotóxicos no Município de Cachoeiras de Macacu (RJ)**. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2005, vol.10, n.2, pp.473-482. ISSN 1678-4561. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000200025>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232005000200025](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000200025)>. Acesso em: 05 de março de 2016.

LONDRES, Flavia. **AGROTÓXICOS NO BRASIL: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/biblioteca/documentos/agrotoxicos-no-brasil.-um-guia-para-acao-em-defesa-da-vida>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2016.

RIGOTTO, Raquel Maria. **Agrotóxicos**. Ceará, Núcleo TRAMAS- Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade Universidade Federal do Ceará, [2010] Disponível em: <[http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-RIGOTTO\\_Raquel\\_-\\_Agrotoxicos.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-RIGOTTO_Raquel_-_Agrotoxicos.pdf)>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.

SANTOS, Henrique faria dos; VALE, Ana Rute do. **MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E NOVAS RELAÇÕES CAMPOCIDADE NO ATUAL PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO: algumas análises a partir do agronegócio cafeeiro no município de alfenas – MG**. In: 3º JORNADA CIENTÍFICA DA GEOGRAFIA A Universidade chega à periferia: A Geografia diante das Complexidades Contemporâneas, 2012, Minas Gerais. Disponível em: <[http://www.unifal-mg.edu.br/jornadageografia/files/MODERNIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20AGRICULTURA%20E%20NOVAS%20RELA%C3%87%C3%95ES%20CAMPO-CIDADE%20NO%20ATUAL%20PER%C3%8DODO%20DA%20GLOBALIZA%C3%87%C3%83O-%20ALGUMAS%20AN%C3%81LISES%20A%20PARTIR%20DO%20~1\\_0.pdf](http://www.unifal-mg.edu.br/jornadageografia/files/MODERNIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20AGRICULTURA%20E%20NOVAS%20RELA%C3%87%C3%95ES%20CAMPO-CIDADE%20NO%20ATUAL%20PER%C3%8DODO%20DA%20GLOBALIZA%C3%87%C3%83O-%20ALGUMAS%20AN%C3%81LISES%20A%20PARTIR%20DO%20~1_0.pdf)>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2016.

VEIGA, Marcelo Motta. **Agrotóxicos: eficiência econômica e injustiça socioambiental**. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2007, vol.12, n.1, pp.145-152. ISSN 1678-4561. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232007000100017>. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232007000100017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000100017)>. Acesso em: 30 de março de 2016.



## DESASTRES AMBIENTAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Andressa Sarmiento da SILVA

Graduanda no Curso de Licenciatura em Geografia – CFP/UFCG/UNAGEO

[andressa\\_sarmiento.geo@hotmail.com](mailto:andressa_sarmiento.geo@hotmail.com)

Jucier Ricarte SARAIVA

Graduando no Curso de Licenciatura em Geografia – CFP/UFCG/UNAGEO

[jucierricarte@hotmail.com](mailto:jucierricarte@hotmail.com)

Genilson Oliveira Costa SILVA

Graduando no Curso de Licenciatura em Geografia – CFP/UFCG/UNAGEO

[ggcostaesilva@gmail.com](mailto:ggcostaesilva@gmail.com)

Maria da Glória Vieira ANSELMO

Docente do Curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande –

CFP/UFCG/UNAGEO

[gloria.anselmo@hotmail.com](mailto:gloria.anselmo@hotmail.com)

### **Resumo**

O movimento de massa é um deslocamento de material (solo) inconsolidado, que podem ser classificados de acordo com a sua forma de ocorrência, velocidade e disposição na superfície terrestre. O potencial de deslocamento é intensificado a partir de alguns fatores como: a pluviosidade, condições geomorfológicas, geológicas, antrópicas, climáticas, de relevo e vegetação, tendo como maior frequência movimento de massa, ocasionado pelos fatores da natureza como o relevo e pluviometria. Há também a preocupação ambiental das vertentes, onde possui uma instabilidade nas encostas ao seu redor, tendo risco de soterramento das mesmas. O deslizamento está relacionado às rupturas de materiais sólidos como: solos, rochas, vegetação frouxa e materiais descartados em encostas. Este artigo possui como objetivo analisar os movimentos de massa, discutir a tipologia dos mesmos, com ênfase na análise da ocorrência dos deslizamentos no Estado de Minas Gerais. Na busca de alcançar tais objetivos foram realizadas revisões bibliográficas, em artigos, livros, periódicos e demais fontes. Portanto chegou-se a compreensão que a classificação deste fenômeno é feito pelos elementos da fisionomia final do evento, forma como este acontece, duração e sua velocidade de arrastamento de material, mesmo sabendo-se que esse fenômeno ocorre naturalmente, porém, agravado por fatores como os antrópicos.

**Palavras-chave:** Movimentos de Massa. Deslizamento. Gravidade

### **1. INTRODUÇÃO**



Os movimentos de massa são fenômenos conhecidos por propiciarem a locomoção de rochas ou sedimentos em terrenos acidentados. Trata-se, portanto, de ocorrências ligadas a processos de cunho geológico e geomorfológico, processo responsável por transportar e depositar sedimentos de uma área para outra. Este processo é um dos responsáveis por promover modificações nas partes superficiais do relevo, promovendo conseqüentemente, uma evolução no quadro das encostas.

Conforme Tominaga (2009), os movimentos de massa são divididos nos seguintes tipos: rastejamento ou creep, solifluxão, corridas de massa, escorregamentos, desmoronamentos, queda de blocos, deslizamentos. Logo, essas terminologias podem variar de acordo com a intensidade dos movimentos, bem como na óptica de autores e instituições de pesquisa.

Este artigo possui como objetivo analisar os movimentos de massa, discutir a tipologia dos mesmos, com ênfase uma análise da ocorrência dos deslizamentos no Estado de Minas Gerais. Este local foi escolhido para a discussão em decorrência de ser uma área com condições geológica, geomorfológica e climática suscetível á ocorrência deste processo, ademais, a partir das leituras verificou-se que é o Estado de Minas Gerais que mais sofre com estes eventos.

Por tanto, o estudo dessa temática justifica-se por ser um processo que tem promovido vários desastres naturais e também sociais nas áreas mias susceptíveis, sendo a estação do verão em que mais se registra ocorrências desta natureza, exceto em períodos atípicos de chuvas. Além disso, trata-se de um “importante processo natural que atua na dinâmica das vertentes, fazendo parte da evolução geomorfológica em regiões serranas” (TOMINAGA, 2009, p. 27).

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo pautou-se em revisões bibliográficas no intuito de buscar embasamento para a referida produção. Por tanto, para a fundamentação do trabalho recorreu-se a livros, periódicos e demais fontes relevantes para o desenvolvimento da temática.

Logo, trata-se de um trabalho relevante no que diz respeito à discussão dos movimentos de massa. Porém, é necessário um estudo mais aprofundado para melhor compreender a gênese, evolução, efeitos e as características que ocorre em cada lugar deste agente natural.

## **2. Conceitos e Principais Tipos de Movimentos de Massa**

O movimento de massa é o deslocamento de material (solo), sua ocorrência é pela força da gravidade, onde a potencialização pode ser por agentes como água, clima, relevo resultando em diferentes tipos de movimentos de massa, pois conforme Pinto e Passos et al (2012, pag. 6) “os

movimentos de massa de ordem gravitacional representam um importante agente externo modelador do relevo e são processos ligados ao quadro evolutivo das encostas”.

Já para Parizzi e Sobreira et al (2011, pag. 59), movimento de massa é uma expressão usada a descrição de processos relacionados a movimentos descendentes de solos e rochas, sendo gerado pelo campo de “tensão gravitacional”, e ainda de acordo com Junior e Longo (2010), “os movimentos de massa constituem fenômenos que mudam constantemente a paisagem do nosso planeta, parte dessas mudanças necessita de milhares de anos para ocorrer são originadas pela ação de agentes climáticos ou humanos”.

Para Guerra e Marçal (2006), o movimento de massa caracteriza-se como transporte coletivo de material rochoso ou solo no qual a ação gravitacional tem função importantíssima e a potencialidade pode ser ocasionada pela água.

Nesta perspectiva, entende-se que tal movimento tem como fator preponderante a força da gravidade. Os tipos mais comuns para Guerra e Cunha (2010), são: os rastejamentos, queda por blocos, solifluxão, corridas de massa, desmoronamentos e deslizamentos ou escorregamentos. Ainda na concepção desses autores o rastejamento é um agrupamento de movimentações bastante lentas e consecutivas de materiais do talude de encosta em direção a parte plana. Tem-se como característica o deslocamento e abertura de fendas nas partes inferiores, apresentando uma deformação das encostas, sendo notada pela inclinação de árvores, cuja velocidade de arrastamento do material pode ser aumentada com a saturação da água no solo. Esse movimento pode causar danos aos taludes e encostas como também nas obras humanas (problemas nas fundações de pilares de pontes, viadutos e edifícios etc).

Quanto à queda por blocos, o autor define sendo um movimento rápido ao contrário do anterior, que se sucede em penhascos verticais ou em taludes íngremes, no qual os blocos deslocam-se do maciço por intemperismo, caindo assim pela ação da gravidade, praticamente em queda livre já que não há uma superfície de movimentação. No entanto a queda de blocos tem duas formas de movimento sendo esses o rolamento e o tombamento, em que o primeiro tem como característica a sua rapidez, ocorrendo apenas com a retirada do seu apoio, já o segundo acontece de forma mais lenta que o anterior, sendo ocasionado por fraturas nas encostas. E quanto à solifluxão e ao rastejamento, possuem um movimento semelhante das camadas superficiais. No entanto, a velocidade do rastejamento é maior que a de solifluxão no processo de deslocamento do material encosta abaixo, caracterizando assim um movimento de solo encaixado, ocorrendo nos mais variados declives, influenciado pela pluviometria necessária para o encaixamento do solo.

O autor ainda afirma que as corridas de massa têm uma velocidade considerável no escoamento do material (solo) ou composto de solo e rocha, o qual tem um aspecto e aparência viscosa no qual sua literatura abrange tanto o âmbito de ocorrência Nacional como Internacional. Logo, a corrida de massa pode ser classificada em um primeiro caso a uma fluidez lenta devido à dependência da topografia do solo, pois este ocorre em topografias menos abruptas, já o segundo sua fluidez é elevada, com influencia dos cursos d'águas, condições geomorfológicas e climáticas.

O desmoronamento caracteriza-se pela elevada velocidade no deslocamento do material (solo) destituído do seu local de origem, sendo que devido ao solapamento cria-se um vazio na parte inferior a vertente, no qual ocorre nas íngremes vertentes, mais comum nas margens fluviais e nos locais de cortes de estradas, rodovias e ferrovias.

Sob essa ótica, os escorregamentos são movimentos rápidos com duração curta, tendo limites laterais e profundidades bastante definida, no qual a gravidade desloca o material para baixo e para fora do talude. Onde este se subdivide em três: circular ou rotacional, planar ou translacional e em cunha, e que dependem da forma geométrica e do tipo material. O primeiro tipo se caracteriza por parte do material do talude desliza sem sofrer distorções significantes, formando uma superfície côncava, em que é comum a ocorrência de uma série de rupturas combinadas e sucessivas, já o segundo é marcado por formar superfície plana de estratificação, falhas, fraturas ou contatos geológicos que se apresentam aproximadamente paralelos à superfície do talude, sendo o mais frequente dentre todos, enquanto o terceiro é pelo fato da sua forma de movimentação ser em formato de cunha, onde sua ocorrência muito difícil.

Diante de tudo que foi posto quanto classificação e conceito de movimento de massa, fica nítido que o fator preponderante para a ocorrência de tal é a atuação da força da gravidade sob determinado terrenos, e ainda os critérios para diferenciação do mesmo, é a forma final que é resultante do movimento, em que a velocidade pode ser potencializada pelos agentes anteriormente citados.

### **3. Fatores dos Movimentos de Massa**

Os fatores dos movimentos de massa inclui a ocupação inadequada de áreas que apresentam irregularidades ambientais, ou seja, áreas que já apresentam possibilidades de deslizamento sem a ação antrópica, logo, com a ocupação humana acaba por ser intensificado esse movimento de massa.

Segundo o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres- UFSC (2011), os movimentos de massa em Minas Gerais de forma geral são decorrentes da geologia, da geomorfologia com relação às altas encostas associado com a presença de elevada declividade, possuindo dessa maneira maior intensidade dos processos morfodinâmicos propiciando a erosão e os movimentos de massa.

Esse movimento na região úmida brasileira está relacionado à estação das chuvas, com ênfase as chuvas intensas, e que em Minas Gerais está associado aos meses de primavera e verão. Já no Circulo Polar Antártico são geradas as frentes frias, assim encontram as massas de ar quente tropicais na costa sudeste brasileira surgindo chuvas e tempestades, ocasionando muitas vezes o escorregamento (TOMINAGA, 2007).

O deslizamento (escorregamento) é o movimento de massa mais frequente no Estado de Minas Gerais, e os principais fatores auxiliam para que ocorram os escorregamentos que estão articulados com a geologia, geomorfologia, aspectos climáticos e hidrológicos, relevo, vegetação e ação do homem relativa às formas de uso e ocupação do solo (TOMINAGA, 2007).

Na ocorrência desta problemática os seres humanos têm uma grande parcela de contribuição, tendo em vista que suas práticas influenciam a ocorrência e até catalisam os efeitos, entre as causas antrópicas pode ser citado a retirada da vegetação, o acúmulo de lixo, a construção de edificações nas encostas, o vazamentos de água e esgoto, cortes de taludes ou aterros (CEPED UFSC, 2011).

#### **4. Questão Ambiental Resultante do Movimento de Massa**

As questões ambientais podem ser analisadas através dos indicadores, de forma que atingindo a qualidade ambiental de determinada área, pode-se perceber as condições avaliando a sua estabilidade.

A qualidade ambiental de um local pode ser percebida por meio de indicadores que represente de forma subjetiva as características da realidade apresentada. Considera-se a qualidade diagnosticada a uma área na qual a caracteriza, a singulariza por meio de outras áreas e a sua particularidade se mostra a partir de sua representação, tornando-se uma variável como um apontamento (PECHINCHA e ZAIDAN, 2013).

Ainda segundo o autor, os movimentos de massa podem ocorrer por condições naturais, como também pela utilização da terra de forma incorreta em cidades que apresentam morfologicamente declividades acentuadas e possuindo requisitos de seu uso a ocupação da terra, posto do estabelecido nas leis. A caracterização singulariza os movimentos de massa em ambientes urbanos, viabilizando

acidentes, com danos econômicos e sociais, como principalmente físicos, a vida dos seres humanos. De forma geral os indicadores dispõem como funções avaliar as condições e tendências, assim comparando a lugares e situações, também instituir objetivos e metas, dispondo de informações que alertam, adiantando futuras condições de um local (GALLOPIN, 1997).

As áreas de risco referente aos movimentos de massa que pode verificar a instabilidade de encostas por meio de análises espaciais, sendo assim uma forma de representar a superfície terrestre pela modelagem matemática com ramificação aos determinísticos e estatísticos, como afirmam Pechincha e Zaidan (2013).

Por tanto, pode-se analisar a qualidade de um determinado ambiente por meio da escolha antecipada de indicadores, como relevo no que diz respeito a declividade para que se haja um bom uso das áreas. Referente ao exposto a qualidade possui variável que pode ser singularizada em relação a outros locais, havendo suas particularidades, tendo que classificar tendências, promovendo assim certa posição futura da área, levando em conta sua melhoria.

## **5. Deslizamentos**

O termo deslizamento refere-se a um processo que tem sua origem ligada a rupturas de materiais sólidos, tais como: solos, rochas, vegetação frouxa e materiais descartados em encostas. Este fenômeno natural ocorre devido à remoção da cobertura vegetal, seja para construir edificações, pastagens de animais, produção agrícola, etc. Tal processo se materializa em superfícies acidentadas.

No Brasil há um número acentuado de casos de deslizamentos de terra, principalmente na estação do verão por ser o período que se registra os maiores índices pluviométricos, a região que mais é afetada é a Sudeste. Desse modo, já deveriam ter construído mecanismos que previssem o acontecimento destas ações, sobretudo, a margem de rodovias.

Porém, mecanismo de previsão avançado ainda não existe no Brasil, os únicos modos de prognosticar tais eventos, são aqueles a partir de observações empíricas tanto da sociedade como da Defesa Civil, órgão especializado nestas ações. As dificuldades para produzir técnicas mais sofisticadas que prevejam estes eventos que residem no seguinte:

[...] Tal dificuldade resulta, dentre outras razões, das complexas interações entre os diversos fatores condicionantes, os vários mecanismos de ruptura dos solos, as características de transporte, além das intervenções antrópicas, cada vez mais frequentes. Além disso, as diferentes feições erosivas observadas na natureza encontram-se associadas a processos bem específicos, fato este que dificulta ainda mais o desenvolvimento de estudos voltados para a previsão (FERNANDES, GUIMARÃES ET AL, 2001, p. 52).

Portanto, os deslizamentos é uma das ações do fenômeno de movimentos de massa mais visto, porém, não é o único. Existem outras ações desta natureza, tais como: escorregamentos, desmoronamentos, movimentos de blocos, corridas de lama, entre outros.

O evento natural denominado de deslizamento pode ser subdividido em três tipos: deslizamento rotacional, translacionais e complexos. Dias (2000, S/P), define os deslizamentos rotacional e translacional como: “movimento rotacional: consiste na rotação da rocha ou rególito ao longo de uma superfície côncava, podendo afetar um bloco único ou grandes complexos de blocos. A superfície superior de cada bloco fica, frequentemente, pouco perturbada. Movimentos translacionais, neste tipo verifica-se o deslizamento mais ou menos rápido de rochas ou de detritos ao longo de um plano pré-existente (em geral planos de estratificação, foliação, diaclases, etc.)”.

Já o deslizamento complexo ocorre mediante a junção de dois alicerces planares, constituindo, portanto, a remoção de um prisma, na qual as duas correntes se unem. Este tipo de deslizamento ocorre em maior medida em encostas cortadas ou que passaram por algum tipo de perfuração (TOMINAGA, 2009).

Assim a precipitação é uma das ações que corrobora para que o deslizamento aconteça. Uma vez que quando se dá a precipitação o solo acaba por absorver boa parte da água, enquanto que a outra parte escoar pela superfície. Com isso, a parcela da água que se infiltra no solo vai ao encontro de rochas duras, mediante isso, a água fica sem saída, então, a mesma vai se acumular em zonas mais baixas da terra, assim saturando o solo até que o mesmo se rompa.

Atrelado a isso, um dos fatores que mais contribui para a ocorrência dos deslizamentos é a retirada da cobertura vegetal do terreno inclinado, construção de edificações em áreas impróprias, cultivo de algum produto, entre outros. Perante este contexto, reconhece-se que antes de ser um processo antrópico, é também natural.

## **6. Deslizamentos de Terra: Um destaque para o Estado de Minas Gerais**

Dentre os Estados do Sudeste, Minas Gerais é o que tem apresentado um número maior de eventos desta natureza ultimamente. Segundo o Ministério da Integração Nacional (2012), ocorreram somente em território mineiro 60% de casos ligados a deslizamentos de terra no país.

Ainda de acordo com o levantamento do MIN, 92% das ocorrências de deslizamentos daquele ano se deram no Sudeste. A explicação para o grande número de incidência desses fenômenos naturais naquela região na ótica desta entidade Nacional é pelo fato da área está localizada em clima úmido e

pela sua topografia e serras. Regiões que apresentam relevo e clima adverso praticamente não registram acontecimentos desta natureza como a região Nordeste.

Conforme o Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres- UFSC (2011, p. 67), “No Estado de Minas Gerais (Figura 1), os desastres relacionados a movimentos de massa somam 135 registros oficiais, especializados em mais de 100 municípios dentre os anos de 1991 a 2010, os municípios mais afetados são da parte Leste do Estado, principalmente nas mesorregiões da Zona da Mata e metropolitana de Belo Horizonte”.

Figura 1- Ocorrência de movimentos de massa



Mediante o exposto, pode-se influir a existência demasiada de desastres naturais relacionados a estiagens, secas, fortes alagamentos, ou outros e diversos tipos de ocorrências ligadas a movimentos de massa. Percebe-se então, que este território é vulnerável a estas ações, até pelas suas características edafoclimáticas, atrelado a isso às ações antropicas contribuem para o aceleração de tais acontecimentos ao longo da história.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Espera-se que com esse estudo, levando em conta uma abordagem geográfica possa evitar desastres que venham a acometer prejuízos tanto para o próprio equilíbrio ambiental, quanto para a convivência dos seres humanos. Foi constatado que a classificação deste fenômeno é feito pelos elementos da fisionomia final do evento, como também a forma como este acontece, duração e sua velocidade de arrastamento de material (solo)

O material inconsolidado pode ser deslocado por fatores naturais ou antrópicos em que com a ruptura dos materiais sólidos ocasione o deslizamento atingindo a qualidade ambiental de uma área,

ocorrendo assim danos econômicos, sociais e a vida. Pode perceber ainda que a instabilidade de encostas pode ser investigada por intermédio de análises espaciais.

Constatando-se assim, que a ocorrência do movimento de massa no Estado de Minas Gerais está diretamente ligada aos fatores naturais, bem como a intensificação deste fenômeno através da atuação humana.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2010: Volume Minas Gerais/Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Florianópolis: CEPED UFSC, 2011. 95p. ISBN: 978-85-64695-15-3.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. **Anuário brasileiro de desastres naturais**. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. 2º edição - Brasília: CENAD, 2012. 84 p.

DIAS, J. Alveirinho. **Movimentos de massa: tipos de movimentações de massa**. Geologia Ambiental, 2000.

FERNANDES, Nelson F. GUIMARÃES, Renato F. ET AL. **Condicionantes geomorfológicos dos deslizamentos na encostas: avaliação de metodologias e aplicação de modelo de previsão de áreas suscetíveis**. Revista Brasileira de Geomorfologia, volume 2, Nº 1 (2001) 51-71.

GALLOPIN, G. C. Indicators and Their Use: Information for Decision-making. In: MOLDAN, B.; BILLHARZ, S. *Sustainability Indicators: report of the project on indicators of sustainable development*. SCOPE 58, 1997.

GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. (Organizadores) **Geomorfologia e meio ambiente**. -9ª ed. -Rio de Janeiro: 9ª ed. Bertrand Brasil, 2010.

GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. **Geomorfologia Ambiental**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

JUNIOR, Ari Palu; LONGO, Orlando Celso. **ANÁLISE DOS MOVIMENTOS DE MASSA EM ÁREA URBANA: O CASO DO BAIRRO DOM GIOCONDO**. VI CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO: Energia, Inovação, Tecnologia e Complexidade para a Gestão Sustentável, Agosto de 2010.

PARIZZI, Maria Giovana; SOBREIRA, Frederico Garcia et al. **Processos de movimentos de massa em Belo Horizonte, MG**. Belo Horizonte 07(1) 58-87 janeiro-junho de 2011.

PECHINCHA, Marcelle Gualtieri Honório; ZAIDAN Ricardo T. **RISCO A OCORRÊNCIA DE MOVIMENTOS DE MASSA E SEU POTENCIAL NA ANÁLISE DA QUALIDADE AMBIENTAL**. Revista de Geografia - v. 2, nº 2 (2013).



PINTO, Roberto Carlos; PASSOS, Everton et al. **CLASSIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MASSA OCORRIDOS EM MARÇO DE 2011 NA SERRA DA PRATA, ESTADO DO PARANÁ.** Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 4, n. 1 , p. 3-27, 2012.

TOMINAGA, L. K. **Avaliação de metodologias de análise de risco a escorregamentos:** aplicação de um ensaio em Ubatuba, SP. 2007. 220 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

\_\_\_\_\_. In: SANTORO, Jair. AMARAL, Rosângela (orgs.). **Desastres naturais: conhecer para prevenir.** 1º edição. São Paulo: Instituto Geológico, 2009. – 196p. ISBN 978-85-87235-09-1.



## **OS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO NO NORDESTE SETENTRIONAL: O CASO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS/PB**

Macio Bento Bezerra  
Licenciado em Geografia – CFP/UFPA  
marciobentolira@gmail.com

Aloysio Rodrigues de Sousa  
Doutor em Geografia – Unageo/CFP/UFPA  
alorodriguesousa@gmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

O cenário e o diálogo sobre os recursos hídricos e seu devido acompanhamento a cada ano é um modo eficiente de monitorar sua situação do ponto de vista, quantitativo e qualitativo, além de poder avaliar, o desenvolvimento da gestão desses recursos. Estes conhecimentos podem colaborar estrategicamente na identificação das necessidades existentes, e como também, podem auxiliar na definição das ações futuras. Desse modo, esse diálogo vem se fortalecendo, devido ao alto risco de escassez desses recursos em um futuro bem próximo, podendo assim, ocorrer conflitos entre as populações por causa da falta desse bem tão precioso.

Como forma de solucionar o problema da escassez, os governos estão se aperfeiçoando e investindo em processos de gestão dos recursos hídricos, buscando preservar sua oferta não só para consumo humano, mas para seus múltiplos usos. Desse modo, durante os últimos anos, observa-se por parte do Governo Federal o desenvolvimento de um projeto de extrema complexidade que tem gerado problemas, conflitos, equívocos, debates e contradições.

Trata-se do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PIRSF). Um empreendimento de infraestrutura hídrica que tem como objetivo a captação de água do Rio São Francisco, transpondo-as através de canais, túneis, aquedutos, adutoras e estações de bombeamento até os pequenos reservatórios, barragens e usinas hidrelétricas que estão sendo construídas e, as já existentes, buscando suprir a necessidade de abastecimento d'água em diversos municípios da região Semiárida brasileira.

A pesquisa em tela teve como propósito, identificar, a partir da execução desse empreendimento, quais os impactos ambientais decorrentes de sua execução na área objeto de estudo, tendo como base os possíveis impactos socioambientais identificados a partir da elaboração do Estudo de Impactos Ambientais (EIA) e do Relatório de Impactos Ambientais (RIMA). Para isso, esta pesquisa foi dividida em cinco momentos distintos, a fim de que a compreensão sobre a proposta levantada seja simples e objetiva.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco é complexo e tem gerado problemas de caráter social e ambiental. Entre os principais problemas destacamos os possíveis impactos negativos e positivos, sendo cabível nesta pesquisa, fazermos uma análise de maneira objetiva e responsável sobre estes impactos, tendo em vista que o objetivo maior desse projeto é buscar solucionar o problema hídrico da região. Considerando as características físicas, biológicas e sociais, o projeto exercerá sua maior influência estrutural, principalmente na fase de operação, caracterizado pela ocorrência de impactos positivos, contudo, nas fases de planejamento e construção, torna-se notório uma maior ocorrência de impactos negativos, variando ao longo destas duas etapas.

Considerando os possíveis impactos ambientais mencionados pelo EIA/RIMA, esta pesquisa se propôs a identificar, analisar e avaliar quais os impactos positivos e negativos ocorridos na região do Povoado de Boa Vista, município de São José de Piranhas/PB a partir da execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco, considerando, suas ordens (direta ou indireta), suas temporalidades (temporário, permanente ou cíclico), suas escalas (local, regional ou estratégica), e suas reversibilidades (reversível ou irreversível), podendo também, a partir dos resultados, questionar junto à comunidade quais os principais problemas e deficiências identificadas por elas a partir da implantação deste projeto na região.

A gestão da água no Brasil sempre foi alvo de constantes questionamentos por parte da imprensa e da sociedade, seja pela qualidade do fornecimento deste bem natural, seja pela sua falta. Por isso, diversos órgãos federais, estaduais e municipais buscam, de uma forma ou de outra, suprir a deficiência existente, com objetivo de proporcionar um fornecimento de qualidade a toda à população. Porém, além da qualidade e/ou falta desse recurso, existe ainda outro ponto significativo relacionado a esse procedimento, que é à desigualdade de consumo nas áreas correspondentes as 12 regiões hidrográficas brasileiras. O PIRSF, para a região semiárida, surge no momento como único empreendimento possível de amenização dessas desigualdades.

## **2. MATERIAIS E MÉTODOS**

Seguindo as propostas metodológicas específicas para as ciências sociais estabelecidas por Marconi e Lakatos (2009, p. 106), sobre a existência de métodos e métodos de realização do processo investigativo de um determinado objeto de estudo, utilizou-se, para a execução desta pesquisa, o método de abordagem indutivo, um argumento fundamentado em premissas, cuja aproximação dos fenômenos, de acordo com os autores, “caminham geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias”.

De acordo com Gil (2002, p. 17), a pesquisa é um procedimento racional e sistemático, que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos, sendo requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema. Para a efetivação desta pesquisa tornou-se necessário a realização da coleta de dados através de técnicas, das quais se destacam: a documentação indireta, a documentação direta e a documentação direta intensiva.

A pesquisa a partir da documentação indireta teve como objetivo, recolher informações prévias sobre o campo de interesse, tendo como fontes arquivos públicos, também conhecidos como fontes primárias, isto é, documentos oficiais, publicações parlamentares, além de fontes estatísticas, e a partir de pesquisas bibliográficas, também conhecidos como fontes secundárias. A pesquisa a partir da documentação direta constitui-se no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos acontecem ou aconteceu, com objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca da região e do problema objeto de estudo, a partir da observação dos fatos e fenômenos tais como ocorrem espontaneamente. Já a pesquisa a partir da das técnicas de documentação direta intensiva, se desenvolveu mediante observações, sistemáticas e participantes, de caráter artificial e mediante entrevistas, objetivando a obtenção de informações específicas, sendo desenvolvidas de maneira despadronizada e não-estruturada.

## **3.RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Através do Estudo de Impacto Ambiental e da elaboração do Relatório de Impacto Ambiental, documentos que serviram como um levantamento técnico preliminar sobre os possíveis impactos que poderiam e/ou podem vir a ocorrer na região delimitada para execução das obras, foram identificados a possibilidade de ocorrência de 59 (cinquenta e nove) impactos ambientais na área

objeto de estudo, sendo que, dentre estes possíveis impactos, 30 (trinta) foram considerados pelo Ministério da Integração Nacional como sendo de maior relevância.

Na região do Povoado de Boa Vista, município de São José de Piranhas/PB foi evidenciadas a possibilidade de ocorrência de pelo menos 45 (quarenta e cinco) possíveis impactos ambientais. Após realização de uma triagem, entre os 30 (trinta) impactos considerados como de maior relevância, consideramos a possibilidade de ocorrência de pelo menos 27 (vinte e sete) impactos ambientais na área delimitada. Contudo, considerando que o PIRSF ainda se encontra em sua fase de construção, este número tornou-se ainda menor, totalizando 11 (onze) possíveis impactos ambientais.

**Quadro 01** – Impactos de maior relevância ocorrido durante as fases de planejamento e construção do PIRSF

IMPACTOS CONSIDERADOS COMO DE MAIOR RELEVÂNCIA		FASES	
		PLA	CON
1	Dinamização da economia regional		X
2	Geração de empregos e renda durante a implantação		X
3	Introdução de tensões e riscos sociais durante a construção	X	X
4	Modificação do regime fluvial das drenagens receptoras		X
5	Perda e fragmentação de áreas com vegetação nativa e de habitat de fauna terrestre		X
6	Perda temporária de emprego e renda por efeito das desapropriações		X
7	Pressão sobre a infraestrutura urbana		X
8	Risco de interferência com o Patrimônio Cultural		X
9	Ruptura de relações sócio comunitárias durante a fase de obra	X	X

Legenda:

PLA – Planejamento	CON – Construção
--------------------	------------------

Fonte: Bezerra, 2015. (Adaptado de RIMA, 2004, p. 74).

Identificados os possíveis impactos ambientais durante as fases de planejamento e construção do empreendimento, realizou-se então, a classificação de acordo com as diferentes caracterizações. Essa identificação baseou-se no diagnóstico ambiental apresentado na pesquisa em evidência, seguindo as determinações legais, sendo que, a análise dos impactos realizou-se a partir da elaboração de matrizes de classificações conhecidas como “Matrizes de Impactos ou Matrizes de Interação”.

A partir desta Matriz, identificamos os impactos relacionados aos seus aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos; comportando dados qualitativos e quantitativos; coletando informações referentes à natureza dos impactos (positiva ou negativa); fornecendo ainda orientações para, em seguida, dar continuidade a análise. Esta matriz têm distribuídos em suas colunas, as caracterizações, agrupadas em torno dos aspectos físicos, bióticos e socioeconômicos, distribuindo, além das informações referentes a natureza dos impactos, as informações referentes a ordem (direta ou indireta), as temporalidades (temporária, permanente ou cíclica), as escalas (local, regional ou

estratégica), e a reversibilidade (reversível ou irreversível) dos impactos, e, em suas linhas, os impactos identificados nas fases de planejamento e construção do empreendimento, expressos na Matriz de Interação.

**Quadro 02 – Matriz de Impactos: relação categoria/componente; atribuição de valores negativos e positivos.**

FATORES COMPONENTES AMBIENTAIS	AÇÕES		FASES DO EMPREENDIMENTO								RESULTADOS					
			PLA / COM		CONSTRUÇÃO						IMPACTOS	VALORES POSITIVOS	VALORES NEGATIVOS	TOTAL DE IMPACTOS		
			Introdução de espécies e recursos locais durante a fase de obra	Plano de reabilitação e recuperação durante a fase de obra	Diversificação da economia regional	Concessão de empregos e renda durante a implantação	Modificação do regime hídrico das drenagens receptoras	Perda e fragmentação de áreas com vegetação nativa e de habitat de fauna sensíveis	Perda temporária de áreas produtivas com efeito das obras/implantações	Pressão sobre a infraestrutura urbana					Risco de identificação com o Patrimônio Cultural	
PARÂMETROS	Relação	1	2	3	4	5	6	7	8							
FÍSICO	SL	Paragrafia/Geomorfologia	A				-1	-1		-1	-1	-4	0	-4	4	
		Quantidade do solo	B				-1	-1				-1	0	-1	1	
		Consistência do solo	C		1				-1	-1			-2	1	-3	4
	AG	Quantidade das águas superficiais	D				-1					-1	0	-1	1	
		Quantidade das águas subterrâneas	E				-1	-1				-2	0	-2	2	
		Aumento dos recursos hídricos	F				-1					-1	0	-1	1	
BIÓTICO	FL	Diversidade e abundância de espécies	G					-1				-1	-2	0	-2	2
		Alteração do habitat	H				-1	-1				-1	-3	0	-3	3
		Diversidade e abundância de espécies	J				-1	-1				-2	0	-2	2	
	FA	Espécies protegidas e em perigo	K					-1					-1	0	-1	1
		Diversidade e abundância de espécies	L				-1					-1	-2	0	-2	2
		Espécies protegidas e em perigo	M				-1					-1	0	-1	1	
SOCIOECONÔMICOS	UD	Alteração do valor das propriedades	N	-1	-1	1		-1			-1	-4	1	-5	6	
		Aumento do índice demográfico	O	-1	-1	1	1				-1	1	-1	3	-4	7
		Aumento de impostos (IPTU/ICRA)	P			-1						-1	-2	0	-2	2
	NV	Geração de emprego	Q	-1	-1	1	1				-1	1	-1	3	-4	7
		Modo de vida	R	-1	-1	1	1	-1			-1	-1	-4	2	-6	8
		Êxodo/Passagístico	S					-1	-1			-1	-4	0	-4	4
RESULTADO	IMPACTOS			-4	-4	4	3	-11	-9	-3	-4	-10		-38		
	VALORES POSITIVOS			0	0	5	3	0	0	0	2	0		10		
	VALORES NEGATIVOS			-4	-4	-1	0	-11	-9	-3	-6	-10		-42		
	TOTAL DE IMPACTOS			4	4	6	3	11	9	3	6	10		36		

Legenda:			
SL	Solo	UD	Uso e ocupação do solo
AG	Água	NV	Nível de vida
FL	Flora	PLA	Planejamento
FA	Fauna	COM	Construção
IC	Impactos	R	Relação

**Fonte:** Bezerra, 2015. (Adaptado do Estudo de Impacto Ambiental realizado na Bacia do Rio Abujão, no Peru).

Relacionando as categorias e seus componentes ambientais, com as fases do empreendimento e os impactos decorrentes dessa atividade, podemos observar uma amplitude em relação ao check-list inicial, pois, em alguns momentos, um mesmo impacto ambiental identificado, ocorreu em mais de um dos componentes ambientais listados. Desse modo, observou-se uma diferença considerável entre os impactos ambientais de natureza positiva e os de natureza negativa. A partir deste levantamento, deu-se continuidade a análise por meio do Método Espontâneo (ad hoc), considerando as caracterizações mencionadas anteriormente.

Para a realização da análise dos impactos ambientais, a construção da matriz de classificação foi um procedimento indispensável para obtenção da significância de alguns fenômenos, a partir de sua caracterização. Para isso, foi necessário o confronto entre os dados referentes à importância e a magnitude destes fenômenos, para assim, atribuímos os devidos valores a estas características, sendo elas as seguintes: a natureza, à ordem, a temporalidade, a escala e a reversibilidade dos impactos.

**Quadro 03 – Matriz de classificação da significância.**

IDENTIFICAÇÃO DOS IMPACTOS		CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS											VALOR DO IMPACTO			
		NAT		ORD		TEM			ESC			REV		IMP	MAG	SIG
		P	N	D	I	T	P	C	L	R	E	R	I			
1	Dinamização da economia regional.	X		X			X			X		X		3	4	7
2	Geração de empregos e renda durante a implantação.	X		X		X			X			X		4	4	8
3	Introdução de tensões e riscos sociais durante a construção.		X	X		X				X		X		3	2	5
4	Modificação do regime fluvial das drenagens receptoras.		X	X			X		X				X	4	5	9
5	Perda e fragmentação de áreas com vegetação nativa e de habitats de fauna terrestre.		X	X			X				X		X	5	5	10
6	Perda temporária de empregos/renda por efeito das desapropriações.		X	X		X			X			X		4	4	8
7	Pressão sobre a infraestrutura urbana.		X		X	X			X			X		4	3	7
8	Risco de interferência com o Patrimônio Cultural.		X	X			X			X			X	5	5	10
9	Ruptura de relações sócio comunitárias durante as fases de obra.		X	X				X		X		X		3	2	5

Legenda:

NAT Natureza	P - Positiva	TEM Temporalidade	T – Temporária	IMP Importância
	N - Negativa		P – Permanente	
ORD Ordem	D – Direta	ESC Escala	C – Cíclica	MAG Magnitude
	I – Indireta		L – Local	
REV Reversibilidade	R – Reversível		R – Regional	SIG Significância
	I – Irreversível		E – Estratégica	

Fonte: Bezerra, 2015

## CONSIDERAÇÕES

Concluimos esta pesquisa com o anseio de termos alcançado os objetivos propostos, tendo como base as expectativas geradas em torno desta temática, dos quais partiram, inicialmente, pela descrição do projeto alvo da análise, com ênfase aos possíveis problemas e impactos por ele gerados, que afetam tanto negativamente como positivamente as comunidades locais, além das regiões próximas, podendo ser estas caracterizadas como “áreas de influência direta” do empreendimento.

Conseqüentemente, a caracterização dos meios bióticos e abióticos, sociais, econômicos e culturais da região delimitada e diretamente afetada pela execução do empreendimento foi de extrema necessidade para que se pudesse refletir, com base nas avaliações, sobre a magnitude e significância de cada um dos impactos causados pela execução desse projeto.

Esta pesquisa, assim como a Avaliação de Impacto Ambiental, não pode ser considerada como um instrumento de decisão, devido sua dinamicidade, mas sim de subsídio ao processo de tomada de decisões, voltadas a partir das informações coletadas e através de exames sistematizados a partir de cada fase de desenvolvimento do projeto, permitindo assim, que se possa considerar, tanto positivamente, como negativamente, questões referentes ao meio ambiente, bem-estar humano, e demais elementos dinâmicos envolvidos.

**Palavras-chave:** Impacto Ambiental. Projeto de Integração do Rio São Francisco. São José de Piranhas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto Lei nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm) > Acesso em: 20 ago. 2014.

\_\_\_\_\_, Ministério da Integração Nacional. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. **Relatório de Impacto Ambiental**. Brasília, DF. Junho/2004. Disponível em: < [http://www.integracao.gov.br/pt/c/document\\_library/get\\_file?uuid=ceeff01f-6440-45da-859b9acd1bfa87cf&groupId=66920](http://www.integracao.gov.br/pt/c/document_library/get_file?uuid=ceeff01f-6440-45da-859b9acd1bfa87cf&groupId=66920) >. Acesso em: 15 mai. 2011.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. – 7 reimpr. São Paulo: SP. Editora Atlas, 2002, 176 p.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. – 7 reimpr. – São Paulo: SP. Editora Atlas, 2009, 310 p.





## SUSTENTABILIDADE E AGROECOLOGIA: ALTERNATIVAS E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIAS CAMPONESAS

*Elieide Lima*  
Graduanda em Geografia – UNAGEO/CFP/UFCC  
elieidelima3@gmail.com

*Ivanalda Dantas Nobrega Di Lorenzo*  
Doutora em Educação – UNAGEO/CFP/UFCC  
ivanaldadantas@gmail.com

### Resumo

Este trabalho tem como objetivo apresentar a partir de revisão bibliográfica a importância da produção agroecológica para o camponês refletindo sobre a sustentabilidade e as práticas de transição agroecológicas como inerentes à cultura camponesa, as quais são constantemente negadas pela modernização da agricultura, um padrão imposto pela sociedade moderna. O debate inicia-se a partir de nossas vivências no Projeto Probex 2015, intitulado Ensino de Geografia e Formação de Educadores do Campo no Município de Cajazeiras-PB, com vigência entre maio a dezembro de 2015 e ênfase à Política Pública da Educação do Campo. Nesse Projeto atuamos como monitora voluntária, cujos aprendizados e vivências suscitaram à compreensão do modo de vida camponês, de suas lutas e dos desafios que vivenciam no campo para permanência de seus modos de vida, assim como das experiências ouvidas em salas de aulas e dos professores participantes da formação em relação à produção no campo e as realidades daqueles sujeitos, os pais e mães de seus alunos. Os resultados obtidos a partir da Formação de Educadores realizada do Projeto do qual participamos demonstra a importância do aprofundamento na temática para continuarmos buscando subsídios bibliográficos para compreensão de nossas futuras pesquisas e projetos, especialmente a serem desenvolvidos por ocasião o trabalho de conclusão de curso (TCC) e no Projeto Probex 2016, cuja formação será realizada no Assentamento Acauã, município de Aparecida –PB, mesorregião do Sertão Paraibano.

**Palavras-Chave:** Sustentabilidade – Agroecologia – Campesinato.

### Abstract

This work aims to present from literature review the importance of agro-ecological production for the farmer thinking about sustainability and agro-ecological transition practices as inherent in the peasant culture, which is constantly denied by the modernization of agriculture, a standard imposed by society Modern. The debate starts from our experiences in PROBEX Project 2015 entitled Geography and Field Teacher Training Education in the city of Cajazeiras-PB, effective from May to December 2015 and emphasis on Public Policy of Rural Education. In this project we work as a volunteer monitors, whose learnings and experiences raised the understanding of the peasant way of life, their struggles and challenges they experience in the field to stay their ways of life, as well as the experiences heard in classrooms and teachers participants of training in relation to the production in the field and the realities of those subjects, the parents of their students. The results obtained from the Teacher Training carried out the project in which we participate demonstrates the importance of deepening the theme to continue searching bibliographic subsidies for understanding our future research and projects, especially to be developed during the course conclusion work (TCC) and PROBEX Project 2016,

whose training will be held on settlement Acauã, city of Aparecida -PB, mesoregion Hinterland Paraibano.

**Keywords:** Sustainability - Agroecology - Peasantry.

## **1. Introdução**

Apresentamos reflexões acerca das formas de produzir no campo com destaque à modernização agrícola como uma face perversa da barbárie produzida pelo capital, em contraposição às práticas camponesas pautadas na sustentabilidade e na agroecologia.

O debate inicia-se a partir de nossas vivências no Projeto Probex 2015, intitulado Ensino de Geografia e Formação de Educadores do Campo no Município de Cajazeiras-PB, com vigência entre maio a dezembro de 2015 e ênfase à Política Pública da Educação do Campo. Nesse Projeto atuamos como monitora voluntária, cujos aprendizados e vivências suscitaram à compreensão do modo de vida camponês, de suas lutas e dos desafios que vivenciam no campo para permanência de seus modos de vida, assim como das experiências ouvidas em salas de aulas e dos professores participantes da formação em relação à produção no campo e as realidades daqueles sujeitos, os pais e mães de seus alunos.

Somadas a essas vivências e experiências realizamos levantamento bibliográfico durante os meses de maio de 2015 a março de 2016, com vistas a subsidiar a compreensão sobre sustentabilidade e agroecologia no campo como estratégias de resistências camponesas.

Apresentamos neste artigo além da introdução e considerações, dois subitens: a- A Modernização Agrícola no Brasil e dos Impactos Ambientais e Sociais à Sustentabilidade nos Documentos Oficiais; e b- Práticas de Transição Agroecológicas Camponesas e as Relações Sociedade Natureza.

Os resultados obtidos a partir da Formação de Educadores realizada do Projeto do qual participamos demonstra a importância do aprofundamento na temática para continuarmos buscando subsídios bibliográficos para compreensão de nossas futuras pesquisas e projetos, especialmente a serem desenvolvidos por ocasião o trabalho de conclusão de curso (TCC) e no Projeto Probex 2016, cuja formação será realizada no Assentamento Acauã, município de Aparecida –PB, mesorregião do Sertão Paraibano.

## **2. Da Modernização Agrícola no Brasil e dos Impactos Ambientais e Sociais à Sustentabilidade nos Documentos Oficiais**

A modernização da agricultura brasileira ocorreu a partir dos anos de 1960 e pode ser caracterizada como um conjunto de alterações na base técnica de produção, a qual levou a um considerável aumento na produção agrícola com o uso de insumos.

A partir desse processo a agricultura brasileira passou a contabilizar um considerável aumento da produção elevando os patamares da economia a partir de um processo que utilização massiva de técnicas e práticas tecnológicas, a exemplo do uso de máquinas, fertilizantes e defensivos químicos, dentre outros.

O referido processo de modernização ficou conhecido como modernização conservadora, já que beneficiou apenas uma parcela de produtores rurais que dispunham de meios de produção e do capital para investimento em tais técnicas e recursos promovendo o desenvolvimento desigual e combinado na sociedade brasileira, especialmente no tocante aos povos do campo e, na natureza como um todo que vêm ao longo dos tempos presenciando uma série de impactos ambientais e sociais capazes de promover a concentração de riqueza, da estrutura fundiária e na qualidade de vida dos seres humanos, em função do uso massivo de produtos químicos degradantes da natureza e da saúde humana como um todo.

É nessa perspectiva que se observa o desenvolvimento da agricultura moderna no país, causando uma série de transformações no espaço agrário brasileiro, concentrando riqueza na mão de poucos e extrema desigualdade com patamares de pobreza e miséria a grandes contingentes populacionais, especialmente aos povos do campo.

Portanto, essas transformações se de um lado trouxeram o desenvolvimento do País ao elevar a economia, de outro, promoveram a exclusão, portanto um desenvolvimento desigual e combinado, conforme afirma Balsan (2006, p. 128):

Entretanto, o novo padrão de desenvolvimento econômico tem demonstrado exclusão do homem do campo da geração de emprego, diminuição da renda, entre outros, ocasionando conseqüentemente, desordem no espaço rural, decorrente da competitividade do capitalismo. Dentro de uma ótica global, a modernização agrícola nos revela que, por meio dos processos históricos, a propriedade da terra foi sendo subordinada ao capital.

Dentre as conseqüências danosas aos povos do campo a modernização gera riscos à saúde dos trabalhadores do campo e consumidores dos alimentos produzidos, impactos ambientais, êxodo rural e a conseqüente promoção latifúndio, da monocultura, uma marca da sociedade brasileira que prevalece e se reforça nos dias atuais, dentre outros.

Desse modo, prejudica por vezes, o desenvolvimento social/econômico/cultural/político no campo em distintas regiões do País, no modelo de produzir e entre aqueles que vivem da atividade agropecuária, deixando de um lado, grandes e pequenos proprietários de terra, o que vem sendo

reforçado e explicitado no País a partir da criação de dois Ministérios: O Ministério da Agropecuária e Abastecimento (MAPA) para os grandes proprietários e/ou monocultores e, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para pequenos proprietários de terra, em geral praticantes de policultivos e responsáveis pela característica resistência da cultura camponesa.

O Estado aliado aos donos do meio de produção consolida a aliança responsável pela modernização agrícola, sendo o primeiro um dos principais agentes responsáveis pelo financiamento dessa modernização a partir de incentivos fiscais, a exemplo do PROÁLCOOL, na Paraíba, na década de 1980, o qual resultou em grandes transformações no modo de produzir e nas novas relações sociais de trabalho, assim como promoveu profundas alterações na relação campo/cidade, subordinando o campo à cidade, e agropecuária a uma crescente mecanização e utilização de insumos para elevar a produtividade, sem maiores preocupação com a produção e aqueles que a realizam.

O processo de desenvolvimento da agricultura brasileira direcionou-se a determinados tipos de produtos, a exemplo do café, arroz, cana-de-açúcar, trigo, pecuária bovina, suína, avícola, dentre outros, os quais revelam a face perversa do capital, a barbárie produzida pelo modo de produção capitalista que produz e reproduz em seu interior relações tipicamente não capitalista, a exemplo do campesinato, o qual se reproduz em seu interior gerando divisas para a grande agricultura, o agronegócio, ao passo em que utilizam quantidades exorbitantes de agrotóxicos.

Conforme a Agência Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA) (2016)<sup>16</sup>,

Anualmente são usados no mundo aproximadamente 2,5 milhões de toneladas de agrotóxicos. O consumo anual de agrotóxicos no Brasil tem sido superior a 300 mil toneladas de produtos comerciais. Expresso em quantidade de ingrediente-ativo (i.a.), são consumidas anualmente cerca de 130 mil toneladas no país; representando um aumento no consumo de agrotóxicos de 700% nos últimos quarenta anos, enquanto a área agrícola aumentou 78% nesse período.

Dentre os produtos com maiores índices de produção e uso de agrotóxicos no País (EMBRAPA, 2015) destacam-se:

**Tabela 1. Consumo de agrotóxicos em algumas culturas agrícolas no Brasil, em quantidade de ingredientes ativos, 1998.**

Cultura agrícola	Quantidade (ton)	Participação (%)
Soja	42.015	32,6
Milho	15.253	11,8
Citros	12.672	9,8
Cana-de-Açúcar	9.817	7,6

<sup>16</sup>

Disponível

em:

[http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agricultura\\_e\\_meio\\_ambiente/arvore/CONTAG01\\_40\\_210200792814.html](http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agricultura_e_meio_ambiente/arvore/CONTAG01_40_210200792814.html). Acesso em 20 de março de 2016.

Café	8.780	6,8
Batata	5.122	4,0
Algodão	4.851	3,8
Arroz Irrigado	4.241	3,3
Feijão	4.199	3,3
Tomate	3.359	2,6
Total	<b>128.712</b>	

**Fonte:** SINDAG (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola).

O agronegócio em geral, destina-se à exportação de *commodities* reforçando maiores níveis de degradação ambiental, exclusão e desigualdade social pela intensificação da pobreza e da miséria no campo, além do agravamento da saúde e do desrespeito aos direitos dos trabalhadores assalariados do campo, além de outras questões relacionadas à apropriação da renda da terra e da negação de direitos dos camponeses que destinam suas áreas de produção e a mão-de-obra familiar para a atenção á produção imposta pelo agronegócio, pelo capital e pelo Estado, a exemplo da produção avícola e de cana-de-açúcar no Estado da Paraíba.

Observa-se nos assentamentos da reforma agrária, no Litoral Paraibano, especialmente como destaca Di Lorenzo (2003; 2007), em relação ao Assentamento Dona Helena, município de Cruz do Espírito Santo-PB, um aumento considerável das áreas de cultivo de cana-de-açúcar destinada às Usinas locais com supressão das áreas de produção de policulturas, embora isto não se constitua uma ameaça à permanência do campesinato, mas uma forma de resistência para permanência na terra, associada a continuidade das características da cultura camponesa, as quais demonstram o fortalecimento na comunidade local.

Quanto aos impactos ambientais no campo, assim como foi presenciado por Di Lorenzo (2007), especialmente pelas constantes insatisfações da comunidade em relação à utilização massiva de produtos químicos nas áreas circunvizinhas ao assentamento, nas grandes fazendas produtoras de cana-de-açúcar, resíduos que são depositados nos lençóis freáticos, leitos de rios, solo, na produção, prejuízos à saúde humana, dentre outros, é interessante observar as consequências do aumento da prática da monocultura, uma prática que gera profundos níveis de desequilíbrios no ambiente. Vale ressaltar que esses não são os únicos impactos causados ao meio ambiente.

Tais consequências são resultadas da prática monocultora, mas também do intenso uso de adubos químicos e pesticidas que demonstram a inviabilidade ambiental do atual sistema produtivo.

Percebe-se assim que, a modernização da agricultura estabeleceu relações entre sociedade e natureza, baseadas no uso intenso dos recursos naturais, trazendo como consequências a exaustão desses e desigualdades sociais que inviabilizam o desenvolvimento de um projeto de sociedade que tenha como princípio a igualdade social e o respeito e conservação dos recursos naturais.

Contrárias a essas práticas degradantes do ambiente e da saúde humana os camponeses através de suas práticas culturais de resistências seculares, individual ou coletivamente, a exemplo de suas organizações em movimentos sociais, como a Via Campesina e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), dentre outros, vêm ao longo de décadas, destacando-se as lutas iniciais, no Estado da Paraíba, com marco inicial nas Ligas Camponesas, registra-se na memória a liderança de João Pedro Teixeira, camponês assassinado na Ditadura Militar.

Os embates das lutas camponesas têm demonstrado o fortalecimento do campo e de seus sujeitos, especialmente pela luta e conquista da terra camponesa, somadas a estas, a conquista e construção de outras lutas como um aparato documental e legal expresso em leis, resoluções, pareceres, políticas públicas e programas de fortalecimento do campesinato brasileiro, por conseguinte do reconhecimento de suas culturas e diversidades de práticas e de produção, destacando-se a transição agroecológica.

## **2.Práticas de Transição Agroecológicas Camponesas e as Relações Sociedade Natureza**

A agroecologia surge como ciência preocupada com princípios ecológicos voltados ao manejo sustentável de agroecossistemas complexos, os quais comportam além de sua diversidade, as relações entre os seres humanos e entre estes e a natureza, da qual são partes constituintes.

As práticas de transição agroecológicas desenvolvidas por camponeses, a exemplo das experiências vivenciadas em assentamentos rurais do Sertão Paraibano, Frei Damião e Santo Antônio; e no Litoral Paraibano, no Assentamento Dona Helena, além das experiências vivenciadas junto aos Professores atendidos na formação do Projeto Probex 2015 percebemos que são estratégias voltadas ao cultivo de alimentos sem o uso de agrotóxicos, bem como valorizam outras práticas como as de gênero, geração, etnia, origem dos sujeitos, diversificação da produção, dentre outros, se configurando como uma estratégia de resistência da agricultura camponesa aos avanços da agricultura moderna, intensificada principalmente após a Revolução Verde que trouxe para o campo, a modernização que beneficiou apenas aos proprietários de grandes extensões de terra e aos capitalistas.

Portanto, a modernização conservadora, como ficou conhecida, beneficiou apenas a elite agrária do País, deixando à margem do desenvolvimento do campo e de seus sujeitos seguindo-se a lógica da produção e da vida conforme defendem os movimentos sociais do campo.

As práticas agroecológicas na produção de alimentos surgem como forma de proporcionar uma alternativa econômica e de respeito à vida e ao modo de vida camponês, além de oferecer à população uma alternativa saudável em produtos provenientes da agropecuária, tendo em vista que a

utilização de defensivos agrícolas disseminados a partir da Revolução Verde tem sido alvo de severas críticas, especialmente quando nos debruçamos sobre estudos acerca de uso de agrotóxicos, um veneno à saúde humana.

Com a crescente necessidade de pensar a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento de um projeto de sociedade pautado na igualdade de direitos e respeito ao ambiente, mas especialmente devido à organização e luta dos movimentos sociais por pelo direito à continuidade e permanência do modo de vida camponês, por conseguinte a valorização e o reconhecimento de suas práticas culturais de sustentabilidade.

Para compreender melhor a importância da transição agroecológica na vida do campo e na produção de alimentos é interessante conhecer o seu conceito para assim perceber a dinâmica que envolve a agricultura voltada ao uso sustentável dos recursos naturais. Conforme Gliessman (2001, apud Bocaglia e Dalapicola, 2007, p. 75) a agroecologia é considerada “como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis.”

A agroecologia pode ser compreendida como um conjunto de atividades direcionadas a produção e o cultivo agrícola a partir de técnicas que considerem os princípios da ecologia com o objetivo de obter o manejo sustentável dos recursos ambientais. A agroecologia surge assim como resposta capaz de possibilitar uma alternativa viável de desenvolvimento agrícola que não traga consequências tão negativas ao meio ambiente.

È nessa perspectiva que tais práticas vêm sendo difundidas na agricultura como alternativas capazes de melhorar a qualidade da produção camponesa oferecendo alternativas viáveis, já que a produção e comercialização do excedente de produtos sem o uso de agrotóxicos pelo camponês apresenta diversas vantagens tendo em vista oferecer ao consumidor um produto natural e de qualidade, bem como a própria saúde da família camponesa, o respeito ao ambiente e, dentre outras, a geração de trabalho e renda.

Nas pesquisas desenvolvidas por Di Lorenzo (2003, 2007) a produção no campo tem demonstrado experiências exitosas, a exemplo do que se presenciou no Assentamento Dona Helena, ao referir-se ao uso de insumos e fertilizantes naturais para o controle e equilíbrio ambiental na produção, uso de cercas vivas, reservas de mata, cuidados com os mananciais hídricos, criação de feiras agroecológicas, desenvolvimento de parcerias com órgãos públicos e privados, acesso a projetos e programas de fomento, valorização do trabalho e da participação da mulher em espaços públicos de decisão, produção de mandalas, hortas e viveiros de mudas, construção de cisternas, poços e barreiros, dentre outras estratégias de convivências com o ambiente onde vivem os camponeses.

## Considerações

As práticas de sustentabilidade e transição agroecológicas representam a possibilidade de novas relações entre natureza e sociedade ao possibilitar a partir das práticas agrícolas sustentáveis o equilíbrio ambiental, elevando à qualidade da produção em alimentos saudáveis e conseqüentemente, à qualidade de vida da população envolvida no processo, dentre outros benefícios.

Do ponto de vista do equilíbrio ambiental a agroecologia visa um conjunto de atividades que incluem práticas de culturas rotativas, policulturas, uso de adubos naturais, dentre outras, buscando o equilíbrio das relações ecológicas, gerando assim menos impactos ao meio ambiente, bem como caminham na perspectiva de negar o padrão imposto pelo capitalismo no sentido de promover a alta produtividade com uso intensivo de insumos e fertilizantes químicos causando danos, por vezes irreparáveis ao ambiente como um todo.

## Referências:

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2008.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BOSCAGLIA, Fabiano. DALAPICOLA, Tiago. Agroecologia: aplicações e implicações na agricultura convencional do município de Colatina – ES. **Rev. Bras. de Agroecologia** v.2 n.2 out. 2007.

DI LORENZO, I. D. **A Construção Do Território Camponês no Assentamento Dona Helena: histórias da terra e geografia vivida**. Monografia de Graduação apresentada no Programa de Graduação em Geografia. João Pessoa: UFPB: 2003.

\_\_\_\_\_. **A Construção da Territorialidade no Assentamento Dona Helena: histórias da terra e geografia vivida**. **Dissertação de Mestrado** apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia. João Pessoa: UFPB: 2007.





## **GT 5. CAMPO E CIDADE: RESISTÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES DOS/NOS ESPAÇOS AGRÁRIO E URBANO BRASILEIROS**

### **RESUMOS**

#### **USO DO GEOPROCESSAMENTO NA REPRESENTAÇÃO DA PROCEDÊNCIA DOS INSUMOS NECESSÁRIOS AO TURISMO EM NATAL-RN**

Edna Maria Furtado  
Professora titular do DGE/UFRN  
Ed.furtado@hotmail.com

Cristóvão Ferreira de Lima Júnior  
Bolsista PROPESQ/UFRN  
cristovaoljr@gmail.com

Anderson Moura Gondim de Freitas  
Bolsista PROPESQ/UFRN  
andersonmora.moura@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

O trabalho tem como objetivo mostrar a importância do geoprocessamento na representação dos processos da dinâmica do fenômeno turístico na cidade do Natal/RN. O geoprocessamento entra como instrumento eficaz para a representação gráfica e disponibiliza vários resultados para diversas áreas científicas, que resultam numa grande contribuição. O fenômeno estudado é caracterizado pelo fluxo de insumos nos hotéis e restaurantes turísticos da cidade, esse fluxo denomina uma dinamicidade, e quando estudada gera um resultado. O resultado é adquirido a partir da pesquisa de campo, que geram dados estatísticos, e esses dados são “plotados” em imagens de satélite ou imagens georeferenciadas. A final, tudo acaba servindo para a análise da dinamicidade, facilitando o estudo do fenômeno em questão.

No estudo, realizamos levantamento bibliográfico, reuniões com o Grupo de Pesquisa Turismo e Espaço Geográfico (GTEG), aplicação de questionários em restaurantes, hotéis e pontos de venda e a utilização dos softwares de geoprocessamento.

## 2.DESENVOLVIMENTO

No que se refere a fenômeno turístico, para que ele exista e continue necessita de um conjunto de insumos, o que (SILVA, 2004) chama de “inputs”, dentro, nesse caso, dos estabelecimentos turísticos. Sendo mais específico, existe uma dinamicidade geográfica dentro da região turística em estudo, ocasionada pela aquisição de mercadorias, que abrangem de pequena a larga escala, essa dinamicidade ocorre pelo envolvimento de fixos e fluxos (SANTOS, 1988).

Esses insumos estão encaixados a um conjunto de demandas e ofertas, e isso reflete diretamente nas relações socioeconômicas que formam no espaço um conjunto de conexões. A demanda deles tende a se intensificar diante do crescimento da atividade turística na cidade, que forma os efeitos multiplicadores (SANTOS, 2011). O fornecimento para a atividade em estudo passa a formar uma espacialidade, em outras palavras, um padrão de dispersão das coisas (GOMES, 2013).

Para o turismo ocorrer, deve estar contido e envolvido um conjunto de serviços, como estabelecimentos hoteleiros, de alimentação e entretenimento (FURTADO, 2005, p.164).

O geoprocessamento pode ser utilizado de maneira bastante importante nos estudos dos fenômenos turísticos, uma vez que ele facilita o estudo, simplificando e ilustrando toda a pesquisa. A cartografia, elaborada com essa ferramenta, pode ser considerada como: imagens que contribuem para o diálogo num mundo socialmente construído (HARLEY, 2015). Uma característica bastante importante é seu caráter sistemático, que resulta na utilização de diversas camadas vetoriais, banco de dados e outras ferramentas.

Além do Sistema de Informações Geográficas, usam-se também o Sistema de Posicionamento Global (GPS), a fotogrametria, aerofotogrametria, sensoriamento remoto e etc. (2015). Estes itens são cruciais para a montagem de todo o sistema, uma vez que eles integram, junto com os dados, o mapa e suas informações.

Historicamente, a cartografia era produzida para fins estratégicos e dominação territorial, com o passar do tempo e com aprimoramentos, a cartografia passou a abranger vários segmentos informativos, além de ser sistematizada para ser feito digitalmente, facilitando seu uso e abrangência. Em suma, essa ferramenta permite a observação dos elementos que existem no espaço e as suas relações, resultando na exposição de uma forma de visualização do espaço geográfico, gerando resultados nas áreas socioeconômica, meio ambientais e territoriais. Nisso, junto com os determinados tipos de dados com ferramentas heterogêneas, atende demandas acadêmicas, políticas, econômicas, etc.

Aproveitando dessa ferramenta, dos campos e das discussões, foram feitos bancos de dados e mapas sobre o fluxo de insumos na área turística de Natal - RN, que remetem a origem, distribuição espacial e influência econômica. No que se refere a campo, foram aplicados questionários em restaurantes e hotéis turísticos e nas Centrais de Abastecimento Do Rio Grande do Norte (CEASA-RN).

Logo, foi viável a elaboração de um banco de dados relacionado a softwares de geoprocessamento, como o Arcgis e Quantum Gis, que possuem ferramentas importantes para as espacializações das dinâmicas pesquisadas. Obtendo-se mapas de fluxos.

Pode-se observar nos mapas a variedade de municípios, estados e países que interagem no fluxo de insumos, cada produto (enlatados, frutas, bebidas, carnes, etc.) tem o seu ponto de partida e de destino, e tudo isso é “plotado” no mapa. Esses produtos e suas origens podem caracterizar o envolvimento econômico de cada restaurante e hotel e classificá-lo dentro do fenômeno turístico.

Isso resulta numa contribuição acadêmica considerável, uma vez que o resultado desse trabalho gera zonas de características econômicas heterogêneas, mostrando a variedade do espaço geográfico estudado, além de servir de meios para se resolver problemas nesse contexto.

## **CONSIDERAÇÕES**

No presente trabalho, foi possível ver a abrangência e importância do geoprocessamento, além da interdisciplinaridade dos dados que podem ser utilizados.

É possível ver a importância da utilização de dados dos questionários e sua aplicação num Banco de dados digital de um SIG. Com os mapas de aquisição de insumos, para as atividades turísticas em Natal-RN, que possuem uma determinada abrangência geográfica, com seus múltiplos fluxos. Visualização que é importante para estudar o fenômeno econômico em questão.

Essa percepção contribui significativamente para o entendimento turístico, além da identificação da sua abrangência. Que possibilita, assim, analisar as implicações econômicas de natal para outros espaços.

Palavras-chave: Geoprocessamento, insumos, turismo.

## **REFERÊNCIAS**

FURTADO, Edna Maria. **A "onda" de turismo na cidade do sol: A reconfiguração urbana de Natal.** 2005. 302 f. Tese (Doutorado) Curso de Geografia, Departamento de Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O lugar do olhar.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

HARLEY, Brian. **Mapas, saber e poder.** 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/5724>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

SANTOS, Milton Almeida dos. **Metamorfoses do Espaço Habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_, Milton Almeida dos. **Economia espacial.** São Paulo: Edusp, 2011.

SILVA, Jorge Antonio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: metamorfoses do espaço Uma Análise Urbano-Regional baseada em cluster.** 2004. 468 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

UFES (Comp.). **Fundamentos de geoprocessamento.** Disponível em: <[http://www.ltc.ufes.br/geomaticsce/Modulo Geoprocessamento.pdf](http://www.ltc.ufes.br/geomaticsce/Modulo%20Geoprocessamento.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2015.



## **GT 5. CAMPO E CIDADE: RESISTÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES DOS/NOS ESPAÇOS AGRÁRIO E URBANO BRASILEIROS**

### **COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **O ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO COMO POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO**

Maria Clyvia Martins dos Santos/UFPB  
mariacluvia@yahoo.com.br

#### **Resumo**

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre o estágio supervisionado<sup>17</sup> no curso de Geografia/UFPB que ocorreu na Escola Estadual de Ensino Médio Professora Olivina Olívia Carneiro da Cunha<sup>18</sup> realizado em duas turmas do 2º ano do Ensino Médio. No presente trabalho, buscamos abordar estratégias e recursos utilizados nas suas aulas para trabalhar a temática Agrária, isto é, apontamos caminhos para a metodologia de ensino nessa temática.

**Palavras-Chave:** Estágio supervisionado. Metodologia de Ensino. Agrária.

#### **1.INTRODUÇÃO**

O estágio supervisionado é uma atividade muito importante, realizada nos cursos de licenciatura para formação de professores, é uma atividade que aproxima o estagiário do espaço escolar, que permite pensar sobre ele. Acreditamos que o estágio é o momento de se posicionar, é preciso construir novos caminhos. Nessa perspectiva o presente trabalho tem o intuito de apresentar a possibilidade de trabalhar conteúdos próximos à realidade do aluno na disciplina de geografia.

Os conteúdos trabalhados foram o “O espaço agrário brasileiro” e a “Modernização da Agropecuária”, nessa perspectiva procuramos abordá-los a partir de contextos próximos aos alunos, para que o conhecimento fosse melhor assimilado e tivesse mais significação. Conforme Mello (2014)

---

<sup>17</sup> Este trabalho foi realizado durante o período 2015.2 no componente curricular “Prática de Ensino II” de curso de licenciatura em Geografia da UFPB, ministrada pelo Professor Lenilton Assis.

<sup>18</sup> A escolha dessa escola para a realização do estágio se deu pelo fato de já ter atuado na mesma como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), experiência valiosíssima que me aproximou da realidade escolar.

é importante que o professor elabore suas aulas a partir de contextos próximos ou remotamente familiares ao aluno, pois o conhecimento terá mais significado. Existem três grandes categorias em que podemos classificar esses contextos em: vida pessoa e equatoriana do aluno; sociedade ou mundo em que o aluno vive; e o próprio ato de descoberta ou produção do conhecimento que pode ser reproduzido ou simulado.

Catrogiovanni (2014) apresenta os desafios a serem superados pela geografia enquanto disciplina escolar ressalta que apesar das transformações que ocorreram dentro da geografia, principalmente a partir da década de 1970, as práticas continuaram praticamente as mesmas – baseadas no processo de memorização. Este autor chama a atenção para o fato de que trabalhar pedagogicamente a geografia não significa necessariamente “dar aulas” de geografia, mas ir além, vislumbrando a sala de aula como um segmento do espaço geográfico, assim, preocupando em demonstrar como o espaço é construído e organizado. E é nessa perspectiva que direcionamos nossos olhares.

A seguir iremos apresentar o diagnóstico Escolar realizado no primeiro momento do estágio e posteriormente como ocorreu a proposta de intervenção nas turmas do 2º ano do Ensino Médio.

## II - Caracterização Geográfica da Escola

A Escola Estadual de Ensino Médio Professora Olivina Olívia Carneiro da Cunha se localiza na cidade de João Pessoa-Paraíba, Av. Duarte da Silveira, nº 450, Centro, estando entre as escolas mais antigas da cidade. A escola se localiza no centro da cidade, muito próxima às vias de transporte, e as salas de aula recebem influência externa do barulho dos carros, ônibus e motos.

Mapa 1: Localização da Escola



Fonte: Google maps. Acesso em 06 de dez. 2015.

A escola funciona em dois turnos, manhã e tarde, atendendo as séries do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio, com uma média de 40 alunos por sala. Na escola existe o conselho de classe, o conselho deliberativo e também o grêmio estudantil. A Escola possui Projeto Político Pedagógico (PPP), o qual foi redigido por representantes da comunidade, alunos, pais ou responsáveis, professores, gestores, funcionários: pessoal, administrativo e de apoio. Toda comunidade tem acesso ao PPP, participou da elaboração do mesmo e o conhece. Quanto aos componentes curriculares, seus conteúdos se baseiam nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) referencial da proposta curricular do Ministério da Educação (MEC).

### **III – Diagnóstico das turmas do 2º A e E da E.E.E.M.P.O.O.C.C**

As turmas apresentam em geral 30 alunos por sala, tendo em vista a evasão, já que as salas comportam entre 40 e 45 alunos. A turma do 2º ano “A” é composta em sua maioria por alunos do sexo masculino, já na turma do 2º ano “E” os alunos do sexo feminino são maioria. Os discentes residem em diferentes bairros da cidade de João Pessoa, (Jardim Veneza, Mandacaru, Colinas do Sul, Cruz das Armas, São José, Varadouro, Vieira Diniz, Rangel, Mangabeira, Geisel e outros). Existem alunos que residem fora do município, (nas cidades de Bayeux, Santa Rita e Cabedelo). A faixa etária dos alunos é entre 15 e 18 anos.

O professor José Nóbrega Diniz é responsável pela disciplina de geografia nas turmas do 2º ano do ensino Médio. Já atuando na escola há mais de 15 anos como docente.

### **IV - Intervenção executada no estágio supervisionado nas turmas do 2º A e E da E.E.E.M.P.O.O.C.C**

A intervenção ocorreu nas turmas do 2º ano “A” e 2º ano “E”, cuja abordagem se deu baseada na perspectiva da busca de conteúdos que fossem próximos à realidade dos alunos, mas sem deixar de lado o contexto geral, assim, é possível construir múltiplas formas de abordagens didáticas. Os conteúdos devem estar articulados e organizados para que possam ser compreendidos pelos alunos.

Martins (2014) chama a atenção para a efemeridade da informação nos dias, apontando que na maioria das vezes essas informações não são articuladas, falta assim, a reflexão destas. A riqueza de informações na contemporaneidade não vem acompanhada de contextualização, isto é, não estão

articuladas umas às outras, sendo assim, nem sempre quem a detém é capaz de refletir sobre ela. E infelizmente a geografia ainda ensina calcada nas informações descontextualizadas e desarticuladas.

Assim, buscamos como objetivo geral na intervenção realizada sobre “o espaço agrário brasileiro” que os alunos compreendessem o processo histórico que resultou na configuração da estrutura fundiária brasileira, de modo que pudessem estabelecer uma relação entre a estrutura fundiária e os conflitos no espaço agrário, identificando esses aspectos no Nordeste e na Paraíba, bem como de reconhecer as lutas travadas no campo paraibano. A abordagem metodológica se deu a partir de aula expositiva; Leitura e interpretação de mapas e participação dos alunos no momento da exposição.

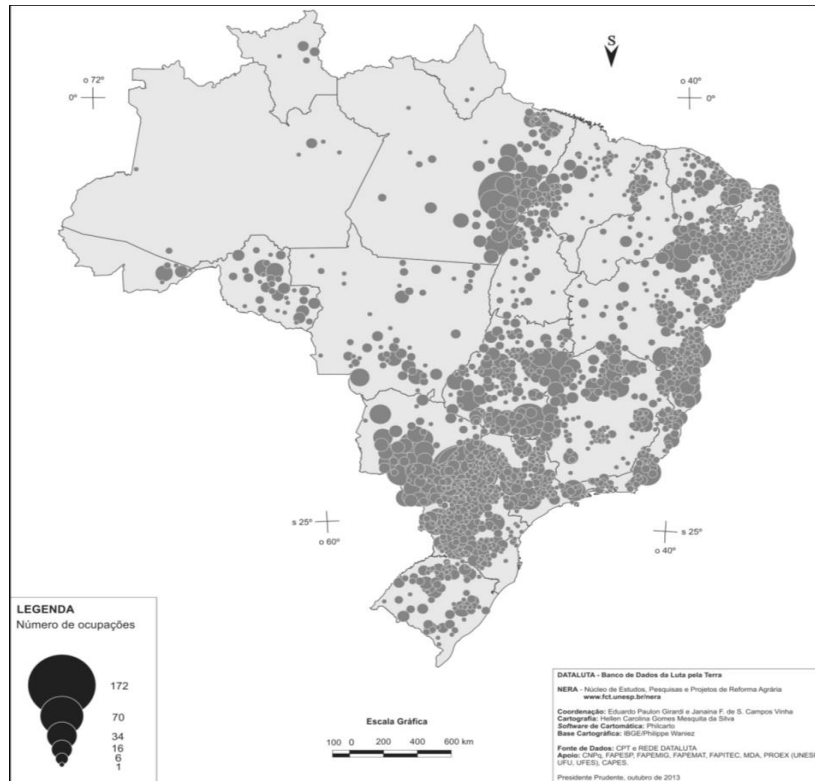
Inicialmente abordamos a ocupação e exploração do território brasileiro, como forma de entender a gênese da extrema desigualdade no campo, cuja característica da estrutura fundiária brasileira é “o caráter concentrador da propriedade da terra” (OLIVEIRA, 2005, p.482). A extrema desigualdade no campo brasileiro, tem suas raízes firmadas em um longo processo histórico firmado nas diversas formas de apropriação do território brasileiro, desde a colonização. Conforme Andrade (1995) a ocupação no território brasileiro inicia-se pelo litoral, desde o período inicial da colonização portuguesa no século XVI, as terras ocupadas eram provenientes da expropriação dos indígenas, da destruição da floresta e dos recursos naturais aqui encontrados. Dessa forma, procuramos apresentar os processos que culminou na atual estrutura fundiária do país, e identificamos que região a Nordeste apresenta o maior número de conflitos no campo bem como maior número de assentamentos.

Utilizamos mapas para melhor apresentar aos alunos como se dá ocupações de terra (mapa 2) a qual se reflete no número de conflitos fundiários no Brasil e também utilizamos gráficos para apresentar dados dos assentamentos no Nordeste e na Paraíba. Dentre as competências definidas para a representação e a comunicação em Geografia previstas no PCN+:

Ler, analisar e interpretar os códigos específicos de Geografia (mapas, gráficos, tabelas etc.) considerando-os como elementos de representação de fatos e fenômenos espaciais ou espacializados. Utilização de mapas e gráficos sobre a realidade geográfica, como os conflitos estão espacializados no território brasileiro. (PCN+).

**Mapa 2:** Brasil -Geografia das Ocupações de terra - 1988-2012  
Número de Ocupações





Fonte: DATALUTA – Banco de dados da Luta pela Terra. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Banco de dados de luta pela terra. DATA LUTA/NERA-FCT/UNESP Presidente Prudente– SP. Elaboração da autora.

No mapa 2 observamos a distribuição das ocupações de terra no Brasil, sendo a região Nordeste a que apresenta o maior número de ocupações do país, com 3.352 ocupações, isto é, 38,14% do total. É importante localizar os fenômenos no espaço geográfico, de modo os alunos sejam capazes de interpretar essa espacialização a partir o conteúdo dado, compreendendo que um mesmo fenômeno pode manifestar-se de forma distinta no espaço geográfico:

Ao trabalhar com o espaço geográfico, a Geografia constata a existência de fenômenos localizados no espaço geográfico ou integrantes a ele como unidade definida. Identifica também fenômenos que, por causa da ação do homem e dos grupos sociais como organizadores/apropriadores do espaço, se espacializam, passando a fazer integrante desse mesmo espaço. Esses registros não são somente espaciais em termos de uma delimitação de ocorrência (princípio geográfico da extensão), mas representam também situações de intensidade e ritmo, que se registram e se analisam mediante procedimentos matemáticos, constituídos por gráficos, tabelas e mapas.(PCN+).

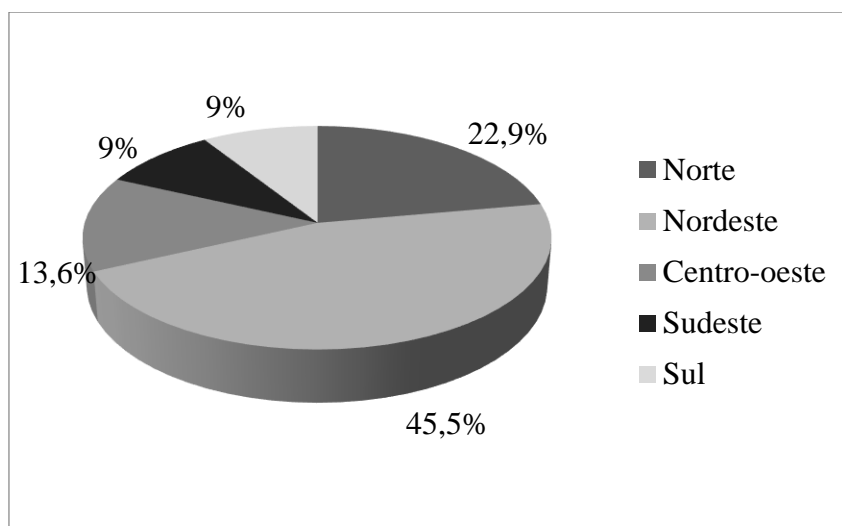
Dessa maneira acreditamos que levar aos alunos o mapa sobre a ocupações de terras no Brasil (1988 – 2012) permite aos mesmos pensar sobre espaço agrário brasileiro interpretando-o, “no elemento ‘mapas’, existem também os elementos matemáticos, mas entram também os componentes espaciais (localização) e a seletividade dos fenômenos apresentados”. (PCN+).

A distribuição dos conflitos e ocupações por terra refletem na distribuição de assentamentos rurais implantados no país tendo em vista que:

São acentuados os casos dos assentamentos que nasceram de algum conflito entorno da terra. As ocupações e as manifestações exprimem a grande desigualdade existente no campo, as desapropriações ocorrem em sua maioria em resposta a pressão dos movimentos e não em virtude da realização da reforma agrária pelo Estado brasileiro. (SANTOS, 2014, p.23).

Para melhor apresentar a distribuição de assentamentos utilizamos gráficos, primeiramente apresentamos dados por Região do Brasil (graf.1) e em seguida a distribuição dos assentamentos por Estado da Região Nordeste<sup>19</sup> (graf.2).

**Gráfico 1:** Brasil- Percentual de assentamentos por Região - 1979-2012

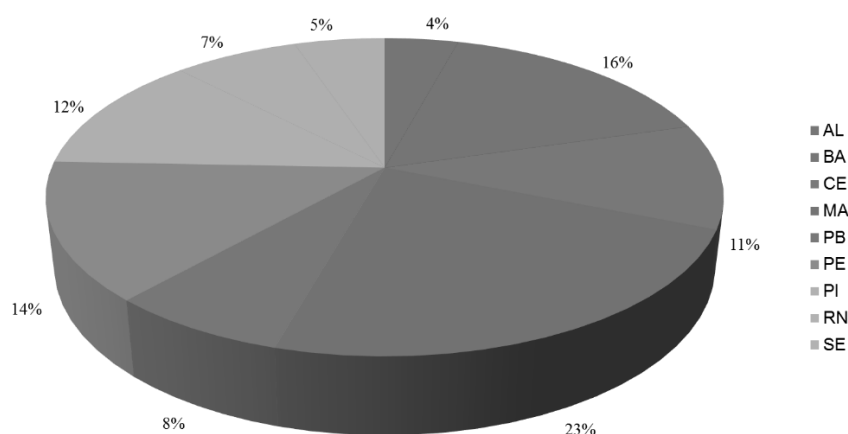


Fonte: DATALUTA – Banco de dados da Luta pela Terra. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Banco de dados de luta pela terra. DATA LUTA/NERA-FCT/UNESP Presidente Prudente– SP. Elaboração da autora.

Como pode ser observado no gráfico 1, a região Nordeste apresenta o maior de assentamentos por região do Brasil, com pouco mais de 45,5% dos assentamentos implantados no Brasil até 2012.

**Gráfico 2:** Percentual de assentamentos por estados do Nordeste

<sup>19</sup> Nesta abordagem didática foram utilizados dados sobre a região Nordeste, tendo em vista a localização do Estado Paraíba, e do município de João pessoa (onde se Localiza a Escola E.E.M.O.O.C.C.) nesta região, assim é possível trabalhar dados sobre esses elementos para as diferentes regiões brasileiras e seus respectivos estados.



Fonte: DATALUTA – Banco de dados da Luta pela Terra. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Banco de dados de luta pela terra. DATA LUTA/NERA-FCT/UNESP Presidente Prudente– SP. Elaboração da autora.

Conforme o gráfico 2, o estado da Paraíba apresenta 8% do total de número de assentamentos implantados, o que representa 299 assentamentos. O Maranhão é o estado com o maior número de assentamentos da região NE com 23% do total dos assentamentos, seguido da Bahia com 16%, Pernambuco com 14%, Piauí com 12%, e Ceará com 11%.

Posteriormente apresentamos aos alunos conflitos fundiários que ocorreram na Paraíba, chamado a atenção destes, para o fato de que na Paraíba na década de 1960 as Ligas Camponesas<sup>20</sup> representaram uma bandeira de luta em prol da melhoria de vida no campo. Embora tenha nascido em Pernambuco, é no estado da Paraíba, principalmente nos municípios de Sapé e Mari, que a ação das Ligas Camponesas ganham dimensão nacional.

Nesse âmbito concordamos com Costella (2014) sobre a importância de levar o aluno a pensar o lugar onde vive, suas transformações históricas, para pensar a contemporaneidade. Nessa perspectiva, é preciso que o professor tenha sensibilidade e consiga em suas aulas fazer com que o aluno reflita sobre o lugar onde vive, sobre as transformações que ocorrem no espaço vivido e fora dele, de modo que o ensino e a aprendizagem contemplem “uma temporalidade delineada pela complexidade dos acontecimentos”. Isto é, pensar a Geografia racionalmente sobre a realidade, sendo capaz de compreendê-la.

Figura4: Estágio realizado na Turma do 2º ano “A”.

<sup>20</sup> Memorial das Ligas Camponesas - As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.



Dentre as competências estabelecidas no PCN+ para a disciplina de geografia, tem-se a de reconhecer os fenômenos espaciais a partir da seleção, comparação e interpretação, identificando as singularidades ou generalidades de cada lugar, paisagem e território. E nesse aspecto reforçamos a importância de trabalhar conteúdos de realidade próxima ao aluno, como o caso das Ligas Camponesas com grande atuação nos municípios de Sapé e Mari.

Nesse momento da aula os alunos mostraram-se mais interessados, foram mais participativos, e até curiosos, com questionamentos sobre o fato, isto é, selecionar conteúdos que abordem temáticas mais próximas dos alunos sem dúvidas permite um maior aproveitamento em sala de aula, refletindo diretamente na aprendizagem dos alunos. Sobre a seleção de conteúdos o PCN+ destaca:

A primeira das competências a ser buscada implica, de início, um procedimento de identificação dos fenômenos espaciais e de sua conseqüente localização. Há também uma proposta concreta de seleção qualitativa, uma vez que os fenômenos geográficos são múltiplos e de complexidades variadas, e portanto sua escolha deve estar associada ao direcionamento dos fatos que estão sendo estudados. Nesse contexto, entram também os procedimentos comparativos e interpretativos, que se sucedem à eleição seletiva dos fenômenos. (PCN+).

Para Mello (2014) contextualizar não é simplesmente exemplificar com fatos próximos a realidade do aluno, mas é tornar o conteúdo e os conceitos mais próximos da realidade deste. O aluno precisa ser seduzido para a importância de compreendê-los, só assim os exemplos farão sentido.

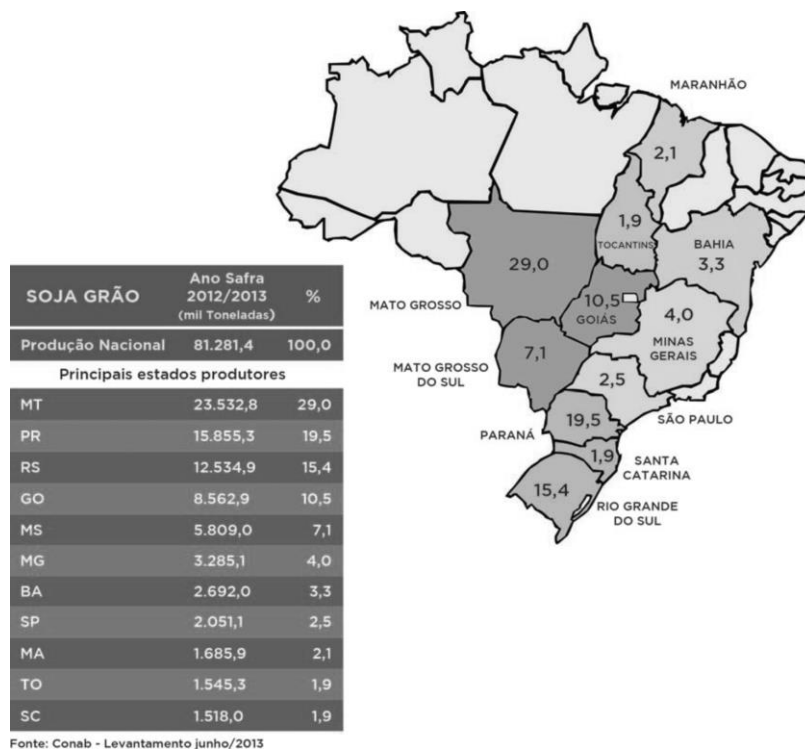
A segunda intervenção foi sobre a “Modernização da Agropecuária no Brasil”, a qual foi pautada nas mesmas premissas da primeira intervenção, com a utilização de mapas para interpretar o espaço geográfico, e com abordagem que permitiu ao aluno vislumbrar práticas do seu cotidiano. Como objetivo geral, almejou-se que os alunos compreendem como se configura o agronegócio no

Brasil atrelado aos danos nocivos decorrentes da utilização de agrotóxico, este ligado diretamente à modernização na agricultura.

Apresentamos os principais pontos positivos da modernização: grande aumento da produtividade de alimentos; aumento da produtividade agrícola em países não industrializados; desenvolvimento agrícola; e desenvolvimento tecnológico.

Foi discutido dentre outros aspectos a expansão da soja no país – face dessa modernização (mapa 3).

Mapa 3 – Complexo da Soja



Fonte: SILVA, A.C; OLIC, N.B; & LOZANO, R. 2013.

Já salientamos aqui a importância da utilização de mapas nas aulas de geografia. O PCN+ chama a importância para a utilização desse e de outros elementos na abordagem didática:

Gráficos, tabelas e mapas constituem registros que implicam o domínio de determinadas tecnologias, e é exatamente por intermédio de sua execução que o estudioso de Geografia registra e sintetiza suas constatações, possibilitando, além da comunicação em si, igualmente um registro para sua própria análise, por meio de reflexão e da comparação dos dados registrados. (PCN+).

Também utilizamos diversas imagens durante a exposição do conteúdo, figuras significativas ao conteúdo, isto é, que retratavam diretamente o que estava sendo discutido em sala. Posteriormente

chamamos a tenção dos alunos para os pontos negativos dessa modernização, a utilização dos agrotóxicos a qual repercute diretamente na degradação ambiental, modifica as condições naturais do solo – uso (adubos, corretivos, defensivos animais e vegetais – fungicidas, germicidas, vermicidas, agrotóxicos etc.) deflorestação; elementos minerais do solo esgotam-se rapidamente; poluição do solo e água; esgotamento dos recursos hídricos.

Posteriormente discutimos a existência de alternativas para consumir alimentos saudáveis, é o caso das feiras agroecológicas existentes no município de João Pessoa.

Figura 05 e 06: Feira agroecológica da UFPB



Fonte: Santos, 2014.

Kaercher (2014) discute sobre as diversas formas de abordar conteúdos geográficos, tornando-os próximos à realidade do aluno, e destaca que o professor não pode ser como um militante, pois este deve estar preocupado em discutir com seus alunos, ouvi-los, entende-los, permitindo-lhes refletir sobre o que está ao seu redor. Entendendo que tudo se constrói com o trabalho, “o trabalho ‘faz’ a geografia, modifica os espaços, e com isso, (re) faz o homem, pois o homem é a relação dele (sociedades) com a natureza”. E só dessa forma, tornado os conteúdos mais próximos da realidade dos alunos, poderemos construir a geografia do “já é”, a geografia do agora, mas que discute o ontem e permite pensar e construir o amanhã.

## Considerações

A realização do estágio supervisionado permitiu-me pensar sobre o espaço escolar, sobre os alunos, sobre a educação brasileira, e nesse contexto foi possível realizar intervenções a partir da reflexão sobre esses e outros elementos. Nesse sentido o estágio além de uma atividade requisitada

pelo curso, foi uma atividade desafiadora, que nos fez pensar os diversos problemas da educação e também sobre as possibilidades de construir novos caminhos metodológicos.

Costella (2014) enfatiza que grandes são os desafios da contemporaneidade complexa e dinâmica. Os sumários dos livros didáticos assim como estes, estão prontos para serem seguidos metodicamente sem que haja qualquer contestação. Na Geografia, os conteúdos estão organizados há décadas, com algumas modificações na forma de abordagem e incremento de imagens e etc., mas se o professor não usar uma nova forma de abordagem desses conteúdos nada vai mudar. E desse modo, procuramos, com as ferramentas disponíveis tornar os conteúdos mais próximos à realidade do aluno bem como mais claros.

A escola deve preparar os alunos para descobrir a sabedoria geográfica, que eles sejam capazes de refletir de forma crítica sobre o espaço, sobre as transformações do território brasileiro, e possam fazer isso de diversas formas. A realização do estágio foi de grande relevância, e externo nesse trabalho minha gratidão aos alunos que me receberam e ao professor José Nóbrega Diniz pela colaboração e apoio, bem como a toda direção escolar.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo-Recife: Hucitec, 1995.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **Subir ao Sótãos para descobrir a Geografia**. In: **Ensino de Geografia contemporâneo: experiências e desafios**. Org. Rosa Elisabete MilizWypczynski, Ivaine Maria Tonini, Ligia Beatriz Goulart. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.

COSTELLA, Roselane Zordan. Ensinar o quê... Para quê... Quando... Desafios da geografia na contemporaneidade. In: **Ensino de Geografia contemporâneo: experiências e desafios**. Org. Rosa Elisabete MilizWypczynski, Ivaine Maria Tonini, Ligia Beatriz Goulart. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.

DATA LUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Disponível em: [http://www.ippri.unesp.br/Home/posgraduacao/desenvolvimentoterritorialnaamericalatinaecaribe/relatorio\\_data luta\\_brasil\\_2012\\_2013.pdf](http://www.ippri.unesp.br/Home/posgraduacao/desenvolvimentoterritorialnaamericalatinaecaribe/relatorio_data luta_brasil_2012_2013.pdf). Acessado em 22 de janeiro de 2014.

GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro**. Geo textos, vol. 2, n. 2, 2006, (Pág.115-145).

KAERCHER, Nestor André. De astronautas e extraterrestres; De partos e gregos... Todos nós entendemos um pouco em busca da geografia do já é! In: **Ensino de Geografia contemporâneo: experiências e desafios**. Org. Rosa Elisabete MilizWypczynski, Ivaine Maria Tonini, Ligia Beatriz Goulart. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.

- KARNAL, Leandro. **Conversas com um jovem professor**. São Paulo: Contexto, 2012.
- MARTINS, Rosa Elisabete MilizWypyczynski. **Ensino de Geografia contemporâneo: experiências e desafios**. Org. Rosa Elisabete MilizWypyczynski, Ivaine Maria Tonini, Ligia Beatriz Goulart. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.
- MELLO, Guiomar Namó de. **Transposição didática, interdisciplinaridade e contextualização**. Disponível em: <<http://www.namodemello.com.br/pdf/escritos/outros/contextinterdisc.pdf>>. Acesso em 12 out. 2014.
- Memorial das Ligas Camponesas. **História das ligas camponesas**. Disponível em: [http://www.ligascamponesas.org.br/?page\\_id=99](http://www.ligascamponesas.org.br/?page_id=99). Acesso em 07 de dez. de 2015.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura Brasileira Transformações recentes**. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches. Geografia do Brasil. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2005.
- PCN+. Ensino Médio. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ciências Humanas e suas tecnologias.
- SANTOS, Maria Clyvia Martins. **Impactos territoriais da criação do Assentamento rural Dona Helena-Cruz do Espírito Santo/PB**. Monografia (curso de Geografia), João Pessoa UFPB, 2014.
- SILVA, A.C; OLIC, N.B; & LOZANO, R. **Geografia: Contextos e Redes**. Editora: Moderna, São Paulo, 2015-2017.
- SOUZA, Vanilton Camilo. Desafios do Estágio Supervisionado na Formação do Professor de Geografia. In: **Formação, Pesquisa e práticas docentes: reformas curriculares em questão**. ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins; SOUZA, Joseane Abílio (Org.) João Pessoa: Editora Mídia, 2013.





## O TURISMO EM NATAL E OS EFEITOS MULTIPLICADORES: A ANÁLISE DOS FLUXOS ECONÔMICOS DOS RESTAURANTES TURÍSTICOS

Edna Maria Furtado  
Professora titular do DGE/UFRN  
Ed.furtado@hotmail.com

Cristóvão Ferreira de Lima Júnior  
Bolsista PROPESQ/UFRN  
cristovaoljr@gmail.com

### RESUMO:

O presente trabalho visa analisar geograficamente os restaurantes turísticos na cidade de Natal no estado do Rio Grande do Norte como uma atividade que produz efeitos multiplicadores, ou seja, interfere na formação e intensificação de fluxos econômicos de insumos para o funcionamento dos estabelecimentos em questão. Para identificar e analisar esses fluxos foi necessário à aplicação de questionários, com o apoio em pesquisa científica do CNPq – Universal 2012 – número 482633/2012-3 para o Grupo de Pesquisa Turismo e Espaço Geográfico (GTEG), possibilitando-se a observação da demanda, isto é, quais as mercadorias são necessárias para o funcionamento dos restaurantes turísticos, de onde é a procedência desses insumos e a frequência de aquisição destes. Foi adotada para essa pesquisa a elaboração de mapas visando expressar e possibilitar a análise dos fluxos de insumos para os restaurantes. Frente a isso é possível ver que os restaurantes turísticos exigem mercadorias para seu funcionamento, implicando na intensificação e criação de relações espaciais as quais ultrapassam a cidade de Natal e envolve outros municípios, estados e países, sendo assim, trata-se de uma atividade que causa um conjunto de conexões e dinamicidades, ou seja, uma atividade multiplicadora.

**Palavras-chave:** Restaurantes, Fluxos, Insumos.

### 1.INTRODUÇÃO

O artigo em questão desenvolve primeiramente uma discussão teórica acerca do tema visando desenvolver uma compreensão acerca do turismo, em sua produção de espaços geográficos díspares, atratividade turística e múltiplas conexões que são necessárias para que essa atividade se concretize. Em um primeiro momento a atividade turística interfere sobre o espaço transformando-o, as novas relações de venda e consumo desenvolvem novas infraestruturas, atividades, serviços e projetos das esferas federais, estaduais e municipais.

Entretanto a visão e o foco de estudo geográfico desse trabalho estão na relação do turismo na cidade de Natal com municípios do estado do Rio Grande do Norte, e, além disso, com outras regiões

e países. Trata-se de um estudo de fluxos espaciais em que ocorrem diante de uma intensificação do turismo na cidade de Natal e a conexão desse fenômeno com demais atividades econômicas de outros espaços geográficos.

Os estudos dos fluxos referentes ao turismo para um determinado espaço geográfico não se limitam ao deslocamento de turistas de espaço de moradia para um lugar de descanso e lazer, pois existe um conjunto de deslocamento que vão para além da viagem turística, estamos falando dos fluxos de insumos necessários para as atividades produtivas existentes em determinado turismo.

O turismo na cidade de Natal possui um conjunto de atividades de hotelaria, lazer, alimentação, entretenimento, de transportes, como as locadoras de veículos, dentre outras, as quais em conjunto viabilizam a permanência desses indivíduos em um determinado espaço. Nesse conjunto de serviços, temos os restaurantes turísticos que participam das dinamicidades relativas ao fenômeno turístico.

Esses restaurantes necessitam de um conjunto de mercadorias como alimentos, mesas e cadeiras, luminárias, aparelhos tecnológicos, funcionários, equipamentos de infraestrutura do imóvel, dentre outros objetos. Em geral esses materiais e recursos não são produzidos e/ou não possuem origem no município de Natal, já que são fornecidos por outros espaços geográficos e viabilizam as atividades turísticas.

A ocorrência do turismo no espaço geográfico, que é “a soma indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 1999, p.63) permeia a utilização dos objetos e dinâmicas existentes, sendo assim, a realidade passa a ter múltiplas funcionalidades voltadas a atender o consumo dos turistas, os restaurantes, hotéis e outros elementos espaciais passam a ser fundamentais no funcionamento dessa atividade econômica.

Os objetos, ou seja, os elementos espaciais, como as infraestruturas, meio ecológico, instituições e firmas (SANTOS, 2014) que estão na cidade de Natal passam ter funcionalidades voltadas a promoção do turismo, mas não se limita a isso a transformação ocasionada por essa economia. O turismo passa a produzir novas materialidades, visando viabilizar suas produtividades e consumos turísticos (RODRIGUES, 1997), passando a criar uma “onda” do turismo em Natal (FURTADO, 2005).

O turista deseja realizar um turismo de sol e mar aspirando para a concretização de um ócio (RODRIGUES, 1997), na medida em que a composição do espaço da cidade passa a ser planejado para ser um Éden. A paisagem da cidade de Natal passa a ser objeto de consumo do turista, e além disso, resulta da relação do turismo com esse espaço (YÁZIGI, 2002).

Visando satisfazer o turista e obter a maior lucratividade possível. A realidade local passa a expressar as transformações espaciais voltadas para a concretização dessa atividade econômica, com isso as paisagens da cidade exprimem a formação de uma alma do lugar (YÁZIGI, 2001) que tem uma centralidade socioeconômica voltada para o turismo.

Entre vários elementos importantes para a manutenção do turista em determinado lugar tem-se os restaurantes turísticos, os quais são fundamentais para o funcionamento dessa prática econômica, na medida em que eles fornecem boa parte da alimentação. Mas, além disso, ele se torna um lugar de atratividade por possuir especificidades quanto à culinária e lazer, tornando-se um atributo fundamental na valorização de um espaço turístico.

Esses restaurantes turísticos são elementos no espaço de Natal que se expandem e intensificam sua produtividade promovendo a ocorrência de efeitos multiplicadores (SANTOS, 2011) os quais são possíveis através das ações, isto é, fluxos consequentes de diversas dinâmicas do turismo. Os fluxos, nesse contexto, vão expressar a conectividade e dinamicidade das relações socioespaciais provocadas por esse fenômeno, sendo assim, tem-se o transporte de diversos insumos, ou seja, inputs (SILVA, 2004).

Os fluxos, que são verdadeiros modificadores da realidade (SANTOS, 1996), ao serem fenômenos de transferência de insumos vão produzir várias espacialidades, na medida em que se geram diversos padrões para a dispersão das coisas (GOMES, 2013), ou seja, para cada insumo transferido os locais de obtenção vão variar e criar redes diferenciadas.

Essas relações socioeconômicas vão envolver vários espaços geográficos e possibilitaram a ocorrência de transformações nas realidades socioespaciais envolvidas. Temos que ter em mente que as realidades geográficas estão em intensa modificação, pois as transferências de capital, mão de obra, mercadorias e relações espaciais estão em constante transformação, não existe uma estrutura ou objetos permanentes, mas sim a intensa modificação, já que tudo o que é sólido desmancha no ar (BERMAN, 2007).

## **2.DESENVOLVIMENTO**

Primeiramente nessa pesquisa foram analisados quais seriam os “inputs” precisos para o funcionamento dos restaurantes turísticos em Natal-RN, por conseguinte foi elaborado e aplicado um questionário em doze restaurantes turísticos, visando-se obter as informações sobre a obtenção de diversos produtos para incidência de restaurantes no fenômeno turístico de Natal. Esse recorte de doze restaurantes revela a necessidade de selecionar uma parte da série de restaurantes utilizados pelo turista, na medida em que não é possível, diante ao grande número de estabelecimentos, aplicar

questionários em todos os restaurantes em questão, refere-se a um percentual do total desses estabelecimentos.

Desses restaurantes alguns são das áreas turistificadas de Natal, como de bairros de Ponta Negra e Capim Macio, mas, além disso, foi inserido na aplicação de questionários restaurantes do bairro de Petrópolis tendo em vista a expansão das atividades turísticas na cidade de Natal-RN.

Essas informações depois de alcançadas foram organizadas e conseqüentemente destinadas para análises e representações espaciais. Através do Sistema de Informações Geográficas (SIG) foi possível representar, utilizando-se a cartografia temática, a procedência dos insumos utilizados nos restaurantes turísticos de Natal-RN. Após isso foi dividido os mapas de procedência dos insumos obtidos conforme a natureza dos elementos envolvidos, sendo assim tem-se três categorias principais de elementos obtidos: Comidas e Bebidas, Objetos, Mão de Obra e Donos dos Restaurantes turísticos.

Diante a isso, foi possível fazer discussões e análises acerca do tema no grupo de pesquisa inserido nesse projeto, como também relacionar os resultados obtidos com as pesquisas anteriores, observando-se as repercussões espaciais do fenômeno estudado, lembrando-se que em todos os momentos foi utilizada uma ampla bibliografia acerca do tema.

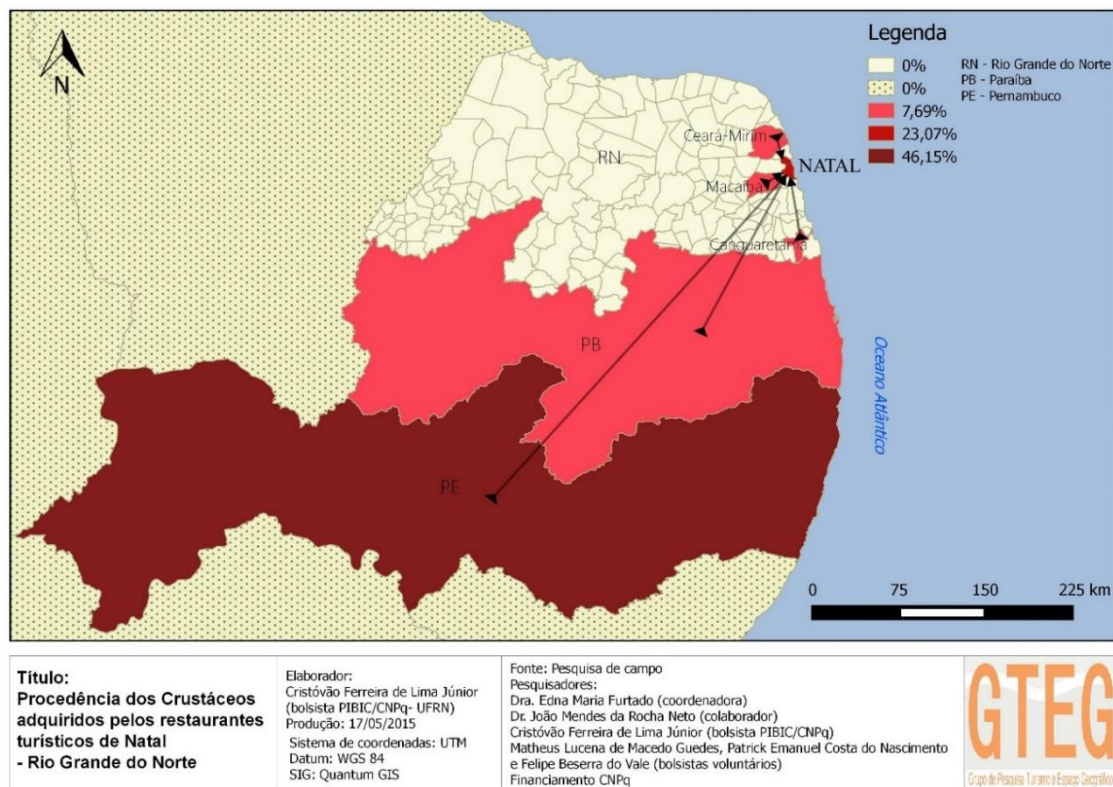
Os resultados obtidos demonstram a abrangência das relações socioespaciais que advém das produtividades turísticas na cidade de Natal-RN, e conseqüentemente ver-se que existem variados níveis escalares de conexões entre esse turismo e os fornecimentos de insumos. Ver-se que produtos e pessoas que trabalham nos restaurantes turísticos são de dentro do estado do Rio Grande do Norte, do Nordeste, de demais regiões do país, ou até de outros países.

Nesse conjunto de articulações percebe-se que se consegue ter resultados diferenciados, de modo que dentro do grupo de fluxos de comidas e bebidas os resultados são dispares variando conforme as produções alimentícias de cada região do Brasil ou fora do país. Quanto à originalidade da mão de obra utilizada pelos restaurantes turísticos observa-se que ela vem predominantemente de municípios do estado do Rio Grande do Norte, em Natal com 72,95% e Jardim do Seridó com 3,14% do total de pessoas que se deslocam para trabalhar nesses restaurantes, posteriormente tem-se a Paraíba e demais estados do Nordeste, Norte e Sudeste com contribuições no fornecimento de trabalhadores. Já os donos dos restaurantes pesquisados têm sua origem em municípios do Nordeste e Sul do Brasil, com relevante participação do estado do Rio Grande do Sul, o qual tem cerca de 15,38% da procedência de donos dos restaurantes turísticos de Natal, além disso se tem a presença da procedência de donos do Líbano e da China.

As conexões espaciais do fenômeno turístico, relacionado ao funcionamento dos restaurantes, ocorrem relacionando-se com diferentes espaços geográficos conforme as especificidades dos

insumos necessários. Em geral se constata que a originalidade de produtos alimentícios básicos, como água de coco, farináceos, polpas de frutas, estão diferentemente relacionados a um fornecimento regional como podemos observar com o Mapa da Procedência dos Crustáceos adquiridos pelos restaurantes turísticos de Natal – Rio Grande do Norte (Mapa 01):

Mapa 01 – Procedência dos Crustáceos adquiridos pelos restaurantes turísticos de Natal – Rio Grande do Norte



Fonte: LIMA JÚNIOR, 2015

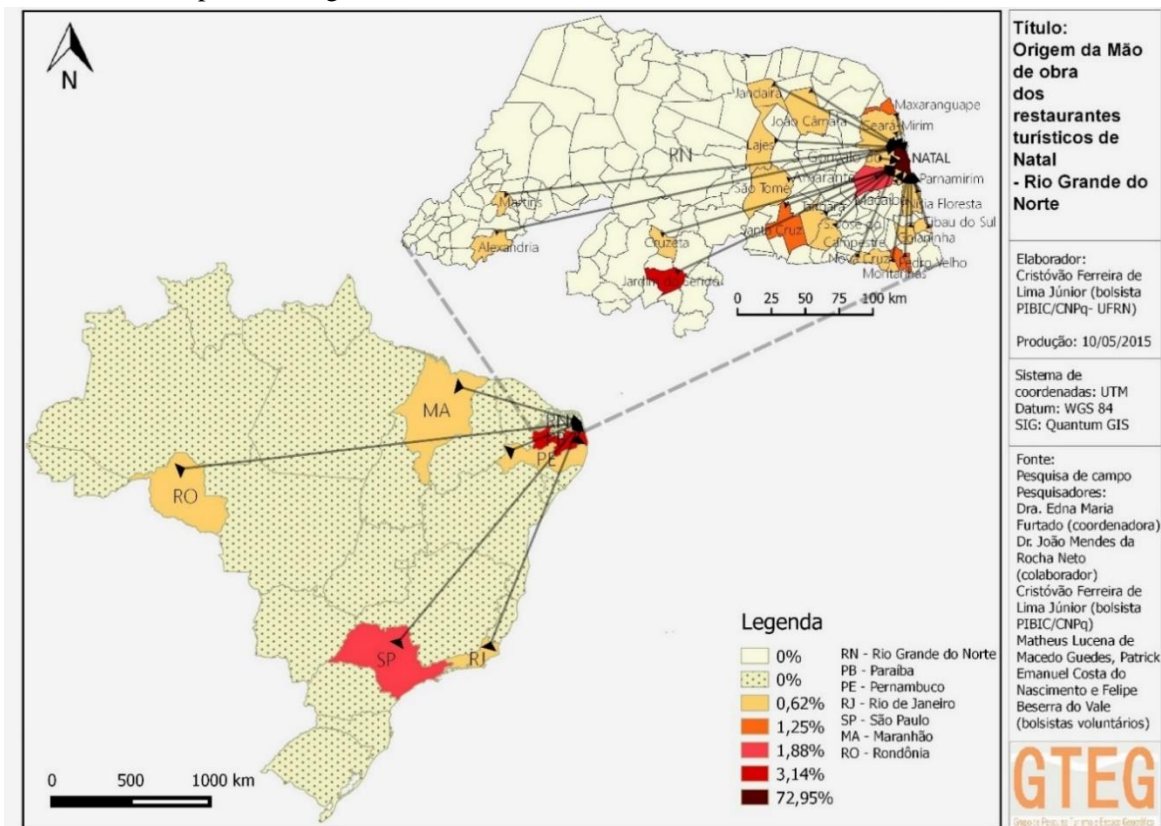
Entretanto observa-se que nessa dinamicidade econômica, política e social grande parte das compras ocorrem dentro da cidade de Natal e do estado do Rio Grande do Norte, promovendo-se grande quantidade de produções e fluxos, os quais possibilitam a ocorrência de repercussões socioespaciais.

A mão de obra envolvida nesses estabelecimentos advém de vários lugares do território brasileiro, na medida em que em muitos casos existe uma busca por uma mão obra mais qualificada e que forneça serviços diferenciados, no entanto a maior parte da mão de obra utilizada é de Natal. Os municípios do estado do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco são envolvidos nessa dinamicidade podendo-se inferir que existe um fenômeno de inter-relações dentro da região Nordeste e do território nacional

Nessas dinâmicas existem pessoas originadas de estados, como Maranhão, Rondônia, São Paulo e Rio de Janeiro, que dão suporte para as produções dos restaurantes turísticos, como pode-se

ver no Mapa da Origem da Mão de obra dos restaurantes turísticos de Natal - Rio Grande do Norte (Mapa 02):

Mapa 02 - Origem da Mão de obra dos restaurantes turísticos de Natal/RN



Fonte: LIMA JÚNIOR, 2015

Observa-se que existem fluxos de mão de obra advindos de estados do Sudeste e um do Norte, brasileiros, mas ver-se que a grande quantificação desse efeito multiplicador está na região nordeste, com estado como Maranhão e Pernambuco, e principalmente a Paraíba que possui consideráveis relações de trabalho para com os restaurantes turísticos de Natal/RN.

Dentro do estado do Rio Grande do Norte as conexões ocorrem advindas de diversos municípios, de mesorregiões como o leste potiguar, com os municípios de Maxaranguape, Ceará-Mirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Nísia Floresta, Tibau do Sul, Goianinha, Pedro Velho e Montanhas. Originadas do Agreste potiguar com os municípios de João Câmara, Jandaíra, São Tomé, Santa Cruz, Tangará, São José do Campestre e Nova Cruz. Quanto a mesorregião central potiguar tem-se relações com os municípios de Lajes, Cruzeta e Jardim do Seridó e com o Oeste Potiguar também se têm relações com os municípios de Martins e Alexandria.

É possível inferir que o turismo a partir de uma atividade como a dos restaurantes possibilita a criação de opções de trabalho e renda, possibilitando a famílias advindas de múltiplos municípios do Rio Grande do Norte sua forma de sobrevivência.



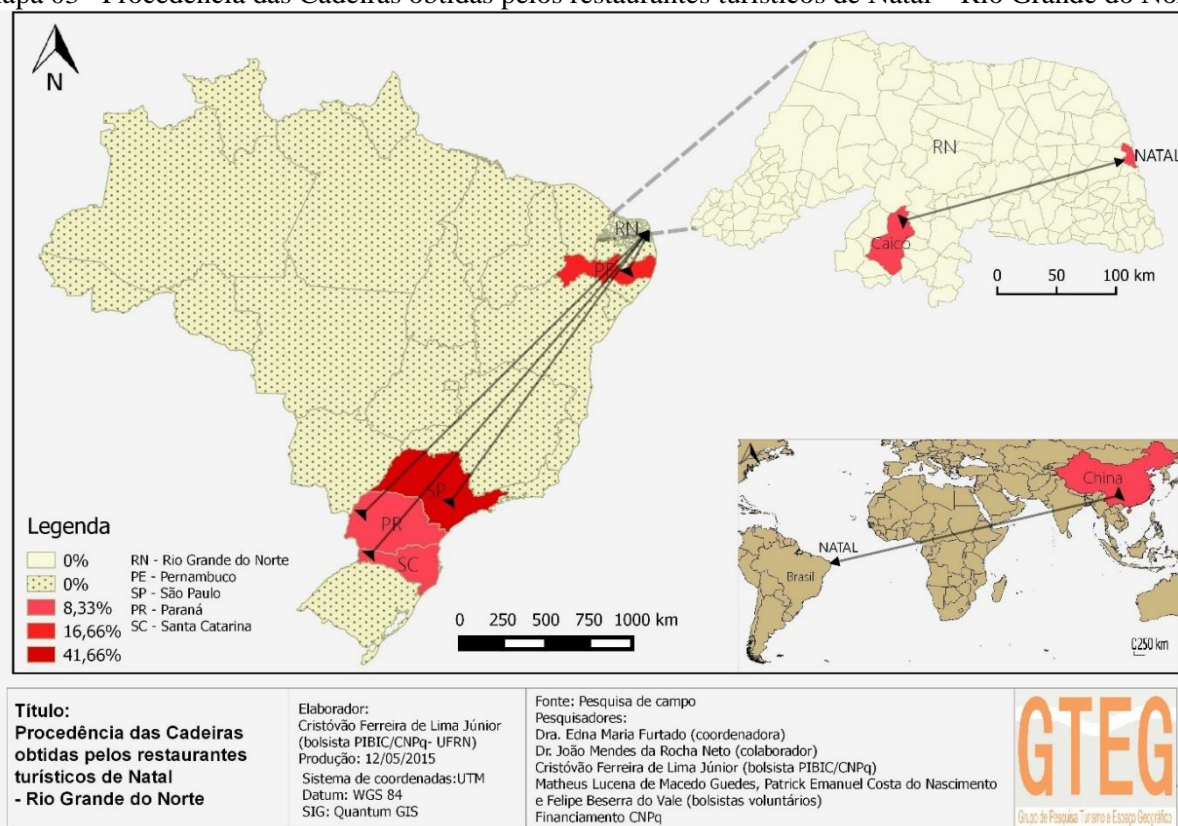
Nesses municípios as poucas opções de trabalho e subsistência se expõem como resultados de dinâmicas e explorações da economia capitalista, a qual visa o constante processo de acumulação do capital (LUXEMBURG, 1985). As atividades voltadas ao turismo surgem como meio de um indivíduo e sua família morar na cidade de Natal e garantir outra forma de aquisição de renda.

No que diz respeito à procedência dos objetos, como Louças, cadeiras, mesas, computadores, luminárias, Pannels de cozinha, aparelhos de televisão e ar-condicionado, extintores, hidrantes e talheres eles advêm principalmente de Pernambuco e das regiões Sudeste e Sul do Brasil.

Esses fluxos de objetos possuem uma centralidade no fornecimento revelando-se a centralidade de produções industriais, técnicas e científicas da região Sul e Sudeste para com as materialidades utilizadas pelos restaurantes em questão esse espaço do território brasileiro é denominado como região concentrada por Milton Santos e Maria Laura Silveira (2008).

O estado de Pernambuco fornece grande quantidade de objetos necessários, o qual é um relevante estado nordestino de inovação e obtenção de objetos para o interior do Nordeste. Um exemplo dessa realidade exposta pode ser visualizado com o Mapa da Procedência das Cadeiras obtidas pelos restaurantes turísticos de Natal – Rio Grande do Norte (Mapa 03):

Mapa 03 –Procedência das Cadeiras obtidas pelos restaurantes turísticos de Natal – Rio Grande do Norte



Fonte: LIMA JÚNIOR, 2015

## CONSIDERAÇÕES

Diante a vasta produção, ver-se que se criam diversificadas espacialidades de fluxos conforme a necessidade de obtenção de determinados insumos para os restaurantes turísticos de Natal-RN. Esses conjuntos de conexões revelam a importância da indústria turística, em especial o funcionamento dos restaurantes turísticos, como grande promotora de desenvolvimento econômica e criadora de transformações socioeconômicas. Esse trabalho além de identificar e analisar dinâmicas econômicas do turismo no espaço, também passa a entender as importâncias dessas relações para o funcionamento e as transformações da cidade de Natal/RN.

Espera-se que esse trabalho seja útil como base para análises acerca da dinamicidade do turismo na cidade de Natal – RN, como também no estudo das relações desenvolvidas por elementos espaciais específicos na produção do turismo, como os restaurantes turísticos. Além disso, busca-se aprimorar essa metodologia de pesquisa espacial voltada ao turismo, visando a sua aplicabilidade para as políticas públicas e discussões acerca do tema. Deve-se buscar promover um funcionamento mais eficiente e uma melhor utilização pelo poder público e a sociedade dos efeitos multiplicados dessa atividade turística, diante o funcionamento de estabelecimentos como os restaurantes turísticos.

## BIBLIOGRAFIA

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras Companhia de Bolso, 2007.

FURTADO, Edna Maria. **A "onda" de turismo na cidade do sol: A reconfiguração urbana de Natal**. 2005. 302 f. Tese (Doutorado) Curso de Geografia, Departamento de Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

GOMES, Paulo. **O Lugar do Olhar**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

LIMA JÚNIOR, Cristóvão Ferreira de. **Mapas da procedência dos insumos para os restaurantes turísticos de Natal - Rio Grande do Norte**. Natal: GTEG – Grupo de Pesquisa Turismo e Espaço Geográfico, 2015.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

RODRIGUES, AdyrBalastreriBalastreri. **Turismo e espaço**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton Almeida dos. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_, Milton Almeida dos. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2011.

\_\_\_\_\_, Milton Almeida dos. **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2014.



\_\_\_\_\_, Milton Almeida dos. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_, Milton Almeida dos; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2008.

SILVA, Jorge Antonio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: Uma Análise Urbano-Regional baseada em cluster**. 2004. 468 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.



## INTERAÇÕES SOCIOESPACIAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SOUSA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS MOVIMENTOS PENDULARES<sup>21</sup>

Santiago Andrade Vasconcelos  
Prof. Doutor Adjunto da Unageo (CFP – UFCG)  
Laboratório de Análise do Uso do Território - Lauter  
santiagovasconcelos@yahoo.com.br

Adriana Silva Souza  
Graduanda em Geografia – CFP/UFCG  
Estudante de Iniciação Científica - PIVIC/UFCG  
Adrianass5.geo@gmail.com

Francis Marley de Oliveira Albuquerque  
Graduando em Geografia – CFP – UFCG  
Estudante colaborador do Lauter  
Francisfratello@gmail.com

### Resumo

O processo de urbanização no Brasil foi intenso a partir da segunda metade do século XX, culminando com a metropolização e seu reconhecimento legal pela União enquanto recorte territorial institucional em forma de regiões metropolitanas, abrigando grandes aglomerados urbanos, com forte concentração econômica e populacional, aliada a um grande poder de gestão e decisão sobre um vasto território. Com a permissividade da legislação da Constituição de 1988 proliferaram institucionalizações de regiões metropolitanas, alguns tendo caráter socioespacial metropolitano duvidoso. Foi nesse contexto que se criou a Região Metropolitana de Sousa, Estado da Paraíba, no ano de 2013. Nosso foco diz respeito a compreender as tessituras e segmentações socioespaciais da Região Metropolitana de Sousa, privilegiando a análise dos movimentos pendulares internos a mesma, visando verificar a intensidade desses movimentos ocorridos entre as municipalidades com a cidade de Sousa. Para alcançar os objetivos, além de realizar pesquisas bibliográficas, optamos por analisar os movimentos pendulares na região estudada, extraindo as informações dos microdados do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Outras informações secundárias também foram usadas para subsidiar nossas análises e melhor caracterizar a área objeto de estudo. Os resultados indicam que a Região Metropolitana de Sousa ainda é pouco urbanizada, com baixa interação de alguns municípios em suas relações com a cidade core (Sousa). Também foi possível identificar que há interações mais densas, revelando relações urbanas que são “costuradas” por movimentos pendulares mais significativos. Chegamos assim à conclusão de que existem desconexões entre a área instituída como região metropolitana e as relações existentes de fato, além de registrar-se baixa taxa de urbanização, exceto apenas os casos da cidade de Sousa e de Marizópolis. Entre os municípios da região metropolitana de Sousa, apenas Marizópolis e Aparecida registram ligações mais significativas com a cidade de Sousa, revelando que, do ponto de vista dos movimentos pendulares, a segmentação prevalece, confrontando assim a realidade socioespacial e o qualitativo metropolitano com a instituída oficialmente.

**Palavras-chave:** Região Metropolitana de Sousa. Movimento Pendular. Qualitativo Metropolitano

<sup>21</sup> O presente trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no âmbito do Laboratório de Análise do Uso do Território – Lauter, na linha de pesquisa “Uso do Território Urbano-Regional e Regiões Metropolitanas”.

## 1.Introdução

O processo de urbanização no Brasil registra a partir da segunda metade do século XX um aumento considerável no volume populacional e no número e tamanho dos espaços urbanos. Contudo, o crescimento verificado não foi distribuído com equidade, resultando em tipologias e arranjos urbanos e regionais heterogêneos. Como resultado do processo de modernização do país, a urbanização espelha espacialmente a dinâmica do desenvolvimento desigual (e combinado) na escala nacional e regional.

Nesse contexto há áreas de concentração e outras de dispersão e rarefação do adensamento urbano e do desenvolvimento econômico, bem como particularidades intermediárias diversas. Como realidade socioespacial de adensamento e complexidade do fenômeno urbano, surgem as grandes metrópoles e suas regiões metropolitanas (RMs), mas também as denominadas cidades médias e pequenas assumem diferentes feições, papéis e significados, formando o fenômeno urbano no Brasil. No estágio de urbanização atual, os movimentos pendulares aparecem como uma das particularidades de articulação entre os adensamentos, promovendo circulação e fluxo de pessoas entre as diferentes partes que formam o urbano, notadamente das RMs.

Esse quadro de RMs permaneceu o mesmo até a promulgação da Constituição Federal de 1988 quando a responsabilidade de criação de regiões metropolitanas passou a ser dos estados federados. Contudo, o que poderia ser uma forma de descentralização na tomada de decisões, planejamento e gestão do território, converteu-se num grande problema, já que o texto da Carta Magna não estabeleceu critérios mínimos que definissem o que é e o que não é uma RM. Assim, sem um balizamento legal limitador, os estados passaram a ter autonomia para criá-las, resultando numa disparidade muito grande entre a criação institucional e a realidade socioespacial (FIRKOWSKI, 2011, 2013; MOURA, 2014; SANTOS, 2014).

Após a Constituição, houve uma proliferação enorme na criação e proposições de novas RMs no Brasil. Somente no início de 2015 é que foi sancionada a Lei Federal nº 13.089 conhecida como “Estatuto da Metrópole”. Esta Lei estabelece alguns encaminhamentos para criação de novas RMs, contudo sem revogar as já criadas anteriormente, mesmo que não atendam a nova norma.

Antes da validade legal do Estatuto da Metrópole, vários pesquisadores que estudam o assunto expressaram suas preocupações com a criação desenfreada e sem critério dessas RMs. Soares (2013, p. 25), por exemplo, sublinha que “muitos estados instituíram regiões metropolitanas sem levar em consideração os critérios conceituais ou técnico-científicos” resultando, diz ele, em “situações extremamente díspares”.

Isso fez resultar num amalgama “metropolitano” institucionalizado composto por RMs que atendem a critérios conceituais e fazem jus enquanto realidade socioespacial e outras que são meramente criações político-institucionais que escapam, de longe, a qualquer exigência conceitual e técnico-científica como fenômeno socioespacial verdadeiramente metropolitano (FIRKOWSKI, 2012; SANTOS, 2014; SOARES, 2013).

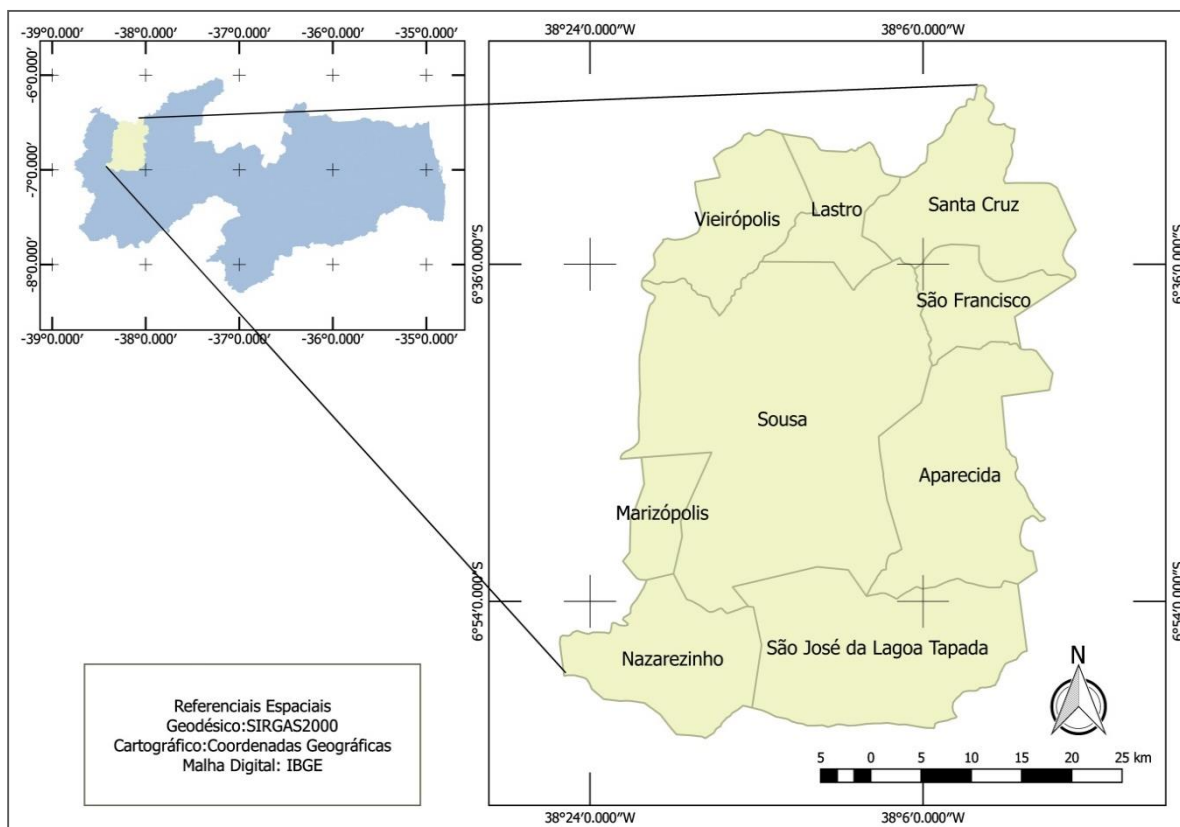
Nesse contexto, atualmente a Paraíba a conta com 12 RMs<sup>22</sup>, entre elas, foi criada em 2013 a “Região Metropolitana de Sousa” (nosso objeto de estudo), localizada no Alto Sertão Paraibano, formada pelos seguintes municípios: Sousa, Aparecida, São Francisco, Santa Cruz, Lastro, Vieirópolis, São José da Lagoa Tapada, Nazarezinho e Marizópolis (ver Mapa 01).

Portanto, nossa preocupação é compreender as interações e segmentações socioespaciais da Região Metropolitana de Sousa, privilegiando a análise dos movimentos pendulares para trabalho e estudo internos a mesma, visando assim verificar a intensidade desses movimentos ocorridos entre as municipalidades com a cidade de Sousa, o core regional. Tal procedimento permite verificar se as partes constituintes formalmente da RM apresentam “costuras” internas que possam justificar ou não sua inserção no espaço regional metropolitano.

---

<sup>22</sup> As doze regiões metropolitanas instituídas na Paraíba e seus respectivos anos de criação são: Região metropolitana de João Pessoa – 2003; Região metropolitana de Campina Grande – 2009; Região metropolitana de Guarabira – 2011; Região metropolitana de Patos – 2011; Região metropolitana de Esperança – 2012; Região metropolitana do Vale do Piancó – 2012; Região metropolitana de Cajazeiras – 2012; Região metropolitana de Barra de Santa Rosa – 2012; Região metropolitana de Sousa – 2013; Região metropolitana do Vale do Mamanguape – 2013; Região metropolitana de Araruna – 2013; e Região metropolitana de Itabaiana – 2013.

## Mapa 01 – Localização da Região Metropolitana de Sousa



Fonte:  
Lauter  
(2016).

Elaborado com base em Paraíba (2013).

Para alcançar nossas pretensões, o primeiro passo foi realizar pesquisas bibliográficas identificando aquelas especializadas na temática. Para se aproximar da empiria, optamos por analisar os movimentos pendulares na região estudada, extraindo as informações sobre deslocamentos para trabalho e estudo contidos nos microdados do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Outras informações secundárias também foram usadas para subsidiar nossas análises e melhor caracterizar a área objeto de estudo.

A opção metodológica se justifica porque, segundo Firkowski (2011), a definição de RMs em distintos países considera como requisito a presença de contiguidade espacial, patamar mínimo de população, densidade demográfica e, sobretudo, movimentos pendulares.

Nossas análises apresentadas aqui estão incompletas, o que requer um maior aprofundamento futuro, de forma que possam ser incluídas outras variáveis no estudo. Todavia, acreditamos que nossa contribuição é válida no sentido de provocar uma reflexão inicial sobre a temática, de maneira que se instiga a pensar as realidades socioespaciais e seu grau de coerência com a realidade instituída em RMs.

## 2.Regões Metropolitanas no Brasil

O fenômeno da metropolização é um processo histórico que se expressa na estrutura, na forma e na dinâmica socioespacial. Segundo o Ipea (2011), no Brasil há um conjunto de aglomerações urbanas que não são reconhecidas por todos como Metrôpoles, mas que desempenham papel importante no desenvolvimento de seus territórios e regiões de influência, ou seja, são polos de desenvolvimento.

Compreender a metropolização no Brasil de hoje é, compreender um pouco mais do funcionamento e da dinâmica do capitalismo contemporâneo, especialmente a partir da forma como nele se produz no espaço social e urbano. Mas, por outro lado não é concebível negligenciar ou fazer de conta que as regiões opacas (VASCONCELOS, 2011) e os espaços urbanos não metropolitanos e municípios de grande, médio e pequeno porte (SANTOS, 2014) sejam alijados das análises e, principalmente de políticas públicas que contemplem esses espaços de vida para muitos brasileiros que ai reside.

A urbanização brasileira apresenta características bem particulares no que se refere ao seu crescimento que se acelera intensamente ao se aproximar dos dias atuais, tanto em termos populacionais quanto em relação à quantidade de cidades e seus tamanhos. Trata-se de um fenômeno registrado em todas as regiões do país, muito embora com diferenças internas, mas, no geral, comum ao conjunto do Brasil.

Em conformidade com Milton Santos, deve-se considerar que,

desde a revolução urbana brasileira, consecutiva à evolução demográfica dos anos 1950, tivemos primeiro, uma urbanização aglomerada, com o aumento do número – e da população respectiva – dos núcleos com mais de 20 mil habitantes e, em seguida, uma urbanização concentrada, com multiplicação de cidades de tamanho intermédio, para alcançarmos, depois, o estágio da metropolização, com o aumento considerável do número de cidades milionárias e de grandes cidades médias (em torno do meio milhão de habitantes) (SANTOS, 2005, p. 77).

A partir dos anos 1950, ainda de acordo com Santos (2005, p. 83), assistimos ao fenômeno crescente das cidades milionárias que culminam com a aparição da “macrourbanização” ou da “metropolização”.

Com o crescimento das cidades, sobretudo das maiores, elas passaram a ser o centro de concentração e centralização da dinâmica econômica do país. Diante dessa realidade, na década de 1970 o Brasil, por meio da União cria institucionalmente nove RMs: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Segundo Souza (2007, p. 35) as RMs foram criadas com o intuito de se ter e manter um maior centralismo e autoritarismo sobre elas, logo constituindo uma geopolítica interna instalada pelos militares para controle do

território, sendo esta entendida como uma necessidade depois do golpe militar de 1964, pelo fato desses (RMs) serem espaços chave de importância econômica, social e política nacional.

Com a redemocratização do país iniciada a partir de 1985 e o fim do período de ditadura militar e de governo autoritário, é promulgada em 1988 uma nova Constituição Federal, que delega aos Estados da Federação o poder de institucionalização de novas RMs por meio de projetos de lei complementar; porém o texto constitucional se omite em criar critérios mínimos para identificação de tais espaços, deixando esses a cargo de cada Estado da federação.

Segundo Firkowski (2012, p. 19-38) no Brasil há muitas realidades passíveis de serem qualificadas como RMs, todavia devido à falta de critérios que balizassem a criação de tais regiões, houve como resultado uma grande discrepância entre as RMs instituídas, o que fica evidente quando observamos a realidade brasileira, ao se constatar várias dessas RMs institucionalizadas sem que obedeça a critérios técnico-conceituais.

A crescente institucionalização de RMs no Brasil, principalmente a partir do início deste século, acalorou os debates sobre a questão, instigando a busca por critérios e definições que melhor aclarasse o que realmente pode ser considerado uma RM do ponto de vista da dinâmica socioespacial e não meramente a outros interesses distantes do que de fato se configura na tessitura do território.

Muito embora vários autores tratem da temática dando primazia a questões do quantitativo demográfico, eles também alertam que essa dimensão não é suficiente para que uma cidade seja considerada metrópole. Segundo Souza (2007), o que afirma uma cidade como metrópole, são suas características econômico-espaciais, diversificação, sofisticação e centralidade, que é sua representação enquanto mercado, seu mercado potencial, mas também o nível e a distribuição da renda e as características culturais dos consumidores.

No sentido conceitual da palavra uma metrópole é uma cidade que detém funções, serviços e bens de consumos superiores as de seu entorno, o que produz uma hinterlândia, uma região de influência (SOUZA, 2007, p. 33).

A metrópole deve apresentar uma grande área de influência e atuar, segundo Souza (2007), como um “minissistema urbano” em uma escala local, logo aquela é o *núcleo metropolitano*. Para não haver contradições, o autor acima citado (p. 32) afirma também que núcleos isolados podem e costumam fazer parte das metrópoles. O importante é que todos os espaços urbanos se achem fortemente “**costurados**”, principalmente pelo deslocamento de trabalhadores enquanto movimento mais significativo, isto é, o movimento pendular para trabalho.

Firkowski (2012) chama atenção para se analisar também a cidade em sua inter-relação com outras cidades de um determinado recorte espacial, e nesse sentido, duas dimensões são fundamentais:

a centralidade e a região de influência. A centralidade é revelada com base na oferta de bens e serviços dos quais a população do entorno necessita, tanto para uso diário como eventual. Desta forma quanto maior a variedade de bens e serviços ofertados, maior o poder de atração que a cidade exercerá sobre seu entorno e maior será, também, seu alcance espacial, ou seja, sua área de influência.

Firkowski (2011) analisa alguns critérios que podem balizar a definição de região metropolitana em distintos países do mundo, destacando-se contiguidade espacial entre parte dos municípios envolvidos no processo e integração socioeconômica; além de um conjunto de critérios funcionais ou morfológicos que se repetem em praticamente todos os casos, sendo os mais relevantes: patamar mínimo de população, densidade e movimento pendulares.

Ademais, acrescenta-se que uma região metropolitana na sua forma conceitual deve ter algumas características básicas, isto é,

[...] pressupõe a existência de uma metrópole, com alto grau de diversidade econômica e alta especialização em atividades urbanas, com posição nítida de liderança do polo sobre a área de influência e sobre outras áreas do próprio Estado e do País. Presença de conurbação, dada pelo adensamento da ocupação urbana, alta concentração populacional, elevado grau de urbanização e de densidade demográfica, resultando em espaços contíguos de interesse comum, exigindo planejamento integrado para funções de interesse comum e arranjos institucionais para administração de questões de interesse comum (REDE, 2011, p. 28 apud FIRKOWSKI, 2011, p. 8-9).

Pelas breves considerações acima, percebe-se que no campo acadêmico e técnico há várias discussões sobre critérios que possibilitem regionalizar o espaço em RMs. Mas, como já falado, a ausência de uma norma nacional fez com que várias RMs fossem instituídas no Brasil obedecendo aos mais variados critérios e interesses de cada Estado. Visando suprir a lacuna normativa deixada pelo texto constitucional de 1988, em janeiro de 2015 foi sancionado pela presidência da república a Lei Federal 13.089/2015, conhecida como Estatuto da Metrópole.

Segundo o Estatuto da Metrópole, em seu art. 2º, parágrafo V, metrópole é um “espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma **capital regional**, conforme critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE” (BRASIL, 2015, grifo nosso).

Mas, vale salientar que apesar da nova lei e de suas exigências, àquelas RMs já instituídas até sua entrada em vigor e que não atendem aos seus critérios, não foram revogadas, permanecendo formalmente. Por essa razão, estamos realizando o presente estudo, buscando entender a RM de Sousa, não apenas para dizer se ela tem ou não qualitativos socioespaciais metropolitanos, mas para entendê-la enquanto recorte espacial com suas dinâmicas internas.



### 3. Interações nas relações internas da RM de Sousa

O estudo do IBGE ao qual o Estatuto da Metrópole faz menção para definir o que seja uma cidade metropolitana é o “*Região de Influência das Cidades*”, conhecido como REGIC, elaborado pelo IBGE. O estudo mais recente data de 2007 e neste Sousa, um dos objetos do presente estudo enquanto “cidade mãe” ou polo de sua RM, aparece na hierarquia urbana na condição de **centro sub-regional** “A”, polarizando os centros de zona “B” São João do Rio do Peixe e Uiraúna no Estado da Paraíba, e os seguintes centros locais: Baixo e Ipaumirim, ambos no Estado do Ceará; Joca Claudino, Aparecida, Bernardino Batista, Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Carrapateira, Conceição, Lastro, Marizópolis, Monte Horebe, Nazarezinho, Poço de José de Moura, Santa Cruz, Santa Helena, São Francisco, São José da Lagoa Tapada, São José de Piranhas, Serra Grande, Poço Dantas, Triunfo e Vieirópolis, todos no Estado da Paraíba. Ver-se então que a hinterlândia de Sousa não é tão pequena, abrange 26 cidades, incluindo-se, inclusive cidades do vizinho Estado do Ceará.

Assim, segundo define o REGIC 2007, Sousa enquanto centro sub-regional caracteriza-se por atividades de gestão menos complexas, com área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais (São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília) (IBGE, 2008). Porém, no caso particular de Sousa, poderíamos afirmar, *a priori*, que suas relações com centros externos não ocorrem prioritariamente com as três metrópoles nacionais, mas com as de Fortaleza, Recife e João Pessoa, discussão que não vem ao caso do escopo do presente estudo.

A RM de Sousa foi instituída em 2013, por meio do projeto de Lei Complementar Nº 117, de 21 de janeiro de 2013, de autoria do deputado estadual André Gadelha, tendo Sousa como a “cidade mãe” e sua região formada por outros oito municípios. Conforme a Tabela 01, com dados selecionados dos Censos Demográficos de 2000 e de 2010 (IBGE), a população da RM de Sousa é de 112.217 residentes, destes o município de Sousa participa com 65.803, o que representando 58,64% da população regional. Todos os demais municípios que constituem a RM têm população inferior a oito mil residentes, registrando-se os menores em Lastro (2.841) e em São Francisco (3.364).

Quanto à distribuição da população em rural e urbana, ver-se que a participação de Sousa no total regional é ainda maior, pois dos 74.057 residentes urbanos, 51.881 são de Sousa, o que equivale a 70,05%, evidenciando, do ponto de vista demográfico, o peso que a “cidade mãe” tem no conjunto demográfico urbano-regional.

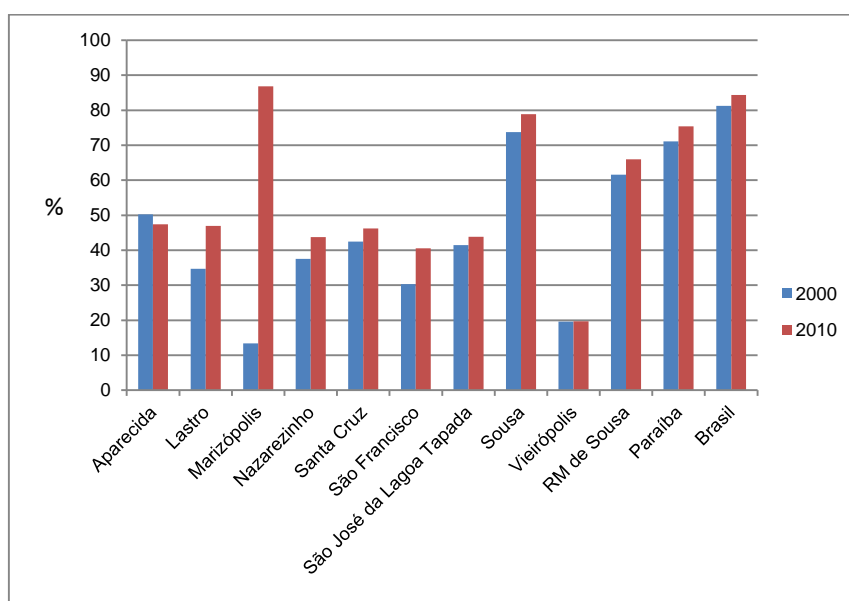
Na média regional é possível notar que a RM segue a tendência paraibana e nacional de crescimento da população urbana em detrimento da população rural. Mas, com base numa análise mais acurada, ver-se que a taxa de urbanização dos municípios da RM só apresentam maioria de população urbana apenas em Marizópolis e em Sousa (ver Tabela 01 e Gráfico 01). Assim, constata-se que na observação intra-RM, a maioria das municipalidades têm características demográficas de população rural, destacando-se Vieirópolis com taxa de urbanização menor que 20%.

**Tabela 1** – População Rural e Urbana dos Municípios da RM de Sousa, 2000-2010

Municípios, RM, Estado, País	População no ano 2000			População no ano 2010		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
Aparecida	2.931	2.963	5.849	4.038	3.638	7.676
Lastro	2.036	1.082	3.118	1.506	1.335	2.841
Marizópolis	752	4.866	5.618	816	5.357	6.173
Nazarezinho	4.545	2.727	7.272	4.096	3.184	7.280
Santa Cruz	3.725	2.746	6.471	3.483	2.988	6.471
São Francisco	2.417	1.047	3.464	2.001	1.363	3.364
São José da Lagoa Tapada	4.206	2.978	7.184	4.249	3.315	7.564
Sousa	16.435	46.200	62.635	13.922	51.881	65.803
Vieirópolis	3.758	914	4.672	4.049	996	5.045
RM de Sousa	40.805	65.523	106.283	38.160	74.057	112.217
Paraíba	996.613	2.447.212	3.443.825	927.850	2.838.678	3.766.834
Brasil	31.845.211	137.953.959	169.799.170	29.829.995	160.925.804	190.732.694

Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010 (IBGE, 2000; 2010).

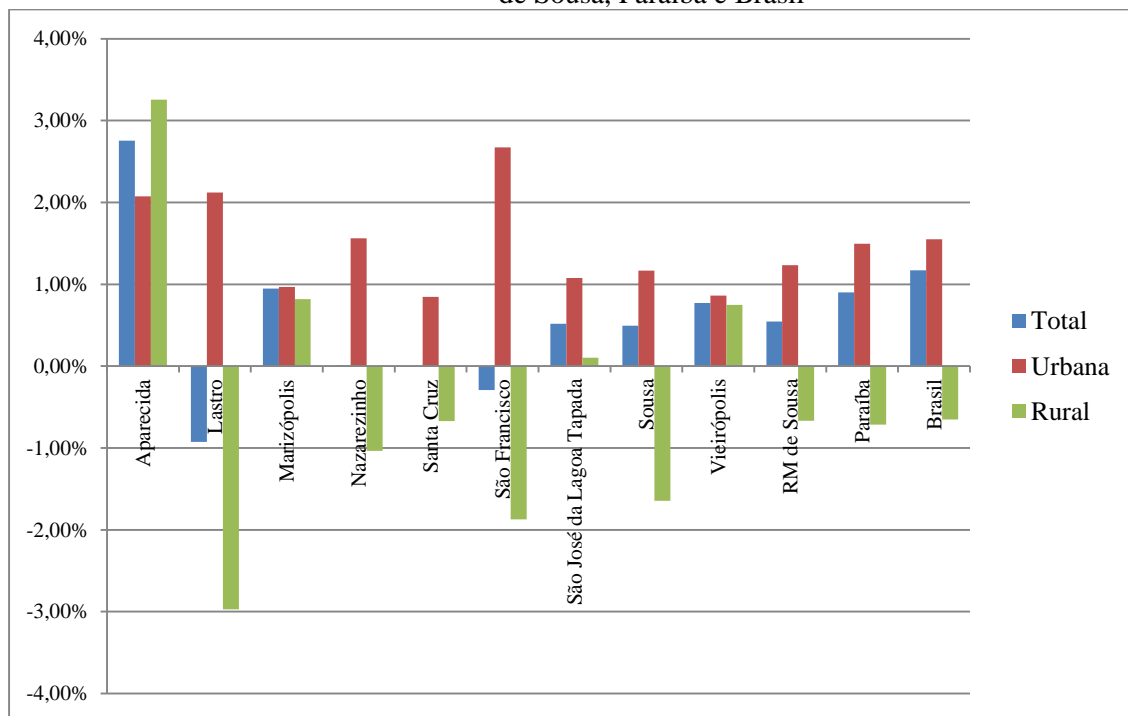
**Gráfico 01** – Taxa de Urbanização da RM de Sousa, Paraíba e Brasil (2000-2010)



Fonte: Censo Demográfico 2000 e 2010 (IBGE, 2000; 2010).

O Gráfico 02 reúne as taxas de crescimento geométrico no período 2000-2010 da população total, rural e urbana. Nele nota-se o crescimento positivo da população total e urbana e um crescimento negativo da população rural na RM de Sousa, da Paraíba e do Brasil, porém a RM mantém um ritmo de crescimento menor que o paraibano e o brasileiro. Ao observar com mais cuidado o comportamento evolutivo da população (total, urbana e rural) entre as municipalidades da RM, constata-se que Lastro e São Francisco têm crescimento populacional negativos. Todos os municípios registram crescimento positivo da população urbana, com as maiores taxas (acima de 2%) encontradas em Aparecida, Lastro e São Francisco. Quanto à população rural, Aparecida, Marizópolis, Vieirópolis e, em menor proporção, São José da Lagoa Tapada têm crescimento positivo no período (2000-2010). Um caso particular que chama nossa atenção é o comportamento demográfico de Aparecida. Este município computou um crescimento da população como um todo (total, urbana e rural), destacando-se em comparação a média regional, estadual e nacional. O que mais chama atenção e merece um estudo particular que foge ao escopo deste trabalho, é o extraordinário ritmo de crescimento da população rural de Aparecida, fugindo completamente as tendências atuais.

**Gráfico 01** – Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População Total, Urbana e Rural (2000-2010), RM de Sousa, Paraíba e Brasil



**Fonte:** Censo Demográfico 2000 e 2010 (IBGE, 2000; 2010).

Ao analisarmos brevemente os dados demográficos da RM de Sousa, enfrentamos dificuldades em identificar qualitativos metropolitanos, uma vez que, exceto a cidade core (Sousa) e

Marizópolis, o restante dos municípios se quer podem ser considerados urbanos devido terem taxa de urbanização bem menor que 50%. Ao Extrair a taxa de metropolização da RM de Sousa, isto é, a relação entre a população total metropolitana (112.217) e a população total do estado (Paraíba, 3.766.528), verificamos que apenas 2,89%, o que significa limitado peso demográfico no conjunto estadual. Seguindo a lógica de analisar a validade do qualitativo metropolitano pelo critério demográfico, a RM de Sousa está bem distante de apresentar as condições limiaries para tal. Segundo a proposta de Firkowski (2009, p. 397), no caso brasileiro, o patamar populacional mínimo para considerar-se como RM seria de 1(um) milhão de habitantes para o conjunto metropolitano e uma taxa de metropolização superior a 20%.

Os movimentos pendulares são apontados na literatura especializada como um dos mais importantes para verificar a dinâmica interna das RMs, ou seja, o grau de ligações existente entre as partes que o formam. Esses movimentos populacionais permite identificar o grau de “costura” que existe entre as cidades que constituem uma RM. Por movimento pendular entende-se aqui o deslocamento diário da população sobre o território, ou seja, é aquele em que a pessoa sai de sua residência para realizar alguma atividade, mas retorna no mesmo dia. O movimento pendular que aqui será analisado diz respeito aos deslocamentos de pessoas de suas residências para trabalhar e/ou estudar em outra cidade. No escopo deste estudo considera-se apenas os movimentos pendulares em direção a “cidade mãe”, para assim verificarmos o grau de centralidade e interação da mesma em relação a sua região instituída. A intensidade dos deslocamentos é importante porque “[...] a mobilidade aproxima as pessoas e contribui para mesclar as realidades, cujas clivagens são mais intensas e complexas” (FIRKOWSKI, 2009, p. 391).

No caso específico do estudo dos movimentos pendulares na RM de Sousa, segundo os microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE), especificamente referente aos deslocamentos para trabalho principal em direção à “cidade mãe” Sousa, registra-se 323 casos, dos quais 179 voltam para seus municípios de residência diariamente, enquanto que 144 não voltam (Tabela 01). Portanto, são os 179 casos que formam o movimento pendular da variável trabalho que nos interessa para uma análise mais acurada das ligações internas da RM de Sousa. O total de movimentos pendulares para trabalho é composto por 24 municípios incluindo os da própria RM e outros externos. A movimentação interna é formada por 150 deslocamentos, equivalente a 83,79%, destacando-se por participação os municípios de Marizópolis (65; 36,31%), Aparecida (42; 23,46%) e São Francisco (23; 12,85%). Com menor participação, nove (5,03%) trabalhadores realizam o movimento pendular entre Nazarezinho e Sousa; já o município de Santa Cruz participa com quatro (04; 2,23%), enquanto

que São José da Lagoa Tapada e Vieiraópolis registram três (03) deslocamentos cada (1,68% cada), e, por fim, Lastro participando da pendularidade com apenas um trabalhador (01; 0,56%).

A Tabela 01 ainda permite inferir sobre a dinâmica econômica de Sousa enquanto sua capacidade de atração de trabalhadores pendulares ou não. Dos 374 de todos os trabalhadores que se deslocam para exercer seu trabalho principal em outros municípios, Sousa absorve 19,52% de Marizópolis; 17,86% de Aparecida; 17,50% de São Francisco; 11,36% de Nazarezinho; 11,00% de São José da Lagoa Tapada; 9,09% de Santa Cruz; 7,61% de Lastro; e, por fim, apenas 5,68% de Vieiraópolis. Porém, uma análise detida aos números absolutos revela que a participação de municípios como Lastro e Santa Cruz é insignificante, com sete (07) e oito (08) trabalhadores respectivamente que exercem seus labores em Sousa. Assim, muito embora no contexto de alguns municípios da região o município de Sousa se destaque na absorção de trabalhadores, contudo, na escala estadual seu peso são irrisórios 0,05%.

**Tabela 01 – Deslocamento Total e Pendular para Trabalho Principal em Sousa (2010)**

Município de origem do trabalhador	Total dos deslocamentos para trabalho principal fora do Município de origem				Deslocamento pendular para trabalho principal em Sousa	
	Total em números absolutos	Participação de Sousa na recepção		Participação do município de origem no total que trabalha em Sousa (%)	Trabalha em Sousa e volta diariamente para o município de residência	Participação do município no movimento pendular para Sousa (%)
		Nº absoluto	%			
Aparecida*	280	50	17,86	15,48	42	23,46
Cajazeiras	1.662	15	0,90	4,64	7	3,91
Campina Grande	6.632	3	0,05	0,93	1	0,56
Carrapateira	59	1	1,69	0,31	1	0,56
Catolé do Rocha	1.098	2	0,18	0,62	1	0,56
Duas Estradas	120	1	0,83	0,31	1	0,56
Itaporanga	751	2	0,27	0,62	1	0,56
Joca Claudino	49	1	2,04	0,31	1	0,56
Juru	590	1	0,17	0,31	1	0,56
Lastro*	92	7	7,61	2,17	1	0,56
Marizópolis*	374	73	19,52	22,60	65	36,31
Nazarezinho*	88	10	11,36	3,1	9	5,03
Patos	2.970	8	0,27	2,48	2	1,12
Pocinhos	861	1	0,12	0,31	1	0,56
Poço de José de Moura	129	4	3,10	1,24	1	0,56
Pombal	1.134	5	0,44	1,55	3	1,68
Riacho dos Cavalos	330	4	1,21	1,24	1	0,56
Santa Cruz*	176	16	9,09	4,95	4	2,23
São Domingos	89	6	6,74	1,86	1	0,56
São Francisco*	200	35	17,50	10,84	23	12,85
São João do Rio do Peixe	662	12	1,81	3,72	5	2,79

São José da Lagoa Tapada*	100	11	11,00	3,41	3	1,68
Uiraúna	500	7	1,40	2,17	1	0,56
Vieirópolis*	229	13	5,68	4,02	3	1,68
Outros Municípios	41.981	35	0,08	10,81	-	-
<b>Totais</b>	<b>61.156</b>	<b>323</b>	<b>0,53</b>	<b>100</b>	<b>179</b>	<b>100</b>

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).

\* Municípios que fazem parte da RM de Sousa.

Avaliando o banco de microdados do Censo Demográfico 2010, ainda é possível verificar que nos municípios de Nazarezinho, São José da Lagoa Tapada e de Sousa, mais de 90% dos deslocamentos para trabalho são realizados no interior da própria municipalidade, ou seja, esses municípios parecem, à primeira vista, terem uma dinâmica na oferta de trabalho melhor em comparação aos demais da RM de Sousa. Por outro lado, chama atenção o caso de Marizópolis em que mais de 24% dos deslocamentos para trabalhos são para fora do município, mas também Vieirópolis com pouco mais de 18%.

Os dados sobre os movimentos pendulares para trabalho deixam claro que Nazarezinho, Santa Cruz, São José da Lagoa Tapada, Vieirópolis e Lastro têm pequena contribuição no que poderia formar a interação ou tessitura que costuram eles a “cidade mãe” da RM. Assim, constata-se que os movimentos pendulares para trabalho na RM de Sousa são poucos, constituindo-se de reduzida relevância nas ligações internas regional.

Outra variável importante para entender a pendularidade são os deslocamentos para estudo. Conforme os microdados do Censo Demográfica 2010 (IBGE), a RM de Sousa reúne 31.302 residentes que frequentam escolas ou creches; destes, 28.088 estudam no próprio município de residência e 3.213 que outro município que não o de residência. Conforme estratégia usada anteriormente ao tratar dos deslocamentos para trabalho, os procedimentos adotados aqui foram o mesmo, ou seja, os movimentos pendulares para estudo se limitaram aos que partem dos municípios da RM para a “cidade mãe” Sousa, não considerando, portanto os movimentos internos aos municípios participantes nem tampouco os de Sousa em direção a sua “região”. Os procedimentos adotados visam tão somente entender o papel atrativo que Sousa exerce em sua RM quanto aos movimentos pendulares (trabalho e estudo), restando os outros movimentos e dinâmicas a serem estudados em outra oportunidade.

O município de Sousa recebe pessoas para estudar de 46 municipalidades paraibanas (não foi considerado estudantes de outros estados), perfazendo um total de 773 não residentes que se deslocam até ele para realizarem seus estudos (ver Tabela 02). No tocante a participação percentual dos deslocamentos para estudar em outro município que não o de residência, a média da RM de Sousa é de 10,26%. Destacam-se acima da média regional os municípios de Marizópolis (19,82%),

Vieirópolis (14,84%), Aparecida (14,74%) e Nazarezinho (10,83%). Abaixo da média regional, registram-se os casos de Santa Cruz (9,31%), Lastro (8,60%), São Francisco (8,22%) e São José da Lagoa Tapada (7,87%). No que se refere aos fluxos desses movimentos pendulares especificamente para Sousa, destacam-se em números absolutos as participações de Marizópolis (292), Aparecida (181), Nazarezinho (71) e Vieirópolis (65). Com menor participação absoluta registra-se Santa Cruz (37), Lastro (38), São Francisco (39) e São José da Lagoa Tapada (50). Quanto ao peso atrativo de Sousa sobre a participação relativa dos deslocamentos, Marizópolis se destaca mais uma vez, pois 68,49% das pessoas que saem para estudar fora se dirigem para Sousa. Destacam-se também em participação Aparecida (60,42%), Lastro (52,05%) e São Francisco (50,00%). Os demais contribuem com menos de 50% - Santa Cruz (21,82%), São José da Lagoa Tapada (30,30%), Vieirópolis (31,67%) e Nazarezinho (32,00%).

**Tabela 02** – População residente, por frequência a escola ou creche, segundo os municípios - RM de Sousa - 2010

Municípios	Frequência a escola ou creche						
	Total	Local onde frequentava escola ou creche					
		No próprio município		Outro município		Participação de Sousa em relação ao total outro município	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Aparecida	2.029	1.729	85,26	299	14,74	181	60,42
Lastro	849	776	91,40	73	8,60	38	52,05
Marizópolis	2.154	1.727	80,18	427	19,82	292	68,49
Nazarezinho	2.041	1.820	89,17	221	10,83	71	32,00
Santa Cruz	1.815	1.647	90,69	169	9,31	37	21,82
São Francisco	950	871	91,78	78	8,22	39	50,00
São José da Lagoa Tapada	2.097	1.932	92,13	165	7,87	50	30,30
Vieirópolis	1.388	1.182	85,16	206	14,84	65	31,67
Sousa	17.979	16.404	91,24	1.575	8,76	-	-
<b>Total/Média percentual</b>	<b>31.302</b>	<b>28.088</b>	<b>89,74</b>	<b>3.213</b>	<b>10,26</b>	<b>773</b>	<b>43,34</b>

Fonte: Microdados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).

Em síntese, entre todos os deslocamentos dos municípios da RM para estudar em Sousa, destacam-se o peso participativo dos municípios de Aparecida e Marizópolis que juntos respondem por algo em torno de 63% do total (773), enquanto, por outro lado, Lastro e Santa Cruz somam apenas 9,7%, representando pouca interação em relação o polo regional. Assim, pelos dados expostos, nota-se a existência de uma relação mais intensa em termos de fluxos estudantis dos municípios de

Aparecida e Marizópolis com Sousa, o que certamente garante certo grau de “costura” e dinâmica entre eles.

Apesar das limitações dos dados apresentados, considerando os movimentos pendulares para trabalho e estudo, infere-se que Marizópolis e Aparecida, têm um maior nível de interação com relação à Sousa, enquanto que os demais são mais segmentados, têm pouca interação, principalmente Lastro.

As duas variáveis (trabalho e estudo) são tidas como das mais importantes em estudos e delimitações de RMs, pois “a intensidade do movimento pendular é reveladora da extensão do fenômeno urbano no território, constituindo uma informação utilizada na delimitação de grandes áreas urbanas, especialmente por institutos de pesquisa estatística” (SANTOS, 2014, p. 124).

Não se pode deixar de considerar que no período hodierno do meio técnico-científico-informacional globalizado intensificam-se as relações entre os lugares por meio de fluxos materiais e, principalmente pela facilidade de fluxos imateriais que conectam facilmente os lugares ao mundo. Esta é uma nova realidade que não pode ser deixada de lado nas análises de hierarquia urbana e nas que envolvam ligações (redes) entre os diferentes lugares, tornando o empreendimento de pesquisas que visem dá conta do tempo presente ainda mais complicada devido à escassa base de dados disponíveis.

A metrópole é o lugar das densidades, é nó de múltiplas redes que articulam os espaços e as pessoas em sua hinterlândia e ao mesmo tempo ainda é importante nó na conexão com outros lugares alhures e distantes. Sousa embora não tenha os qualitativos socioespaciais de uma metrópole, vale frisar, exerce importante papel de gestão do território, na oferta de bens e serviços e na intermediação regional, reforçando e ampliando suas relações enquanto “cidade regional” e nó de redes no contexto da rede urbana nacional.

## **Considerações**

Grosso modo, tratar do qualitativo socioespacial metropolitano de Sousa e sua RM, para concluir se ela tem ou não os predicados necessários para tal, nos parece não ser o mais importante. É preciso, na verdade, oferecer uma compreensão desse recorte espacial institucionalizado pelo Estado paraibano em sua realidade, com suas particularidades inerentes que se colocam como desafios as questões ligadas ao seu desenvolvimento socioespacial, o que demanda pensar em políticas públicas de planejamento e gestão. Porém, é necessário considerar, de todo modo, que a RM de Sousa é uma realidade institucional que não pode ser pensada alheia a questões relacionadas às



metrópoles e RMs no âmbito nacional e estadual, principalmente do ponto de vista do ordenamento jurídico do território e das políticas públicas específicas.

Portanto, como visto, à luz do Estatuto da Metrópole, Sousa não poderia ser a “mãe” de uma RM já que não é uma capital regional e sim um centro sub-regional. Contudo, mesmo que não se enquadre nos critérios da nova Lei, a RM de Sousa continua oficialmente institucionalizada já que o Estatuto não revoga as Leis Complementares até então aprovadas, mesmo sem obedecer aos critérios formais que passou a vigora a partir de janeiro de 2015.

A instituída RM de Sousa enquanto realidade socioespacial é incompatível com os processos da urbanização/metropolização brasileira, seja pelo recorte instituído, seja pela natureza qualitativa. Por fim, cabe frisar que independente de se encaixar ou não no rigor técnico/normativo do que seria uma RM, esse recorte institucionalizado pode ser utilizado como estratégia política visando à resolução de questões de interesses comuns ao desenvolvimento regional, no enfrentamento de desafios que as municipalidades isoladamente não conseguem resolver. A RM poderia, pelo menos, servir para dar coesão à comunidade e juntos lutarem por interesses comuns, traçarem estratégias de planejamento regional visando trilhar outros caminhos com o objetivo de alcançar a justiça socioespacial.

## Referências

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Lei 13.089, de 12 de janeiro de 2015. **Estatuto da Metrópole**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm)>. Acesso em: 23 de nov. de 2015.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. **Censo Demográfico 2000 e 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 de fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Microdados do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_gerais\\_amostra/resultados\\_gerais\\_amostra\\_tab\\_uf\\_microdados.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra/resultados_gerais_amostra_tab_uf_microdados.shtm)>. Acesso em: 12 de set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: mai. 2014

IPEA. Desafios contemporâneos na gestão das Regiões Metropolitanas. **Comunicados do Ipea**, nº 116. 2011.

FIRKOWSKI, Olga Lucia Castreghini de Freitas. Estudo das metrópoles e regiões metropolitanas do Brasil: conciliação ou divórcio? In. FURTADO, Bernardo Alves; KRAUSE, Cleandro; FRANÇA, Karla Christina Batista de (eds.) **Território metropolitano, políticas municipais por soluções**

**conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano.** Brasília: IPEA, 2013 p. 21-52.

\_\_\_\_\_. Por que as Regiões Metropolitanas no Brasil são Regiões mas não são Metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 122, p. 19-38, jan./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Região metropolitana no Brasil: assim é se lhe parece... **I Simpósio de Estudos Urbanos – SEURB**, 2011.

\_\_\_\_\_. Urbanização e Cidades: os vários desafios à investigação geográfica. **Espaço e Tempo: complexidades e desafios do pensar e do fazer geográfico.** MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAGR, Márcia da Silva (Orgs.). Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 387-405.

LAUTER – Laboratório de Análise do Uso do Território. **Localização da Região Metropolitana de Sousa.** Arquivo de Mapas Digitais. Cajazeiras: Lauter/CFP/UFCG, 2016.

MOURA, Rosa. Questões sobre a formação de regiões metropolitanas. in: MOURA, Rosa; DIAS, Patrícia Chame; LOPES, Diva Maria Ferlin (orgs.). **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão.** Salvador: SEI, 2014. p. 39-57.

\_\_\_\_\_; CASTELLO BRANCO, Maria Luisa Gomes; FIRKOWSKI, Olga Lúcia C. de Freitas. Movimento pendular e perspectivas de pesquisas em aglomerados urbanos. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez. 2005

PARAÍBA. (Estado) Assembleia Legislativa. Lei Complementar nº 117, de 21 de janeiro de 2012. Cria a Região Metropolitana de Sousa – RMS e cria o Conselho de Desenvolvimento da RMS, modifica o dispositivo da Lei Complementar nº 92 de 11 de dezembro de 2011 e dá outras providências. **Lei Complementar**, 2012.

SANTOS, Janio. Regiões metropolitanas sem metrópoles? Uma Análise das novas propostas na Bahia. In: DIAS, Patrícia Chame; LOPES, Diva Maria Ferlin. (orgs.). **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão.** Salvador: SEI, 2014. p. 59-91.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Edusp, 2005.

SOARES, Paulo Roberto. Região Metropolitana ou Aglomeração Urbana? o debate no Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais. (Revista e metrópolis)**, nº 15, ano 4, 2013. Disponível em: <www.emetropolis.net>. Acesso em: 05 de agos. de 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

VASCONCELOS, Santiago Andrade. O período da globalização e suas modernizações na região do Seridó (Brasil): algumas aproximações. **Revista Geográfica de América Central** Número Especial EGAL, 2011 (Costa Rica), II Semestre 2011 p. 1-13



## **REGIÃO METROPOLITANA DE CAJAZEIRAS – PB: DOS LIMITES INSTITUCIONALIZADOS AOS LIMITES DA COESÃO INTERNA METROPOLITANA**

Rodolfo Noberto de Macedo  
Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia CFP/UNAGEO/UFPA

Santiago Andrade Vasconcelos  
Prof. Doutor Adjunto da Unageo (CFP – UFPA)  
Laboratório de Análise do Uso do Território - Lauter  
santiagovasconcelos@yahoo.com.br

### **RESUMO**

Visando refletir sobre assuntos ligados a realidade urbana brasileira e em particular sobre as regiões metropolitanas, o presente estudo trata de questões normativas e institucionais, teórico-conceituais e suas relações com a realidade empírica da instituída Região Metropolitana de Cajazeiras, Estado da Paraíba. Diante do fato da ausência de uma política metropolitana de âmbito nacional e falta de definição clara dos critérios para constituição das regiões metropolitanas (anterior a 2015), isso resultou numa grande diversidade de motivações para sua criação, variando de acordo com os interesses políticos de cada Estado da federação, configurando assim, num mosaico multifacetado e diverso de regiões metropolitanas. Na Paraíba foram instituídas 12 regiões metropolitanas até 2015, dentre elas a região metropolitana de Cajazeiras, criada em 2012. Assim, objetiva-se realizar uma discussão teórico-conceitual e normativa sobre as regiões metropolitanas, focando no caso concreto da Região Metropolitana de Cajazeiras. O caminho metodológico percorrido inclui pesquisas bibliográficas, em banco de dados secundários de órgãos oficiais e, principalmente referente ao estudo Regiões de Influência das Cidades 2007, realizado pelo IBGE. Os resultados constataram que é possível formular vários questionamentos sobre a validade do qualitativo e mesmo da delimitação da Região Metropolitana de Cajazeiras. Assim, conclui-se que a institucionalização da região metropolitana estudada não condiz com os preceitos teórico-conceituais e notadamente com a realidade socioespacial.

**Palavras-chave:** Geografia Urbana. MetrÓpole. Região Metropolitana de Cajazeiras – PB.

### **1.Introdução**

O processo de urbanização brasileira se acelera a partir da segunda metade do século XX, aumentando consideravelmente o quantitativo populacional, o número e o tamanho dos espaços urbanos. Como realidade socioespacial de adensamento e complexidade do fenômeno urbano surgem as metrópoles e suas regiões metropolitanas (RMs), mas também as denominadas não metropolitanas compostas por cidades grandes, médias e pequenas que assumem diferentes feições, papéis e significados, formando o arcabouço do fenômeno urbano no Brasil, mas com particularidades socioespaciais regionais.

A criação e o reconhecimento legal das regiões metropolitanas no Brasil se deram na década de 1970, com a institucionalização de nove delas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte,

Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo e Porto Alegre. Esse quadro de regiões metropolitanas permaneceu o mesmo até a promulgação da Constituição de 1988 quando a responsabilidade de criação de regiões metropolitanas passou a ser dos estados federados e não mais da União.

Atualmente a Paraíba já conta com doze regiões metropolitanas, entre elas, foi criada em 2012 a “Região Metropolitana de Cajazeiras” localizada no Alto Sertão Paraibano, formada pelos seguintes municípios: Cajazeiras, Bernadino Batista, Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Carrapateira, Joca Claudino, Monte Horebe, Poço Dantas, Poço José de Moura, Santa Helena, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, Triunfo e Uiraúna (ver Mapa 01). Portanto, optou-se aqui por analisar a criação dessa região, indagando o que ela tem de metrópole enquanto realidade socioespacial, isto é, existe uma realidade socioespacial que justifique a criação dessa RM? Em síntese, a RM de Cajazeiras apresenta qualitativo socioespacial metropolitano? Essas são algumas perguntas básicas que procuramos respondê-las e melhores entender essa temática e realidade que vem sendo estudada e debatida em outros lugares do Brasil.

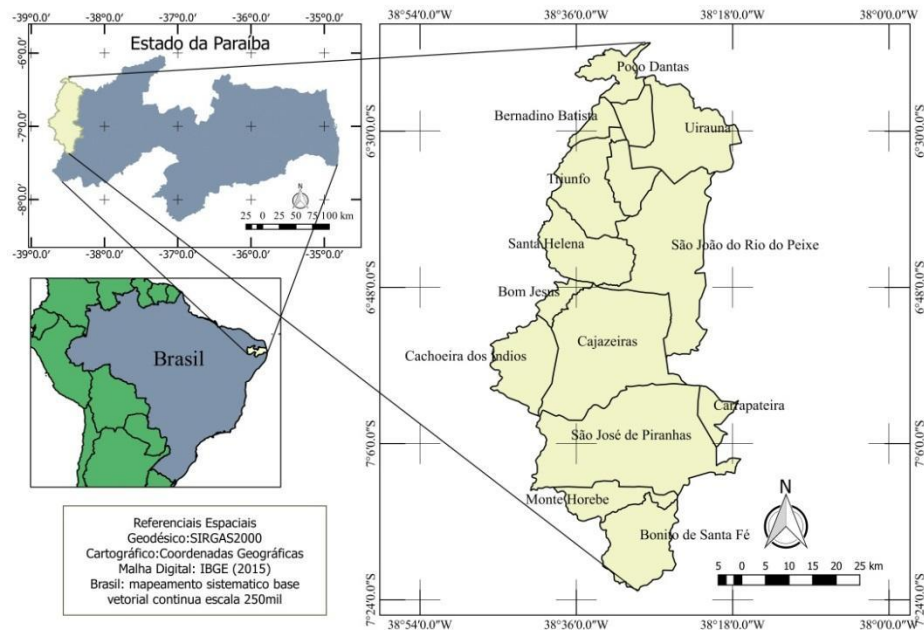
Com o objetivo de entender o qualitativo metropolitano da RM de Cajazeiras, foram enfatizados dados relacionados às ligações de prioridade na realização de atividades de lazer, compras, cursos e saúde que existem entre os municípios que compõem a RM estudada. A partir do cruzamento dos dados das quatro variáveis (lazer, compras, cursos superior e saúde) buscou-se identificar a tessitura existente entre as cidades da RM.

Tendo em vista responder à problemática e atingir os objetivos, o estudo compreendeu resumidamente três frentes de trabalho:

1) Levantamento das bases conceituais e do quadro normativo-institucional atual. Esta fase consistiu em compreender o “estado da arte” do debate sobre a temática urbano-metropolitana, com ênfase para as regiões metropolitanas. Do mesmo modo, também foi realizado um apanhado da legislação pertinente à questão institucional das RMs;

2) Seleção e agrupamento de dados secundários. A coleta foi realizada junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na base de dados do IPEADATA e principalmente no banco de dados do REGIC/IBGE. De posse dos dados secundários, os mesmos foram selecionados e agrupados por variáveis. Para interpretar e representar as informações construiu-se tabelas, gráficos e mapas;

3) Análise do conjunto de dados e informações. Após o tratamento dos dados secundários os mesmos foram analisados à luz das conclusões teórico-conceituais e institucional-normativas. A partir daí extraiu-se os resultados e se formulou as conclusões alcançadas.



Fonte: Lauter (2016).

A estrutura do trabalho ficou organizada considerando primeiro a necessidade de buscar uma definição para RM. Num segundo momento trata-se especificamente do caso da RM de Cajazeiras, onde buscamos de analisá-la segundo dados secundários. Finalmente temos as considerações finais com as conclusões a que chegamos.

## 2.Região metropolitana: em busca de definição

O processo de urbanização brasileira se intensificou a partir da segunda metade do século XX, trazendo consigo expressões espaciais como as metrópoles e as RMs. No processo de urbanização brasileira, as RMs começam a se destacar na rede urbana e na concentração das atividades econômicas, bem como enquanto realidade socioespacial ao ponto que, no início da década de 1970, a União por meio da Lei Federal cria oficialmente nove delas. Foram criadas as RMs de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo e Porto Alegre. Seu principal objetivo era “tornar mais racional, sob o ângulo econômico, a prestação dos chamados *serviços de interesse comum*” (SOUZA, 2007, p. 35, *itálico no original*), isto é, serviços que interessam aos municípios integrados a metrópole mãe, tais como: a coleta de lixo, abastecimento e tratamento da água e esgoto, serviços de saúde e educação, proteção ambiental, transporte público, entre outras.

Com a nova Constituição Federal de 1988 (artigo 25), o poder de criar RMs passou aos Estados federados, onde “criou-se assim, a possibilidade de distorções e grandes diferenças, quantitativa e qualitativamente, entre regiões, havendo casos de não atendimento aos principais

conceitos definidores do que seja Região Metropolitana” (FREITAS, 2009, p. 48). Ocorre que a nova Constituição Federal não estabeleceu critérios para determinar o que seria uma RM, o que poderia ser resolvido nas Constituições dos Estados federados. No caso da Paraíba, a sua Constituição Estadual em seu artigo Art. 24 passa a organizar as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, desde que faça agrupamento de municípios limítrofes (PARAÍBA, 2009, p. 29). Contudo, a Carta constitucional paraibana praticamente reproduz a Constituição Federal, sem estabelecer definições ou critérios que possibilitem deixar claro o que é uma RM.

As regiões metropolitanas foram criadas sem levar em consideração os critérios conceituais ou técnico-científicos que precisa ter para ser considerada uma RM. Para complicar ainda mais a questão, Firkowski (2011, p. 5) acrescenta que:

Isso se soma o fato de que a definição das Aglomerações Urbanas, também prevista na Constituição Federal, teve quase nula repercussão na política urbana nacional. Desse modo, muitas realidades passíveis de definição como Aglomerações Urbanas foram criadas como Regiões Metropolitanas.

Os Estados federativos deixam um grande “vaco” em relação há critérios e definições do que é uma Região Metropolitana, aglomeração urbana, e uma microrregião. Com a lacuna normativa e a criação institucional de várias RMs em muitos Estados, alguns autores da academia ou órgãos técnicos travaram vários debates em busca de procurar definir critérios e conceitos com o intuito de tentar definir claramente o que é uma RM do ponto de vista socioespacial.

De Ambrosis (2001, p. 164) ao reconhecer que “a Constituição não definiu nem aprofundou esses conceitos”, ele apresenta sua contribuição “mediante uma abordagem de caráter regional”. Portanto, conforme o autor mencionado, entende-se por:

**Microrregião** seria onde identificamos um território compreendendo vários municípios, com características peculiares de homogeneidade quanto à polarização, necessidades, potencialidades, etc., que os diferenciam do território circundante. Pressupõe uma realidade social e econômica que pode envolver funções públicas de interesse comum a municípios limítrofes (p. 164, grifo nosso).

**Região Metropolitana** pressupõe uma realidade social e econômica cujo centro dinâmico é a metrópole, polo de atração (e/ou de dominação) de um grande espaço de produção e consumo, e cuja manifestação é a intensa urbanização que dá origem a múltiplas funções de interesse comum aos municípios limítrofes que a contêm (DE AMBROSIS, 2001, p. 165, grifo nosso).

Essa discussão de microrregião e RM é trabalhada por vários autores ou instituições que lidam com a questão das RMs, entre as quais a EMPLASA (2011, p. 145-146). Esta instituição entende que:

**Microrregião** – Caracterizada por agrupamento de municípios limítrofes, com a possibilidade de integração funcional de naturezas físico-territorial, econômico-

social ou administrativa (consórcios intermunicipais e regionalizações setoriais relevantes), admitindo-se planejamento integrado para funções de interesse comum. **Região Metropolitana** – Pressupõe a existência de uma metrópole, com alto grau de diversidade econômica e alta especialização em atividades urbanas, com posição nítida de liderança do polo sobre a área de influência e sobre outras áreas do próprio Estado e do país. Pressupõe também a conurbação, dada por adensamento da ocupação urbana, alta concentração populacional, elevado grau de urbanização e de densidade demográfica, resultando em espaços contíguos de interesse comum, exigindo planejamento integrado para funções de interesse comum e arranjos institucionais para administração de questões de interesse comum.

É possível identificar algumas semelhanças entre a definição de microrregião e RM, o que distingue uma da outra é o grau de intensidade da urbanização e de relações, configurando um espaço contíguo de interesses comuns e comandado por uma metrópole. Assim, infere-se que é possível um arranjo espacial microrregional se transformar por meio de processos intensos de urbanização em uma RM.

Do ponto de vista legal, somente recentemente é que surge uma lei federal que procura definir e estabelecer critérios para a institucionalização de RMs. Trata-se do “Estatuto da Metrópole” (Lei Federal nº 13.089), sancionado em 12 de janeiro de 2015, alterando a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades), ou seja:

Esta Lei, denominada Estatuto da Metrópole, estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano, com base nos incisos XX do art. 21, IX do art. 23 e I do art. 24, no § 3º do art. 25 e no art. 182 da Constituição Federal (BRASIL, 2015).

O Estatuto da Metrópole procura enfim definir critérios e conceitos mais bem elaborados se comparado com as leis anteriores. De acordo com a nova Lei, para criação de novas RMs e aglomerados urbanos, fazem-se necessário observar o seu art. 2º as definições que define:

I – **aglomeração urbana**: unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais Municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas;

II – **metrópole**: espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma **capital regional**, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE;

III – **região metropolitana**: aglomeração urbana que configure uma metrópole (BRASIL, 2015, grifos nosso).

Assim, conforme o Estatuto da Metrópole, podemos inferir que uma RM é um espaço urbano com continuidade territorial formado por dois ou mais municípios limítrofes, caracterizada internamente por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas, tendo a “cidade mãe” influência nacional ou sobre uma região que configure uma capital regional.

O Estatuto da Metrópole traz alguns avanços na legislação já que aborda definições e critérios mínimos, não deixando o processo de criação de RMs por parte dos Estados da Federação sem qualquer balizamento legal mais acurado. Devido à falta de um “norte” indicado pela União, antes do Estatuto da Metrópole, foram institucionalizadas várias RMs no país, apresentando uma variabilidade enorme de situações do ponto de vista da realidade socioespacial, sendo algumas delas bastante questionáveis por especialistas que estudam a temática.

Diante do exposto, tem-se que refletir quanto à verdadeira identidade ou sentido do conceito de RMs, uma vez que o mesmo merece atenção e discussão teórico-metodológica levando em consideração a realidade socioespacial e não apenas interesses e conveniências políticas.

Como já ressaltado, antes da sanção presidencial do Estatuto da Metrópole, com ausência de apoio da União, os Estados não tiveram uma orientação para estabelecer critérios bem definidos do que seria uma RM, restando uma perspectiva de cada Estado sobre a questão, onde muitas vezes obedeceu a interesses relacionados meramente a conveniências políticas, sendo criadas várias RMs nos Estados federados, inclusive na Paraíba, objeto do presente estudo quanto ao caso particular da RM de Cajazeiras.

### **3.A Região Metropolitana de Cajazeiras**

A RM de Cajazeiras foi criada no ano de 2012, a partir da propositura do Deputado Estadual José Aldemir Meirelles de Almeida (PEN). Segundo o próprio Deputado, em sua justificativa no projeto de lei, “o objetivo principal dessa nossa nova iniciativa visa tão somente, racionalizar as ações comuns aos municípios envolvidos, nas áreas de saneamento básico, serviço e, principalmente, na saúde, segurança e educação, entre outros” (PARAÍBA, 2011).

A RM de Cajazeiras foi criada no extremo oeste do estado da Paraíba, na mesorregião do Sertão Paraibano. A criação da RM estudada ocorreu num período em que outras estavam sendo criadas na Assembleia Legislativa ao longo dos anos da segunda década do presente século.

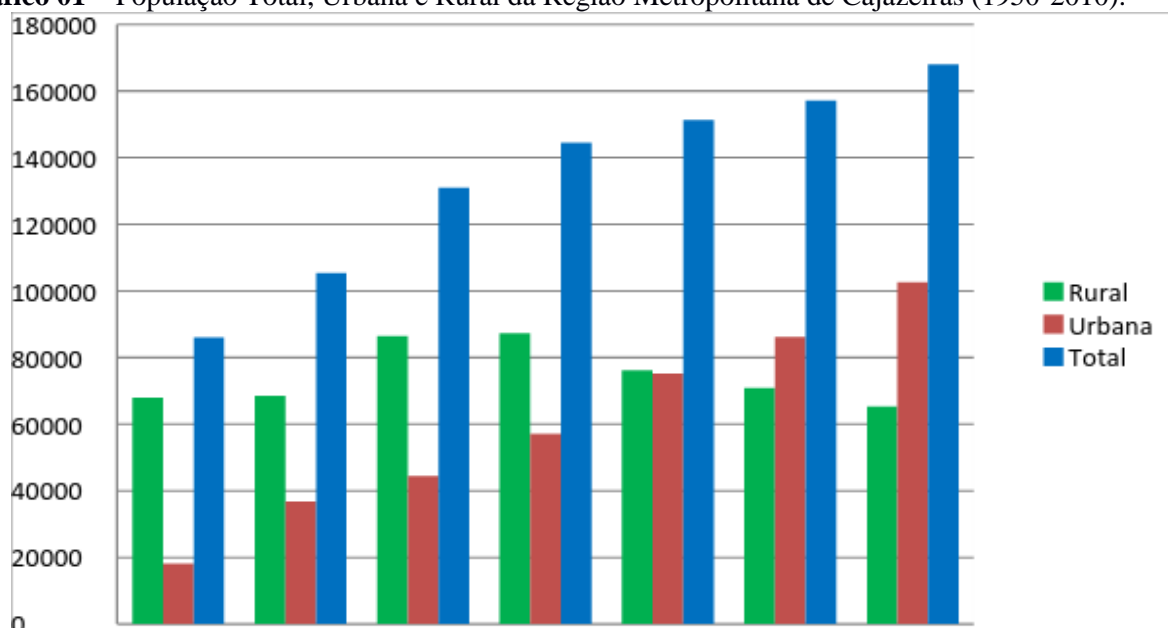
Para melhor entender algumas das características da RM de Cajazeiras, vale observar os dados do Gráfico 01 que trata da evolução da população rural, urbana e total da RM, compreendendo de



série temporal de 1950 a 2010. Pelo gráfico pode-se perceber que a população rural prevaleceu maior que a urbana até o período entre as décadas de 1990 a 2000, quando a partir daí a população urbana passa a ser maioria e continua crescendo em detrimento da rural que decresce. Percebe-se que em relação à transição da população de maioria rural para maioria urbana que no Brasil ocorreu da década de 1970, a RM apresentou defasagem, o que é compreensível, uma vez que a ela encontra-se numa região tida como periférica em relação à economia nacional e ao processo de modernização territorial. Mas, mesmo que defasadamente, hoje a RM conta com mais de 61% de população urbana, denotando seu acompanhamento à tendência de urbanização e modernização do território brasileiro, característica marcante que se intensifica a partir da década de 1970, tendo como vetor o consumo acompanhado pelos sistemas de engenharia que permitiram a produção, a circulação e a distribuição operarem na escala nacional.

Em 2010 a população da RM de Cajazeiras totalizou uma população de 167.971 habitantes, destes 102.645 se encontravam na zona urbana e 65.326 residindo na zona rural. Já Cajazeiras, considerada a “cidade mãe” da sua RM tem uma população total de 58.448 habitantes, sendo que destes, 10.945 residiam na zona rural, enquanto 47.501 na zona urbana, representado quase 35% do total da sua RM. Vale ressaltar que os dados demográficos são uma das dimensões importantes nos estudos de RMs, mas, como destaca Firkowski (2011, p. 05) o dado demográfico é insuficiente para qualificar o fato metropolitano.

**Gráfico 01** – População Total, Urbana e Rural da Região Metropolitana de Cajazeiras (1950-2010).



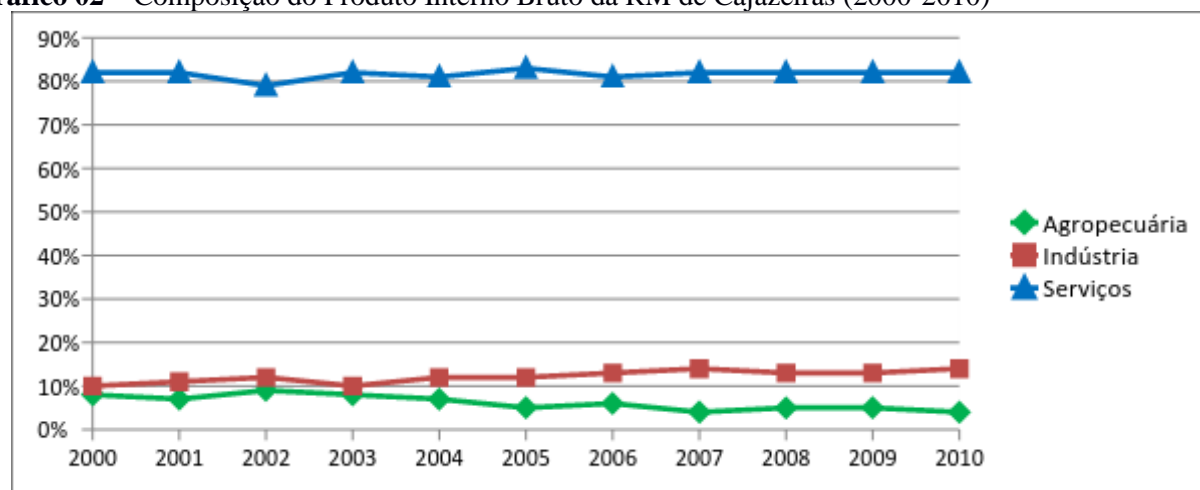
Fonte: IPEADATA (2015)

O espriamento atual de sistemas de engenharia no território nacional que permitem fluxos materiais e imateriais faz intensificar as relações entre lugares, o que dota os territórios de novos

conteúdos ligados principalmente ao urbano. É assim que os lugares tidos como rincões territoriais passam a participar mais efetivamente e com menor defasagem temporal do mesmo movimento da formação socioespacial brasileira e mesmo do mundo, o que possibilita mesclar realidades e garantir uma nova dimensão ao fato urbano, notadamente a metropolização, mas sem excluir as outras realidades que compreendem cidades de diferentes dimensões e classificações, incluindo aí as pequenas cidades. A metropolização não exclui, ela assume papéis em uma escala ampliada, mesmo que muitas vezes ela sufoque algumas das funções das cidades que estão abaixo de sua hierarquia, num movimento de redefinição de funcionalidades. É nesse novo contexto socioespacial que precisamos entender a RM de Cajazeiras, não só questionando sua validade perante os critérios da nova lei (Estatuto da MetrÓpole), mas quanto à coerência interna no que diz respeito à integração, funcionalidade e papéis entre as cidades que a compõem.

Visando compreender alguns aspectos da dinâmica interna da RM de Cajazeiras, percebemos que, ao observarmos os dados referentes à composição do Produto Interno Bruto (PIB), sua economia concentra-se majoritariamente no setor de serviços, isto é, na média da última década, pouco mais de 80% do PIB é do setor de serviços, enquanto que a indústria apresenta leves variações positivas, a agropecuária apresenta uma tendência declinante (ver Gráfico 02).

**Gráfico 02** – Composição do Produto Interno Bruto da RM de Cajazeiras (2000-2010)\*



Fonte: IPEADATA (2015).

\* Valor adicionado, preços básicos.

Para ter referência comparativa, a Tabela 01 mostra o percentual de participação dos setores da economia no PIB para o ano de 2010, considerando as médias do Brasil, do Estado da Paraíba e da RM de Cajazeiras. Na tabela percebe-se que a RM em estudo apresenta um percentual de participação do setor de serviços acima de todos os outros níveis (Estadual e nacional), enquanto a participação da indústria e da agropecuária é inferior aos outros níveis.

**Tabela 01** – Percentual da Participação dos Setores da Economia no PIB, 2010

	% Serviços	% Indústria	% Imposto	% Agropecuária
Brasil	57,03	24,03	14,40	4,54
Paraíba	65,47	20,14	10,60	3,79
RM de Cajazeiras	75,37	12,74	8,28	3,61

Fonte: IBGE (2015)

Ao observar com mais detalhes a composição do PIB, constata-se a fragilidade econômica regional ao saber que a administração pública (setor de administração, saúde e educação pública e seguridade social) representa mais de 40% do PIB total e mais de 56% do setor de serviços (ver Tabela 02). Como já apresentado, o setor de serviços tem um grande peso na economia da RM de Cajazeiras, entretanto mais da metade da composição do PIB serviços advém da administração pública, o que pode indicar uma fragilidade econômica do segmento privado, distinguindo a região das médias da Paraíba e mais ainda do Brasil. No interior da RM de Cajazeiras o peso da administração pública é menor na “cidade mãe” (Cajazeiras), representando 27,44 do PIB. De todos os outros municípios da RM, apenas São José de Piranhas (49,61%) e Uiraúna (48,83%) a participação da administração pública no PIB fica sensivelmente abaixo de 50%. Para que tenhamos melhor clareza da dependência da economia local em relação à administração pública, ao já sabermos que o setor de serviços é o forte da economia regional em termos de participação no PIB, ver-se que exceto Cajazeiras, todos os demais municípios têm uma dependência da administração pública acima de 60%, chegando a atingir mais de 80% em Joca Claudino (82,31%) e Poço Dantas (83,56%). Preliminarmente, podemos dizer que existe pouca dinâmica econômica nos municípios da RM de Cajazeiras, registrando-se apenas o caso de Cajazeiras em que a participação da administração pública no PIB e desta no PIB de serviços é menor que a média paraibana, contudo acima da média nacional. No ano de 2010, Cajazeiras, “cidade mãe” da RM, concentrou 45% do PIB regional, o que explicita seu peso na economia.

**Tabela 02** – Participação Percentual da Administração Pública no PIB Total e no Setor de Serviços, 2010

	% em relação ao PIB (*)	% em relação ao VAB (**) dos Serviços
Brasil	13,87	24,31
Paraíba	29,86	45,61
RM de Cajazeiras	42,28	56,09
Bernardino Batista	66,02	79,97
Bom Jesus	63,36	77,83
Bonito de Santa de Fé	58,79	77,25
Cachoeira dos Índios	51,73	64,75
Cajazeiras	27,44	38,34
Carrapateira	66,58	79,86

Monte Horebe	62,81	76,82
Poço Dantas	71,34	83,56
Poço de José de Moura	63,94	79,64
Santa Helena	59,23	76,59
Joca Claudino	68,08	82,31
São João do Rio do Peixe	53,95	69,55
São José de Piranhas	49,61	66,29
Triunfo	58,45	74,34
Uiraúna	48,83	61,81

Fonte: IBGE (2015).

(\*) Produto Interno Bruto Municipal, valor adicionado – preços básicos

(\*\*) Valor adicionado bruto.

Para melhor compreender as relações internas da RM de Cajazeiras, nos apoiamos em dados do estudo “*Região de Influência das Cidades 2007*”, publicado pelo IBGE (2008). Os dados desse estudo permitem melhor compreender a rede urbana, suas hierarquias e traçar regiões de influência das cidades. Embora tenhamos considerado o estudo como um todo, na presente pesquisa focamos mais detalhadamente sobre dados referentes às ligações entre as cidades que formam a RM de Cajazeiras, considerando os deslocamentos para as seguintes variáveis: (1) cursar o ensino superior; (2) comprar roupas, calçados, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, computadores, móveis em geral, ou frequentar shopping centers, hipermercados e assemelhados; (3) buscar serviços de saúde (consultas médicas, odontológicas, exames ou internações); e (4) para atividades de lazer (cinema, teatro, shows, jogos e demais eventos artísticos ou esportivos). No questionário sobre essas variáveis, era possível listar até quatro destinos, ordenados segundo a intensidade da ligação, ou seja, os destinos por prioridade de primeira à quarta ordem (IBGE, 2008). Vale esclarecer que para o presente estudo, consideramos apenas as ligações de primeira ordem.

As informações sobre as quatro variáveis foram extraídas do banco de dados do REGIC 2007, disponível no sítio eletrônico do IBGE. Os dados foram sistematizados e as ligações foram representados espacialmente em quatro mapas, um para cada variável.

Segundo os dados do REGIC 2007, quanto aos deslocamentos para compras, Cajazeiras não tem total influência na sua RM, como é possível visualizar no Mapa 02. Verifica-se que ao norte da RM, as cidades de Bernardino Batista, Poço Dantas e Joca Claudino não têm Cajazeiras como local de primeira ordem para realizar compras e sim Uiraúna, que por sua vez buscam atender duas necessidades de compras em Sousa – PB, isto é, fora da delimitação da RM. Já Triunfo mantém ligações de primeira ordem para compras com a vizinha cidade de São João do Rio do Peixe.

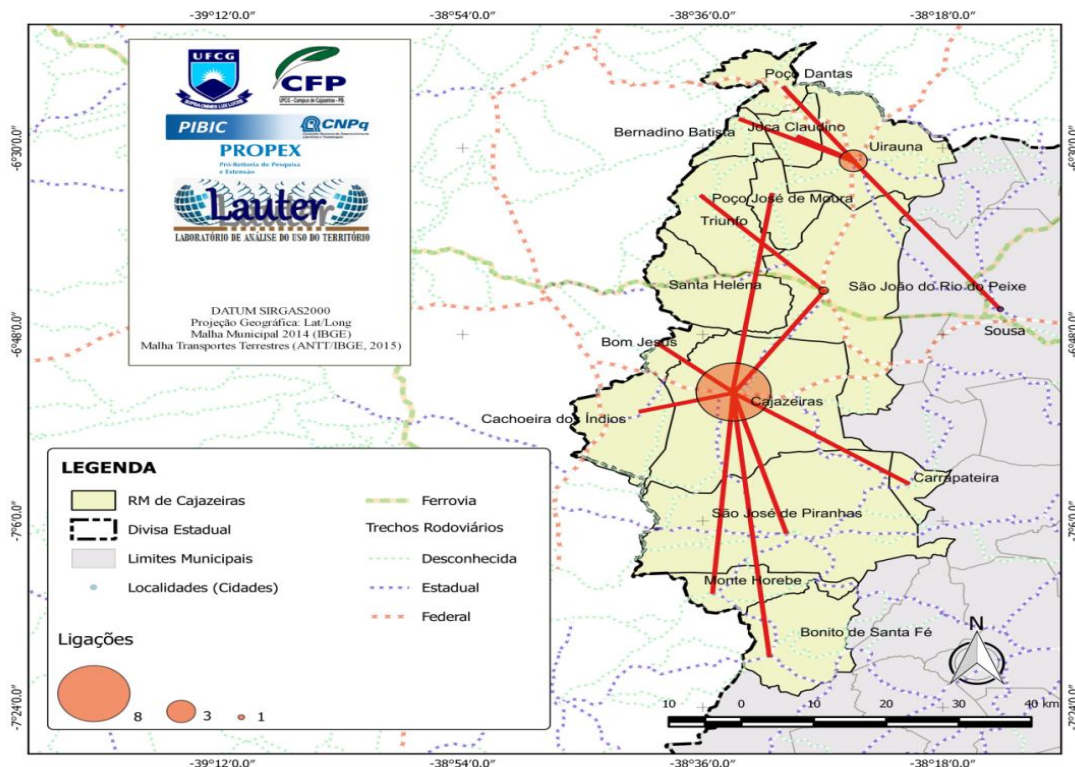
No caso dos deslocamentos para atividades de lazer e saúde, percebe-se que a porção norte da RM também não mantém ligações de primeira ordem com a “cidade mãe” (Mapas 03 e 04). Assim, no caso de lazer e saúde, repete-se a influência constatada anteriormente para variável compras, em

que Bernardino Batista, Poço Dantas e Joca Claudino são influenciados por Uiraúna e esta, por sua vez, mantém ligações de primeira ordem com Sousa. Em termos de centralidade de primeira ordem para saúde e lazer interna a RM, as cidades de Poço José de Moura, Santa Helena e Triunfo são capitaneadas por São João do Rio do Peixe que exerce influência sobre elas, porém mantém ligações com Cajazeiras, diferente de Uiraúna que tem suas ligações com Sousa. Portanto, considerando essas três variáveis (compras, lazer e saúde) constata-se que a área de influência de Cajazeiras é limitada se comparado ao recorte territorial que delimita a RM.

No que se refere a variável curso superior, a cidade de Cajazeiras apresenta uma área de influência para ligações em termos de deslocamento de primeira ordem que abrange toda a RM (ver Mapa 05), o que é justificável devido à notoriedade que a oferta de educação superior tem na cidade, contando com instituições públicas e privadas que oferecem o serviço.

Mesmo sabendo das limitações que as quatro variáveis (compras, lazer, saúde e cursos superior) apresentam para estudos sobre RMs, acreditamos que elas podem contribuir para melhor entender a dinâmica interna em termos de ligações entre as cidades constituintes. Como consideramos apenas as ligações de primeira ordem, as limitações são potencializadas, mas, mesmo assim, apostamos que as ligações abordadas oferecem uma aproximação quanto à dinâmica interna e o grau de coerência em termos dos limites metropolitanos.

**Mapa 02 – Deslocamentos para Compras entre os municípios da Região Metropolitana de Cajazeiras**



Fonte: Elaborado com base em dados da REGIC 2007 (IBGE, 2008).

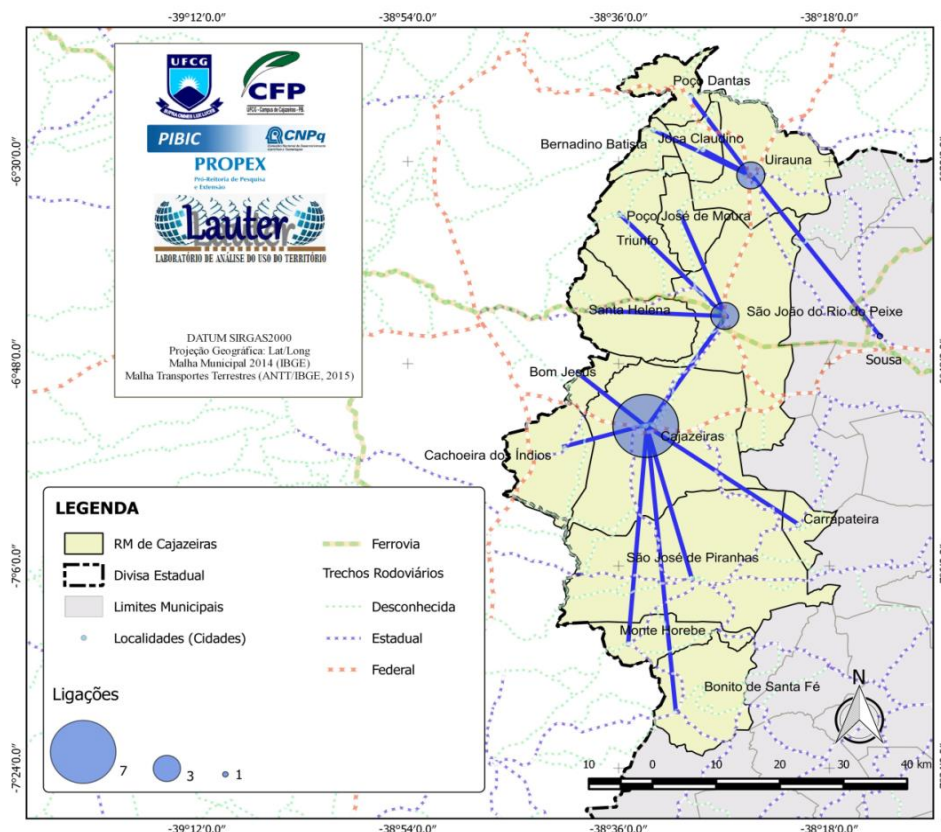


Considerando os dados apresentados nos Mapas (02, 03 e 04), fica evidente que a RM de Cajazeiras institucionalizada tem seus limites superdimensionados, incluindo cidades que, exceto para curso superior, não faz parte da sua área de influência.

A validade dos estudos sobre região de influência das cidades e sua rede hierárquica já é reconhecido entre os estudiosos (e até mesmo no Estatuto da Metrópole) no trato com identificações, delimitações e análises de metrópoles e RMs.

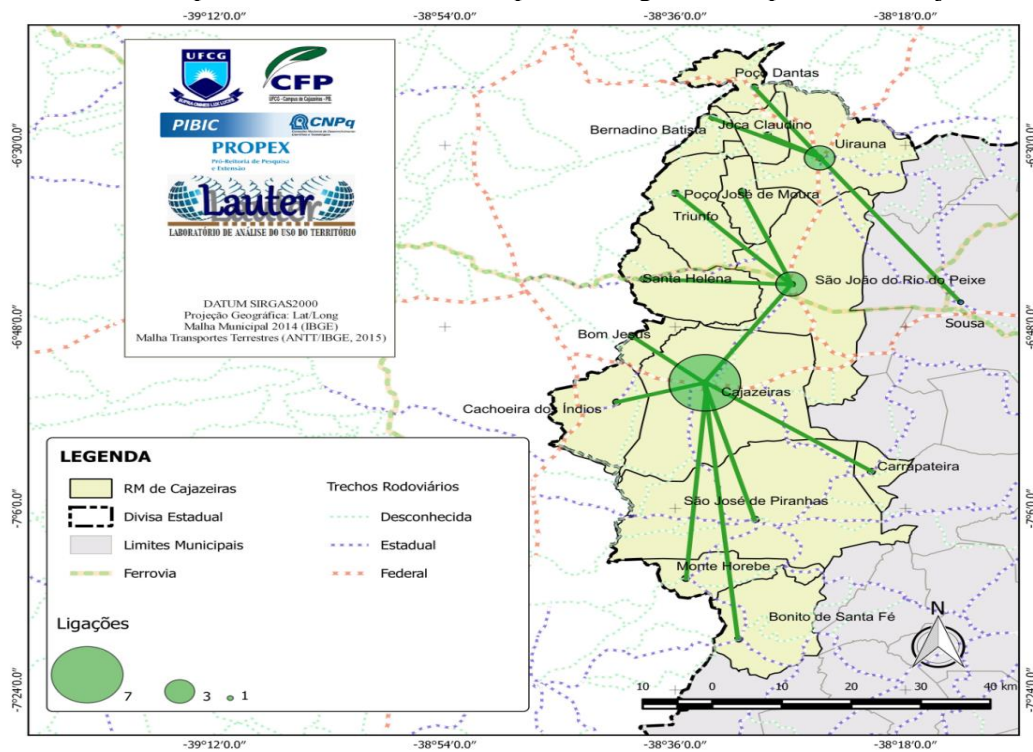
É curioso o caso da RM de Cajazeiras, seu recontê territorial coincide com o mesmo da microrregião de Cajazeiras, isto é, a RM e a microrregião são formadas pelos mesmos municípios, o mesmo território. Do ponto de vista da realidade socioespacial, seria o caso do legislador ter identificado Cajazeiras como uma metrópole com influência sobre toda a microrregião, com existência de complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas. Mas, pelos dados já expostos e pelo resultado final da REGIC 2007, constata-se que a influência de Cajazeiras não abarca toda a microrregião (Quadro 01).

**Mapa 03** – Deslocamentos para Lazer entre os Municípios da Região Metropolitana de Cajazeiras



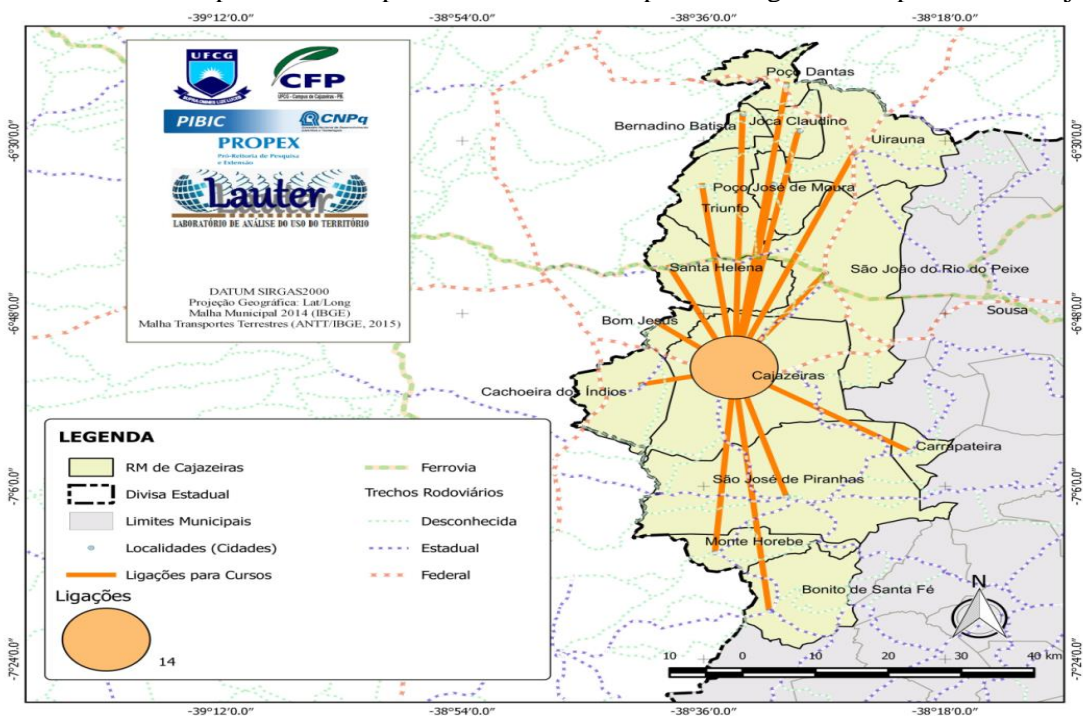
Fonte: Elaborado com base em dados da REGIC 2007 (IBGE, 2008).

**Mapa 04** – Deslocamento para Saúde entre os Municípios da Região Metropolitana de Cajazeiras



Fonte: Elaborado com base em dados da REGIC 2007 (IBGE, 2008).

**Mapa 05** – Deslocamento para Curso Superior entre os Municípios da Região Metropolitana de Cajazeiras



Fonte: Elaborado com base em dados da REGIC 2007 (IBGE, 2008).

**Quadro 01** – Região Metropolitana de Cajazeiras, Microrregião de Cajazeiras e Região de Influência de Cajazeiras

Municípios	Região Metropolitana de Cajazeiras (*)	Microrregião de Cajazeiras (**)	Região de Influência de Cajazeiras (***)
------------	--	---------------------------------	--

01. Baixo – CE	-	-	X
02. Bernardino Batista – PB	X	X	-
03. Bom Jesus – PB	X	X	X
04. Bonito de Santa Fé – PB	X	X	X
05. Cachoeira dos Índios – PB	X	X	X
06. Cajazeiras – PB	X	X	X
07. Carrapateira – PB	X	X	X
08. Conceição – PB	-	-	X
09. Ipaumirim – CE	-	-	X
10. Joca Claudino – PB	X	X	-
11. Monte Horebe –PB	X	X	X
12. Poço Dantas – PB	X	X	-
13. Poço José de Moura – PB	X	X	X
14. Santa Helena –PB	X	X	X
15. Serra Grande –PB	-	-	X
16. São João do Rio do Peixe – PB	X	X	X
17. São José de Piranhas – PB	X	X	X
18. Triunfo – PB	X	X	X
19. Uiraúna – PB	X	X	-

Fontes: (\*) Paraíba (2012); (\*\*) IBGE (1990); (\*\*\*) IBGE (2008).

Os dados finais da REGIC 2007 sobre a RM de Cajazeiras confirmam, exceto para curso superior, o que foi constatado na análise das ligações quanto as variáveis selecionadas (compras, lazer e saúde), ou seja, há um superdimensionamento quanto à abrangência regional do poder de influência da “cidade mãe”, o que não é admissível do ponto de vista de critérios socioespaciais para identificar e delimitar uma RM, reforçando o hiato entre a institucionalidade e a realidade socioespacial exigida para uma metrópole e sua região.

### Considerações finais

A partir das variáveis e seus dados, mesmo que limitadas, podemos chegar a algumas considerações sobre a realidade socioespacial da RM de Cajazeiras que mesmo institucionalizada apresenta características que podem ser questionadas do ponto de vista do qualitativo metropolitano enquanto realidade.



Verificamos que a RM de Cajazeiras tem uma economia com considerável grau de dependência da administração pública, exceto a cidade de Cajazeiras. Isso revela uma fragilidade econômica que repercute na dinâmica da economia urbana regional, afetando a grau de intensidade das ligações internas entre as cidades, comprometendo a sustentação de relações “intrametropolitanas” que possam garantir fluxos que liguem efetivamente as cidades numa relação de complementaridades funcionais.

Os dados da REGIC 2007 para as variáveis compras, curso superior, saúde e lazer, revelam que Cajazeiras não tem total influência em todas as cidades da sua RM, exceto o deslocamento para curso superior. A partir de dados consolidados e finais da REGIC 2007 constatamos que Cajazeiras exerce influência sobre outras cidades que não fazem parte da sua RM, inclusive de outro Estado, porém não consegue incluir em sua área de influência as cidades de Bernadino Batista, Poço Dantas, Joca Claudino e Uiraúna.

A partir dos dados analisados podemos elaborar alguns questionamentos da validade socioespacial de Cajazeiras e sua RM, onde é possível verificar que houve um superdimensionamento, inclusive da sua área de influência, o que comprova que o legislador não considerou a realidade espacial mínima de integração para incluir algumas cidades. Percebemos que a Assembleia ao institucionalizar a RM de Cajazeiras usou o mesmo recorte espacial da divisão microrregional do IBGE, mas, os dados empíricos negam essa sobreposição regional. Resta a dúvida de qual(is) interesse(s) e objetivo(s) guiaram o parlamentar na institucionalização da RM já que há na literatura especializada estudos que mostram que devido a falta de critérios mínimos antes da aprovação do Estatuto da MetrÓpole foram criadas várias RMs no Brasil com características não metropolitana apenas para atender interesses políticos.

## Referências

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. (Estatuto da MetrÓpole).

DE AMBROSIS, Clementina. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. **Estatuto da Cidade**. São Paulo: CEPAM, 2001. p. 163-174.

EMPLASA. **Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo**. Caderno 8, vol. 1, São Paulo: EMLASA, 2011. Disponível em <<http://www.emplasa.sp.gov.br>>, acesso em 2 de Fevereiro de 2016.

FIRKOWSKI, Olga Lucia Castreghini de Freitas. Por que as Regiões Metropolitanas no Brasil são Regiões mas não são Metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 122, p. 19-38, jan./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Estudo das metrópoles e regiões metropolitanas do Brasil: conciliação ou divórcio? In: FURTADO, Bernardo Alves; KRAUSE, Cleandro; FRANÇA, Karla Christina Batista de (eds.) **Território metropolitano, políticas municipais por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano**. Brasília: IPEA, 2013 p. 21-52.

\_\_\_\_\_. Região metropolitana no Brasil: assim é se lhe parece... **I Simpósio de Estudos Urbanos – SEURB: desenvolvimento regional e dinâmica ambiental**. Campo Mourão: Grupo de Estudos Urbanos da FECILCAM (GEURF), da Universidade Estadual do Paraná (Campus de Campo Mourão), 2011.

FREITAS, Ruskin. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Humanae**, v.1, n.3, p. 44-53, Dez. 2009.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: mai. 2014.

\_\_\_\_\_. **VAB por setor de atividade em 2012**. Atualização do VAB por município e setor de atividade: serviços, administração pública, indústria, valor imposto e agropecuária em 2012. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib\\_Municipios/2012/base/base\\_1999\\_2012\\_xlsx.zip](ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2012/base/base_1999_2012_xlsx.zip)>. Acesso em 15 de nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Vol. I. Rio de Janeiro: Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diretoria de Geociências (DGC) e Departamento de Geografia (DEGEO). 1990.

IPEA. **Desafios contemporâneos na gestão das Regiões Metropolitanas**. Brasília: IPEA, 2011 (Comunicado 116).

LAUTER – Laboratório de Análise do Uso do Território. **Localização da Região Metropolitana de Cajazeiras**. Arquivo de Mapas Digitais. Cajazeiras: Lauter/CFP/UFCG, 2016.

MOURA, Rosa. Questões sobre a formação de regiões metropolitanas. In: MOURA, Rosa; DIAS, Patrícia Chame; LOPES, Diva Maria Ferlin (orgs.). **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão**. Salvador: SEI, 2014. p. 39-57.

PARAÍBA. (Estado) Assembleia Legislativa. Projeto de Lei Complementar nº 12, de 30 de agosto de 2011. Institui a Região Metropolitana de Cajazeiras e dá outras providências. **Projeto de Lei Complementar**, 2011.

\_\_\_\_\_. (Estado) Assembleia Legislativa. Lei Complementar nº 107, de 08 de junho de 2012. Institui a Região Metropolitana de Cajazeiras e dá outras providências. **Lei Complementar**, 2012.

SANTOS, Jânio. Regiões metropolitanas sem metrópoles? Uma análise das novas propostas na Bahia. In: MOURA, Rosa; DIAS, Patrícia Chame; LOPES, Diva Maria Ferlin (orgs.). **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão**. Salvador: SEI, 2014. p. 58-92.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.



## **GT 6. PRÁTICAS DE ENSINO EM GEOGRAFIA: CURRÍCULO, PESQUISAS E METODOLOGIAS**

### **RESUMOS**

#### **O USO DA INFOGRAFIA COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Eliane Gomes de Lima<sup>23</sup>  
Thayane Barros de Sousa<sup>24</sup>

##### **1. Introdução**

As questões ambientais têm ganhado destaque nos últimos anos, sendo função da escola trabalhar dentro do contexto sócio-cultural dos discentes, visto que esta desempenha um importantíssimo papel na garantia de um futuro sustentável, sendo um espaço privilegiado na promoção da formação e acesso à cidadania. Diante da problemática ambiental atual, da necessidade de uma educação escolar que potencialize o aprendizado em relação ao meio ambiente, ao respeito e valorização da vida e dos recursos naturais, é necessário que todos possam ter acesso ao conhecimento que lhes levem a refletir sobre o seu papel como cidadão no mundo em que vive.

Os problemas ambientais vêm se agravando o que se pressupõe que as medidas para diminuir os impactos negativos no ambiente natural e na sociedade devam ser tão rápidas quanto foi o avanço de nossa ação. Necessita-se desenvolver ações de conservação e preservação do ambiente natural e práticas que resultem na mudança da situação em que se encontra o cenário atual.

Neste sentido na busca de uma educação ambiental que assegure aos discentes uma postura social de comprometimento com a questão da vida na Terra e o enfrentamento da utilização desenfreada dos recursos naturais requer comprometimento e ação, além de práticas pedagógicas que assegurem uma compreensão, criticidade e sensibilidade a cerca das questões ambientais, e é neste

---

<sup>23</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)/ Centro de Formação de Professores. elianybio@gmail.com.

<sup>24</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)/ Centro de Formação de Professores. elianybio@gmail.com.

contexto que a infografia vem a representar um recurso didático inovador, que embora ainda pouco explorado, facilita no entendimento de conceitos e informações.

Em se tratando da educação ambiental os infográficos podem ser utilizados sobre diferentes aspectos, se utilizando de distintas abordagens, levando os alunos a partir de informações generalizadas interpretarem e refletirem sobre este cenário de degradação ambiental.

Diante do afirmado este trabalho tem por objetivo discutir sobre o uso da infografia como recurso didático facilitador no ensino das questões ambientais a partir de bases teóricas, destacando seu potencial pedagógico por proporcionar um fácil entendimento Além de consistir em um recurso inovador e atrativo, esta detém de potencial para dinamizar as práticas pedagógicas motivando e despertando o interesse dos educandos.

## **2. Desenvolvimento**

O termo educação ambiental foi usado pela primeira vez em 1948, tendo seus rumos traçados a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972 (HENRIQUES, 2007) e desde que surgiu vem lhe sendo atribuídas diferentes classificações e denominações para as concepções que preencheram de sentido as práticas e reflexões pedagógicas relacionadas à questão ambiental (MMA, 2004). É evidente que a escola é um espaço privilegiado na promoção do debate das questões socioambientais, mobilização e participação da sociedade na busca de soluções para problemas referentes a questões ambientais.

Nos dias atuais, em decorrência das ameaças à biodiversidade, ocasionadas devido ao uso ilimitado dos recursos naturais e deterioração do meio ambiente é de suma importância uma educação pautada no desenvolvimento de atitudes e práticas voltadas à preservação e conservação de todas as formas de vida existentes no planeta.

Segundo Jacobi (2003) a dimensão ambiental configura-se como uma questão envolvendo um conjunto de atores do universo educativo, numa perspectiva interdisciplinar. Neste contexto podemos afirmar que a educação ambiental no âmbito do espaço escolar não deve ocorrer de forma isolada, mas consistir em uma atividade conjunta envolvendo os mais diversos profissionais da educação e alunos, levando em consideração a abordagem de problemáticas locais e/ou regionais.

Para o enfrentamento dos problemas ambientais faz-se necessário o desenvolvimento de uma ética ambiental, no sentido de compreender e valorizar a preservação da diversidade biológica e a natureza. Neste sentido a escola surge como um importante espaço na construção de saberes que propiciem o desenvolvimento de uma ética ambiental.

Henriques et al. (2007) coloca que a especificidade da educação ambiental está no respeito à diversidade, aos processos vitais e seus limites de regeneração e capacidade de suporte, os quais devem delimitar as decisões sociais e reorientar os estilos de vida individuais e coletivos. É a partir do conhecimento e da compreensão de que a natureza e as diversas formas de vida têm um tempo de regeneração que precisa ser respeitado para assegurar a sua continuidade, evitando a perda de espécies e conseqüente redução da biodiversidade, que iremos caminhar no desenvolvimento de posturas que mais éticas em relação ao meio ambiente.

Devido ao uso crescente das novas tecnologias de informação, surgiram novas demandas pedagógicas, na busca de superar uma educação, muitas vezes considerada tradicionalista, muitos professores têm recorrido a metodologias e recursos pedagógicos variadas, na busca de inovar e evitar a desmotivação e falta de interesse decorrente da rotina.

Diante do afirmado a infografia vem a representar um recurso didático que facilita a exposição e entendimento de algumas informações, por se utilizar de elementos visuais, em muitos casos tornando mais fácil a compreensão. Podemos encontrar infográficos diariamente em vários locais.

Laurino (2011) define a infografia como uma apresentação gráfica que usa simultaneamente texto e elementos visuais, como fotos, gráficos, mapas ou ilustrações, para expor informações, sendo usada como uma ferramenta na exibição de ideias, conceitos, mensagens, entre outros.

Apesar de conferida a designers, a infografia é abordada com mais frequência sob a perspectiva jornalística. Apresenta seu uso voltado à comunicação e seus contextos de aplicação (jornais, revistas e demais mídias impressas ou digitais) devido à própria natureza informacional dos infográficos (CARVALHO e ARAGÃO, 2012).

O uso de infográficos estão bastantes associados ao uso das tecnologias como coloca Araújo, Costa e Fireman (2015) ao afirmarem que este termo está atrelado as inovações tecnológicas, no entanto nesta mesma perspectiva Cirne (2010) coloca que embora sendo contemporâneos, alguns autores consideram as primeiras pinturas rupestres como infográficos, uma vez que através de uma simbologia pictórica os nossos ancestrais podiam estabelecer um ato comunicativo.

Os infográficos vêm sendo bastante utilizados na comunicação, no entanto ainda são poucos explorados na educação (COSTA e TAUROCO, 2010). No entanto devido ao seu caráter de tornar evidentes as informações a infografia apresenta potencialidades pedagógicas, para ser utilizada em diversas disciplinas e conteúdos. Dentre outras coisas seu uso, traça meios para que o aluno crie sua particular forma de interagir com os conceitos iniciais apresentados e assim, obter a aprendizagem significativa (ARAÚJO, COSTA e FIREMAN, 2015)

Barreto (2013) afirma que os infográficos apresentam chamadas e conexões para que as leituras sejam feitas de forma não linear, exigindo dos discentes habilidades amplas de leitura, sendo importantes aliados nos processos educativos. Para Araújo e Araújo (2014) esse recurso fornece uma visão mais geral dos conceitos apresentados, em consonância com o que se quer estudar. É possível afirmar que o binômio imagem e texto, além de promover o entendimento daquilo que está sendo exposto, desenvolve nos discentes capacidades de leitura e interpretação, podendo ser explorados por diferentes ângulos.

A utilização da infografia na sala de aula no ensino de educação ambiental auxilia na apresentação de textos que não se encontram alinhados às demandas dos nossos educandos que necessitam de informações rápidas.

Por ser uma forma agradável e fácil de estudar conteúdos a infografia em conjunto com a educação ambiental consiste em um meio de atingir o objetivo real de se ensinar e aprender, essa união é considerada atraente, pois facilita a compreensão da informação oferecendo uma noção mais rápida e clara das questões ambientais.

Dentre suas funções os infográficos oferecem uma alternativa de explicar ou esclarecer informações ligadas a fatos e notícias, ocorrendo diversas situações onde a simples narrativa textual pode não ser entendida pelo leitor da maneira mais eficiente (ALVES, 2012). Neste sentido podemos afirmar que como recurso didático, a infografia transmite informações com uma carga cognitiva menos complexa, tornando explícita as informações que muitas vezes apenas o texto não torna. Assim acredita-se que no ensino das questões ambientais esse recurso facilita a compreensão, desenvolvendo nos discentes o conhecimento e sensibilização em relação à preservação ambiental.

### **3. Metodologia**

Este estudo consistiu em discutir a partir de bases teóricas sobre o ensino das questões ambientais utilizando como recurso didático a infografia, enfatizando a importância desta para dinamização das práticas educativas, apresentando grande potencial pedagógico por tornar mais fácil a compreensão dos problemas ambientais e despertando nos discentes maior interesse na abordagem de temáticas relacionadas à educação ambiental.

### **4. Resultados e discussão**

Sendo a educação ambiental uma dimensão da educação, que se torna cada vez mais necessária no âmbito da educação escolar, esta não deve se restringir apenas a exposição teórica, mas promover o desenvolvimento da criticidade. Não basta apenas expor os problemas ambientais é necessário discuti-los e combatê-los. Neste sentido o uso de infográficos pode vir a contribuir como uma ferramenta auxiliar no trabalho do professor, ao expor e discutir sobre questões ambientais.

A infografia apresenta um grande potencial pedagógico para o ensino das questões ambientais. Na busca do desenvolvimento de uma ética ambiental o ideal é tornar explícito as informações e conceitos acerca dos problemas ambientais, para que a partir do conhecimento e interpretação os alunos venham a refletir sobre o atual cenário ambiental, vindo a adotar no seu cotidiano posturas sustentáveis.

Embora não tenham sido encontrados trabalhos que evidenciem a utilização da infografia na educação ambiental, devido às informações evidenciadas no estudo acerca do potencial didático deste recurso ao facilitar o entendimento das mais variadas informações, ficou explícito que este pode ser uma ferramenta bastante eficaz na abordagem das questões ambientais.

## **Conclusão**

A infografia teve uma lenta e gradual evolução, começando com seu modo artesanal, como simples complemento até o que temos hoje, apontando como uma nova maneira de se fazer jornalismo e principalmente na área de ensino, como forma de se melhorar a aprendizagem. Ela propõe uma leitura mais acessível, clara e simples, sendo importante aliado para apresentar temas complexos aos olhos do leitor leigo em diversas áreas e através da complementação mútua de figura e texto configura-se como uma alternativa de conduzir o leitor a uma leitura mais adequada dos temas propostos.

A presente pesquisa contribuiu para o estudo de algo inovador, um objeto ainda novo, mas dotado de elementos intrínsecos, apresentando a informação em diferentes formatos, colaborando para uma melhor compreensão na educação ambiental.

Contudo, por tudo aqui descrito as conclusões permitem-nos afirmar que a Educação Ambiental com auxílio do infográfico produz uma aprendizagem mais significativa, prazerosa e rica em conhecimentos.

**Palavras-chave:** Educação ambiental, infografia, ensino.

## Referências

ALVES R. M. **O Ensino de Infografia nos Cursos de Jornalismo das Universidades do Brasil e da Espanha**. 2012. 220 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2012.

ARAÚJO, T. M. S. de; ARAÚJO, L. F. P. de. Reflexões acerca do uso de infográficos no ensino de Ciências e Biologia mediante as concepções teóricas de David Ausubel. In: Semana internacional de Pedagogia, 3/ Encontro de pesquisa em educação de Alagoas, 7, 2014, Alagoas. **Anais...** Alagoas: EPEAL/UFAL, 2014.

ARAÚJO, T. M. S. de.; COSTA, J. E. de V. L. da.; FIREMAN, E. C. A infografia nas aulas de Ciências como recurso didático para a aquisição da aprendizagem significativa. In: Congresso Nacional de Educação, 2, 2015, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Editora Realize, 2015.

BARRETO, D. M. **Processo e Produção do infográfico em sala de aula**. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade de Taubaté, São Paulo – SP, 2013.

CARVALHO, I. C. de M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.2, p. 42-51, abr-jun, 2001.

CIRNE, L.. Novas imagens tecnológicas: a infografia no jornalismo. **Culturas Midiáticas**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2010.

COSTA, V. M. da.; TAROUÇO, L. M. R. Infográfico: características, autoria e uso educacional. **RENOTE**, Porto Alegre, v. 8, n.3, dez. 2010.

HENRIQUES, R. et al. **Educação Ambiental: Aprendizizes da Sustentabilidade**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. 109 p.

JACOB, P. Educação ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Luiz, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

LAURINO, B. R. **Comunicação e Design na Infografia Multimídia Aplicada na Publicidade**. 2011. 53 f. Dissertação (Graduação em Publicidade e propaganda) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 p





## **GT 6. PRÁTICAS DE ENSINO EM GEOGRAFIA: CURRÍCULO, PESQUISAS E METODOLOGIAS**

### **COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **O PIBID DE GEOGRAFIA: RESSIGNIFICANDO O ESPAÇO ESCOLAR**

*Mismana Morais Moura*

(Graduanda em Geografia – Universidade Federal de Campina Grande/CFP)

[mismanaque@gmail.com](mailto:mismanaque@gmail.com)

*Ivanalda Dantas Nobrega Di Lorenzo*

Doutora em Educação – UAG/CFP/UFCG

[ivanaldadantas@gmail.com](mailto:ivanaldadantas@gmail.com)

#### **Resumo**

Esse ensaio pretende demonstrar análises de pesquisas fomentadas a partir de um conjunto de ações desenvolvidas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à docência (PIBID), bem como, engrandecer o debate acerca do objeto de estudo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em andamento. Visa contribuir com o ensino de geografia da Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Cecília Estolano Meireles situada no município de Cajazeiras – PB. As etapas desenvolvidas evidenciam as tendências tradicionais do ensino e busca ressignificar o espaço escolar frente aos novos programas de incentivo as licenciaturas, que reconfigura o aperfeiçoamento para o, ensinar por competência cidadã.

**Palavras-chave:** PIBID, Práxis, Geografia.

#### **Abstract**

This essay aims to demonstrate analyzes fomented research from a set of actions developed in the Institutional Scholarship Program Introduction to teaching (PIBID) and elevating the debate on the work of the study object of Course (TCC) in progress. It aims to contribute to the teaching of geography of the Municipal School of Child Education and Teaching Elementary Cecilia Estolano Meireles in the municipality of Cajazeiras - PB. The developed steps show the traditional trends of teaching and search reframe school space facing the new incentive programs the degrees, which reconfigures the improvement to teach by citizen competence.

**Keywords:** PIBID, Praxis, Geography.

## 1 Introdução

As mudanças ocorridas na educação se desenrolam por vários vieses ao longo do tempo e, esta discussão é merecedora de destaque no cenário mundial, pois esse espaço é por excelência, palco de diversas relações. Ao professor de Geografia cabe a função de analisar/interpretar os fenômenos que dinamizam o espaço ao longo do tempo, bem como a mediação da produção desses conhecimentos junto aos alunos.

Diante do leque de transformações da vida cotidiana escolar, na qual distintos sujeitos interagem, realizam e refletem sobre suas práticas, a importância da práxis social, vem a se constituir como ponto de partida para a compreensão da complexidade dos processos inerentes ao ambiente escolar, os quais produzem um sistema de redes de processos de ensino-aprendizagem, a partir dos quais podemos perceber novas formas de construção de saberes que possibilitam a ressignificação do espaço escolar.

Neste ensaio apresentamos reflexões acerca do objeto de nosso estudo de Conclusão de Curso, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de Geografia, do qual sou Bolsistas de Iniciação à Docência (ID) e, da disciplina Projeto de Pesquisa, ministrada no curso de Licenciatura em Geografia, no Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras, situado na mesorregião do Sertão Paraibano.

O desenvolvimento do Subprojeto PIBID Geografia se dá em duas escolas públicas do município de Cajazeiras, uma delas, a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Cecília Estolano Meireles, onde desenvolvo as ações do referido Subprojeto juntamente a outros seis Bolsistas ID, um Supervisor e a orientação da Coordenação de Área do Subprojeto, com vistas à qualificação profissional docente no ensino de Geografia.

A partir de observações e questionamentos na busca por satisfazer inquietações acerca de como o PIBID pode propiciar ao discente uma visão sobre o cotidiano e as complexas relações do discentes, desenvolvemos uma pesquisa com o objetivo de investigar em que medida o PIBID pode promover a ressignificação do espaço escolar.

Nessa perspectiva, propomos a partir dessa discussão, desvelar como o Subprojeto de Geografia atua na escola e se apresenta socialmente no meio que o circunda e absorve, ao mesmo tempo em que, a partir desse Programa podemos propor/dialogar/construir novas concepções de ensino-aprendizagem na escola vivenciando simultaneamente as práticas das ações a serem implementadas pelo PIBID, as práticas docentes existentes na escola e as vivências do cotidiano escolar dos alunos e de todos os sujeitos da escola.

Desse modo, buscamos aperfeiçoar nosso aprendizado e o viés espacial da escola integrando ações do PIBID às relações consubstanciadas no espaço escolar, as quais expressam um conjunto de sentidos e valores inerentes aos sujeitos da escola.

Dentre os objetivos específicos analisamos a organização sócio/espacial da escola e o ensino-aprendizagem; refletimos sobre a atuação do Subprojeto de Geografia na escola; e apresentamos as primeiras ações desenvolvidas a partir do planejamento/pesquisa/ação em sala de aula.

Para a compreensão desses objetivos elegemos como metodologia a pesquisa ação por sermos parte integrante do Subprojeto PIBID, somada às pesquisas bibliográfica, documental e de campo, além do tratamento das informações obtidas através do desenvolvimento de diagnóstico mediante questionários semiabertos.

Os questionamentos tratavam de reflexões sobre os subsídios constituintes da práxis no processo educacional considerado pelo PIBID realizada a partir de distintas ações de planejamento, formação inicial, debates do contexto espaço-temporal dos alunos e sobre a epistemologia de educação.

Os sujeitos da pesquisa são os integrantes da Escola considerada pelo Subprojeto do PIBID Geografia, no tocante às turmas de 6º ao 9º Anos, turno tarde, contabilizando um número de 06 salas de aula e um contingente de 113 alunos.

A partir da aplicação dos questionários, foi realizada uma análise quantitativo/qualitativa, crítica e reflexiva buscando realizar a catalogação dos dados categorizando-os, possibilitando assim a tabulação das informações e posteriormente apresentados em gráficos, permitindo-nos uma aproximação com a realidade investigada no que diz respeito aos aspectos sociais, econômicos, educacional.

## **2- A Organização Sócio/Espacial da Escola e o Ensino-aprendizagem**

A Escola Cecília Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Cecília Estolano Meireles localiza-se em área periférica do município de Cajazeiras – PB, atendendo a população circunvizinha, nos Ensinos, Infantil e Fundamental, a qual apresenta Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) abaixo do índice nacional que é 6,0. Atualmente a escola possui a média de 2,6, para o IDEB, motivo pelo qual justifica além de outros fatores, a existência do Subprojeto de Geografia atendendo a 189 alunos.

Formada por diferentes agentes, os quais possuem funções específicas ou múltiplas funções, para que assim possam obter bons resultados em relação ao processo de ensino/aprendizagem. A compreensão acerca do funcionamento da gestão e equipe pedagógica da Escola foi diagnosticada pelos alunos do PIBID do curso de Geografia, os quais realizaram pesquisa com a gestora escolar e a coordenadora pedagógica.

A pesquisa envolveu questões referentes à formação e função da gestora e da coordenadora pedagógica, até os recursos financeiros e humanos da escola, como também, a relação entre a gestão/equipe pedagógica e todos os indivíduos participantes do processo de ensino-aprendizagem.

A Gestora escolar possui formação em Pedagogia e Biologia, com especialização em Psicopedagogia, Gestão Escolar, Filosofia e Sociologia. Conforme relatos da diretora, o papel da gestão na escola é manter o bem estar dos alunos, e para isso, busca juntamente com o apoio da gestão escolar manter o nível de educação e de ensino-aprendizagem que indica o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Segundo as palavras da gestora a gestão escolar é muito mais do que um cargo, por que ela possibilita ajudar e contribuir de alguma forma na vida dos alunos e, para isso necessita integrar esforços de toda a sua equipe. Nesse sentido corroboram Portela e Atta (2007, p. 16), ao afirmarem que a gestão pode ser compreendida como:

o conceito de gestão é compreendido como a coordenação dos esforços individuais e coletivos em torno da consecução de objetivos comuns, definidos por uma política de ação e inspirados por uma filosofia orientadora e por todos partilhada. Tem um sentido mais amplo do que o de ação administrativa que, por sua vez, passa a ser um dos elementos da gestão.

Conforme afirma a gestora escolar, a equipe disponível na escola não é suficiente para o atendimento da demanda escolar, acarretando uma sobrecarga de trabalho e responsabilidades, para os demais trabalhadores em educação daquela escola, uma vez que a escola necessita de mais cargos como secretário e articulador financeiro.

Quanto aos recursos financeiros advindos do MEC, a referida instituição recebe recursos do Programa Mais Educação, do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Atleta e do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), os quais são distribuídos a partir de reuniões de orçamento participativo, nas quais são definidas prioridades da instituição escolar.

No que diz respeito à relação entre a gestão e os professores, a referida diretora afirmou haver uma “multiplicidade de respeito, afetividade, compromisso, responsabilidade, humanização e sensibilidade”, enquanto mencionou a inexistência de conflitos/problemas existentes entre a gestão e os professores e, se ocorrerem possíveis conflitos sem condições de resolução no âmbito escolar,

“estes são direcionados a secretaria de educação e, lá são atribuídas às devidas orientações a ser tomadas pela direção escolar conjuntamente com o conselho escolar”.

A relação entre a direção e os alunos foi mencionada pela diretora como “muito boa, sendo alguns aspectos importantes são considerados tendo em vista o processo de avaliação da própria gestão. Tem-se um bom contato físico e afetivo e de cumplicidade”.

Contudo, as vivências por ocasião do PIBID são evidenciadas pelos bolsistas, os quais se confrontam com a existência de alguns problemas existentes entre alguns alunos da escola, fato que fora mencionado pela diretora escolar que afirmou acerca da existência desses conflitos, os quais são resolvidos internamente, e em casos mais complexos, com a presença de pais e mães na escola, embora relate aquela, que a “ausência da família na escola; o desprezo dos pais para com os filhos dificultando a relação com os professores” marca o cotidiano escolar.

No que diz respeito à relação existente entre direção e funcionários a gestora afirmou haver uma boa relação, atualmente a escola encontra-se articulada com os seus funcionários desenvolvendo atividades que proporcionam o avanço da escola e, para tanto, contam com o apoio da Secretaria de Educação.

Dentre as funções desempenhadas pela equipe técnica escolar, a função do coordenador pedagógico parece ir além de acompanhar o desempenho do aluno, uma vez que realiza a mediação entre os agentes formadores da escola, destacando-se alguns desafios, como afirmou o coordenador escolar, destacando a dificuldade de participação dos pais na vida dos alunos, na escola, o que, na visão de Libâneo (2008.p, 114) pode representar um aspecto negativo, pois,

A exigência da participação dos pais na organização e gestão da escola correspondendo a novas formas de relações entre escola, sociedade e trabalho, que repercutem na escola nas práticas de descentralização, autonomia, co-responsabilização, interculturalismo.

Segundo o autor, a escola é uma comunidade complexa que exige a participação de todos os membros da qual fazem parte, para a tomada de todas as decisões, visto que todos são de suma importância para os bons resultados que a escola vem a trazer para a sociedade, bem como a postura democrática, descentralizadora da escola deve ser exercitada com vistas à produção da autonomia de seus sujeitos.

### **3- A Atuação do Subprojeto PIBID de Geografia na Escola**

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é um incentivo ao aperfeiçoamento e à valorização da formação docente, voltada à Educação Básica, sendo o único Programa voltado para o incentivo e o fortalecimento das licenciaturas no Brasil.

Na atualidade dispõe de nove Subprojetos no CFP/UFCG, atendendo a alunos de licenciaturas participantes de projetos de iniciação à docência, desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES), em parceria com escolas de Educação Básica da rede pública de ensino. No CFP/UFCG existe 188 bolsistas, sendo 01 coordenador de gestão, 11 coordenadores de área, 22 supervisores, professores da Educação Básica e, 154 bolsistas de iniciação à docência. O Subprojeto de Geografia oferta no CFP/UFCG 14 bolsas de iniciação à docência, dois supervisores e 01 coordenador de área.

Os projetos promovem a inserção dos estudantes nas escolas públicas para contemplar as diferentes realidades presentes nesse espaço, desde o início da sua formação acadêmica para que conjuntamente desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola.

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de Geografia, no CFP foi reelaborado no ano de 2008 contemplando novas concepções, estrutura de carga horária, especialmente no tocante às práticas e aos estágios supervisionados, almejando o rompimento com a lógica dicotômica entre a teoria e a prática, desse modo fortalecendo a autonomia profissional e o desenvolvimento das práticas docentes pautadas nas habilidades e competências para o ensino/aprendizagem e à formação dos sujeitos.

A inserção do PIBID e do subprojeto de geografia em 2014 vem como proposta de ampliar o processo de formação docente, tendo em vista que mesmo com as renovações na estrutura do PPC, ainda não consolida a práxis social nos estágios e nas práticas, o trabalho articulado para os futuros professores. Portanto, a organização desse projeto é mediada nesse viés. Segundo Farias e Araújo (2013, p.144), o PIBID constitui

uma iniciativa federal incorpora como co-formadores de futuros professores docentes atuantes na rede pública de ensino (identificados como professores supervisores) propiciando a esses profissionais oportunidades de novas aprendizagens e crescimento.

A apropriação do PIBID pela IES e pela escola básica é embasada no consenso de que, a caminhada é longa para que o crescimento profissional, logo, necessita de longos passos concretos frente as dificuldades e dinâmicas pelas quais passa a profissão docente, representadas socialmente. Portanto, o melhoramento profissional docente, necessita de novos arranjos, e oportunidades de

melhoramento, para que seja realizado também na escola ações de fortalecimento educacional na formação inicial docente, assim como na colaboração mútua entre a Academia e a escola básica.

A escola deve, portanto, ser uma organização de valorização de singularidades, já que é espaço de relações. Segundo Resende (1989, p. 84), “[...] os alunos efetivamente chegam à escola com um saber peculiar sobre o espaço que faz parte de suas respectivas histórias, das múltiplas atividades que enchem suas vidas, espaço cuja lógica eles apreendem na própria carne”. Reconhecer e valorizar o conhecimento prévio, os valores e símbolos característicos dos saberes aprendidos na vivência individual dos alunos, constitui-se como pauta do subprojeto de geografia na escola Cecília Estolano Meireles.

As vivências trazidas pelos alunos são de suma importância, pois são nestas que direcionamos os olhares e às dimensões de ação, pois a partir disso, compreendemos o espaço escolar e seu funcionamento, com todos os seus agentes transformadores (comissão pedagógica, alunos, direção, professores e funcionários).

Dentre as ações desenvolvidas trabalhamos o conceito de geografia a partir do seu objeto de estudo, o espaço geográfico através de distintas linguagens como o uso de mapas mentais e maquetes como ferramentas metodológicas para a construção do conceito de Geografia.

Além da maquete, a produção de mapas mentais, a partir dos quais os alunos distinguiram os espaços rurais e urbanos.

Os mapas mentais são recursos didáticos nos quais alunos são convidados para a aproximação com sua realidade social, local e também global, para associarem os elementos contidos no espaço geográfico e as suas experiências pessoais, constituindo assim, um diálogo também com os saberes do professor em sala de aula. O aluno que muitas vezes não interage pelo sentimento de retração com os conteúdos abordados no decorrer do semestre, são a partir desse incentivo convidados a partilhar seus conhecimentos.

**Imagem 01:** Mapas mentais construídos pelos alunos 6º Ano.



**Fonte:** Pibid-Geografia/Cajazeiras-PB, 2015

Posteriormente, propomos a confecção de uma maquete como ferramenta metodológica para a construção do conceito de Geografia, reavaliando as dinâmicas do campo e da cidade, para a maior compreensão dos alunos.

**Imagem 02:** Maquetes do campo e da cidade – alunos do 6º ano



**Fonte:** Pibid-Geografia/Cajazeiras-PB, 2015



Nesse momento, dividimos as equipes destinadas para cada espaço, a fim de contemplar em cada equipe, as dinâmicas presentes e as interrelações para contextualizar os espaços e melhor compreender espaço, enquanto objeto de estudo da geografia. Os alunos conseguiram distinguir em ambos os espaços seus elementos característicos, mas não fixos, e assim, fortalecemos a construção de saberes a partir da construção da maquete, a qual promoveu novas formulações de questionamentos pelos alunos.

Na segunda ação buscamos proporcionar uma sensibilização junto aos alunos e a comunidade a respeito da importância de questões relacionadas ao meio ambiente onde residem e no amplo espaço na escala macro, ocasionando o debate e a confecção de painéis ilustrativos das realidades dos alunos.

**Imagens 03 e 04:** Confecção de painéis 8º ano A



**Fonte:** Pibid-Geografia/Cajazeiras-PB, 2015.

Foram trabalhados os seguintes conteúdos: Poluição das águas, do ar e sonora; agentes causadores destas poluições e as consequências para o meio ambiente. Igualmente, o lixo e os problemas ambientais gerados por ele; a reciclagem e as vantagens da coleta seletiva.

O produto final dessa ação resultou na produção de lixeiras recicláveis dispostas, ao final, na sala de aula como forma socioeducativa de refletir para onde vai o lixo produzido.

**Imagens 05 e 06:** Produção das lixeiras recicláveis



**Fonte:** Pibid-Geografia/Cajazeiras-PB, 2015

A terceira ação enfatizou o uso de drogas na adolescência, o que exigiu da equipe um diálogo acerca dos problemas enfrentados na sociedade atual acerca dessa temática. Apresentamos o conceito de drogas e os diferentes tipos, com intuito de desenvolver o conhecimento crítico dos alunos em reação ao uso de drogas.

**Imagens 08 e 09:** Roda de diálogo no 8º ano A



**Fonte:** Pibid-Geografia/Cajazeiras-PB, 2015

No terceiro encontro, propomos a confecção de cartazes, para expressarem suas percepções sobre as drogas, e alertas de sensibilização sobre as consequências das mesmas. Nesse momento, os alunos se expressaram por meio dos cartazes.

**Imagens 10, 11, 12 e 13:** Apresentação de cartazes sobre drogas 8º ano A



Fonte: Pibid-Geografia/Cajazeiras-PB, 2015

Essas abordagens possibilitaram trazer para dentro da sala de aula um tema atual, polêmico e preocupante na sociedade atual, oportunidade que motivou a participação massiva dos alunos, os quais contribuíram com relatos pessoais, fortalecendo a relação professor/aluno, ressignificando os saberes e o espaço escolar, especialmente por poder constar ações interativas professor – alunos, alunos – alunos, bolsistas – alunos e bolsistas – professor, além da doação dos materiais produzidos, à escola.

Todas essas propostas e conquistam lugar na experiência adquirida, refletindo na práxis social. Analisando as distintas dimensões que o conhecimento que podem ser trabalhadas em sala de aula, propiciando além de uma dinamicidade do conhecimento, uma ponte entre os conhecimentos acadêmicos e escolares, contribuindo ainda nas orientações futuras para a profissão docente e a interpretação da construção e o funcionamento do currículo escolar.

## Considerações

O PIBID desenvolve possibilidades de diálogo cotidiano com a realidade da práxis a ser vivenciada pela relação universidade-escola, a exemplo do comprometimento, da aptidão e de

metodologias que sejam facilitar a aprendizagem, promovendo a dinamicidade nas ações da Academia e da Educação Básica.

As ações propostas pelo PIBID vêm sendo desenvolvidas com vistas ao desenvolvimento da prática social da cidadania dos estudantes, refletindo ainda, como dinamizar e fortalecer o viés do ensino/aprendizagem dos bolsistas no processo de formação docente, bem como dos educandos que ali se encontram.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 562 p. 2013.

FRANÇA-CARVALHO, Antonia Dalva. **Prática de formação de professores no âmbito do Pibid**. – Teresina: EDUFPI, 2013.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5ª ed. Revista e ampliada – Goiânia: MF Livros, 2008.

LUSTOSA, Jacqueline Pires Gonçalves, ROCHA, Josenilton Patrício **Projeto pedagógico do curso de licenciatura Em geografia**. Cajazeiras - Paraíba, 2008.

MEDEIROS, Mirna de Lima. **Gestores Escolares: um estudo das características e práticas administrativas presentes na gestão de escola públicas com melhor desempenho relativo do estado de São Paulo**. Ribeirão Preto, 2011. 235p.

MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz. **Currículo e sociedade**. – 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PORTELA, Adélia Luiza (Org.). **Gestão educacional e qualidade social da educação**. Salvador: ISP/UFBA, 2007.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Uma Reforma curricular em um contexto de muitas mudanças, referenciais curriculares do ensino fundamental: ciências humanas, ensino religioso e de educação sociocultural**. João Pessoa; SEG/Grafset, 2010, p.11-37.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Aula de geografia e algumas crônicas**. 1º edição. Campina Grande: Bagagem, 2008. 109p.

VESENTINI, José William. **Geografia e ensino**. [et al.];. Campinas, SP: Papyrus, 1989.





## DO PROJETO PEDAGÓGICO À FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM GEOGRAFIA DO CFP/UFCG: EXPECTATIVAS E DESAFIOS

Francisca das Chagas Silveira Lacerda  
(Universidade Federal de Campina Grande – UFCG)  
[franciscasilveiral@hotmail.com](mailto:franciscasilveiral@hotmail.com)

Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo  
(Universidade Federal de Campina Grande – CFP)  
[ivanaldadantas@gmail.com](mailto:ivanaldadantas@gmail.com)

### Resumo

Este trabalho apresenta reflexões parciais de estudo monográfico sobre a formação de professores em Geografia, curso criado em 1979, no Centro de Formação de Professores (CFP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras, situado na mesorregião do Sertão Paraibano. Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizado o método dialético considerando-se a dinamicidade da vida dos sujeitos entrevistados, pois segundo Lakatos (2010) na dialética as coisas não são analisadas na quantidade de objetos fixos, mas em movimento: nenhuma coisa está estática, encontrando-se sempre em vias de transformar, desenvolver. Realizamos questionários semiestruturados com os estudantes de todos os períodos e concluímos que o curso necessita de uma melhoria em sua grade curricular, a qual deve ser revista com fins a possibilitar ao discente uma maior interação entre a Universidade e Escola e, que a prática não se restrinja a algumas disciplinas de cunho pedagógico como demonstrou ser realizado.

**Palavras chave:** Formação de Professores – Geografia - Ensino.

### Abstract

This paper presents partial reflections of monographic study on teacher training in geography course created in 1979, the Teacher Training Centre (VTC), Federal University of Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras, located in the middle region of the Hinterland Paraibano. For the development of this research was used the dialectical method considering the dynamics of life of the subjects interviewed, because according to Lakatos (2010) in the dialectics things are not analyzed in the amount of fixed objects, but on the move: no thing is static, finding will always get in the process of transforming develop. We conducted semi-structured questionnaires with students from all periods and concluded that the course requires an improvement in their curriculum, which should be reviewed with the purpose to enable the student greater interaction between the University and School, and that the practice is not restrict some educational profile disciplines such proved to be realized.

**Keywords:** Teacher Education - Geography - Education.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta reflexões parciais de pesquisa monográfica concluída em 2015, na qual temos como objetivo fazer uma análise sobre a formação de professores de Geografia, curso ofertado no Centro de Formação de Professores (CFP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras, mesorregião do Sertão Paraibano.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizado o método dialético e a metodologia desenvolvida foram questionários semiestruturados com os estudantes do curso em pauta do primeiro ao décimo, período do referido curso, dos turnos manhã e noite. O recorte temporal da pesquisa se dá no período de 2014 a 2015.1 quando encerramos nossa pesquisa junto aos sujeitos entrevistados.

Desenvolvemos a pesquisa qualitativa a partir de questionários, tabulação das informações e produção de gráficos e tabelas, com intuito de compreender qual o perfil dos ingressantes do curso de Geografia. Para tanto, elaboramos um questionário com conjuntos de perguntas entre elas estão perguntas como o porquê escolherem o curso de Geografia? Como curso está estruturado? Como ocorre a realização dos estágios supervisionados? O curso oferece estrutura suficiente para o discente possa atuar no Ensino Básico? Foram essas questões norteadoras que nos permitiram constatar o que está exposto no projeto de curso, o qual apresenta-se distanciado da realidade que é vivenciada pelos discentes no curso.

A estrutura deste trabalho inclui além da introdução e considerações, três subitens, quais sejam: as competências formativas do curso de Geografia; a Formação Docente no Curso de Licenciatura em Geografia no Centro de Formação de Professores; e a práxis e a dicotomia existentes no Curso.

Os resultados obtidos indicam que o curso necessita de uma melhoria em sua grade curricular, a qual deve ser revista com fins a possibilitar ao discente uma maior interação entre a Universidade e Escola e, que a prática não se restrinja a algumas disciplinas de cunho pedagógico como demonstrou ser realizado.

## **2- As Competências Formativas do Curso de Licenciatura em Geografia**

Conforme consta no Projeto Pedagógico do Curso (UFCG, 2008, p. 8) compete ao licenciado em Geografia atuar com profissionalismo, não somente no que se refere “ao domínio dos conhecimentos específicos em torno dos quais deverá agir, mas também compreender as questões envolvidas em seu trabalho, sua identificação e resolução, autonomia para tomar decisões, responsabilidades pelas opções feitas.

Dentre as competências elencadas no PP, exige-se ainda que o professor saiba avaliar

criticamente a própria atuação e o conteúdo em que atua e que saiba, também, interagir cooperativamente com a comunidade profissional a que pertence e com a sociedade. A aquisição de competências requeridas pelo professor deverá ocorrer mediante uma ação teórico-prática, ou seja, toda sistematização teórica articulada com o fazer e todo o fazer com a reflexão, segundo afirma Santos (2012, p. 43):

A Formação Docente em Geografia devem estar pautada no intuito de “articular teoria e prática, formando o professor- pesquisador e possibilitando o estágio enquanto lócus da práxis docente”. Não é possível fragmentar a prática em relação á teoria docente e separa-las sem que haja prejuízo no entendimento deste processo. Ambas precisam ser considerados no processo de formação docente.

As competências a serem adquiridas e desenvolvidas ao longo do curso pelos discentes em formação, bem como em outros espaços após estar formado consiste em voltar-se para o engajamento e comprometimento com a sociedade, possibilitando assim compreender a importância da escola para a sociedade, o discente também necessita compreender a importância de fazer uma interação entre o conteúdo que está sendo trabalhado e a realidade na qual está inserido o aluno. Outras competências importantes são o aperfeiçoamento e a prática pedagógica.

Segundo Cacete (2013, p. 52), as Diretrizes acabam por reforçar, por meio das competências (como conjunto de habilidades de cada indivíduo), o individualismo nos processos formativos e evolutivos da carreira, esvaziado também o sentido coletivo e colaborativo da docência como categoria profissional.

Conforme consta no Parecer CNE/CES 492/2001, nas Diretrizes Curriculares para o Curso de Geografia, especificamente no item que se refere às competências e habilidades determina que devem ser desenvolvidas as seguintes habilidades:

a. Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações do conhecimento; b. Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais; c. reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos; d. Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica; e. Dominar técnicas laboratoriais concernentes a produção e aplicação do conhecimento geográficos; f. Propor e elaborar projetos de pesquisa e executivos no âmbito de área de atuação da Geografia; g. Utilizar os recursos da informática; h. Dominar a língua portuguesa e um idioma estrangeiro no qual seja significativa a produção e a difusão do conhecimento geográfico; i. Trabalhar de maneira integrada e contributiva em equipes multidisciplinares (UFCG, 2008, p. 13).

Todas estas habilidades aqui expostas devem ser adquiras e colocadas em prática ao longo do curso, e após sair formado do mesmo, colocando assim em prática o que foi aprendido em sua formação.

A estrutura curricular do curso de geografia está pautada sobre a Resolução N° 03/2008,

Resolução esta que teve como base a Resolução CNE/CES 14/2002 que refere-se ao Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Geografia. Já a Resolução CNE/CP 1/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior – curso de licenciatura, de graduação plena; e a Resolução CNE/CP 2/2002 que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

A estruturação dos conteúdos no Projeto Pedagógico do Curso de Geografia-modalidade licenciatura, da UFCG, leva em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Geografia, as quais determinam que cada Instituição de Ensino Superior (IES) estabeleça a sequência e a estrutura semestral das atividades acadêmicas curriculares, de acordo com as necessidades intrínsecas da formação pretendida para o profissional em Geografia, de maneira a conferir-lhes um eixo de integração ao longo do curso (UFCG, 2008, p. 18).

### **3- A Formação Docente no Curso de Licenciatura em Geografia no Centro de Formação de Professores**

O curso de Licenciatura em Geografia do Centro de Formação de Professores (CFP) surgiu no momento em que ocorria a expansão do curso em todo o Brasil, ou seja, o curso é criado a partir da interiorização do mesmo, visto que o grande número de Universidades voltadas à formação de professores de geografia estavam situadas nos grandes centros urbanos, e logo em seguida expandiu-se para o interior dos Estados.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia (UFCG, 2008) o referido curso foi criado em 1979, pelo Conselho Universitário (CONSUNI), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), instituição que abrigava o Centro de Formação de Professores (CFP), conforme consta na Resolução nº 136/79 e 294/79 (UFCG, 1979). A criação do CFP se deu a partir da federalização da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC). Neste período o curso já era reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura- MEC, através da Portaria nº 17 de 08 de janeiro de 1982.

O curso de Geografia representa um marco importante para o Sertão Paraibano, visto que o mesmo atende uma demanda considerável de alunos do Estado da Paraíba e de Estados circunvizinhos como o Rio Grande do Norte e Ceará.

De acordo com o Projeto Pedagógico (PP) do Curso de Geografia (2008), o curso de Geografia tem como intuito principal formar docentes capacitados para atuar como professores do



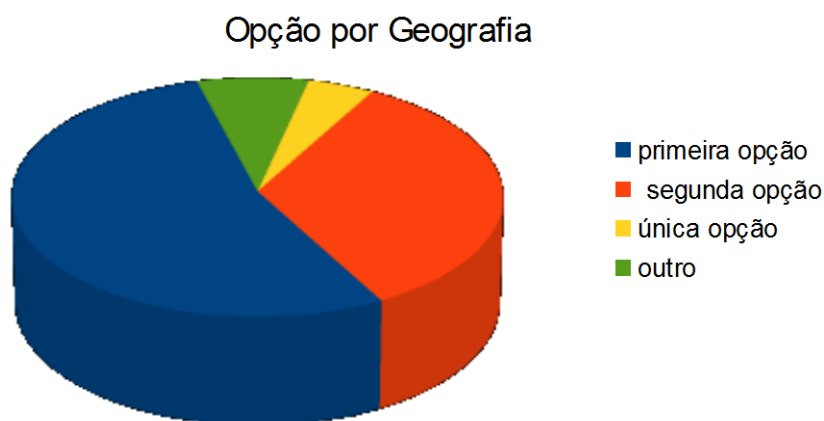
Ensino Básico. De acordo com o referido documento a profissão docente exige uma formação específica, uma vez que, para o seu exercício, não é suficiente o domínio do conteúdo da área que vai atuar. É preciso capacitar o docente para compreender criticamente a educação e o ensino, assim como seu contexto sócio histórico (UFCG, 2008).

Além do PPP do Curso, este e outros cursos de licenciaturas são regidos pelas Leis de Diretrizes de Bases (LDB) e, por Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), além de diversos pareceres e resoluções, os quais definem os currículos de cada curso indicando que a formação de professores e, neste caso, em Geografia do CFP está voltada para o desenvolvimento de habilidades e competências docentes, ou seja, a formação não está voltada apenas para o conteúdo específico, mas para uma formação dinâmica, na qual o docente tem a possibilidade de desenvolver habilidades a serem postas em prática em diferentes momentos de sua atuação profissional como professor do Ensino Básico.

Com intuito de compreender o funcionamento do Curso investigamos sobre o perfil dos ingressantes através da do desenvolvimento e aplicação de questionário com conjuntos de perguntas entre elas estão perguntas como a opção e o porquê escolherem o curso de Geografia? Como curso está estruturado? Como ocorre a realização dos estágios supervisionados? E se curso oferece estrutura suficiente para que o discente possa vim atuar no Ensino Básico? Foram essa e outras questões norteadoras do questionário.

De acordo com a pesquisa realizada junto aos alunos ingressantes do curso de Geografia do Centro de Formação de Professores (CFP) cerca de 54% afirmou que escolheu o curso de Geografia como primeira opção para o ingresso no Ensino Superior; 34% afirmou que o curso foi a sua segunda opção, 8% outros fatores diversos, como por exemplo a proximidade de suas residências, enquanto 4% escolheu o curso por falta de opção, pois a sua intenção seria ingressar em outro curso.

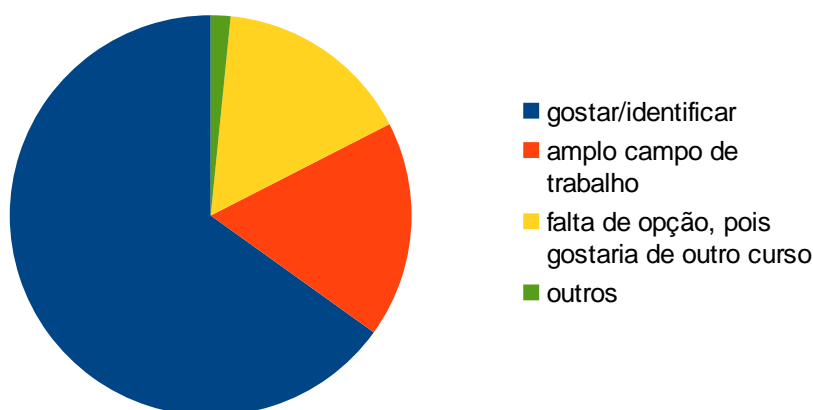
**Gráfico 1**



**Fonte:** Pesquisa Direta realizada em 2015.

Desta forma averiguamos que são diferentes motivos que levou os ingressantes a escolher o curso Geografia, havendo uma opção comum, o fato de identificarem-se com a área geográfica.

**Gráfico 2 – Motivos de escolha pelo Curso**



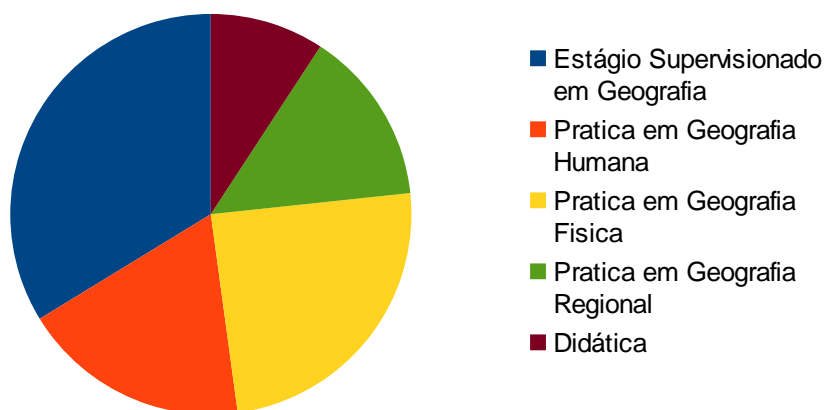
**Fonte:** Pesquisa Direta realizada em 2015.

De acordo com a pesquisa o número de ingressantes no curso de geografia é bem significativo e principalmente pelo fator impulsionador desta escolha que consiste basicamente em gostar e se identificar com o curso, esses dados equivale a 65% dos entrevistados, já 17% dos entrevistados escolheram geografia por enxergarem um amplo campo de trabalho, 16% afirmaram que está no curso mais gostaria de está em outro.

#### **4- A Práxis e a Dicotomia Existentes no Curso**

A relação entre a teoria e a prática na formação de professores, por vezes apresenta aspectos dicotômicos, perpetuando ainda, nos dias atuais. Mediante a pesquisa realizada isto se tornou evidente no curso de Geografia do CFP, a partir dos depoimentos dos alunos, os quais demonstraram que a preocupação com a formação de professores só ocorre em determinadas disciplinas onde ocorre a relação entre teoria e prática, conforme se apresenta no Gráfico a seguir.

**Gráfico 3 – Disciplinas em que ocorre a práxis**



**Fonte:** Pesquisa realizada em 2015.

De acordo com Passini (2010) a Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado apresenta um caráter complementar na grade curricular do curso de Geografia [...]. Desse modo, percebemos a dicotomia existente entre teoria e prática, cuja dificuldade foi revelada pelos licenciados por essas disciplinas.

A dicotomia entre a teoria e a prática se expressa nas disciplinas de Práticas de Ensino e de Estágios Curriculares Supervisionados, as quais, segundo o PP do Curso são ofertadas a partir de 50% de sua grade curricular. No momento anterior, segundo afirmar os entrevistados, ofertam-se disciplinas de caráter teórico, apresentando considerável distanciamento e interligação entre teoria e prática.

A prática de Ensino e Estágio Supervisionado está presentes em todos os cursos de licenciatura, e devem ser consideradas como uma instrumentalização fundamental no processo de formação profissional de professores. Assim são segmentos importantes na relação entre o trabalho acadêmico e a aplicação das teorias, representando a articulação dos futuros professores com o espaço de trabalho, a escola a sala de aula e a relação a serem construídas (PASSINI, 2010, p. 27).

Conforme Passini (2010) a responsabilidade de formação e qualificação profissional do aluno não poderia ser elemento apenas de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado, com a prática desenvolvida em apenas alguns meses. Deveria se tratar de uma totalidade envolvendo caracterização política e profissional, ligada à atividade teoria e prática.

De acordo com Barreiro (2006, p. 89) geralmente nos cursos de licenciaturas, somente os professores que ministram as disciplinas pedagógicas são responsabilizados pela formação de professores. Os demais docentes não assumem a formação desses futuros profissionais – professores – desconhecendo a realidade e a necessidade da escola e da Educação Básica, de modo que ambas não se constituem em desafios à sua prática formadores. Segundo o autor (2006, p. 89),

É sabido que a Universidade, em especial, os cursos de formação docente, tem papel importante na formação dos professores, e é dentro dela que o mapa para o conhecimento da realidade educacional pode e deve ser traçado. Este mapa precisa, necessariamente, inscreve-se no binômio teoria-prática.

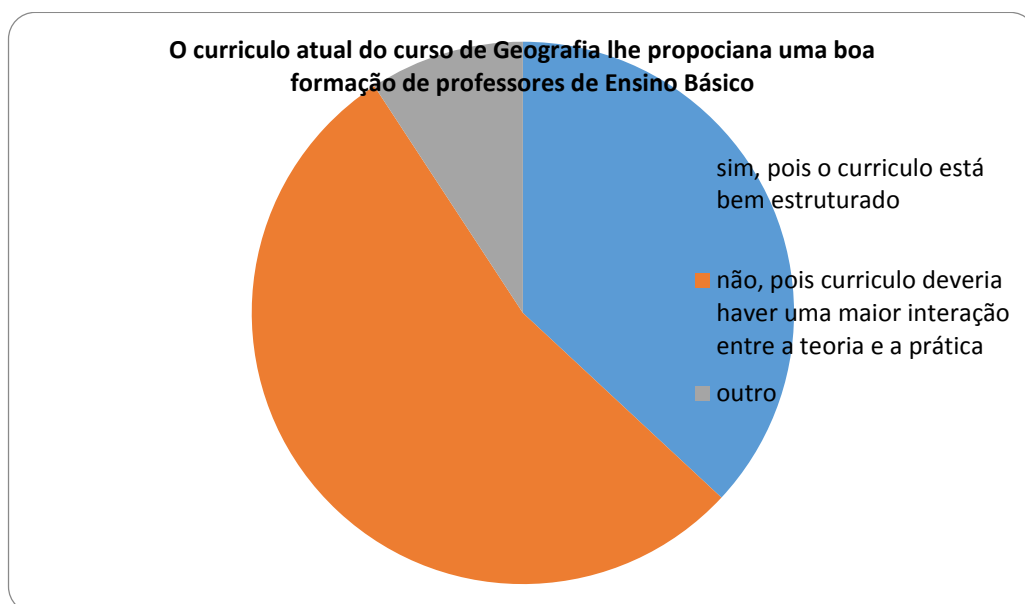
Educadores precisam de formação teórica e da concretização da teoria na prática, adquiridas em situações didáticas que permitam que os conhecimentos apreendidos, de diferentes natureza e experiências, possam ser experimentados em tempos e espaços distintos [...].

A dicotomia entre as disciplinas teóricas e práticas são bem evidentes em todo o curso de geografia e a preocupação com a formação de profissionais habilitados capazes de atuarem na Educação do Ensino Básico se restringem apenas à algumas disciplinas, como foi mostrado no gráfico anterior. A necessidade de interação entre as disciplinas teóricas e as práticas é indispensável na formação de professores, segundo afirma Barreiro (2006, p. 91), uma vez que se necessita

Compreender quais os vínculos de integração entre a Prática de Ensino e os demais componentes curriculares do curso de formação de professores é de fundamental importância para que se possa assimilar o processo de ensino em dimensão humana, técnica e sociopolítica. A prática desenvolvida coletivamente pelas diferentes disciplinas do curso – portanto, articuladas – pode favorecer a sistematização coletiva de novos conhecimentos e prepara o futuro professor para compreender, de forma mais profunda, a prática docente e refletir sobre a possibilidade de transformação.

Outro questionamento realizado acerca da formação de professores foi a respeito da qualidade da formação a partir do currículo ofertado, oportunidade em que foi apresentado pelos entrevistados que há de se rever a importância da teoria e da prática.

**Gráfico 4**



**Fonte:** pesquisa realizada em 2015.

O gráfico 4 demonstra que a maioria dos alunos do curso de Geografia não considera que o mesmo esteja lhe proporcionando uma boa formação para atuação no Ensino Básico. Os discentes identificam e sentem essa dificuldade quando passa a estudar as disciplinas de Práticas de Ensino e

de Estágio Supervisionado, isso porque essas disciplinas proporcionam aos discentes uma aproximação da realidade que ele atuará como professor em sala de aula.

## **Considerações**

A formação de professores vai além da teoria, e que a Academia necessita de abrir espaço para que haja um diálogo entre teoria e prática. Em relação à formação de professores em Geografia no CFP, o Curso necessita de uma melhoria na estrutura curricular, a qual proporcione aos discentes uma maior aproximação do seu ambiente de trabalho, locus da futura atuação profissional que é a Educação Básica.

Vimos que há uma necessidade de abrir espaços para a realização da prática e que a mesma tem a necessidade de ocorrer desde o início do Curso fazendo assim uma interrelação com a teoria, pois a formação dos professores não deve ficar limitada a algumas disciplinas, pois como pudemos vivenciar na pesquisa realizada são poucas as disciplinas responsáveis que possibilitam pensar a prática, e estas são as disciplinas de cunho pedagógico, as quais se restringem a poucos períodos do Curso.

Finalmente, a formação de professores ofertada não pode estar distante de uma mediação dos conteúdos com a realidade dos discentes, e também na realidade na qual estes irão atuar profissionalmente, pois os mesmos terão necessidades de colocar em prática as habilidades e competências adquiridas ao longo do curso e, para isso precisam ter conhecimentos da dinâmica do seu futuro local de trabalho que é a escola.

## **Referências**

BARREIRO, Iraíde M. de F.; GEBRAN, Raimunda A. **Prática de ensino: elemento articulador da formação do professor.** In: BARREIRO, I. M. de F.; GEBRAN, R. A. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de professores.** São Paulo: Avercamp, 2006.

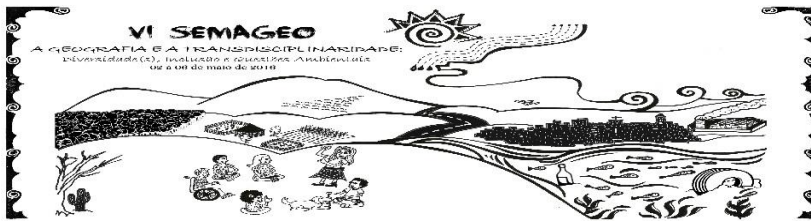
CACETE, Núria Hanglei. **Reforma educacional em questão: os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino básico** In. **Formação, pesquisa e prática docentes: reformas curriculares em questão/** Maria Adailza Martins de Albuquerque, Joseane Abilio de Sousa Ferreira: editora mídia, 2013. 496p

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2010.

PASSINI, Elza Yasuk; PASSINI, Romão; MALYXZ, Sandra T. ( Org.). **Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado** – 2. Ed. 1º Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

SANTOS, Maria Francicleia Pinheiro Dos. **O estágio na formação dos professores de geografia**  
**In. Formação, pesquisa e prática docentes: reformas curriculares em questão/** Maria Adailza  
Martins de Albuquerque, Joseane Abilio de Sousa Ferreira: editora mídia, 2013. 496p

UFCG. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia.** UFCG, Cajazeiras: 2008.



## A LEITURA E O ENSINO DE GEOGRAFIA: PRÁXIS NO COTIDIANO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAICÓ/RN

Izabel Cristina da Silva  
Aluna do Mestrado Profissional em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN  
Campus Caicó  
silvaizabelprof@gmail.com

Gleydson Pinheiro Albano  
Professor Adjunto II do Mestrado Profissional em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do  
Norte/Campus Caicó.  
gleydsonalbano@gmail.com

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa realizada com alunos e professores das escolas municipais de Caicó/RN acerca de como esses professores estão trabalhando a leitura vinculada ao ensino de geografia e qual a perspectiva dos alunos em relação à leitura, ressaltando as possíveis contribuições que o ensino de geografia está subsidiando para a formação do aluno-leitor. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do tema, em seguida foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com alunos e seus respectivos professores de geografia. Como resultados preliminares nota-se que os professores entrevistados têm consciência da importância da leitura, no entanto ainda não conseguem desenvolver um trabalho dinâmico vinculado ao ensino de geografia com um suporte mais amplo na leitura, limitando-se basicamente ao uso do livro didático. Os alunos também demonstraram compreensão acerca da importância da leitura, no entanto não tem sido uma prática constante no seu cotidiano, tendo como preferência outros tipo de lazer.

**Palavras chave:** Professores. Ensino. Geografia

### 1.Introdução

A leitura apresenta-se como uma importante aliada para o processo de ensino-aprendizagem, no entanto, percebe-se uma grande falta de interesse dos discentes para tal prática, tornando mais difícil o trabalho do professor em sala de aula. A Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (LDB), em seu artigo 32, inciso I, já aponta como um dos objetivos do ensino fundamental a necessidade de trabalhar com leitura e escrita, deixando clara a necessidade de incentivar os alunos a se tornarem futuros leitores, críticos e atuantes.

Contudo, o gosto pela leitura está cada vez mais distante da realidade de boa parte dos alunos, no ensino da geografia escolar, a realidade não é diferente. É frequente, os alunos relatarem que não gostam de ler, que é chato e enfadonho. Pontuschka (2007) afirma que uma das grandes dificuldades

dos alunos de qualquer nível de ensino, até mesmo dos que chegam ao ensino superior, refere-se à leitura e análise de textos. Foi a partir desta perspectiva que surgiu a problematização desta pesquisa: como os professores de geografia da rede municipal de Caicó\RN estão trabalhando a leitura atrelada ao ensino de geografia? Qual a perspectiva dos alunos em relação à leitura?

Para atingir os objetivos se fez necessário realizar uma revisão bibliográfica acerca do tema, autores como Pontuschka (2007), Castellar e Vilhena (2010), Villardi (1997) deram suporte a esta pesquisa, em seguida foram aplicadas as entrevistas semiestruturadas com professores e alunos da rede municipal de Caicó\RN. Os dados analisados permitiram cumprir com os objetivos proposto.

## **2.A Leitura e o Ensino de Geografia**

Entende-se que a falta de leitura tornou-se um dos percalços no processo de ensino-aprendizagem, tornando-se ainda mais preocupante quando nos atentamos para o fato de que o livro didático é o principal recurso utilizado pelo professor e aluno em sala de aula, porém, não significa dizer que é o preferido dos alunos. Segundo Castellar & Vilhena (2010), o livro didático ainda continua sendo um dos suportes mais importantes no cotidiano escolar, e, é, sem dúvida, o mais utilizado e solicitado. Vale ressaltar que para se apropriar desse instrumento o aluno precisa fazer uso da leitura, mas não ler por ler, é necessário que essa tenha significado para o aluno, para que ele possa tornar-se sujeito do seu próprio aprendizado.

Pontuschka (2007) enfatiza que saber ler e analisar um texto ou documento é requisito indispensável para o estudante em todas as disciplinas escolares. Dessa forma a ausência de leituras significativas é uma das diversas dificuldades que existem no ensino de geografia, pois essa prática poderá proporcionar ao aluno uma maior facilidade de interpretar o espaço geográfico. Portanto, sensibilizar o aluno para leitura significativa é importante para compreensão dos conteúdos da geografia, assim como de outras disciplinas. Neste sentido, é de suma importância que o professor busque novos meios para instigar o aluno ao mundo da leitura, segundo Villardi (1997, p.04):

À medida que os alunos avançam na escolaridade, menor a ligação que têm com a leitura, como se os procedimentos pedagógicos adotados, ao invés de aproximar os estudantes, fossem, aos poucos, afastando-os dos livros, criando entre eles uma relação de enfado e desinteresse.

Percebe-se que o professor precisa trabalhar a leitura de uma forma prazerosa e não como uma obrigação para o discente, pois esta obrigatoriedade pode tornar a leitura árida para muitos alunos, tornando-se apenas mais uma tarefa monótona que o aluno tem que cumprir. De acordo com Villardi (1997, p.09):



Para qualquer sujeito em fase de escolarização, a leitura é um hábito, no sentido de que é uma atividade realizada quase que diariamente, durante prolongado período. No entanto, assim que abandona os bancos escolares (seja em que nível for, muitas vezes até após o término de uma curso superior), não raro encontramos pessoas que jamais se interessam em ler sequer o jornal, contentando-se com a notícia pronta e mastigada, veiculada pela mídia eletrônica, pessoas que passam anos a fio sem tocar em uma só livro, a não ser por rigorosa exigência profissional.

Diante desta constatação o professor de geografia deve procurar sensibilizar nos alunos o gosto pela leitura, pois quando se gosta de algo se faz por prazer e não por obrigação. De acordo com o Dicionário Escolar da Academia Brasileira de Letras (2011, p.642-913) a palavra gostar significa: achar bom gosto, sentir prazer, ter afeição, já a palavra obrigação tem o sentido de imposição, dever, tarefa. Percebe-se que já não se pode mais conceber um ensino pautado apenas no discurso do professor, em que o aluno é apenas um mero ouvinte, pois a geografia passa por transformações e o ensino deve acompanhar este movimento. Já não se pode conceber que para ser um bom professor de geografia é necessário, apenas, conhecer a ciência geográfica. De acordo com Garcia e Moraes (2014, p.15): “Considera-se ultrapassada a visão de que para ser um bom professor, é suficiente ter domínio teórico sobre os conteúdos geográficos, negligenciando-se os conhecimentos pedagógicos”. Não estamos negando a importância do conhecimento teórico, mas enfatizando que só ele não é suficiente. Se o aluno apresenta dificuldade com leitura é importante que o professor trabalhe com metodologias que busquem a formação do aluno-leitor. Pois trabalhar com o ensino de geografia e o livro didático sem que o aluno tenha compreensão do que ler, é uma tarefa árdua. Segundo Freire (1997) é com leitura que entendemos o mundo.

### **3. Contexto e Resultados da Pesquisa**

#### **3.1 Contexto**

A pesquisa foi realizada em cinco Escolas Municipais de Caicó/RN, perfazendo um total de sete turmas do 6º ano do ensino fundamental, que contam com seis professores dos quais, três possuem licenciatura plena em geografia e os demais possuem licenciatura em história. que lecionam geografia nas respectivas turmas, dos seis professores três possuem licenciatura plena em geografia e três possuem licenciatura em história. O contato com os professores e alunos se deu no momento das entrevistas, ambos demonstraram muito interesse em participar. Os professores que tem formação em história demonstraram um pouco mais de receio e de dificuldade na hora de responder a entrevista, pois eles lecionam geografia, pois eles lecionam geografia com o intuito de completarem a carga

horária necessária para permanecer em uma mesma escola e, por isso, tiveram o cuidado de enfatizar que não têm formação específica na área.

As entrevistas com os 169 alunos ocorreram bem e, mesmo carregados de euforia, foram capazes de responder todas as entrevistas. Gil (2010, p. 109) define entrevista “como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. Essas entrevistas deram suporte para analisar como o ensino de geografia está contribuindo para a formação do aluno-leitor nas escolas municipais de Caicó.

### 3.2 Resultados da Pesquisa

As entrevistas foram realizadas com seis professores e 169 alunos da rede municipal de Caicó\RN, que estão distribuídos em cinco escolas municipais, perfazendo um total de sete turmas do sexto ano do ensino fundamental. Tomando como parâmetro as respostas dos professores obtiveram-se os seguintes resultados.

Na primeira pergunta foi questionado aos professores se os alunos gostam de ler. Dos seis entrevistados, quatro responderam que os alunos não gostam de ler e dois responderam que gostam parcialmente. Em sequência foi perguntado se o professor realiza atividades que incentivam o gosto pela leitura e de que forma esse gosto é incentivado. Todos os professores afirmaram que incentivam à leitura nas aulas de geografia, trabalhando com as metodologias apresentadas no gráfico 01.

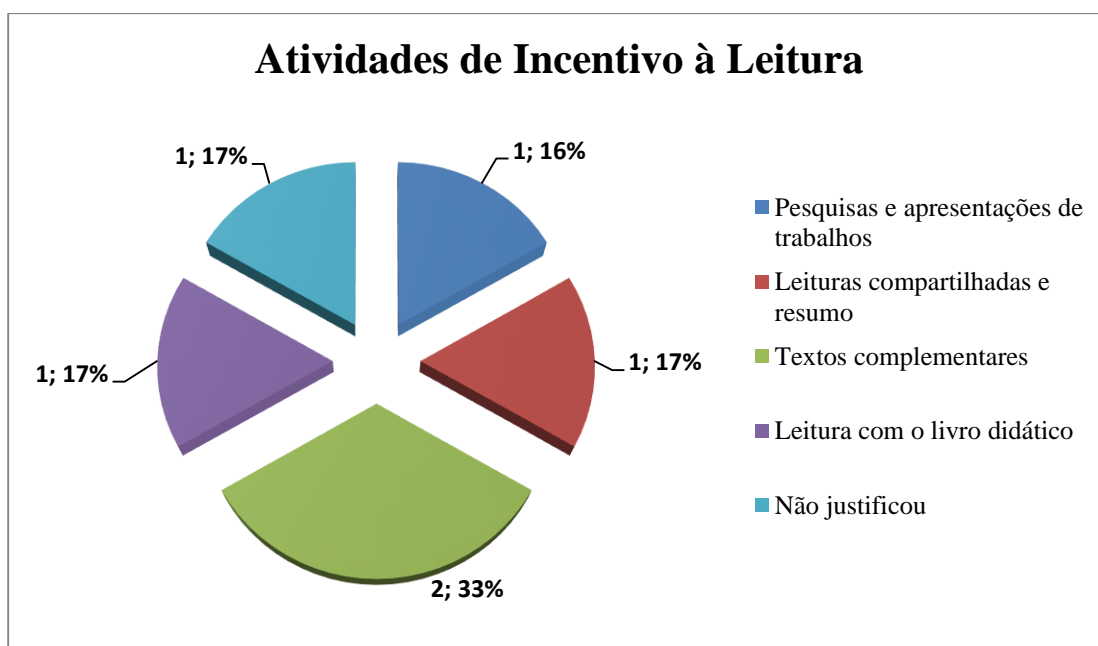


Gráfico: 01

Fonte: Elaborado pela autora\março de 2016

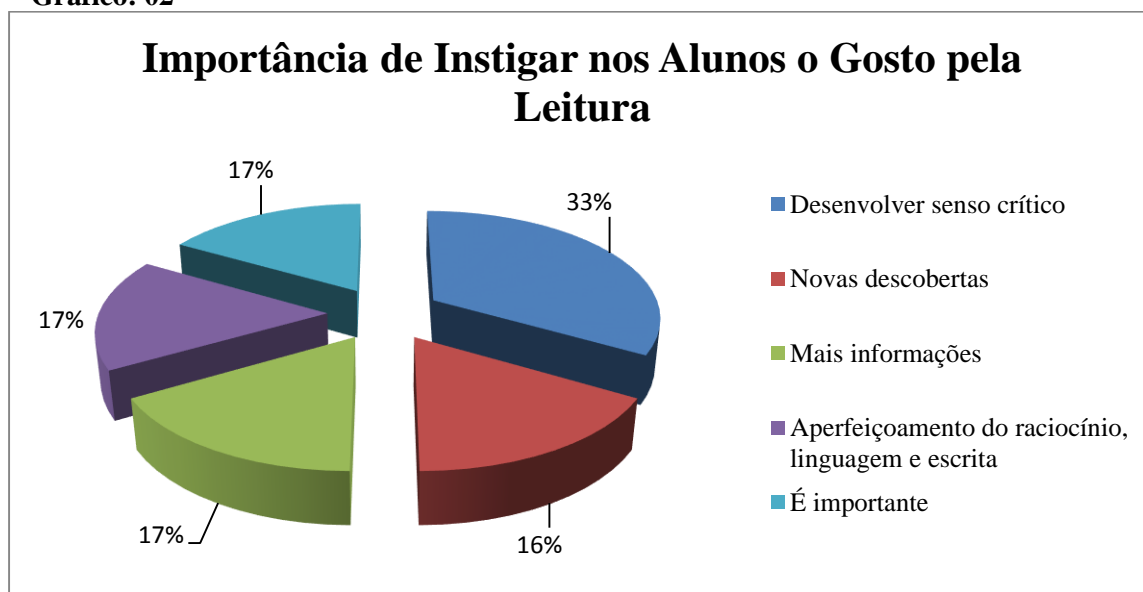
De acordo com as respostas dos professores percebe-se que as atividades realizadas por eles são atividades corriqueiras do cotidiano escolar. Nenhum professor desenvolve um trabalho com leitura de uma forma mais dinâmica e lúdica, ressaltando que o trabalho com alunos na biblioteca da escola é escasso, pois esta questão foi inquirida e apenas dois professores informaram que às vezes realizam atividades nesse espaço, dois realizam uma vez por semana e dois professores não informaram. Esse dado é relevante quando refletimos que a biblioteca pode ser um espaço de grande valia para aguçar o aluno para leitura. De acordo com Pinheiro e Nascimento (2014, p. 49):

Quanto às competências, destacamos que o professor precisa criar situações de aprendizagem não se limitando aos conteúdos do livro didático, procurando métodos de ensino que desperte o interesse e a motivação do educando na descoberta e na construção do conhecimento geográfico, tão essencial para formação pessoal, intelectual e social dos discentes.

É importante que o professor conduza os alunos para outros espaços da escola, para que ele não fique limitado apenas à sala de aula. A biblioteca é um desses espaços que pode ser utilizado para trabalhar a geografia e a leitura. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia (PCN), (2001, p. 34): “Pela natureza do seu objeto de estudo, a geografia está aberta a uma infinidade de recursos para a motivação do aluno”. O professor pode trabalhar com diversos recursos no ensino de geografia, como livros paradidáticos, músicas, histórias em quadrinhos, poemas entre outros.

Foi perguntado aos educadores qual a importância de instigar nos alunos o gosto pela leitura e que implicações trariam para o processo de ensino-aprendizagem. As respostas dos professores estão representadas no gráfico 02.

**Gráfico: 02**

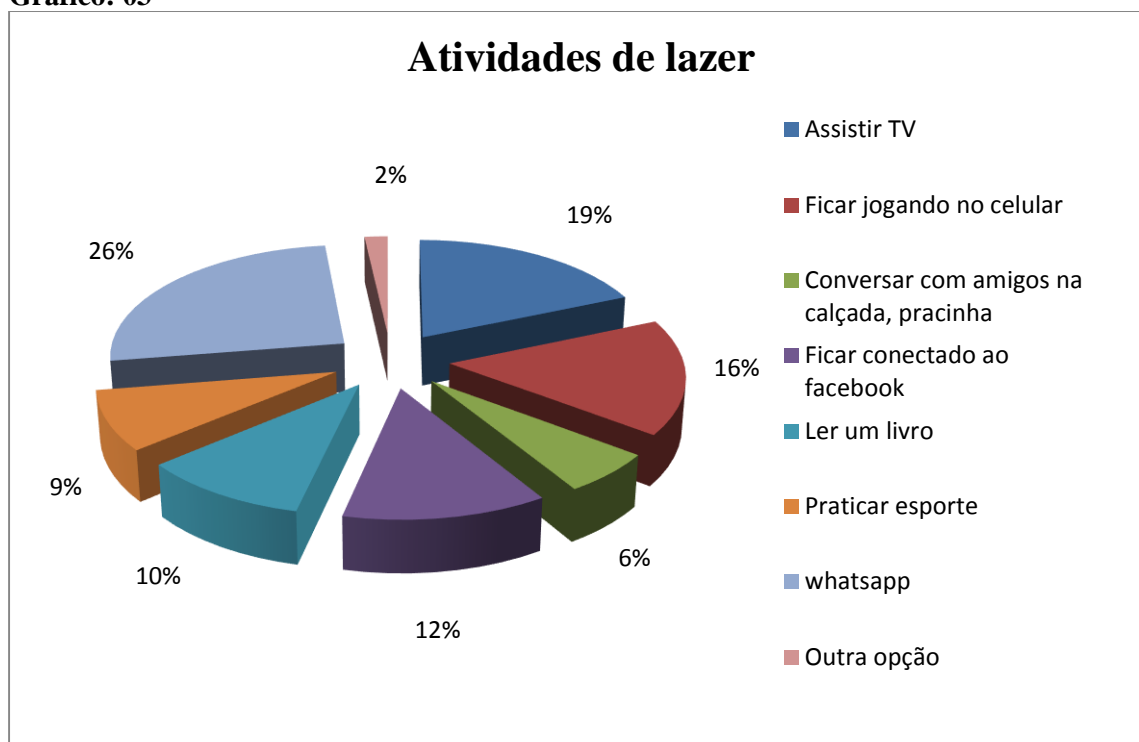


Fonte: Elaborado pela autora\março de 2016

Fica claro nas repostas dos professores que eles têm clareza que a leitura é importante para o processo de ensino-aprendizagem, pois 100% deles atribuíram alguma importância para se trabalhar com leitura, percebe-se assim que eles têm noção das contribuições que a leitura pode trazer para a aprendizagem dos alunos. No entanto é necessário que os docentes nas aulas de geografia desenvolvam atividades que incentivem mais os alunos para essa prática, não ficando restrito apenas as atividades citadas no gráfico 01. É muito importante que o professor perceba que trabalhar com leitura também faz parte do ensino de geografia.

Concluída as entrevistas com os professores foi o momento de entrevistar os alunos. A primeira pergunta tinha como objetivo verificar qual o lazer preferido dos alunos quando não estão na escola e qual o papel desempenhado pela leitura. Os alunos podiam escolher duas opções das sugeridas, obtivemos os resultados apresentado no gráfico 03.

**Gráfico: 03**



**Fonte: Elaborado pela autora\março de 2016**

De acordo com o gráfico, nota-se que a maioria dos alunos preferem como opção de lazer o whatsapp, seguido por assistir TV e facebook, característica de uma geração que está cada vez ligada aos meios tecnológicos. Segundo Pontuschka (2007, p.261):

No mundo atual, é possível identificar ampla diversidade de linguagens num contexto marcado por uma infinidade de informações. A sociedade é cada vez mais

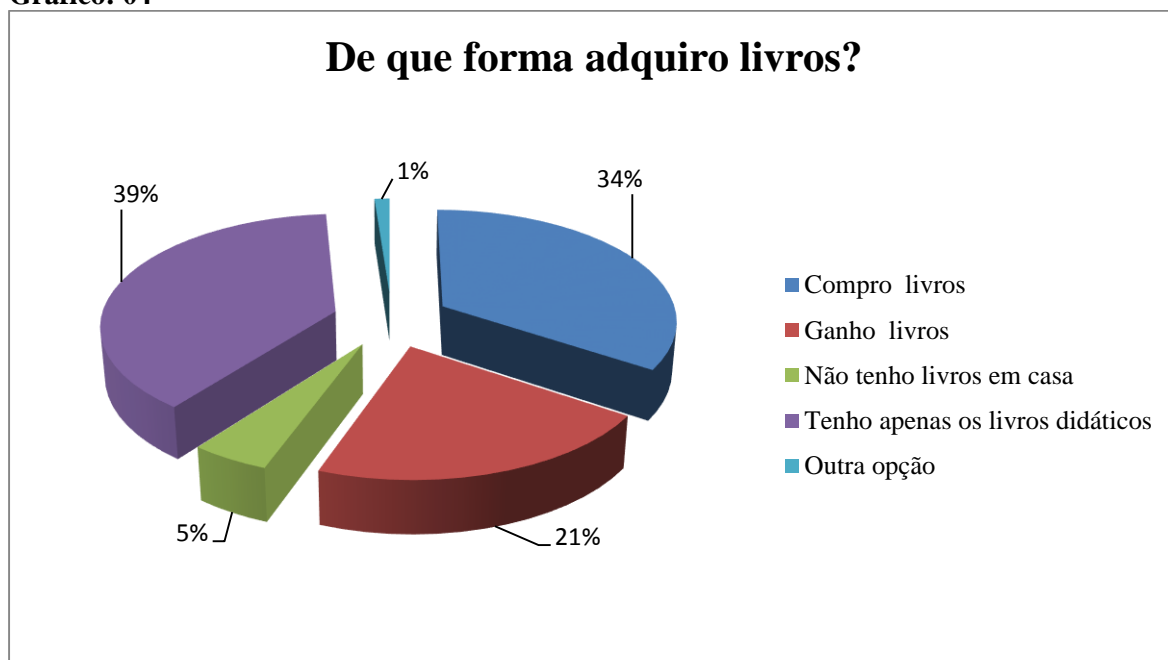
uma sociedade da informação, fruto da revolução tecnológica responsável pela rapidez cada vez maior dos meios de comunicação.

Percebe-se que a leitura vem perdendo espaço para esses atrativos tecnológicos, mesmo com a existência dos livros digitais apenas 35 alunos dos 169 pesquisados escolheram a leitura como sua forma preferida de lazer. Foi indagada aos alunos qual a forma que eles adquirem livros.

De acordo com o Gráfico 04 a maioria dos alunos afirmou que tem apenas os livros didáticos recebidos da escola, reafirmando assim o que Pontuschka (2007) declara em seu trabalho, que o livro não faz parte dos elementos culturais presentes nos lares da maioria dos alunos.

No entanto 34% dos alunos responderam que tem o hábito de comprar livros, isso é um aspecto positivo, mostra que existe um interesse em comprar livros, no entanto não significa necessariamente que o aluno lê, pois a leitura não configura como uma das formas preferidas de lazer da maioria dos entrevistados. Em seguida foram questionados se eles acham que a leitura é importante para a vida deles, 100% dos alunos responderam que sim. Percebe-se que eles sabem a importância da leitura, mas não estão conseguindo incluir este hábito no seu cotidiano.

**Gráfico: 04**

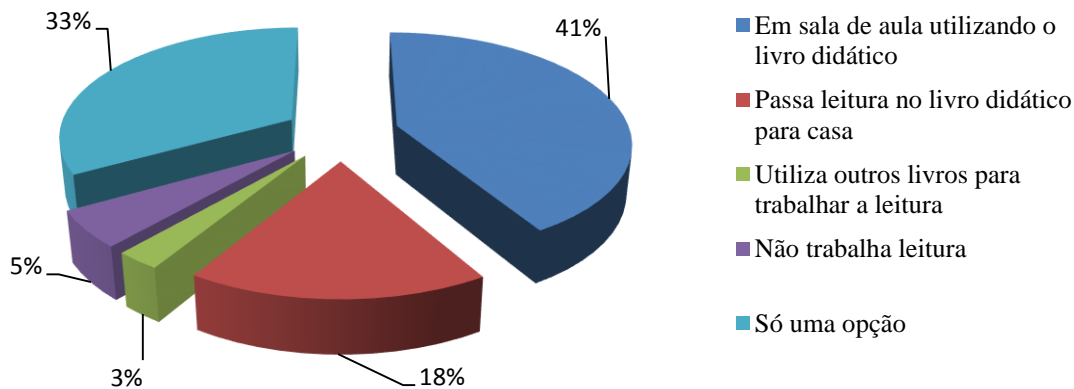


Elaborado pela autora\março de 2016

A sexta pergunta foi acerca de como o professor de geografia trabalha leitura no ensino de geografia, os alunos podiam escolher duas opções das que foram sugeridas.

**Gráfico: 05**

## O professor de geografia costuma realizar leitura?



Fonte: Elaborado pela autora\março de 2016

Neste aspecto os dados são interessantes, pois 41% dos alunos responderam que o professor só utiliza o livro didático para trabalhar com leitura e 33% dos alunos reafirmaram este dado quando escolheram apenas uma opção, ou seja, a metodologia utilizada pelo professor na maioria das vezes é ler ou pedir para os alunos lerem o que está posto no livro didático, esta constatação só reafirma o que as autoras Castellar e Vilhena (2010, p.137) apontaram em seu estudo:

O cotidiano escolar nos revela que o livro didático é um instrumento de ação constante e que ainda encontramos muitos professores que o transforma em um mero compêndio de informações, ou seja, utilizam-no com um fim, e não como um meio, no processo de aprendizagem.

Fica evidente que o professor tem uma forte ligação com este recurso didático e que ele também é o principal meio utilizado para trabalhar leitura nas aulas de geografia das escolas campo da pesquisa. Não significa dizer que é um recurso ineficaz, pelo contrário, é um recurso didático que na maioria vezes é o que o professor tem disponível, o que se está ressaltando é a metodologia utilizada pelo professor. Segundo Castellar e Vilhena (2010, p. 137): “A função do livro didático é muito mais ampla do que aquela que estamos acostumados a observar nas salas de aula: a leitura e\ou cópias sem questionamentos e discussões das temáticas propostas nele.

O professor deve refletir sobre o uso do livro didático para trabalhar leitura no ensino de geografia, pois é fundamental para a formação do aluno-leitor que ele realize uma meditação sobre a leitura que realiza dessa maneira o professor tem o importante papel de mediar essa reflexão.

### Considerações

Ao final desse artigo pode-se reafirmar que a leitura é de suma importância para o processo de ensino-aprendizagem da geografia e que tanto os alunos como professores tem noção da importância da leitura. No entanto os professores precisam utilizar metodologias para sensibilizar os alunos para leitura, pois os dados da pesquisa mostram que alguns alunos gostam de ler e esse talvez seja a abertura que o professor necessita para iniciar um trabalho e chegar aos demais alunos que ainda não gostam de ler. Dessa forma o docente estaria contribuindo com um ensino mais significativo da geografia escolar. Esperamos que este trabalho contribuisse para instigar os professores para a realização de atividades voltadas para a formação do aluno-leitor.

## Referências

BECHARA, Evanildo. **Dicionário da Academia Brasileira de Letras: Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: geografia**. Brasília: MEC/SEF, 2001.

CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. **Ensino de geografia**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010a.

GARCIA, Cristina Meira, MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. **Ensino de Geografia: refletindo sobre a práxis e a identidade do professor**. Natal: EDUFRN, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010a.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

VILLARDI, Raquel. **Ensinando a Gostar de Ler e Formando Leitores Para a Vida**. Rio de Janeiro: Qualitymark.ed.1997.



## "O PAGADOR DE PROMESSAS": A UTILIZAÇÃO DO FILME COMO FERRAMENTA DIDÁTICA NAS AULAS DE GEOGRAFIA

Maria da Consolação Fernandes da Silva  
Graduada em Geografia/UFPA  
[consola\\_sol@hotmail.com](mailto:consola_sol@hotmail.com)

Mikaelly Antunes de Oliveira  
Graduada em Geografia /UFPA  
[mikaelly@outlook.com](mailto:mikaelly@outlook.com)

### Resumo

A utilização do filme nacional "O pagador de Promessas" como ferramenta didática nas aulas de Geografia. Zé do Burro é um pacato e ingênuo camponês que percorre sete léguas do interior da Bahia até Salvador, levando consigo uma cruz nos ombros, tal e qual Jesus Cristo, empenho este que possui uma finalidade: cumprir uma promessa feita à Santa Bárbara, em agradecimento pela recuperação do seu melhor amigo, que sempre o ajudou no sustento de sua família. Chegando à capital, acompanhado por sua mulher, Zé passa por diversos dramas que fazem com que se sinta impotente e humilhado, entretanto a obstinação de cumprir sua promessa o faz enfrentar todos os obstáculos. Um estrangeiro em seu próprio país, Zé-do-Burro vem de um mundo distante da disputa de poder na qual repentinamente se vê envolvido. Para os poderosos de Salvador, a jornada do pagador de promessas é um perigo ou uma oportunidade. A igreja encara seu intento como o de um subversor, pois atenta aos cuidados da sociedade para a evocação de um paganismo iminente. Para os jornais, a história pode render boas manchetes e grande vendagem. Para a polícia, Zé é uma oportunidade de demonstrar sua força contra os comunistas. E, para o povo, a luta de Zé do Burro se transforma na luta de todos por igualdade e tolerância. O filme com fonte de estudo em sala de aula seria de grande valia, pois trabalharia assuntos, como religião, miscigenação, valores sociais e entre outros contextos cogitados no filme, e a partir do longa-metragem em questão, iria facilitar no processo de aprendizagem nas aulas de geografia.

**Palavras-chaves:** Geografia. Aprendizagem. Filme

### 1.Introdução

O cinema é um tipo de mídia, meio de comunicação importante no entretenimento e diversão da população, mas também pode ser uma ótima ferramenta didática para desenvolver o ensino-aprendizagem nas aulas de geografia, pois ela estimula o senso crítico e interpretação dos fatos em reais e fictícios, facilitando a fixação de assuntos, históricos, literários e geográficos.



Mas se o cinema for colocado para os alunos como forma de recreação ou sem fim educativo, não serão um recurso didático e sim, apenas uma brincadeira. O filme tem que ter uma ligação com os conteúdos trabalhados em sala para uma melhor aprendizagem dos mesmos, o filme por si só, não poderá fazer muita coisa se não for bem trabalhado, pois só em inclui um recurso novo nas aulas não fará delas proveitosas.

A idéia é encontrar no filme um conteúdo geográfico e expor para um melhor aproveitamento das aulas, pois como o cinema é uma arte audiovisual a sua utilização chamaria atenção dos alunos muito mais que os livros didáticos, eles descobririam na tela a forma viva com mais realismo dos conteúdos propostos no currículo escolar.

Utilizando como fonte o longa-metragem nacional "O pagador de Promessas", escrito e dirigido por Anselmo Duarte, no ano de 1962, baseado na peça teatral de Alfredo Dias Gomes, buscase neste íterim, utilizando do método analítico, com enfoque direcionado para a geografia, o cinema e o ensino, explanar diversos aspectos presentes no contexto do filme, que se passa no interior e na capital baiana, durante a década de 1960. Pretende-se, inclusive, identificar na obra parâmetros que possam embasar, neste sentido, o desenvolvimento de atividades educativas em sala de aula.

## **2.0 Pagador de Promessas – Enredo e Análise**

O Pagador de Promessas (1962) é um premiado filme brasileiro, do cineasta Anselmo Duarte, baseado na peça homônima de Dias Gomes. O filme conta a saga de Zé do Burro, caipira do sertão baiano, e de sua inusitada promessa.

A pitoresca jura, que rege a trama, se deu pelo fato de Nicolau, melhor amigo de Zé, ter sofrido um gravíssimo acidente provocado por um raio que, ao atingir uma árvore, fez com que um enorme galho caísse sobre sua cabeça, deixando-o entre a vida e a morte.

Após exaurir todas as medidas cabíveis para salvar a vida do amigo, o desesperado Zé tomou a decisão de fazer uma promessa à Santa Barbara, protetora dos moribundos, que no candomblé tem o nome de Iansã, orixá feminino dos ventos e raios. Para Zé, a santa, além da qualidade de protetora daqueles que estão entre a vida e a morte, era a detentora do raio que causara o mal ao seu amigo e, justamente por isso, a única que poderia salvar Nicolau. Para ele, somente uma grande penitência poderia fazer a Santa/Orixá voltar atrás em seu intento.

Diante disto, Zé do Burro decidiu ir até um terreiro de candomblé próximo de onde morava e lá prometeu à Santa Bárbara dividir as suas terras com os pobres, ficando apenas com a parte que julgou necessária para sobreviver. Entretanto, a parte mais complicada da referida promessa consistia

em ter de carregar no próprio ombro uma cruz tão pesada quanto a de Cristo até a igreja de Santa Bárbara, em Salvador.

Pouco tempo depois, após a cura miraculosa de Nicolau, Zé se dispôs a cumprir a promessa e saiu de seu roçado com uma cruz no ombro para uma jornada ininterrupta de sete léguas, a pé, a mercê do forte sol nordestino, dos ventos, das chuvas e de todas as outras inúmeras adversidades e perigos, a caminho da Igreja de Santa Bárbara, acompanhado apenas por sua esposa Rosa.

Depois da árdua e longa viagem, Zé do Burro e Rosa, embora castigados, finalmente chegaram à catedral na madrugada do feriado de Santa Bárbara. Lá estando, após serem observados e chacoteados por boêmios que viravam a noite nos cabarés de Salvador, foram abordados por um sujeito desconfiado e bem vestido: um cafetão cuja alcunha era o adjetivo de “Bonitão”.

O gigolô, aproveitando-se da inocência de Zé e da insatisfação de Rosa com a situação que estava sendo obrigada a passar, ofereceu ao caipira e à sua companheira o pernoite em um hotel, como justo prêmio pela promessa quase cumprida e como um merecido descanso pela longa viagem. Entretanto, Bonitão sabia que Zé recusaria a proposta, todavia, na realidade queria apenas aproveitar-se do descontentamento e da fragilidade da esposa do pagador de promessas para seduzi-la. Após a anuência de Zé do Burro, o cafajeste conseguiu levar Rosa para o hotel e lá consumou suas sórdidas intenções.

Ao passo que era traído por sua esposa, sem que nada soubesse, Zé passou o resto da noite ali mesmo, nas escadarias da catedral, sob uma torrencial chuva esperando que a igreja abrisse. Ao amanhecer, o promitente foi alvo dos curiosos fiéis que cochichavam acerca do pitoresco sujeito molhado e maltrapilho que adornava a praça com uma enorme cruz de madeira. Quando finalmente as portas da catedral foram abertas deu-se o ponto culminante da trama.

O padre, ao perceber os movimentos do lado de fora da igreja, avistou Zé do Burro e sua cruz, e então, bestificado com a cena, aproximou-se para saber do que se tratava aquele alvoroço. Destarte, passou a ter uma conversa com o sertanejo, que lhe contou todo o seu itinerário. Inicialmente o padre ficou maravilhado com a história de Zé, especialmente com a enorme demonstração de fé, amor ao próximo, persistência e pureza de alma que o caipira transbordava. No entanto, após ter conhecimento dos detalhes que envolviam a tal penitência o pároco ficou furioso e irresignado.

Tal ira consistia, primeiramente, no fato de que a citada promessa havia sido feita para preservar a vida de um animal (sim, Nicolau na verdade era um burro), o que o padre considerou como uma heresia. Para piorar a situação, ao tomar conhecimento de que a promessa havia sido feita em um terreiro de Candomblé, o padre ficou absolutamente revoltado e acusou Zé de ter feito a promessa em ambiente pagão, o que avaliava como feitiçaria, e alegava que a recompensa dada, qual seja a cura do

burro, não foi graça dada por Deus ou por Santa Bárbara, mas resposta à invocação dos poderes ocultos do demônio.

Finalmente, o que mais gerou ódio no sacerdote foi o fato de Zé do Burro ter, no cumprimento de sua promessa, repetido a *Via Crucis* de Jesus Cristo, ao caminhar por sete léguas carregando uma cruz em seu ombro, o que entendeu como ato de petulância cujos anseios eram provavelmente maiores, acusando o camponês de, na realidade, pretender galgar adoradores e seguidores no intuito de ser reconhecido como “novo Cristo”, tudo isso agindo em nome de satanás. Inflexível, o sacerdote taxou Zé do Burro de falso profeta e veementemente decretou que este estava, sob qualquer circunstância, absolutamente proibido de adentrar naquele ambiente sagrado.

Após longa discussão, mesmo Zé sendo católico e afirmando diversas vezes que havia feito a promessa para Santa Bárbara, e que só a fez em um terreiro de candomblé porque julgava que a santa e o orixá se tratavam da mesma pessoa, não houve argumento que amolecasse a intransigência do padre.

A promessa que parecia próxima de se cumprir foi ficando longe de seu desfecho, e o inocente roceiro que almejava tão somente cumprir uma promessa acabou sendo confundido com um herege. O pobre Zé não estava entendendo nada do que estava acontecendo, pois tudo o que ele queria era poder entrar na igreja, deixar a cruz e voltar para a sua roça. No entanto, teve seu dever publicamente tolhido e sua intenção totalmente subvertida para o mal. Cansado, faminto e humilhado, Zé nem imaginava o que ainda estaria por vir naquele feriado de Santa Bárbara, e o quanto esta simples promessa ainda renderia inúmeras conseqüências, não só para ele, mas para toda a cidade de Salvador.

Logo em seguida a recusa do padre em permitir que o pagador de promessas entrasse na catedral, chega Rosa, sua esposa, desconfiada e remoída por dentro por ter traído o seu marido de maneira tão vil, embora permanecesse estarrecida com todo aquele sofrimento por causa de um burro. Ao ser vista novamente com Bonitão, Rosa acaba envolvendo-se em uma briga com Marli, prostituta apaixonada pelo cafetão, e chegam às vias de fato em plena rua, sendo separadas por Zé do Burro. Este é o momento que o roceiro descobre que foi traído, pois após uma insinuação quanto à profissão de Marli, a prostituta brada aos gritos o fato ocorrido entre Bonitão e Rosa, na frente de todos na rua.

Enquanto isso, os fiéis iam chegando para a procissão e a história do novo Cristo se espalhava cada vez mais rápido. O ápice da disseminação da história do calvário baiano se deu quando a imprensa chegou ao local e deturpou a história ainda mais, ao seu bel prazer. Porém, dessa vez ao invés de demonizar o pobre Zé, a imprensa o beatificou.

Ao tomarem ciência do escarcéu que essa história estava gerando, os superiores do padre - entre eles o monsenhor - depois de uma reunião do conselho da diocese, resolveram se pronunciar para

procurar o melhor caminho para resolver a questão. Desta feita, decidiram propor ao camponês, em frente a todo público presente, inclusive autoridades e imprensa, que este renunciasse à própria promessa e reconhecesse que a havia feito hereticamente, por bruxaria pagã, que assim seria perdoado, remido, e teria a chance de fazer outra promessa.

Zé, por sua vez, apesar de ingênuo, era convicto de sua fé, e a obstinação de cumprir sua promessa o fez declinar da proposta. Alegou que entre os sacerdotes e a santa ele ainda preferia manter sua palavra com a santa. Tal episódio culminou na ira de Zé para com a intolerância, fazendo com que este chegasse ao ponto de tentar invadir a igreja a força, mesmo que sem êxito.

A disputa de poder na qual de repente Zé estava envolvido tomou proporções discrepantes em relação a candura e pureza de seu causador. O tumulto que se formou - e aumentava a cada minuto - era tamanho que seus efeitos se disseminaram indistintamente, até que chegou ao ponto de todos em Salvador terem seus interesses atingidos ou tentarem se aproveitar do inocente e ingênuo Zé para suas próprias causas. Os praticantes do candomblé o martirizaram como líder contra a discriminação e intolerância religiosa que sofriam da poderosa igreja católica. Os jornais sensacionalistas transformaram sua promessa de dar a terra aos pobres em grito pela reforma agrária, além de utilizarem a *Via Crucis* para render boas manchetes e alavancar a vendagem.

Os comerciantes locais se utilizaram da repercussão da história e da imprensa presente no local para melhorarem seus negócios. A igreja encarou sua jornada como subversiva, e se armou para chamar a atenção da população para uma religiosidade pagã, não mediada por ela, e o surgimento de falsos profetas. Para a polícia, por sua vez, a revolta acarretada por Zé foi vista como uma necessidade de demonstrar sua força contra o comunismo.

E, para o povo, a luta de um só passou a ser a luta de todos. Esse estardalhaço todo desaguou nos fiéis, especialmente entre os moribundos e deficientes, que deixaram de lado a procissão de Santa Barbara para clamarem ao “novo Cristo” por milagres. Embora Zé recusasse qualquer título, ele estava sendo visto como revolucionário por uns, subversivo por outros. Para alguns um demônio, para outros um milagreiro.

No auge da agitação, chegou ao local o delegado com alguns policiais, pretendendo levar o pagador de promessas preso, pois havia a desconfiança que se tratasse de um subversor, todavia, em sua ingenuidade, Zé recusou-se. Declarava-se inocente e, em virtude de todas as provas pelas quais sua fé já havia sido submetida, perdeu todo e qualquer medo que ainda lhe poderia restar. Assegurou, então, que dali só sairia morto.

Logo após essa afirmação, uma confusão generalizada se instalou, envolvendo todas as espécies de pessoas preocupadas com o trajeto de Zé, seja positivo ou negativamente. Foi quando em um

estampido lancinante, advindo de um disparo sem autoria, Zé do Burro foi atingido por um tiro, que encerrou o sofrimento do pagador de promessas. Um silêncio longo seguiu-se, e talvez só nesse momento todos ali tenham percebido que não se tratava de um beato ou de um subversor, que não se tratava de um milagreiro ou de um revolucionário, mas tão somente de um homem simples e de fé.

Depois de tudo consumado, os capoeiristas e adeptos do candomblé presentes nas escadarias da catedral de Santa Bárbara puseram o corpo morto de Zé do Burro em cima da cruz e o levaram para dentro da igreja para que sua promessa finalmente restasse cumprida.

O Pagador de Promessas, dentre outras premiações, foi vencedor da Palma de Ouro do Festival de Cannes de 1962, considerado por muitos como o maior prêmio do cinema mundial, especialmente para aqueles que consideram o Oscar como um prêmio muito mais bairrista que acadêmico. Também concorreu ao Oscar de melhor filme estrangeiro no mesmo ano, entretanto, sem êxito.

## **2.1- O Pagador de Promessas como fonte de estudo**

Partindo do pressuposto que as produções cinematográficas podem ser largamente utilizadas como manancial de estudos, tendo em vista que nos filmes estão expressas e representadas uma infinidade de aspectos culturais e relações sociais, em “O Pagador de Promessas” não haveria de ser diferente. Pode-se dizer que, especificamente, neste filme estas observâncias são ainda mais acentuadas.

A proposta central do filme é analisar a representação da cultura popular baiana no início da década de 60, notadamente a relação conflitiva entre a cultura popular (marcada pelo sincretismo religioso e a sacralização de espaços profanos) e a cultura oficial da Igreja Católica.

Ademais, também são pontos preponderantes na trama, e extremamente oportunos de serem debatidos, temas como as diferenças sociais, culturais e religiosas que se observam de acordo com as variações geográficas e históricas.

As inúmeras alegorias que contornam a produção constituem uma temática de destaque do filme, e cujos aspectos podem ser amplamente explorados na pesquisa científica.

O Pagador de Promessas possui em seu arcabouço uma vasta gama de questões que retratam uma época, um lugar e uma comunidade, bem como as suas reflexões intrínsecas de caráter cultural, geográfico, histórico, sociológico, político e religioso, cujo estudo pode muito bem servir de parâmetro para desaguar em épocas diferentes e proporções muito mais generalizadas que a Bahia dos anos sessenta.

## 2.2- A utilização do filme em sala de aula

A utilização do filme “O Pagador de Promessas” em ambiente educacional pode ser de contribuição ímpar no que se refere a uma série de contextos que extrapolam o valor literário da obra, que por si só já seria incalculável.

A conjuntura multifacetada da produção pode gerar um leque de possibilidades de que se extraíam conteúdos de desenvolvimento estudantil e científico.

No que concerne ao enfoque prioritário do debate, que consiste nas circunstâncias geográficas e históricas em que a trama ocorre, qual seja, a Bahia da década de sessenta, há de se notar que se trata de uma abordagem de suma relevância tanto do ponto de vista docente, como discente, afinal de contas lidamos com a peregrinação de um camponês de seu árido e bucólico logradouro, até a capital do estado – uma das maiores e mais antigas cidades do país – tudo tendo se passado em um lapso temporal difícil da história do Brasil, período no qual a instabilidade governamental culminaria no regime militar.

Depreende-se de tal conjuntura mais um ponto de grande valia que estas observações geográficas e históricas geram, que é a observância da posição emblematicamente esquerdista e de defesa dos oprimidos que a obra possui, na qual se levantam bandeiras e são enaltecidas – direta ou indiretamente – as figuras dos negros, nordestinos, pobres, sertanejos e adeptos de religiões não-cristãs. Resta, portanto, assegurada a potencialidade de pesquisa da obra no campo das Ciências Sociais e Ciências Políticas.

Neste ínterim, também não há como se separar do enfoque espacial e temporal o ponto de vista filosófico e religioso da trama. Diferentemente do que se diz por aí, religião se discute sim, e a sala de aula é um dos melhores lugares para se fazer isto. A história de Zé do Burro pode servir como um interessante paradigma para a demonstração das conseqüências desastrosas que a intolerância religiosa pode causar – como, de fato, tem causado durante diferentes eras e nos diferentes lugares – e pode convir como um indispensável aprendizado humano. Além do mais, a análise crítica do decurso dos grupos religiosos dentro da sociedade e da miscigenação religiosa, aguçada pela combinação das religiões trazidas da Europa e da África, pode ser uma interessante temática de estudo.

Ainda falando em miscigenação, é manifesta na referida produção cinematográfica a presença de elementos referentes às mais importantes tradições de nosso povo reunidas às vastíssimas alegorias folclóricas do Brasil como, por exemplo, a forte presença das religiões afro-brasileiras somadas hibridamente ao culto massificado dos ícones católicos predominantes. Também é notável a intensa

presença de verdadeiros emblemas nacionais, como a capoeira e o samba. Isso nada mais é que a demonstração da cultura nacional em sua essência, alvo imprescindível da pesquisa e do ensino.

Por fim, vale salientar que o filme trata, em toda a sua extensão, de assuntos de relevante valor social, munidos de força suficiente para a instauração de debates sobre diversos temas. Além das questões já citadas, como a pobreza, a seca, as vicissitudes políticas e a intolerância religiosa, o longa-metragem ainda aborda em seu bojo outros diversos temas importantíssimos como: a reforma agrária, a exploração sexual, o preconceito racial e cultural, entre outros. Nota-se, portanto, o quão ampla é a fonte de possibilidades de estudo, pesquisa, debate e produção estudantil que o referido filme possui.

De maneira mais prática, podem ser sugeridas uma série de possibilidades de atividades a se desenvolverem em sala de aula, a partir do filme *O Pagador de Promessas*, como:

- Seminários e/ou debates acerca das semelhanças e diferenças culturais, com enfoque na discussão sobre intolerância religiosa;
- Seminários e/ou debates acerca da estrutura fundiária, divisão de terras e reforma agrária;
- Trabalhos e/ou debates acerca da seca no Nordeste, apontando possíveis medidas preventivas e interventivas que possam minimizar seus efeitos;
- Seminários e/ou debates discorrendo sobre a diversidade cultural nordestina, bem como suas influências, em especial africanas e européias;
- Seminários e/ou debates acerca da miscigenação, não somente racial, mas cultural, que formam o costume brasileiro; entre outros.

## **Considerações**

*O Pagador de Promessas* é, sem dúvida, um marco na dramaturgia brasileira, contudo, além disso, possui predicados que extrapolam a barreira artística e cinematográfica.

O longa-metragem que narra a promessa e o calvário de Zé do Burro entre sua roça e a igreja de Santa Bárbara, serve de retrato para uma série de questões sociais e culturais preponderantes da sociedade brasileira da época, algumas destas realidades pertinentes até hoje.

O filme, ao discorrer a saga de um sertanejo, baiano, nos anos sessenta, mostra em seu desenrolar uma ampla cadeia de temas cujas reflexões essenciais de caráter social, religioso, político e cultural, são de indispensável e contínua discussão.

O presente feito tenta também extrair dessa obra paradigmas para o aproveitamento educacional, acreditando que a apreciação do filme, bem como o estudo de suas temáticas centrais, pode contribuir fortemente no desenvolvimento de proveitosas atividades estudantis.

## **Referências**

CASSOL, Ana Delise Claich. A Geografia saindo da sala de aula para o mundo. Revista Enpeg. Secretaria Municipal de Educação de Passo Fundo (SEM/PF). Disponível em: [http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20\(8\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT3/tc3%20(8).pdf) Acesso em 12 de Abril de 2013.

OLIVEIRA, Maria Luíza Tavares de. Ensino de Geografia na Contemporaneidade: o uso de recursos didáticos na sua abordagem. Revista Enpeg. Universidade Regional do Cariri (URCA). Disponível em: [http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT5/tc5%20\(51\).pdf](http://www.agb.org.br/XENPEG/artigos/GT/GT5/tc5%20(51).pdf) Acesso em: 12 de abril de 2013.





## ANÁLISE DA VISÃO HOLÍSTICA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA NORMAL MINISTRO JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA SOBRE A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA

Mikaelly Antunes de Oliveira  
mikaelly@outlook.com

Maria da Consolação Fernandes da Silva  
consola\_sol@hotmail.com

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo, mostrar aos alunos a importância da água e fazer uma análise de possíveis descasos com a questão da mesma. Trabalhar com esse tema não significa somente, mostra a importância de preservar a água, trata-se sobre tudo de propor uma reflexão sobre as práticas diárias dos alunos e suas relações com a água. As escolas têm uma forte influência na vida dos alunos e tem o papel de formar cidadãos. Com este projeto surgiu a oportunidade de questioná-los, de que forma está sendo veiculada a importância da água na turma do ensino médio da educação prisional na Escola Ministro José Américo de Almeida. Essa pesquisa tem um caráter qualitativo, pois determina uma análise dos fatos e procura investigar como os alunos entendem sobre a importância da água. Com o referencial teórico partiu do conceito da conservação e conscientização da água de Fernanda Barros (2003), Samuel Branco (2010), Sergio Correa (2011), Marcos Didonet (2013). Como procedimento metodológico foi utilizado coleta de amostragem justificante, sendo esta a aplicação de questionários. Esse instrumento permitiu uma análise de como os alunos vêem a importância da água e como esta sendo discutida no ambiente do sistema prisional de ensino. Captar esse entendimento mediante o conhecimento que os alunos têm no seu dia a dia é importante, pois por meio destas, poder-se-á introduzir métodos de reeducação ambiental, corrigindo deficiências injetadas para com a utilização consciente e eficiente dos alunos, já exíguos, recursos hídricos da nossa cidade e região. O artigo “Análise da visão holística dos discentes do curso, ensino médio, sobre a importância da água” possui relevância no sentido de propor reflexão sobre práticas diárias dos alunos em relação à água. Iremos apresentar para os alunos uma visão ampla que envolve problemas que o mundo vem enfrentando.

**Palavras-Chaves:** Água, Conscientização, Educação.

### 1.Introdução

A água é importância para o nosso planeta, é um bem raro na vida de todos os seres humanos. Esse artigo tem como objetivo, mostrar aos alunos a importância da água e fazer uma análise de possíveis descasos com a questão da mesma. As escolas têm uma forte influência na vida dos alunos e tem o papel de formar cidadãos. Desta forma, iremos propor uma reflexão sobre as práticas diárias dos alunos e suas relações com a água. Com este artigo surgiu a oportunidade de questioná-los, de que forma está sendo veiculada a importância da água na turma do ensino médio da educação prisional na Escola Ministro José Américo de Almeida.

Esse artigo visa ajudar professores e alunos no trabalho de conscientização da população em relação à preservação da água, mostrando suas múltiplas formas de utilização e sua importância para a vida da sociedade. O homem sempre utilizou-se dos recursos naturais para atender às suas necessidades básicas, como alimentação e vestimenta, fundamentalmente, por meio da agricultura e pecuária, sendo os recursos hídricos meios essenciais para o desenvolvimento das práticas supracitadas.

A água tem se tornado uma preocupação em todas as partes do mundo, teria assim seu comprometimento. Problemas como o uso irracional e a poluição dos rios, dos oceanos, dos mares e dos lagos, podem, em breve, ocasionar a falta de água potável. Devemos pensar de forma consciente nossa forma de utilizar água.

Utilizamos o referencial teórico que partiu do conceito da conservação e conscientização da água de Fernanda Barros (2003), Samuel Branco (2010), Sergio Correa (2011), Marcos Didonet (2013). Como procedimento metodológico foi utilizada coleta de amostragem justificante, sendo esta a aplicação de questionários. Esse instrumento nos permitiu ter um conhecimento, sobre os pensamentos dos alunos em relação a maneira de conservar água e analisar como os mesmos utilizam sem desperdiçar esse bem que esta a cada dia mais raro no mundo.

O artigo “Análise da visão holística dos discentes do curso, ensino médio, sobre a importância da água” possui relevância no sentido de propor reflexão sobre práticas diárias dos alunos em relação a água. Iremos apresentar para os alunos uma visão ampla que envolve problemas que o mundo vem enfrentando com relação à falta de água. Existe dois problemas, que podem ou não terem relações : a falta de degradação da qualidade. Pode ter oferta de água e não ser potável; por outro lado, a água pode ser potável, mas não em qualidade suficiente a demanda. Além desses dois individuais, pode ocorrer conjuntamente : a pouca água disponível estar poluída ou contaminada.

Com isso, vislumbramos a oportunidade de proporcionar aos educandos uma grande diversidade de experiências, onde os mesmos devem ter consciência de responsabilidade em como deve ser utilizada e tratada a água. Assumindo de forma independente atitudes e valores, voltado à sua proteção e preservação.

## **1- Desenvolvimento**

Ainda antecedendo as práticas e até mesmo a existência da espécie humana, a ciência tem argumentado que a vida, essencialmente, foi propiciada por meio, e na água. Tal essência verifica-se na comprovação da inviabilidade de existência de vida sem a mesma. A análise da composição celular,

de qualquer que seja a espécie ou indivíduo pertencente, onde, por exemplo, os humanos possuem cerca de sessenta e cinco por cento de composição corpórea líquida. Assim pode-se quantificar a importância da água, não só para a espécie humana, mas para a conservação da vida.

No entanto, mesmo havendo água suficiente para todos os seres vivos, é importante ressaltar que sua distribuição é bastante desigual. Esse recurso hídrico por ser um bem precioso e essencial aos seres vivos e, reconhecido pelo valor econômico, e precisa de uma manejo racional a partir de processo de gestão em todo o mundo, caso contrário, corre-se um grande risco de sua escassez, sem precedentes.

A água, é indispensável à vida, é o recurso mais valioso que a nossa sociedade dispõe. Conquanto observa-se negligência e falta de relação com esse recurso, era de esperar que as pessoas tivessem respeito pelo mesmo e que mantenham seus reservatórios bem cuidados. Com isso pode observar, que o futuro pode ficar comprometido, a menos que haja uma melhoria significativa nos recursos hídricos. Como ratifica Branco (2003, p. 87),

A água é um bem natural por representar um elemento da natureza indispensável à vida de todos os seres aquáticos ou terrestres. Além de constituir o ambiente natural dos organismos marinhos e de água doce, a água compõe parte significativa das células de todos os seres vivos e participa de todos os processos de transportes de alimentos no interior dos organismos, bem como da formação do sangue, das seivas e de outros componentes líquidos dos animais e vegetais. Em relação às aves e aos mamíferos, desempenha, ainda, papel importante na manutenção de sua temperatura. Finalmente constitui regulador essencial do clima de toda a terra.

Com tanta relevância, um tema como este, de maneira alguma, pode estar ausente em mesas de discussão, nas salas de aulas ou em qualquer que seja o ambiente propício ao diálogo. A questão ambiental referente aos recursos hídricos vem chamando muito atenção nos últimos tempos, devido a errônea formalização do pensamento humano, inconsciente, no sentido de credibilidade à questão da provável escassez com a continuidade, desenfreada, não do uso. A água cobre quase três quartos da superfície terrestre e é um bem indispensável à atividade do homem. Sabe-se que a água é um recurso natural que exerce um papel fundamental para o equilíbrio ambiental e preservação de toda a vida no planeta. Como afirma Bacci (2010, p211)

Em condição privilegiada, deu possibilidade às espécies de evoluírem e ao homem de existir e habitar esse planeta. Ao longo de milhares de anos, nossa espécie ocupou territórios, cresceu e desenvolveu com base nesse bem natural tão importante e valioso que é a água. No entanto, ao longo da história, modificações aconteceram na relação do homem com a natureza e, por conseqüência, na sua relação com a água.

Embora a água seja a substância mais abundante do planeta, apenas uma pequena parte, do total existente no mundo é de viável consumo. Dessa forma, a contaminação da água, ocorre pelo uso irresponsável dos recursos hídricos e pelo crescimento populacional, tornando-a um recurso escasso e um problema de reflexos socioeconômicos. A tomada de medidas no sentido de economizar, bem

como, de atitudes conscientes de consumo, são de prima importância. Como exemplo: banhos curtos, não lavar calçadas e carros, fechar as torneiras quando não estiver fazendo uso da mesma, entre outras.

Como considera Barros (2010, p. 03).

A poluição e o uso desordenado dos recursos hídricos, aos poucos, estão tornando a água imprópria para o consumo humano. Além disto, tanto o crescimento demográfico quanto o econômico multiplicam os usos das águas e fazem crescer sua demanda, diante de uma oferta inelástica. A junção destes fatores leva a inferir que este recurso não pode mais ser entendido como um bem comum, pois a confrontação de sua disponibilidade com suas demandas tende a acarretar a escassez.

Desta forma é de fundamental evidência o reconhecimento que a água é um bem de natureza social, e recurso essencial à manutenção da mesma. Podemos perceber que se mantermos os atuais níveis de consumo e degradação, esse bem passará a ser escasso. Tornando-se assim um bem econômico, ou seja, um bem de mercado. A exploração descontrolada desse recurso natural, esta levando a uma deficiência bastante profunda. Deparamo-nos com uma condição na qual esta sendo ameaçada por essa deficiência que é a escassez de água. Que pode se tornar um dos mais graves problemas a serem enfrentados.

Apesar de abrigar 12% das reservas de água doce do planeta, o nosso país convive com situações alarmantes de escassez hídrica. A seca que castiga o Semiárido do Nordeste, é a severa deficiência de chuvas que atinge a região Sudeste, são consequências que nos impõem desafio, em que devemos aprimorar os nossos pensamentos. E que a sociedade no geral veja, que a água esta de difícil acesso não só na região nordestina, como em regiões em que nunca se tinha falado em racionamento de água.

Um das primeiras decisões serem tomadas era a ampliação de se comunicar, ocorrendo assim um diálogo e do entendimento sobre novas práticas da água e do seu uso. Outra necessidade é aumentar o armazenamento dos recursos hídricos, na abundância de chuvas, onde ira garantir sua oferta nos tempos de escassez. Com mais reservatórios, teríamos uma ampla produção de alimentos. Fazendo dos reservatórios medidas mitigadoras, causados com o aumento de eventos climáticos externos.

Refletir de forma diferente é o mesmo que dar um primeiro passo para uma construção, temos que pensar inicialmente, na base. Onde seu inicio tem que ser pensado de formar, em aprimorar suas medidas para termos uma melhor estabilidade no futuro. Com isso precisamos nos organizar nas escolas, universidades, e locais de trabalho para formarmos uma rede de conscientização e valorização da água. Temos que fazer as coisas acontecerem. Se não tivermos esse pensamento estaremos vendo a nossa água se acabando, bem como a destruição de lençóis subterrâneos, mananciais, rios e lagos.

Embora a água esteja contida, desde as células do menor organismo representante de vida até

à cobertura do nosso globo terrestre, naqueles, já é parte que nos constitui e não podemos “consumi-la” em um processo autofágico. Neste, é salgada, e, portanto imprópria. Assim, a discussão, aqui retratada, faz referência a água potável, ou seja, aquela encontrada nos rios, nos aquíferos subterrâneos, nos lagos, na atmosfera, e congeladas em forma de icebergs nos oceanos. Resumidamente; propícia para consumo. Argumenta Corrêa (2007):

O nosso planeta é formado por muita água, havendo somente uma pequena parte para o consumo humano, de forma que 97,5% da água disponível é salgada, restando apenas 0,007% de água doce nos rios, lagos e na atmosfera, sendo que 2,493% também é doce, mas se encontra em galerias e regiões subterrâneas.

Essencial para a sobrevivência do homem e para o equilíbrio de toda a natureza, sua importância faz com que ela seja uma preocupação mundial diante das ameaças da poluição, do uso insustentável, das mudanças climáticas, das mudanças no uso do solo e risco de escassez. Esses fatores são desencadeados espontaneamente pelo processo social de expansão demográfica, atrelado à implantação de processos empregadores, indevidamente planejados, e em prazo estendido, insustentáveis. De acordo com Bacci (2010. P 213),

Somada ao aumento populacional em escala mundial no último século, a intensidade da escassez aumentou em determinadas regiões do planeta, especialmente por fatores antrópicos ligados à ocupação do solo, à poluição e contaminação dos corpos de águas superficiais e subterrâneos.

Ademais, estamos nos referindo a um resultado de processos longos, que vem se intensificando com o Desenvolvimento da industrialização, onde se a uma ocupação da natureza. Ocupação esta que chega a fragmentar o conhecimento entre o homem e a natureza. Onde cada indivíduo tem que ter uma educação ambiental para se manter, estável e não uma ruptura entre sociedade e natureza. Segundo Bacci ( 2010. P 2020)

Para uma educação efetiva, é necessário desenvolver uma visão integrada do mundo que nos cerca, uma visão que nos leve a compreender as diversas esferas (hidrosfera, biosfera, litosfera e atmosfera) e suas inter-relações, bem como as interferências geradas pelo homem no meio em que vive.

Exigentes de flexibilidade em um processo inelástico. Dentre os quais podemos citar o desmatamento para a cultura de práticas agrícolas, plantação de pasto, para atividades de cunho pecuário e por último e não menos importante, a implantação de indústrias, na maioria das vezes, subutilizando os recursos naturais disponíveis naquele meio.

Deixando assim o solo desprotegido e fragilizado pelo processo de insolação. Conseqüentemente desenvolvendo-se o processo de desertificação, tema este, tão atrelado a administração de recursos hídricos. Portanto, a sociedade precisa se apressar em cuidar desse recurso com mais afinco, dando-lhe a importância devida. Com esta mesma motivação, precisamos

conscientizar-nos cada vez mais.

Temos que ter a maturidade, de agir de forma responsável, em favor do meio ambiente e de nós mesmos. Rotinas pequenas e frequentes podem ajudar e modificar e transformar esse cenário de escassez em situações favoráveis. Evitar vazamento, não deixar torneira abertas, não lavar calçadas com mangueira. Fazer o uso da água de forma consciente é um dever de todos.

Compreender a necessidade de economizar a água não estar situada apenas nos usos que fazemos dela, mas a visão de que a água é um bem que incumbe a um sistema grande e integrado, que é um ciclo dinâmico, que estar interligados em todas as esferas do mundo. É essencial que possamos entender a dinâmica das relações com água. A escola, implantasse contexto esse contexto social, teria assim uma responsabilidade a disseminação do conhecimento, com base na nossa realidade, ou seja, no nosso dia, de forma de direcionar uma nova realidade e maneiras de que estejam pertinentes entre a sociedade.

A visão da sociedade precisa ser reconstruída a partir de uma nova concepção de educação ambiental, que seja capaz de promover uma nova etapa ao processo de construção do conhecimento. É preciso que cada educador efetive sua prática no que se refere a inclusão dessa temática nos saberes escolares do dia a dia, só assim, poder-se-á pensar em um ensino de qualidade voltado para uma formação de cidadãos, autores partícipes do processo de construção sustentável e saudável, inerente à práticas ambientais.

## **2.1- Discussão dos Resultados**

Neste artigo foram utilizadas pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários aos educandos. Questionários este que tinha as seguintes questões “como você analisa o desperdício de água no sistema prisional?” Você de alguma forma contribui para a conscientização de não desperdiçar água? Aponte quais os meios de economizar a água?

Diante de tais perguntas tivemos opiniões divergentes, os mesmo sabem apontar os meios de economizar a água, analisa e veem que o desperdício desse bem precioso vai fazer falta, em um futuro próximo, no entanto quando pergunto se eles de alguma forma contribui para conscientização de não desperdiçar água os educando não tem uma respostas significativa. Isso mostra que não temos a tal conscientização, que água pode um dia acabar. Temos que pensar que o futuro está próximo e que sem água não sobrevivemos.

Ademais, devemos propor praticas como lavar objetos domésticos com o mínimo possível de água. Aguar plantas sempre priorizando borrifadores e baldes, em detrimento de torneiras, entre

outros utensílios do gênero, usar o chuveiro apenas para se molhar e depois fechar em seguida, manter a torneira fechada enquanto escova os dentes, quando lavar louça abrir apenas para molhar e para enxaguar, lavar o carro com balde. Usar água de lavar a roupas para limpar as calçadas. Já citados. Deste modo teremos garantidos mais dias, ou mesmo anos, com abastecimento programático da nossa tão preciosa água. Como considera Barros (2010, p. 03).

A poluição e o uso desordenado dos recursos hídricos, aos poucos, estão tornando a água imprópria para o consumo humano. Além disto, tanto o crescimento demográfico quanto o econômico multiplicam os usos das águas e fazem crescer sua demanda, diante de uma oferta inelástica. A junção destes fatores leva a inferir que este recurso não pode mais ser entendido como um bem comum, pois a confrontação de sua disponibilidade com suas demandas tende a acarretar a escassez.

Diante disso é de fundamental evidencia o reconhecimento que a água é um bem de natureza social, e recurso essencial à manutenção da mesma. Podemos perceber que se mantermos os atuais níveis de consumo e degradação, esse bem passará a ser escasso. Tornando-se assim um bem econômico, ou seja, um bem de mercado. A partir disso pode concluir que, ocorre o uso indiscriminado da mesma, encontrando sempre meios novos para seu uso, sem medir consequências ambientais a sua quantidade e qualidade. Aumentando cada vez mais a incidência de um uso abusivo e irracional da mesma. Entende - se que a uma exploração abusiva e descontrolada desse bem tão raro, a água.

Ademais, obter níveis que conduzam a sustentabilidade dos recursos hídricos apresenta, atualmente, o maior desafio da humanidade, ou seja, favorece uma grande oportunidade para analisar a revisão e implantação de políticas direcionadas desse bem que é água. E tem que ser agora, hoje ou então expirou nosso maior recurso natural. A solução é um gesto simples é a redução do consumo com gesto simples, o racionamento poderia estar vigente a bastante tempo para reduzir o consumo de água.

## **2- Considerações**

Ante o referencial apresentado, as justificativas, objetivos e métodos, tendo ainda, como principal argumento a percepção tátil diária, enfatiza-se os efeitos do extenso período de estiagens em nossa cidade e região. Tornando-se assim, mais um agente motivador de conscientização ambiental, referente aos recursos hídricos locais. Estendendo os conceitos aqui desenvolvidos e aplicando-os à outras localidades e regiões, contribui-se, em parcela fundamental, para um melhor gerenciamento de tão precioso e, se não cuidado com respeito e muita atenção, somítico bem social.

Os alunos envolvidos estejam cientes da importância de tão valioso recurso não-infinito, que é a água para nossa sociedade, de maneira que, saibam utilizar corretamente, evitando o desperdício ou a sua poluição. Assim, por meio dos conhecimentos adquiridos e já postos em prática, serem difundidos da prática educativa com ênfase ambiental, apresentando os primeiros resultados no ambiente de ensino e à posteriori estendendo-os aos demais entes do convívio social.

Nossos reservatórios minguados já sofrem grandes abates pelo efeito natural do processo de evaporação causado pelo sol, sendo preferível o armazenamento em casa ou em estações próprias para isto, ao abrigo da forte incidência solar e calor, em detrimento dos reservatórios naturais, onde a evaporação acontecerá facilmente.

Sendo notável que este processo é o principal responsável pelas constantes baixas de níveis dos nossos açudes locais, que são as grandes reservas que nos restam das épocas chuvosas, onde armazenamos para os anos vindouros. Assim não devemos desperdiçar o pouco que ainda nos resta. Considerando todos esses fatores torna-se essencial o uso discriminado e abolição de práticas corriqueiras de desperdício, evitando lavar carros, casas e a parte externas destas, ou seja: calçadas ao uso de mangueira, banhos demorados.

Concluimos que faz necessário solicitar debates em todos os níveis da sociedade, e em todas as idades e comunidades. E fazer mais trabalhos em relação a esse assunto e manifestação social. Isso seria uma das soluções ao desperdício. Conscientizar a sociedade, grupos, organização e vários seguimentos da população para que saiam da omissão e tenha uma educação racional sobre água.

## **REFERÊNCIAS:**

BARROS, Fernanda Gene Nunes. Água: um bem econômico de valor para o Brasil e o mundo. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 2010.

BRANCO, Samuel Murgel. Água: origem, uso e preservação. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2003.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. Águas subterrâneas: Conceito, reservas, usos e mitos. Brasília: 1997.

CORRÊA, Bispo Sérgio. O reuso da água já é uma realidade. Revista Plenitude. Ano 26 n. 146. Março 2007, Editora Unipro.

Parâmetros curriculares nacionais, Volume 09 – Meio Ambiente e Saúde.

SATO, M. Educação Ambiental. São Carlos: Rima, 2002.





## **GT 7. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A PRÁTICA NA FORMAÇÃO DOCENTE**

### **RESUMOS**

#### **ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO RESSIGNIFICAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Thayane Barros de Sousa<sup>25</sup>  
Eliane Gomes de Lima<sup>26</sup>  
Leandra de Souza Dias<sup>27</sup>

#### **1. Introdução**

O professor detém de um papel importantíssimo para a educação, sendo um profissional de grande influência na melhoria da qualidade do ensino, desta forma fica evidente de que é preciso investir na formação do docente para se obter um ensino de qualidade que atenda as necessidades do mundo moderno (VEIGA, 2009).

O estágio é de grande significância nos cursos de formação de professores proporcionando a relação entre conteúdos teóricos e a prática escolar, possibilitando ao professor em formação conhecer seu futuro campo de trabalho e obter suas primeiras experiências na realidade na qual irá atuar. No entanto a regência não se restringe apenas a observação da prática escolar e reprodução da mesma, mas é uma ação investigativa e reflexiva onde o licenciando, ao analisar uma determinada situação da escola poderá intervir nela.

O estágio supervisionado permite que o aluno em formação possa interligar a teoria a prática sendo que estes não são indissociáveis, além disso, através do estágio o futuro docente tem a oportunidade de conhecer a realidade escolar possibilitando o questionamento por parte do estagiário e que o mesmo possa intervir e propor mudanças nessa realidade. (BARROS e SILVA, 2011).

---

<sup>25</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)/ Centro de Formação de Professores. thayane2014barros@gmail.com.

<sup>26</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas Universidade Federal de Campina Grande(UFCG) / Centro de Formação de Professores. elianybio@gmail.com.

<sup>27</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)/ Centro de Formação de Professores. leandraitaly@gmail.com.

Diante disso, esse trabalho tem por finalidade discorrer através dos relatos de experiências vivenciadas durante o período de Estágio Supervisionado, dos estudantes estagiários sobre a importância do estágio supervisionado na formação docente do futuro profissional da educação do Curso de Ciências Biológicas e o quanto o mesmo oportuniza, a observação da prática docente e aplicações de novas metodologias que irão auxiliar no ensino.

## **2. Desenvolvimento**

De acordo com a lei de nº 11.788, art. 1º o estágio é um ato educativo escolar que se desenvolve no futuro ambiente de trabalho, visando à preparação de futuros educadores, sendo que estes devem estar frequentando regularmente o ensino superior de educação profissional.

No momento de se iniciar uma licenciatura nos deparamos com a insegurança e o receio de não conseguirmos desenvolver um bom trabalho em sala de aula. Porém, com o passar do tempo, os licenciandos passam por experiências que os transformarão e passam a se ver como futuros professores. O estágio sempre foi visto como a parte prática dos cursos profissionalizantes (Brasil, 2014), no entanto ele se constitui como um campo de conhecimento e de pesquisa.

Em qualquer profissão necessitamos executar algo, e com o professor não é diferente, sua profissão também exige a execução de atos. Só se aprende observando, reformulando e praticando. “De fato, a teoria não é a única ferramenta que formará um bom profissional” (JANUARIO, 2008, P. 3), assim muitas vezes o estágio reduz-se em observar e tentar reproduzir as atividades, com isso tornasse necessária a utilização de técnicas para executar suas próprias ações.

O estágio torna-se fundamental na formação dos alunos de graduação, pois o mesmo possibilita a relação teoria-prática, conhecimentos do campo de trabalho, conhecimentos pedagógicos, administrativos, como também conhecimentos da organização do ambiente escolar, entre outros fatores. Contudo, o objetivo principal do estágio é a aproximação da realidade no ambiente escolar.

Pimenta e Lima (2012, p. 37) dizem que “as habilidades não são suficientes para a resolução dos problemas com os quais se defrontam, uma vez que a redução às técnicas não dá conta do conhecimento científico nem da complexidade das situações do exercício desses profissionais”. Nos cursos superiores observa-se que os estudantes que irão passar pela etapa do estágio encontram-se angustiados, mais com os estágios supervisionados, do que propriamente com as atividades desenvolvidas durante todo o percurso do curso.

O estágio se configura como uma possibilidade de fazer uma relação entre a teoria e a execução das habilidades desenvolvidas durante o curso, dando a oportunidade do estudante conhecer a realidade da profissão que optou para desempenhar (SCALABRIN & MOLINARI, 2013), enfim, o estágio poderá ser um ótimo agente contribuinte na formação do futuro professor, caracterizando-se como objeto de estudo e reflexão ((JANUARIO, 2008).

A regência no estágio supervisionado representa um momento de aplicar os conhecimentos produzidos no decorrer do curso, de conhecer o cenário no qual irá atuar o futuro professor, presenciado a realidade da sala de aula como docente. A regência propriamente dita é o momento em que o estagiário após observar a atividade docente do professor regente irá ministrar aulas, este momento muitas vezes é permeado por inúmeras dificuldades, dentre as quais podemos destacar algumas citadas por Scalabrin & Molinari (2013): a) priorização de atividades de alfabetização por parte da escola; b) falta de infraestrutura nas escolas públicas; c) tempo limitado para a regência de classe, o que limita o desenvolvimento de atividades diferenciadas; d) sentimento de despreparo por parte dos estagiários.

Assim podemos enfatizar que muitos desafios permeiam o estágio supervisionado, Principalmente durante a regência de classe, que consiste na maioria das vezes em um período de tempo limitado, o qual é insuficiente para o reconhecimento do estagiário como futuro professor.

Para Daniel (2009) a regência de classe pressupõe a iniciação profissional como um saber que busca orientar-se por teorias de ensino-aprendizagem para responder às demandas colocadas pela prática pedagógica à qual se dirige, sendo fundamental que o estagiário não se limite apenas a repetir a prática docente observada. Neste contexto direcionar uma regência no sentido de atender as necessidades detectadas no contexto educacional e até preencher possíveis lacunas é primordial para a formação do futuro docente.

E neste processo de troca de experiências, de conhecimento da futura profissão e sobretudo de desenvolvimento de habilidades que venham a ser Úteis na vida profissional que o estagiário pode se conhecer como futuro profissional, vindo a compreender seu papel como mediador na construção de um conhecimento que priorize o desenvolvimento de competências necessárias ao enfrentamento de problemas sociais e das desigualdades que permeiam a sociedade atual, trabalhando assim na construção de uma sociedade mais justa.

## **2.2. Metodologia**

Este trabalho discute sobre a importância do Estágio Supervisionado como ressignificação da prática docente, tomando como base a experiência vivenciada por estudantes estagiários na regência desenvolvida na disciplina Estágio Supervisionado II no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, o qual se deu na disciplina de Ciências no Ensino Fundamental II. Tais atividades foram realizadas em duas escolas de ensino fundamental, sendo estas respectivamente a Escola Municipal de Ensino Fundamental Vitória Bezerra, localizada na cidade de Cajazeiras/PB e a Escola Fundamental Gilberto Leite de Aquino, localizada na cidade do Barro/CE.

#### **4. Resultados e discussão**

A experiência da regência no Ensino de Ciências possibilitou conhecer a realidade da escola e dentro das limitações detectadas desenvolverem atividades de docência, que atendessem as necessidades encontradas neste espaço. Desse modo ao se verificar o uso de metodologias tradicionais, pautadas em exposições teóricas, buscou-se desenvolver uma regência centrada na utilização de inovações metodológicas.

Neste sentido Galvão ressalta que o futuro professor deve não somente ter uma noção teórica, mas este deve conhecer a realidade social e funcional que permeia o ambiente escolar, para poder levantar suas próprias concepções e solucionar seus próprios problemas.

O que se evidenciou durante a execução da regência de classe foi a partir das concepções apreendidas no decorrer das observações desenvolver uma docência que possibilitasse ao estagiário construir novos conhecimentos como futuro docente e aos discentes uma aprendizagem mais dinâmica e prazerosa.

Teixeira e Cyrino (2013) afirmam que o Estágio Supervisionado ainda é considerado como uma das primeiras experiências oportunizadas à maioria dos futuros professores, que lhes permite conhecer seu futuro ambiente de trabalho. Neste sentido as atividades de Estágio Supervisionado II, principalmente a regência permitiram ao futuro professor conhecer, analisar e refletir sobre como se configura a prática docente, tal experiência permitiu entender a prática docente como uma atividade complexa, que não pode ser restrita a um conjunto de técnicas, desse modo a docência se constrói e reconstrói diariamente a partir da vivência e do contexto sociocultural no qual estamos inseridos.

#### **Considerações**

Portanto, consideramos o Estágio Supervisionado como um processo importantíssimo na construção do conhecimento e prática profissional do licenciando, pois o mesmo auxilia na qualificação profissional do professor, uma vez que a partir dele o futuro educador tem contato e vivenciará suas primeiras experiências com o campo de trabalho no qual irá atuar.

Além disso deve-se considerar que durante o estágio o futuro educador irá associar os conhecimentos construídos durante sua graduação às práticas de ensino, observando a realidade do meio escolar com um olhar crítico, investigativo, reflexivo podendo confrontar práticas e teoria e construir novos conhecimentos.

A regência não deve ser tida como o momento em que haverá observação da prática docente e essas serão copiadas e reproduzidas, e sim, uma ação investigativa, onde será proposto uma intervenção de determinada situação escolar, possibilitando ao aluno não só analisar a prática docente mais desenvolver sua capacidade de problematizar, pesquisar e compreender a realidade escolar.

Na experiência da regência é possível como futuro educador compreender como está organizado o espaço escolar, como este se configura como um espaço de formação de conhecimentos e de cruzamento de várias culturas. Assim podemos concluir que no estágio o futuro educador se reconhece como profissional que irá auxiliar neste engenhoso processo de formação para a cidadania, reformulando suas concepções sobre a docência e assim construindo a sua identidade profissional.

O estágio também proporciona contribuições para a escola e para o professor regente, ao propiciar um momento de troca de experiências entre o profissional em formação e o já formado e trazer para a sala de aula e para o espaço escolar atividades diferenciadas que em alguns casos não estão muito presentes no currículo escolar.

Em se tratando do estágio desenvolvido no Ensino Fundamental II, pode-se concluir que esse foi de suma importância para a formação docente, propiciando momentos que permitiram aos estagiários se reconhecerem como futuros professores, tomando conhecimento do papel social que este representa nos processos formativos que se dão dentro do ambiente escolar.

## **REFERÊNCIAS**

BARROS, J. D. de S; SILVA, M. de F. P . A prática docente mediada pelo estágio supervisionado. *Atos de Pesquisa em Educação* v. 6, n. 2, p. 510520, mai./ago, 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. PCN+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Brasília: MEC, SEMTEC. 2004.

GALVÃO, L. C. M. S. O ESTÁGIO E AS DESCOBERTAS DOS SABERES DOCENTES: o início da formação da identidade do futuro professor. Disponível em:

<[http://midia.unit.br/enfope/2013/GT8/O\\_ESTAGIO\\_DESCOBERTAS\\_DOS\\_SABERES\\_DOCENTES.pdf](http://midia.unit.br/enfope/2013/GT8/O_ESTAGIO_DESCOBERTAS_DOS_SABERES_DOCENTES.pdf)>. Acesso em 05 de Abril de 2016.

JANUARIO, Gilberto. O Estágio Supervisionado e suas Contribuições para a Prática Pedagógica do Professor. In: Seminário de História e Investigações de/em Aulas de Matemática, 2008, Campinas. Anais: II SHIAM. Campinas: GdS/FEUnicamp, 2008. V,1, p. 18.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012. 295p.

DANIEL, L. A. O Professor Regente, o Professor Orientador e os Estágios Supervisionados na Formação Inicial de Futuros Professores de Letras. 2009. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Metodista de Piracicaba, PiracicabaSP, 2009.

SCALABRIN, I. C.; MOLINARI, A. M. C. A importância da prática do Estágio Supervisionado nas Licenciaturas. Disponível em:  
<[http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7\\_n1\\_2013/3\\_a\\_importancia\\_da\\_pratica\\_estagi\\_o.pdf](http://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol7_n1_2013/3_a_importancia_da_pratica_estagi_o.pdf)>. Acesso em 05 de maio de 2016.

TEIXEIRA, B. R.; CYRINO, M. C. C. T. O estágio supervisionado em cursos de licenciatura em Matemática: um panorama de pesquisas brasileiras. Educação Matemática Pesquisa, v. 15, n. 1, São paulo, p. 2949, 2013.

VEIGA, I. P. A. A aventura de forma professores. 2.ed. São Paulo: Papirus, 2009.



## **GT 7. ESTÁGIO SUPERVISIONADO E A PRÁTICA NA FORMAÇÃO DOCENTE**

### **COMUNICAÇÕES ORAIS**

#### **REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: UMA EXPERIÊNCIA DOCENTE NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

Jalisson Luiz Dias  
Graduando em Licenciatura em Geografia  
Universidade Federal de Campina Grande-Campus II  
*jalissomluiz@hotmail.com*

#### **Resumo**

A prática do estágio supervisionado é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nos cursos de formação de professores, desenvolvido como atividade auxiliar para aquisição de conhecimentos da função prática na profissão. O presente artigo relata a análise do desenvolvimento do tema: o processo de industrialização brasileiro no Estágio Docente desenvolvido para a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV. Para a aplicação da prática no estágio foi trabalhado o processo de industrialização com a justificativa de que o tema apresenta relevância por se enquadrar em um fator de ordem histórica e social que se torna setor dominante de uma economia. A realização das aulas utilizou de metodologia de apresentação construtiva do tema, interação e discussão do conteúdo, visando alcançar o interesse dos alunos estabelecendo relações com seu cotidiano no meio em que se vive.

**Palavras chave:** Estágio supervisionado; Industrialização; Prática docente.

#### **1. INTRODUÇÃO**

A temática que envolve o processo de industrialização apresenta relevância por se enquadrar em um fator de ordem histórica e social que se torna setor dominante de uma economia. Se estabelecendo primeiramente pela substituição de instrumentos, técnicas e processos de produção, resultando em aumento nos setores de produtividade em grande escala, para atender a demanda do consumo, gerando o acúmulo de capital influenciando diretamente na vida das pessoas. Diante dessa influência em função da ascensão industrial no cotidiano atual, foi relevante a fundamentação e discussão deste tema na escola possibilitando a compreensão dos educandos sobre o processo de desenvolvimento territorial pelo qual o país percorreu e vem trilhando até os dias atuais. Diante desse

contexto, foi realizado o estágio que utilizou métodos e metodologias para discutir “O Processo de Industrialização Brasileiro” com os alunos.

O Presente artigo relata a análise de Estágio Docente desenvolvido para a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV, ministrada pela professora Micaelle Amâncio da Silva, e solicitado como requisito avaliativo parcial aos discentes do curso de Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande, do Campus universitário de Cajazeiras, em período letivo 2015.1.

O ensino da atualidade deve atender às exigências de uma educação moderna e atualizada. O objetivo desse estágio supervisionado é observar e analisar além da regência: a escola, professor e educandos da turma de 3º Ano do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) Bernardino José Batista, diagnosticando e colocando em prática os pontos de construção do saber elaborados no projeto para o desenvolvimento satisfatório do ensino-aprendizagem.

A prática do estágio supervisionado em geografia aconteceu nos meses de outubro e novembro de 2015. O estágio foi realizado nas aulas de Geografia da turma do 3º ano do ensino médio, supervisionado pela professora Fransuilma Luna Barbosa. A temática “Processo de Industrialização Brasileiro” foi trabalhada objetivando a seqüência do plano de curso elaborado pela professora, cumprindo o cronograma pré-estabelecido para a disciplina. Enfatizando que é de relevância significativa trabalhar em sala de aula a indústria e seus processos, condicionando o fato de que a realidade do aceleramento do crescimento urbano, economia e consumo, todos ligados ao convívio dos alunos e resultados diretos do processo industrial não pode se posicionar a margem da grade curricular escolar.

A realização das aulas de estágio fomentada pela professora regente utilizou de metodologia de apresentação construtiva do tema, interação e discussão do conteúdo, visando alcançar o interesse dos alunos. O objetivo principal na realização das aulas foi colocar o aluno no contexto da discussão, possibilitando que o mesmo construísse diálogos críticos sobre a temática, estabelecendo relações com seu cotidiano no meio em que se vive.

O desenvolvimento deste artigo é articulado e compartimentado por tópicos contemplando várias partes da prática produzida, são elas: A introdução que busca da uma explanação geral da realização do estágio; um breve parecer jurídico do que se trata a prática de estagiar; a contextualização da instituição apresentando as características e o funcionamento, o referencial teórico usado como base para estágio executado; os planos de atividade que discorrem sobre os objetivos do estágio e as atividades planejadas; as atividades desenvolvidas no estágio como um todo desde a primeira visita a escola até a realização da aula; e por fim, as considerações sobre o trabalho realizado.



## 2. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A prática do estágio supervisionado é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nos cursos de formação de professores, desenvolvido como atividade auxiliar para aquisição de conhecimentos da função prática na profissão. O estágio docente vislumbra como objetivo principal a preparação do professor para conhecer e interagir com a realidade na educação e instituições escolares. O desenvolvimento do estágio possibilita ao estagiário observar as divergências que se fazem presentes entre a teoria aplicada na academia e a prática desenvolvida no estágio supervisionado.

O decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982, que regulamenta a Lei nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, Segundo esse decreto, estabelece no art.2º a seguinte questão na concepção de estágio:

Consideram-se estágio curricular, para os efeitos deste Decreto, as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino.

No estágio docente se faz necessário à prudência e competência de englobar perspectivas avaliativas e qualitativas de ensino, tais como: observações, análise, reflexão e execução, etapas destinadas ao crescimento experiencial que é fundamental no desenvolvimento da docência e que a disciplina de estágio busca enquadrar na percepção educacional dos alunos estagiários. Dentro desses parâmetros Passini relata a importância do método de investigação:

Perseguimos o objetivo de educar o aluno para a pesquisa utilizando o método de investigação científica, para que ele aprendesse a observar, buscar, tratar e representar os dados da realidade. (PASSINI, 2013. p.21).

O Estágio supervisionado tem relevância indiscutível para a formação do profissional docente e é muito mais do que o cumprimento de exigências acadêmicas ou de decretos, é a possibilidade concreta de aprofundamento dos conhecimentos teóricos adquiridos na prática, observando em loco como anda a escola pública no Brasil. Além de com maestria disponibilizar a oportunidade de experimentar o exercício da docência nas suas múltiplas funções, projetando um crescimento profissional desejado pelo estagiário na nobre profissão de educar.

### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A execução do estágio supervisionado ocorreu na turma de 3º Ano do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio (EEEM) José Bernardino Batista, localizada na Rua Tabelação Antônio Joaquim Lisboa, 211, Centro, município de Triunfo - PB, situado na mesorregião do Sertão Paraibano.

**IMAGEM 01:** Entrada de acesso principal da E.E.E.F.M. Bernardino José Batista



**Fonte:** Dias, Outubro de 2015.

A escola dispõe de uma estrutura física/material adequada para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem. A qualidade estrutural física/material de uma instituição influencia no processo educacional, exigindo recursos diversos para a construção de um conhecimento sólido, ao contrário, a precariedade causa desmotivação, interfere no aprendizado e pode ser considerado como uma das causas de evasão praticadas pelos alunos. A escola analisada comporta seis salas de aula bem conservadas, laboratório de informática equipado com computadores disponíveis para pesquisas a serem realizadas pelos alunos, auxiliando no processo educacional como recurso importante no contexto atual de informação instantânea e uma biblioteca utilizada para práticas de leituras e pesquisas. A instituição se preocupa com a inclusão e, portanto, dispõem de rampas de acessibilidade para cadeirantes.

No corrente ano a escola oferece ao público o Ensino Médio regular (1º, 2º e 3º ano) e a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A instituição funciona nos turnos: Manhã, Tarde e Noite.

**IMAGEM 02:** Biblioteca da E.E.E.F.M. Bernardino José Batista



FONTE: Radar-PB

A imagem a cima mostra o ambiente da biblioteca com acesso liberado aos alunos para leitura e pesquisas e brinquedos também disponíveis para utilização como recurso didático quando necessário.

A Instituição conta com o corpo docente composto por professores efetivos e contratados em áreas específicas, todos com nível superior completo ou em fase de conclusão, além de coordenadores pedagógicos. A equipe pedagógica concentrada na escola atua coordenando o desenvolvimento do trabalho realizado pelos professores, se dispondo a ajudar na resolução dos problemas que ocasionalmente aparecem.

A equipe pedagógica também tem como função inspecionar o trabalho dos docentes, com explicação de planos e cobranças de um bom trabalho dos professores, auxiliando na elaboração de eventos dentro da escola e também extra-escolar, além de atuar nas reuniões de professores e reuniões de pais e mestres, apresentando como funciona o projeto político pedagógico, ressaltando as regras da escola e fiscalizando as metas a serem cumpridas e alcançadas.

O trabalho de planejamento dos professores sobre a realização dos afazeres em sala de aula acontece semanalmente e conta com a presença do coordenador pedagógico, que além de verificar se o plano está sendo cumprido, articula junto aos docentes estratégias para eventuais dificuldades que surgirem, colaborando para realização do trabalho dentro das diretrizes estabelecidas no Projeto Político Pedagógico da instituição. Nesse espaço os professores promovem troca de experiências, discutindo pontos que vislumbrem melhorias para o ensino-aprendizagem através da reflexão. Rego (2011, p.43) argumenta que:

Professor, o ato de refletir exige dos sujeitos conhecimento sobre o mundo. Mas é na reflexão, estado de questionamentos que se elaboram os conhecimentos. Neste momento, convém trazer o velho mestre Paulo Freire, que tanto nos ensinou e continua a ensinar. Ele alertou para o fato de que o docente não apenas deve ensinar conteúdos, mas ensinar a pensar certo.

Os trabalhos realizados são balizados sempre pela autonomia, além de apresentarem projetos e propostas interdisciplinares, recebendo a total disponibilidade da gestão escolar para diálogo se assim julgar necessário.

**IMAGEM 03:** Planejamento de aula com os professores da E.E.E.F.M Bernardino José Batista, ano 2015.



FONTE: DIAS, 2015.

A imagem 03 foi feita durante a realização do planejamento dos professores da escola. A ação de planejar trata-se de um processo de reflexão crítica a respeito das ações e opções ao alcance do professor e o modo como acontecerá sua atuação em sala de aula, para que o imprevisto não seja constante num trabalho que tem como um de seus objetivos principais a formação de cidadãos responsáveis e críticos.

#### **4. REFERENCIAL TEÓRICO**

A sistematização do tema desenvolvido no projeto a ser aplicado é empregada como uma forma metodológica de formulação do conhecimento, componente precioso para a prática de estágio

que busca investigar as questões que remetem ao cotidiano escolar. Com essa perspectiva de elaborar conhecimento me reuni com a professora e juntos entendemos que era necessário dar sequência ao plano de curso da disciplina, possibilitando uma compreensão dos alunos no segmento do raciocínio que já vinha sendo discutido em sala pela professora. O tema em pauta “O Processo de Industrialização Brasileiro” foi amplamente estudado e planejado, priorizando a compreensão dos alunos.

O processo de industrialização no Brasil é considerado lento quando comparado com outros países do mundo, essa colocação é perceptível pelo fato de que até o século XX, a economia brasileira girava em torno da agricultura que, foi por anos, a única base produtiva nacional, focada no complexo agroexportador principalmente de café e nos capitais derivados dessa produção, estabelecendo uma sociedade rural e agrária.

O Estado Nacional começou a planejar o seu desenvolvimento industrial nas primeiras décadas do século XX, após a crise de 29 que ocasionou a falência de muitos produtores de café, fazendo com que a produção cafeeira entrasse em declínio. Após a segunda Guerra Mundial a indústria recebeu impulso político, apresentando um desenvolvimento considerável como explica Becker que:

Depois da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos adquiriram influência definitiva na América Latina, O Brasil posicionou-se na economia-mundo através de um processo de industrialização politicamente dirigido, através de uma estreita parceria entre o capital monopolista estrangeiro, o capital estatal e o capital privado nacional, inaugurando o famoso modelo “tripé”. (BECKER, 2006, P.67).

Enquanto predominava a atividade agrícola e a concentração rural no Brasil, a indústria desenvolvia suas atividades em outras partes do globo terrestre. Embora, o processo de industrialização tenha se estabelecido de maneira tardia o Brasil concentra uma boa base industrial na atualidade, representada no PIB do país como aponta Mendonça:

A indústria é muito importante na produção de riquezas do Brasil, mensurada no Produto Interno Bruto (PIB), embora a liderança seja do setor de serviços. Em 2009, o PIB brasileiro atingiu 3,14 trilhões de reais, e a indústria foi responsável por 25,4% de todo esse valor. (MENDONÇA, 2011, P.18).

É importante deixar claro que o processo de industrialização no Brasil, a princípio, não ocorreu no território nacional como um todo, uma vez que, a região que primeiro apresentou intenso desenvolvimento industrial foi a Sudeste, provocando grandes disparidades principalmente econômicas entre as regiões. O fato de a Região Sudeste se destacar no desenvolvimento da indústria está ligado diretamente a forte produção no ciclo do café que deixou como herança uma economia mais forte e uma infraestrutura de comércio, por exemplo, de energia e transporte necessários para o

funcionamento industrial, além da proximidade dos maiores mercados consumidores, localizados na região.

Esta concentração geográfica é um primeiro traço da indústria brasileira, em valor, a do Rio de Janeiro, 16%, Porto Alegre, 7%, e a de Minas um pouco menos. O impulso verificado nas cidades litorâneas do Nordeste não altera o quadro. (MONBEIG, 1985, P.75).

Fica evidente essa alocação já que uma parcela dos capitais aplicados no setor industrial era dos antigos cafeicultores da região. O papel do governo entra apenas na década de 60 injetando recursos como incentivos para o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Com o passar do tempo às indústrias buscam novos espaços. Assim, o processo industrial vai invadindo as outras regiões do país. O espaço geográfico é compreendido, como o palco onde atua as trocas que envolvem as relações humanas, configura essa afirmação o processo industrial diante das transformações possíveis de acordo com os modos de produção e exploração de recursos. Para Corrêa (1997) os processos sociais e econômicos da década de 1950 atuam diretamente sobre a organização espacial brasileira, gerando nova regionalização. As indústrias fogem dos grandes centros produtores, á procura de mão-de-obra barata e baixa concorrência.

A Região sul que desenvolveu sua produção, a princípio, baseada na agricultura/agropecuária é a segunda região com maior concentração industrial. A Região Nordeste é a terceira em participação na produção nacional, mas tem apresentado um crescimento elevado sobre influência de incentivos fiscais oferecidos pelos governos nordestinos. A Região Norte desenvolveu sua indústria com planejamento governamental, criando, por exemplo, a Zona Franca de Manaus. O Centro-Oeste do país é considerado como a região menos industrializada, entretanto, vem apresentando elevado crescimento nos setores ligados à agroindústria.

As primeiras indústrias do país, principalmente na Região Sudeste não detinham grandes processos tecnológicos se limitando ao setor têxtil, alimentação, bens de consumo, sabão e velas. Com o crescimento das indústrias a mão-de-obra empregada para a realização do trabalho seguiu o mesmo modelo utilizado em outras partes do mundo, produção em massa para atender a demanda da classe consumidora. No início do processo de industrialização no Brasil era intensa a demanda por mão-de-obra (semelhante com o ocorrido em outros países), valorizando principalmente o trabalhador de baixo custo e produção em alta escala. É importante expor que é por meio do trabalho que as pessoas através de técnicas modificam a natureza e constroem o espaço geográfico.

O espaço é construído e modificado pelo homem ao longo de sua história. As transformações através do desenvolvimento de técnicas proporcionaram a organização espacial, as concentrações

industriais influenciaram na construção dos grandes centros urbanos, modificando a economia e todo o conjunto social.

Após a sistematização do tema e uma observação geral da escola se iniciou a prática da docência em sala. O desenvolvimento do projeto se deu através da execução de aulas abordando essa temática desde sua origem, abrangendo as consequências e impactos que esse fenômeno causa na vida das pessoas, de forma mais particular as vivenciadas pelos alunos.

## **5. APLICAÇÃO DO PROJETO DE ESTÁGIO**

O estágio em síntese é entendido como a execução da teoria na prática, possibilitando o aperfeiçoamento e aquisição de conhecimentos de cunho empírico, exigindo a construção de planejamento e metas pré-estabelecidas as quais se pretende alcançar. Os objetivos foram traçados, juntamente com o projeto elaborado e um cronograma para auxiliar no gerenciamento do tempo disponível para a aplicação do conteúdo.

Esses procedimentos metodológicos são necessários para construção de um trabalho qualitativo e que dispõe de prazos e metas a serem cumpridos. Obviamente esses procedimentos adotados são passivos de alterações durante sua execução. Seguindo essas propostas o estágio começou com uma visita para conhecimento da escola, passando por reuniões com a professora regente com a finalidade de discutir a temática pré-estabelecida até a execução das aulas, como veremos a seguir mais detalhadamente.

O primeiro contato do estagiário com a escola corresponde efetivamente à parte burocrática onde a documentação disponibilizada pela instituição superior no caso UFCG é entregue a direção para serem assinados (caso o estagiário seja aceito para desenvolver seu trabalho naquela dependência), e por seguinte dá-se o início do estágio em questão. A gestora escolar me acolheu de forma respeitosa e amigável, colocando-se a disposição no que necessário fosse para o desenvolvimento pleno deste trabalho. Após a aceitação e uma breve observação da estrutura física da escola me reuni com a professora Frasuilma Luna. A educadora se propôs imediatamente a me ajudar na construção, aperfeiçoamento e sistematização do projeto sobre: O Processo de Industrialização Brasileiro a ser desenvolvido e trabalhado com os discentes, sempre se colocando disponível e aberta ao diálogo, esse clima de receptividade e respeito se estendeu aos demais funcionários que tive o imenso prazer de conhecer e vivenciar as suas funções no dia-a-dia.



## 5.1 Relatos da execução de aulas “o processo de industrialização brasileiro”

O ponto principal da disciplina de estágio supervisionado é a aplicação da prática docente em si. A execução do estágio é o momento ímpar em que o estagiário tem contato direto com a execução plena da profissão, colocando em prática a teoria desenvolvida e discutida no âmbito da academia, adquirindo conhecimentos reais e confrontando idéias e ideais de acordo com as divergências observadas entre a prática e a teoria. A imagem a seguir ilustra o momento de discussão da temática na primeira aula.

**IMAGEM 04:** Aula na turma de 3º ano da E.E.E.F.M Bernardino José Batista.



**FONTE:** DIAS, 2015.

A primeira aula trabalhada iniciou-se com minha apresentação formal a turma e vice-versa, colocando como objetivo principal o enfoque introdutório do tema, buscando discutir em ordem cronológica o início da industrialização no território nacional. A aula de exposição teórica da temática teve espaços para a discussão e colocação de vivências dos alunos sobre o que tange a industrialização brasileira. Esse momento resultou numa interação generalizada, contribuindo para a construção do conhecimento de acordo com a exposição da realidade vivenciada pelos educandos.

Na segunda aula, frisamos estabelecer uma seqüência da temática discutindo as características de trabalho e modos de produção com enfoque nos operários inseridos no contexto do processo industrial. Diante dessa proposta, a aula seguiu uma metodologia de caráter expositivo dialogado e o



objetivo foi discutir a precariedade das condições de trabalho, o baixo valor da mão de obra e as desigualdades sociais que imperavam nos locais de produção.

Diante dos diálogos os alunos focaram principalmente nas desigualdades sociais, caracterizando suas consequências e relacionando como sendo a principal causa de se submeter a condições de trabalhos precários, resultando num posicionamento crítico dos alunos sobre a discussão de classes sociais.

Para aplicação da terceira aula foi programada a exibição do filme “Tempos Modernos”, dirigido por Charles Chaplin. A utilização de recurso áudio visual como ferramenta auxiliar no processo de ensino-aprendizagem é interessante e importante quando utilizado de forma adequada, objetivando alcançar uma aprendizagem significativa acerca do conteúdo proposto em sala de aula. Portanto, seu uso didático vai além da apreciação de imagens e sons, fazendo necessária a reflexão sobre as informações contidas na obra. Pires e Silva discorrem que:

Pensar a discursividade visual dos filmes é o ponto de partida para tomá-lo como uma face da produção do conhecimento. Atualmente, em tempos de globalização, acreditamos que as formas de aprender e de se desenvolver o conhecimento e o saber são diversas em virtude dos dispositivos didáticos e pedagógicos disponíveis com a sociedade em rede ou, como sociologicamente se convencionou chamar, a "sociedade da informação". (2014, p.609)

O filme é repleto de informações e situações para serem analisadas e trabalhadas dentro do ensino crítico da geografia, abordando a mecanização da mão de obra, o capitalismo dos anos 30 e a desigualdade social. Destacando principalmente a revolução industrial retratada em um ambiente de uma fábrica operando com processos de linha de montagem, baseado no modelo fordista.

Para a exibição do filme foi pedido que os discentes fossem atenciosos na exibição e memorassem pontos importantes da obra, com intuito de possibilitar a participação de cada um na discussão futura sobre filme.

Devido ao curto espaço de tempo o debate sobre a obra cinematográfica exibida em sala, ficou reservado para acontecer na aula seguinte. Esse momento foi dedicado especialmente para analisar e discutir sobre o enredo do filme. Todos os alunos sem exceção participaram colocando suas opiniões e questionamentos sobre a obra em trechos importantes de acordo com suas concepções. O debate crítico para compreensão do filme teve como norte a análise do modelo de trabalho proposto da época da revolução industrial, a mecanização que promoveu o desemprego, a crise econômica, os movimentos sociais dos trabalhadores e à desigualdade social.

Na última aula coube a preocupação de se fazer uma breve retrospectiva dos principais pontos da temática trabalhada. Essa revisão se faz importante, uma vez que, possibilita uma melhor

assimilação dos alunos e conseqüentemente a fixação do conteúdo. Com o objetivo de verificar o grau de aprendizado dos educandos em relação à temática amplamente discutida, foi aplicada uma atividade com questões simples sobre a industrialização brasileira, caracteriza-se através dessa metodologia a necessidade de avaliar a compreensão dos alunos em relação ao tema possibilitando minha avaliação positiva através desse exercício, verificando que os discentes compreenderam o conteúdo trabalhado de maneira equivalentemente satisfatória.

É válido ressaltar que o processo avaliativo se estendeu durante toda aplicação do projeto com a observação da discussão com visão crítica, interação e/ou interesse dos alunos com a aula e com o exposto no momento de transmissão do tema de forma dialógica.

## **CONSIDERAÇÕES**

O Estágio Curricular Supervisionado em Geografia IV é mais uma das peças fundamentais que compõem a grade do curso de licenciatura, introduzindo na universidade possibilidades de expansão do conhecimento e contato com visões diferentes no exercício da profissão docente. É uma parte do currículo da graduação importantíssima na formação de professores, um meio de pesquisa que pode levar o acadêmico a identificar novas e variadas estratégias para solucionar problemas que podem surgir em um campo profissional tão complexo como o da docência no qual está se inserindo. O estágio em sua ampla execução passa a desenvolver no acadêmico em formação um posicionamento de intelecto crítico sobre o andamento do sistema educacional público no país.

A partir das práticas utilizadas no estágio foi possível analisar as diferenças existentes entre a teoria discutida na universidade e prática capaz de ser exercida na escola. Com propriedade facultada pela prática da regência é possível discutir com mais precisão através da análise crítica os rumos da educação, mas se deve justificar a prerrogativa de que o estágio é referente a um momento isolado e que não pode se defender como realidade permanente dos fatos que norteiam a instituição e seu sistema de ensino.

Em regra geral o estágio supervisionado é uma ferramenta de conhecimento prático fundamental na aquisição do mínimo de experiência para aqueles que querem atuar nessa área profissional, podendo diante do aprendizado adquirido na academia produzir mudanças, mesmo que pontuais na lamentável realidade da educação brasileira, relatada e observada diariamente.

O importante até este presente momento é que os objetivos a mim impostos para aquisição de conhecimentos práticos, através da vivência no sistema de ensino, exigidos pela disciplina, foram alcançados positivamente e com seriedade.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. FERREIRA, Joseane Abílio de Souza. **Formação, pesquisa e prática docentes: reformas curriculares em questão**. João Pessoa: Editora Mídia, 2013.
- BECKER, Bertha k. EGLER, Claudia A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- BRASIL, **Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental**. 2010.
- CAVALCANTE, Antonio Nilson Quezado. **Industrialização e absorção de mão-de-obra: o caso do Nordeste**. Rev. adm. empres. [online]. 1975, vol.15, n.4, pp. 43-50. ISSN 0034-7590. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901975000400004>.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- FRANCISCO, Wagner De Cerqueira E. "**Industrialização da Região Sudeste**"; Brasil Escola. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/brasil/industrializacao-regiao-sudeste.htm>>. Acesso em 03 de novembro de 2015.
- FERRAÇO, Carlos. **Cotidiano escolar, formação de professor(as) e currículo**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FREITAG, Barbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 7ª ed. Ver. São Paulo: Centauro, 2005.
- MENDONÇA, SÔNIA. **A Industrialização Brasileira**. São Paulo: Moderna, 2011.
- MONBEIG, Pierre. O Brasil. São Paulo: Difel, 1985.
- PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra T. **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2013.
- PIRES, Maria da Conceição Francisca; SILVA, Sergio Luiz Pereira da. **O cinema, a educação e a construção de um imaginário social contemporâneo**. Educ. Soc., Campinas, v. 35, n. 127, p. 607-616, June 2014. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302014000200015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000200015&lng=en&nrm=iso)>.access on 18 NOV. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302014000200015>.
- REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; KAERCHER, Nestor André. **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Penso, 2011.
- SILVA, Lázara Cristina; MIRANDA, Maria Irene. **Estágio Supervisionado e Prática de Ensino: Desafios e Possibilidades**. Araraquara, SP; Junqueira & Marin: Belo Horizonte, MG: FAPEMIG, 2008.



## CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO NOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS

Linaiane Soares Dantas  
Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia  
naydantasr@hotmail.com

José Luiz de Sousa Barbosa  
Graduando do curso de Licenciatura em Geografia  
luizbarboza5@yahoo.com.br

Wirnaide Maria Rolim Espego  
Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia  
wirnaide@hotmail.com

### Resumo

O presente trabalho nos direciona a compreender os currículos de formação de professores a partir da perspectiva de conhecer como ocorre na prática os Estágios no curso de Letras/Português, do Centro de Formação de Professores (CFP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras, mesorregião do Sertão Paraibano. Procuramos conhecer como funciona o Estágio Supervisionado e buscar problematizar através da pesquisa as dificuldades e diferenças de realidades que os discentes enfrentam na proposta de estágio desenvolvido. Através da pesquisa de campo com professores e alunos, a qual se fundamenta em leituras e vivências na escola e universidade, apresentamos uma reflexão crítica ao modelo atual desses estágios.

**Palavras-chave:** Estágios Supervisionado – Pesquisa - Escola.

### ABSTRACT

This study leads us to understand the teacher education curricula from the perspective of knowing as in practice the stages in the course of Letters / Portuguese, the Teacher Training Center ( VTC ) , Federal University of Campina Grande ( UFCG ) Campus Cajazeiras, mesoregion Hinterland Paraibano . We seek to know how the Supervised Internship and seek to problematize through research difficulties and differences of realities that students face in the stage of proposal developed . Through teachers with field research and students , which is based on readings and experiences at school and university , we present a critical reflection to the current model of these stages .

**Keywords:** Supervised Internship - Research - School

## 1.Introdução

O presente trabalho apresenta resultados de pesquisa sobre estágios curriculares supervisionados realizados no curso de Letras Português, do Centro de Formação de Professores (CFP), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras, mesorregião do Sertão Paraibano.

Através de trabalhos desenvolvidos em sala de aula, na disciplina Estágio Curricular Supervisionado em Geografia I, mediante discussões e leituras sobre os modelos de estágios, surgiu à curiosidade de entender o funcionamento dos estágios curriculares supervisionados.

Baseados em leituras, a exemplo do texto ‘Estágio e docência: diferentes concepções’, (PIMENTA (2005) e LUCENA (2006), levantamos questionamentos acerca da forma como se realizam os estágios apresentando modelos como o de repetição ou imitação de modelos, os de instrumentalização técnica e o estágio como pesquisa. Além do texto acima citado e de forma a enriquecer esse trabalho de pesquisa/entrevista serão usados artigos científicos como leituras complementares para o entendimento e reflexão.

Problematizamos através da pesquisa as dificuldades e choques de realidades que os discentes enfrentam no modelo de estágio desenvolvido, no qual por vezes são apresentadas documentações como: resoluções do curso ou plano de curso de estágio são apresentados como a serem vivenciados em forma de pesquisas, cujo objetivo é enriquecer o conhecimento e na prática são transformados em modelo de repetição ou instrumentalização, usando como base o exemplo de professores tidos como modelos ou como cursos extensivos.

Busca-se também conhecer os professores, que enfrentam dificuldades em acompanhar turmas numerosas e assim desenvolvem um trabalho de acompanhamento, por vezes distante e insuficiente para assim tentar entender como a teoria e a prática podem se unir para elevar a qualidade dos estágios.

Dessa forma, através da pesquisa em campo com professores e alunos, sendo esta fundamentada em discussões na sala de aula através de leituras pertinentes e baseado nas vivências das escolas e universidades, poderemos criar uma reflexão crítica ao modelo atual desses estágios que em sua maioria é o de repetição.

Acreditamos ser importante apresentar hipóteses que venham oferecer aos novos docentes forma de conciliação entre a Teoria e a Prática, para que vivenciadas no cotidiano, com o convívio social e os seus múltiplos olhares sobre uma realidade complexa, possa estimular a este docente a

pesquisar e através de novos e amplos conhecimentos formarem cidadãos de bem voltados para uma sociedade humana.

Assim se justifica nosso trabalho, a busca por maiores informações e conhecimento na realidade dos estágios do Campus do CFP, em especial no curso de Letras Português, para através da pesquisa, da leitura e de entrevistas apresentar possíveis soluções que possam vir a ajudar no futuro a melhorar problemas elencados neste trabalho.

## **2.Problematização/Justificativa**

Baseados nos Estágios Curriculares do Curso de Geografia observa-se a necessidade de um estudo reflexivo nos Estágios oferecidos pelo Campus do CFP (Centro de formação de Professores) - Cajazeiras da UFCG e para isso este trabalho busca conhecer e analisar os modelos de estágios e suas dificuldades nos Estágios supervisionados no curso de Letras – Português.

Tendo como idéia principal descobrir se os estágios oferecidos pelo curso de Letras levam o aluno ao campo da pesquisa, visto que o professor pesquisador apresentará conhecimentos adquiridos através de estudos e poderá utilizá-los na prática em formas de ações que ampliam sua capacidade de transmitir os saberes produzindo novos métodos para o trabalho docente e desta forma construindo caminhos para a formação social e cidadã do aluno.

Com base nos resultados adquiridos com a pesquisa e o trabalho ressalta-se a importância de ampliar o conhecimento através da pesquisa para os alunos do curso de Geografia.

Após leituras de textos e documentos como o plano de curso, a resolução 04/2013 do curso de Letras, apresenta-se vários aspectos a serem analisados neste trabalho tais como: o desenvolvimento de projetos didáticos utilizados nos Estágios, a vivência profissional complementar à formação e a aprendizagem social, profissional e cultural. A partir disto percebeu-se a necessidade de uma análise/reflexiva de como os cursos oferecidos na UFCG Campus Cajazeiras vem desenvolvendo seus estágios curriculares.

Mapeamos o curso de Letras Português para investigarmos qual o modelo de estágio real seguido nos Estágios Curriculares e quais as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos e professores de Estágios; problematizamos até que ponto o professor orientador ou o professor regente influenciam na ação do discente na sala de educação básica fazendo-o assim, utilizar o modelo de repetição; como um aluno de estágio pode avaliar ou utilizar os instrumentos técnicos para seu plano pedagógico e quais são as atividades que fundamentam este projeto pedagógico por meio da prática.

Busca-se entender qual a importância da pesquisa para o curso de letras e como a unidade entre teoria e prática proposta na resolução do curso pode auxiliar na formação do bom docente?

### **3.Hipóteses**

Observa-se que os estágios curriculares constantemente nos remetem ao sistema de repetição e/ou imitação de professores ou modelos escolares, que como forma de entendimento da aprendizagem utiliza-se e privilegia geralmente a memorização de conteúdos sistematizados.

Pode-se dizer desta forma que são necessários mais que estágios fracionados em pequenas amostras de aprendizagem de como ser professor - numa realidade complexa - para conhecer o cotidiano cultural, social e assimilar métodos que venham a facilitar o processo de aprendizagem, formas mais claras para enfrentar as dificuldades, o que muitas vezes leva-se a utilizar de técnicas de instrumentalizações para maquiagem um problema maior no ensino.

Mediante os problemas enfrentados nas disciplinas de estágios e na vivência escolar, muitas vezes por eles desencadeados torna-se obrigatório repensar a forma pedagógica de trabalho do professor no ensino básico e a forma de estágio na academia e uma das soluções a serem apontadas é a articulação entre a Teoria e Prática, como objeto norteador de um trabalho em conjunto imprescindível para formação de cidadãos pensantes na sociedade atual.

É preciso que se formem professores/pesquisadores preocupados no reconhecimento da busca por informações científicas, culturais, e sociais, ou seja, professores que desenvolvam habilidades para pesquisar, observar, entender, questionar e analisar de forma lógica o mundo a sua volta e seus contextos sociais. Esse professor deve tornar-se um sujeito investigador para elencar soluções plausíveis aos problemas enfrentados no nosso dia-a-dia.

### **4.Fundamentação Teórica**

Com base na resolução do Curso de Letras (Português) do CFP (Centro de Formação de Professores) da UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), no plano de curso, em materiais de apoio como artigos científicos e entrevistas feitas aos alunos e professores teve-se a oportunidade de compreender como ocorre o estágio nas formas de ensino em sala de aula e qual a orientação mantida pelo professor orientador.

O estágio nos dirige a uma prática de vivenciar a realidade, que até então estava compreendida apenas na teoria. E o presente artigo nos mostra a oportunidade de conhecer a realidade dos alunos do Curso de Letras/Português em meio ao estágio.

Candau e Lelis (1983) apud SOUSA – 2013, também contribuem com importantes esclarecimentos para uma redefinição do estágio. Elas afirmam que “para haver uma unidade entre teoria e prática, o fazer pedagógico precisa ser orientado por reflexões como ‘o que ensinar’, ‘como ensinar’, ‘para quem ensinar’ e ‘para que ensinar’. Inevitavelmente estas reflexões conduzem a uma ação docente formulada e utilizada a partir das necessidades concretas da realidade da educação. Para isso é muito importante que o aluno seja levado a conhecer e analisar sobre o modo como tal realidade foi gerada. Esta é a condição fundamental, para que o aluno venha transformar a educação através de seu trabalho”.

O estágio se caracteriza como campo de conhecimento, onde possibilita o discente a ir além da prática de ensino. Segundo Pimenta e Lima (2005/2006), “enquanto campo de conhecimento, o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas”.

Pimenta e Lima (2005/2006), afirmam ainda que “A profissão docente é uma prática social” e também que “A profissão de professor é prática”. Isso nos remete que o Estágio Supervisionado é o começo de uma etapa fundamental na vida de professor.

No estágio o aluno concretiza seu conhecimento, colocando em prática toda essência de aprendizagem vista durante todo o curso. Para Albuquerque e Ferreira (2013) o estágio supervisionado possibilita um aprendizado imperativo para que os licenciados possam refletir acerca da docência, teorizando sobre o seu objetivo de estudo e de ensino na perspectiva da realidade que vivenciará na condição de docente.

Ao entrevistar o professor orientador é bastante salutar essa preocupação com o Estágio Supervisionado, por que é uma realidade que na sua visão, precisa ser repensada no Centro de Formação de Professores, principalmente no Curso de Letras Língua Portuguesa, o qual ele se encontra regente.

O professor orientador ao relatar sobre a organização metodológica do estágio nos apresenta uma significativa mudança que os professores e alunos vivenciam devido o projeto pedagógico relativamente novo. Foi formada a turma da antiga estrutura curricular que tinha a prática de ensino vivenciada no último período de curso, assim houve um período muito curto para que a prática a docência fosse vivenciada pelo aluno de Letras de uma forma mais significativa.



E a aluna entrevistada nos mostra insatisfação ao criticar a antiga organização metodológica de estágio, pois o mesmo, segundo ela, deveria ocorrer no início da graduação, visto que houve só um estágio.

Assim, o professor orientador explica que no novo projeto pedagógico do curso o estágio se organizaria em quatro períodos. De modo que o Curso de Letras (Português) oferece: Estágio Curricular I Língua Portuguesa, Estágio Curricular II, Estágio Curricular III e Estágio curricular IV.

Nos Estágios Supervisionados I e II, os discentes vão à escola de ensino fundamental e médio para uma aproximação aos alunos, fazendo a diagnose da realidade da escola, elaborando um projeto didático para ser desenvolvido na mesma e observando as aulas ministradas pelos professores.

Nos Estágios Curriculares Supervisionados III e IV, os discentes vão à escola para efetivamente desenvolverem aulas em conjunto com os professores regentes das disciplinas.

A aluna entrevistada se sente prejudicada por não ter tido a oportunidade de ingressar nessa nova organização metodológica de estágio. Contudo, relata que sua experiência de estágio foi tranquila porque já havia lecionado, mas via olhares receosos dos demais discentes que ainda não haviam lecionado, por viver uma única realidade de estágio.

No decorrer das entrevistas observa-se a dificuldade em se manter uma intimidade e auto-ajuda entre professor orientador e aluno estagiário. Segundo a aluna entrevistada, o estágio ocorria na cidade natal do aluno e não havia a presença atuante do professor para orientar, que por sua vez, não deu suporte algum e disponibilizou apenas quatro aulas de observação e 16 aulas para a prática. Sendo assim, uma divisão desequilibrada que afetou o desenvolvimento e atuação de alguns alunos.

Contudo, o professor orientador relata como ato de defesa em meio a insatisfação da aluna, dizendo que o número de professores da Unidade Acadêmica de Letras a disposição do estágio ainda é um número reduzido e no CFP, a ETSC (Escola Técnica de Saúde de Cajazeiras) deveria ser uma escola modelo para que os alunos pudessem desenvolver seus estágios com um melhor acompanhamento do professor orientador.

Segundo PIMENTA (2005/2006), “essa contraposição entre teoria e prática não é meramente semântica, pois se traduz em espaços desiguais de poder na estrutura curricular. Atribuindo-se menor importância à carga horária denominada de ‘prática’”.

No estágio o aluno concretiza seu conhecimento, colocando em prática toda essência de aprendizagem vista durante todo o curso. Selma Garrido Pimenta e Maria Socorro Lucena Lima em seu texto “Estágio e Docência: diferentes concepções” (2005/2006) nos faz refletir, como alunos estagiários, sobre a relação existente entre teoria vista em curso sobre os diferentes aspectos de aprendizagem com a prática exercida na sala de aula da escola básica por meio do estágio

supervisionado. As autoras nos encaminham a compreender três modelos de estágios vivenciados e orientados para o ensino: a prática como imitação de modelos, o uso de instrumentalização técnica e o modelo do professor pesquisador.

O estágio se caracteriza como campo de conhecimento, onde possibilita o discente a ir além da prática de ensino. Segundo PIMENTA (2005/2006), “enquanto campo de conhecimento, o estágio se produz na interação dos cursos de formação com o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas”. Contudo, na prática a teoria é outra.

Segundo a aluna entrevista a relação entre teoria e prática é tida de forma isolada, indagando que para a teoria e prática andarem juntas, a prática deveria começar desde o início do curso pra acompanhar a teoria, como forma de interação. No entanto, durante o Curso de Letras foi visto apenas teoria e no fim com apenas um estágio ocorreu à prática trazendo consigo problemas, dúvidas, receios.

A partir das entrevistas, artigos e resolução do curso conseguimos compreender quais os modelos de estágio seguidos e orientados no Curso de Letras (Português). A resolução nº 04/2013, regulamenta as normas específicas para os estágios do curso de letras – português, apresentando o estágio como forma de pesquisa e orienta o aluno para o mundo do trabalho através da formação humana, científica e cultural.

Porém ao entrevistar as discentes do Curso de Letras (Português) podemos concluir inicialmente que não é este o único modelo de estágio utilizado e sim uma relação entre os vários modelos de estágio no curso. A resolução do curso de letras na modalidade português está ligada ao modelo de professor pesquisador, que investiga meios de ensino que vão além do conteúdo proposto em sala de aula.

Apesar da resolução do curso querer formar um docente pesquisador, o professor orientador mostra interesse em que os alunos ingressem no estágio, observem como se dá a dinâmica em sala de aula na educação básica e imitem o modelo do professor atuante. Porém, deixa a oportunidade dos alunos usarem uma forma de instrumentalização a partir de um curso de extensão sobre redação e argumentação ministrado em sala pelo aluno estagiário.

Tendo em vista essa união de modelos vivenciados num único estágio, se torna preocupante e de caráter questionador refletir sobre o possível profissional que se quer formar e sua contribuição para a sociedade. Hoje a sociedade nos remete a um professor que visa de forma crítica auxiliar seus alunos para a formação social dando-lhes uma visão de um mundo ao seu redor de forma clara e questionável para assim serem elencadas soluções pertinentes.

Segundo a discente do curso de Letras (Português), hoje é visto o modelo de professor tradicional e a sociedade pede um modelo inovador de um professor pesquisador que investigue a

realidade, que busque novos conhecimentos e práticas de ensino, ensinando o aluno a buscar também novos conhecimentos, é preciso fugir desse paradigma e buscar novos meios de ensino. Em algumas instituições já se inicia esse processo de inovação.

A aluna afirma ainda que apesar de a sociedade buscar esse modelo de professor pesquisador, a universidade constrói um docente para seguir o modelo tradicional usando também a instrumentalização. A perspectiva de futuro depende de cada um de nós, se todos tiverem um desejo de ser um professor pesquisador haverá mudanças no ensino.

O professor orientador, no entanto, ressalta que é de fundamental importância que o professor hoje se perceba como deveria ter se percebido sempre, como professor pesquisador. Não se concebe professor que não olhe pra o entorno da sua escola, que não olhe a realidade em que vive seus alunos. Ser professor é sem dúvida ser pesquisador, é ser questionador, procurador de soluções dos problemas que nos afligem. É preciso investigar problemas de uma escola real que temos e apontar soluções para uma escola ideal que também queremos.

Segundo Pimenta (2005/2006), “a prática como imitação de modelos tem sido denominada por alguns autores de ‘artesanal’, caracterizando o modo tradicional da atuação docente, ainda presente em nossos dias”. Ao pensar esse modelo de repetição, tem-se outro modelo pensando a prática como instrumentalização técnica, usando oficinas, o uso de sucatas.

Pimenta (2005/2006), afirma ainda que “atividades de micro-ensino, mini-aula, dinâmica de grupo também ilustram a perspectiva em estudo”. Ao ver esses modelos de estágio ainda há preocupação em envolver o aluno estagiário na realidade que ele vive. O estagiário vivencia a realidade de cada aluno em sala e precisa assumir o modelo de professor pesquisador para compreender cada realidade e problematizar as situações que o mesmo observa.

## **Considerações**

Tendo em vista todo o processo de pesquisa em torno da estrutura de estágio do curso de Letras (Português) do CFP, podemos concluir que se faz necessário o auxílio do professor de estágio supervisionado para que o aluno estagiário possa caminhar em direção certa de aprendizagem e transmissão de conhecimento em sala de aula.

Ao conhecer os três modelos de prática no estágio por meio do texto de Selma Garrido Pimenta e Maria Socorro Lucena Lima, nós podemos concluir que o curso de Letras (Português) se fundamenta nos três modelos, pois:

A resolução do curso orienta o aluno a seguir o modelo da prática como pesquisa.

O professor orientador ao ser entrevistado remonta a importância da pesquisa, porém orienta o aluno a imitar o modelo do professor atuante em sala de aula e da oportunidade de utilizar instrumentos técnicos.

O aluno, por sua vez, utiliza todos esses meios para construir sua prática de ensino. Nos dias de hoje teoria e prática caminham separadas, porém há desejos de que o futuro seja mais promissor.

Conclui-se de forma geral que tanto nos cursos de Geografia como Letras, como outros cursos da UFCG precisam fazer uma análise dos seus Estágios Supervisionados, pois entendemos que até pode-se utilizar de outras técnicas de instrumentação para melhorar a aprendizagem, mas que é fundamental usarmos a Teoria paralela a Prática de forma una e voltada a pesquisa para termos um futuro de formação de serem críticos, socialmente ligados a realidades sociocultural do Planeta.

## **Bibliografia**

PIMENTA, Selma Garrido, LIMA, Maria do Socorro Lucena – **Estágio e docência: diferentes concepções**. Revista Poésis. Vol. 3 números 3 e 4 pp5-24, 2005/2006.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins, FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa – **Formação, pesquisa e prática docentes: reformas curriculares em questão**. João Pessoa: Editora Mídia, 2013.

OLIVEIRA, Caroline Barroncas, GONZAGA, Amarildo Menezes - **Professor pesquisador - educação científica: o estágio com pesquisa na formação de professores para os anos iniciais**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151673132012000300013&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151673132012000300013&script=sci_arttext)-Acesso em 30/11/2014

SCHAFFRATH. Marlete dos Anjos Silva. **Estágio e Pesquisa. Ou sobre como olhar a prática e transformá-la em mote de pesquisa**. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/RevistaCientifica2/marleteschaffrath.pdf>- Acesso em 30/11/2014

SOUZA, Marcia M. Previato et al - **Estágio supervisionado no curso de pedagogia da unicesumar – uma experiência inovadora para um curso na modalidade a distância**. Disponível em: [www.abed.org.br/congresso2013/cd/312.doc](http://www.abed.org.br/congresso2013/cd/312.doc) - Acesso em 30/11/2014



## O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E DOCÊNCIA: UMA ABORDAGEM SOBRE A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO DOCENTE

Janicleide de Oliveira França<sup>28</sup>

Wandro Lopes da Silva<sup>29</sup>

### Resumo

O estágio supervisionado é o momento essencial para que o universitário possa fazer a conexão entre teoria e prática, tornando-se atividade relevante no que diz respeito ao desenvolvimento de competências indispensáveis à atuação pedagógica. É no estágio que temos a oportunidade de superar as deficiências através da reflexão de nossa própria prática, promovendo a contextualização dos temas trabalhados e a formação do pensamento crítico e reflexivo a respeito das questões científicas e sociais. O estágio supervisionado permite que o educando interprete os fenômenos biológicos e sociais de forma científica e crítica, propondo soluções para os mesmos. A práxis educativa torna-se assim atividade relevante para uma atuação pedagógica comprometida com a formação cidadã e o comportamento social.

**Palavras Chave:** Formação de professores, Teoria-prática, Ensino.

### 1.Introdução

O estágio sempre foi identificado como a parte prática dos cursos de formação de profissionais, em contraposição à teoria. Assim, os docentes precisam conhecer bem sua área de atuação, tomar conhecimento de métodos e técnicas adequadas para uma transposição didática eficaz. A essência da prática do professor é o ensino-aprendizagem. Ou seja, é o conhecimento técnico - pratico de como garantir que a aprendizagem se realize como consequência da atividade de ensinar.

No entanto, em alguns casos o estágio supervisionado perde o seu objetivo central que é colocar o aluno em foco na prática e ajudá-los a desenvolver técnicas de ensino e passa a ser rotulado como uma teoria da prática. Várias são as concepções apresentadas sobre o estágio e como esse se deve realizar e é por se ter tantas vertentes de pensamento que acabamos por confundi-las e construímos práticas errôneas. É nesse sentido que os cursos de formação superior devem trabalhar,

<sup>28</sup> Licenciando em Letras Língua Portuguesa, Universidade Federal de Campina Grande (CFP), E-mail: janilkeide22@gmail.com

<sup>29</sup> Licenciando em Letras Língua Portuguesa, Universidade Federal de Campina Grande (CFP), Wandro\_lopes@hotmail.com

na transformação da visão que se tem de estágio supervisionado para que possamos de fato ter uma capacitação profissional de qualidade.

Tendo em vista os comentários tecidos, este trabalho foi desenvolvido objetivando uma análise da prática e das concepções de estágio supervisionado e as suas contribuições para a formação docente. Para tanto dividimos o estudo em três partes: primeiro abordamos a questão do estágio curricular supervisionado enquanto prática e concepções; em segundo comentamos sobre a docência e por último procuramos demonstrar as contribuições do estágio para a formação do educador.

Como aparato teórico nos fundamentos nos estudos de PIMENTA e LIMA (2012); LIBÂNEO (2007); PIMENTA (2008), PICONEZ (2005); FAZENDA (2005); PIMENTA (2005) e KULCSAR (2005).

A partir dessa análise, pretendemos contribuir para um melhor entendimento de como deve funcionar o estágio supervisionado na formação profissional, mas especificadamente com relação aos profissionais da educação. Desse modo, ansiamos por colaborar para o rompimento de paradigmas que nos levam a realização de uma prática errônea, que por vezes desestimula e não garante uma formação efetiva plena do educador levando-o a seguir adiante com os atos que desvalorizam a própria imagem do docente.

## **2.0 Estágio Curricular Supervisionado**

Todo e qualquer curso superior, no nosso caso, cursos superiores de formação de professores, organizam sua grade curricular de modo que contemple a Teoria (as disciplinas teóricas) e a Prática (todas as atividades práticas desenvolvidas e o estágio). Esses são considerados os dois principais eixos de norteamo dos cursos e que deve(riam) oferecer o suporte necessário para a formação e qualificação plena do profissional da Educação.

Teoria e Prática deveriam ser complementares, no entanto o que verificamos em alguns casos são: uma teoria e uma teoria da prática. Porém antes de levarmos mais adiante a nossa discussão sobre a Prática ou mais especificadamente o Estágio Supervisionado faz-se necessário destacar alguns comentários tecidos por PIMENTA e LIMA (2012).

Num primeiro momento a autora afirma que o estágio é considerado a parte prática dos cursos, em que os alunos afirmam que a profissão só se aprende na prática e que a prática é muito diferente da teoria. Isso ocorre porque se acredita que a formação teórica é a base (e é sim), porém quando a disciplina do curso não mantém relação com o que futuro professor irá enfrentar na sala de aula ou então essa relação não fica explícita, essas teorias segundo PIMENTA e LIMA (2012) poderiam ser denominadas de saberes disciplinares, porque fornecem um conhecimento da área de estudo mais não

mantém uma ligação com a realidade.

Essa desvalorização com o Estágio não se restringe apenas a uma questão semântica, vai mais além chegando até a restringir-se a carga horária para o desenvolvimento das atividades práticas em detrimento da contenção de despesas, como no caso dos cursos especiais de formação de professores realizados a partir de convênios entre secretarias de Educação e as Universidades, aonde em alguns casos chegam até ser rotulados de “Estágios a distância” como bem frisa PIMENTA e LIMA (2012).

Uma última reflexão feita pela autora é o estágio teórico-prático, mas para que essa abordagem se efetive é necessário relacionar teoria e prática buscando a partir desses dois eixos soluções para os problemas que são encontrados nas atividades práticas, favorecendo ao estágio um caráter investigativo de reflexão e intervenção no ensino, na escola, nos professores, alunos e sociedade.

Seguindo esse raciocínio, as autoras colocam que qualquer profissão é prática e técnica ao mesmo tempo. Prática, pois está relacionado à ação, o que fazer, que aprendemos a partir da observação, imitação e reprodução do que é visto. No entanto, o diferencial está em coletar essas observações e realizar uma análise minuciosa e crítica do modo de agir do professor observado e elaborar a nossa própria prática adequando, acrescentando e criando novas idéias sempre que necessário, procurando sempre pensar nas evoluções sociais e históricas que conseqüentemente trouxeram para as escolas novas demandas e novas realidades sociais. Porém, quando nos limitamos apenas à reprodução do que vimos estamos nos restringindo a uma prática como imitação de modelos. Segundo PIMENTA e LIMA (2012) o estágio nessa perspectiva:

(...) reduz-se a observar os professores em aula e imitar esses modelos, sem proceder a uma análise crítica fundamentada teoricamente e legitimada na realidade social em que o ensino se processa. Assim, a observação se limita à sala de aula, sem análise do contexto escolar, e espera-se do estagiário a elaboração e execução de “aulas-modelo”. (PIMENTA; LIMA, 2012, p.36)

A profissão também é técnica, uma vez que precisamos utilizar técnicas para a execução das nossas ações, porém somente a aquisição das habilidades não oferece a assistência necessária para os profissionais isso porque as técnicas de ação não contemplam a complexidade do saber científico. O problema está nos profissionais que se limitam apenas a perspectiva do “prático” e acreditam não ser necessária uma base científica. Desse ponto de vista, temos uma prática desvinculada da teoria, onde equivocadamente as técnicas são empregadas na prática sem a devida reflexão o que gera problemas graves na formação de futuros educadores.

Compreendemos então que o ideal seria que o Estágio Supervisionado contempla-se o conhecimento prático, o conhecimento científico e o conhecimento técnico. Assim, os cursos superiores de formação de professores devem promover ao alunado o desenvolvimento de suas

habilidades condizentes com a prática da sala de aula, sendo capazes de analisar criticamente e rever a sua postura enquanto professor procurando sempre articular prática e a teoria.

Por isso, se utilizam muito de atividades de micro aulas, dinâmicas de grupo, trabalhos com oficinas para a construção de materiais didáticos, porém somente essas atividades não é o suficiente para entendermos o processo de ensino que é muito mais amplo e complexo do que pensamos. É nesse momento em que a habilidade do professor deve ser posta em prática, não apenas no sentido de conhecer diversas técnicas, mas de ser capaz de utilizar essas técnicas em diferentes situações práticas de ensino e inclusive a revisão e criação de novas técnicas de acordo com as necessidades.

Nesse sentido, quando temos uma perspectiva meramente técnica do estágio acabamos por nos distanciar da realidade do ensino e dos trabalhos desenvolvidos nas escolas. Isto ocorre segundo PIMENTA e LIMA(2012) porque as disciplinas dos cursos de formação não fazem relação com o que se desenvolve na prática do ensino.

### **3.Docência: conceitos e formação**

O docente é aquele que ensina ou que está relacionado com o ensino. A palavra provém do termo latim docens, que, por sua vez, deriva de docēre (“ensinar”). Na linguagem cotidiana, o conceito é geralmente usado enquanto sinônimo de professor ou mestre, ainda que não signifiquem a mesma coisa. Por tanto o docente ou professor é a pessoa que ensina uma determinada ciência ou arte. No entanto, o mestre é aquele a que lhe é reconhecida uma habilidade extraordinária na matéria que instrui. Desta forma, um docente pode não ser um mestre (e vice-versa). Para além desta distinção, todos devem possuir habilidades pedagógicas para se tornarem agentes efetivos do processo de aprendizagem.

O conceito de docência passa a não se constituir apenas de um ato restrito de ministrar aulas, nesse novo contexto social, passa a ser entendido na amplitude do trabalho pedagógico, ou seja, toda atividade educativa desenvolvida em espaços escolares e não-escolares pode-se entender como docência. (LIBÂNEO: 2007)

Assim à docência, enquanto atividade de ensino é realizada através da interação de três elementos indispensáveis: o docente, os seus alunos e o objeto de conhecimento. De acordo com a concepção enciclopedista, o docente transmite os seus conhecimentos ao aluno através de diversos meios, técnicas e ferramentas de apoio. Assim, o docente é a fonte do conhecimento, ao passo que o aluno é um receptor ilimitado do mesmo.



Nos últimos anos, este processo vem sendo considerado como sendo algo mais dinâmico e recíproco, portanto iremos nos deter um pouco mais na questão da docência, e como a mesma é vista atualmente. Vale salientar que tudo depende de uma boa formação acadêmica tanto teórica como prática. Hoje nas universidades encontramos em cada disciplina ministrada um número grande de suportes teóricos, que nem sempre ficam explícitos como ocorrem na prática. Por isso a importância do estágio na formação acadêmica, porque é aí que o aluno vai relacionar teoria-prática e ser acima de tudo inovador .

A formação de professores deve também acompanhar as mudanças que ocorrem a todo o momento na sociedade, o docente não pode ficar alheio a estas transformações. O domínio dessas mudanças e a capacidade do docente aplicar isso na sua metodologia e, repassar esses novos conhecimentos para os seus alunos o torna diferenciado dos demais profissionais da área, e é aí que uma formação docente bem feita se torna importante para o ato de transmissão de conhecimentos.

Isso se dá atualmente devido ao grande número de pesquisas e estudos que estão voltados para as novas realidades econômicas e sociais, especialmente os avanços tecnológicos na comunicação e informação, novos sistemas produtivos e novos paradigmas do conhecimento, impõem-se novas exigências no debate sobre a qualidade da educação e, por consequência, sobre a formação de educadores.

Não cabe mais uma visão empobrecida dos estudos docentes, restringindo-os aos ingredientes de formação de licenciados. Não se trata de desvalorização da docência, mas de valorização da atividade docente em sentido mais amplo. Deste modo, as novas exigências consistem em um docente que tenha qualificação profissional específica, mais também qualificações em outras áreas, tendo em vista que, o professor tem uma função social no processo ensino aprendizagem do aluno.

Para isso, esse profissional deve desenvolver uma postura intelectual crítica, e possibilitando, deste modo, aos discentes a chance de tornarem, também, produtores de conhecimento e de assumirem uma postura crítica na sociedade. Adotando assim esta postura o docente contribui para a ruptura de antigos paradigmas vigentes no sistema educacional. Pois, rompe com o tradicionalismo que ainda hoje impera em várias instituições de ensino, e propõe assim uma prática de ensino crítica, autônoma e mais democrática.

#### **4. Contribuições do Estágio para a Formação Docente**

Ao longo do presente texto muito já se falou sobre o Estágio Supervisionado, as diversas perspectivas em que esse estágio é analisado, expomos também sobre a docência e o papel do

educador. Então, que ligação poderíamos fazer entre o estágio supervisionado e à docência?, ou melhor, qual as contribuições para a formação docente.

Bem, vimos que o Estágio Supervisionado deve proporcionar um elo entre teoria e prática onde os discentes serão capazes de estar em contato com a realidade da sala de aula e a partir daí analisar e elaborar as técnicas de ensino visando sempre a melhor qualidade de ensino, tomando como base o ambiente escolar, social e os indivíduos envolvidos. No entanto, às vezes a realidade das nossas universidades com relação ao Estágio Supervisionado é bem diferente.

Segundo PICONEZ (2005) o Estágio Supervisionado adquiriu um caráter completar nas grades dos cursos superiores deixando clara a distinção que se dá entre teoria e prática, em que as disciplinas teóricas ganham mais espaço durante o decorrer do curso, enquanto que a prática mesmo encontra-se apenas no final com o nome de Estágio Supervisionado. Isso de acordo com a autora reduz a capacidade de analisar os contextos sociais e escolares onde o professor irá atuar, além de não proporcionar uma visão reflexiva sobre o que se está estudando na teoria e nem possibilita uma reconstrução ou reestruturação das técnicas de ensino. Para sustentar a nossa teoria da importância da relação entre teoria e prática analisemos o que PICONEZ (2005) afirma:

O contexto relacional entre prática-teoria-prática apresenta importante significado na formação do professor, pois orienta a transformação do sentido da formação do conceito de unidade, ou seja, da teoria e prática relacionadas e não apenas justapostas ou dissociadas. (PICONEZ, 2005, p.16)

Esse contexto relacional entre prática-teoria-prática pode ser explicado da seguinte forma: a reflexão da prática nos possibilita uma teorização, ou seja, pensar na prática atual e a partir disso nós podemos reestruturar as nossas técnicas de ensino e modificar a realidade elaborando uma nova prática que difere da primeira. Essa deve ser uma das contribuições do Estágio Supervisionado para a formação docente.

Na perspectiva de KULCSAR (2005, p.64) o Estágio Supervisionado “é um elo de articulação orgânica com a própria realidade”, por isso o mesmo deve ser considerado um instrumento fundamental na formação dos docentes porque os ajuda a compreender e enfrentar o mundo ao qual eles estão prestes a ser inseridos, além de contribuir para a formação de sua consciência política e social através da sincronia entre teoria e prática.

Para ser professor é preciso vivenciar a escola, esta instituição que é o espaço de sua prática profissional e que se encontra povoado de praticantes de um mesmo afazer, e mais, de um afazer que só existe como prática coletiva – é isso que o Estágio Supervisionado permite, mas não garante. Formar um professor é mais do que a soma de todos os créditos de um “Histórico Escolar”, mais do que expressam as ementas das muitas disciplinas pagas durante o curso.

O todo continua a ser maior do que a soma das partes. Assim, o Estágio deve preparar para um trabalho coletivo, uma vez que o ensino não é um assunto individual do professor, pois a tarefa escolar é resultado das ações coletivas dos professores e das práticas institucionais, situadas em contextos sociais, históricos e culturais (PIMENTA, 2008).

O estágio supervisionado na vida do aluno-professor é um momento relevante, pois é uma forma de introduzir o universitário na realidade da escola, com o auxílio de profissionais experientes que proporcionam orientação e assistência na solução de questões inerentes ao processo de ensino e aprendizagem. O estagiário torna-se um canal de suma importância para a comunicação entre a escola e a instituição de ensino superior, levando para as aulas de prática de ensino os problemas e desafios enfrentados em sua atividade de estagiário.

O estágio supervisionado, portanto é o momento adequado para que o estagiário desenvolva competências transformando o seu estágio em uma atividade reflexiva; visando uma educação de qualidade sempre na busca de cumprir o seu real papel de professor, o de tornar a escola cidadã, promotora da transformação social. O estágio é o momento de reflexão sobre sua ação de construção e reconstrução da aprendizagem enquanto aprendiz inserido agora em uma formação continuada, necessária para realimentação do ciclo ação-reflexão-ação. Podemos constatar esta preocupação em Pimenta (2008), quando ela fala que “O estágio supervisionado, é visto como atividade teórica instrumentalizadora das práxis do futuro professor.”

Portanto este é um momento crucial na vida do estagiário, visto que este espaço proporciona o diálogo, a superação das dificuldades, a descoberta e construção da prática educativa, visando uma aprendizagem efetiva dos alunos. O estágio supervisionado é relevante para a formação docente por fazer o elo de ligação entre a teoria e a prática, promovendo o seu desenvolvimento profissional, através das práxis educativas. O conhecimento da realidade da escola através dos estágios deve favorecer reflexões sobre uma prática crítica e transformadora possibilitando a reconstrução ou a redefinição de teorias que sustentam o trabalho do professor.

Destacando assim, que a formação dos educadores torna-se imprescindível para um ensino de qualidade, pois, "o grau de qualificação é um fator chave na formação da qualidade em qualquer profissão, especialmente na educação, que experimenta constante mudança." (PIMENTA. 2008). Torna-se importante que os docentes desenvolvam, também, uma identidade profissional, pois:

A construção da identidade com base numa profissão inicia-se no processo de efetivar a formação na área. Assim, os anos passados na universidade já funcionam como preparação e iniciação ao processo identitário e de profissionalização dos profissionais das diferentes áreas. Quando passam

a atuar como professor no ensino fundamental e médio, no entanto, fazem-no muitas vezes sem qualquer processo formativo e mesmo sem que tenham escolhido ser professores. (PIMENTA. 2008).

O estágio por sua vez é quem dá essa contribuição para o contato direto com a sala de aula e a escola, dando-lhes a oportunidade de que o aluno graduando tenha a certeza ou não de que é isso mesmo que ele queira, caso contrário o estágio irá cumprir com o seu papel que é mostra a verdadeira realidade escola e assim o aluno graduando irá se certificar se é isso mesmo que ele quer.

## **Conclusão**

Para que o Estágio Supervisionado torne-se um agente de contribuição para a formação do professor e em sua prática pedagógica, é necessário que o professor coordenador e o licenciado o vejam como um instrumento de vivência da teoria.

Não é suficiente somente a participação no curso, por meio do cumprimento das diversas atividades propostas. É preciso que o aluno-estagiário vá para as escolas com o objetivo de fazer um estudo da instituição e, a partir do que foi ensinado no curso desenvolva ações que possam intervir de forma significativa no processo de ensino e de aprendizagem só assim ele terá uma realidade mais concreta do que é à escola.

Por intervenção, em educação, entende-se como uma ação pedagógica que traga contribuições para que o educando encontre possibilidades de atingir um objetivo determinado, ou seja, uma aprendizagem com significados relevantes para sua vida profissional.

Todas as ações que o professor realiza em momentos de aula, com a finalidade de auxiliar o processo de ensino e de aprendizagem, por uma educação de qualidade, podem ser consideradas uma ação pedagógica.

Porém, o Estágio não terá nenhuma contribuição para o aluno-estagiário que apenas vai à escola no primeiro dia de atividade e volta no último, somente para recolher as assinaturas da direção e do professor da sala. Para esse aluno, o Estágio constitui-se de mais uma exigência enfadonha e ele aproveitará o tempo livre para descansar, colocar o seu caderno em dia, fazer os trabalhos das demais disciplinas ou estudar para as provas. O trabalho promovendo mudanças não só é resultado de conhecer, querer e agir, mas também de vivenciar, experimentar, tentar e insistir.

## **Referências**

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. O papel do estágio nos cursos de formação de professores. In: PICONEZ, Stela C. Bertholo. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, SP:

Papirus, 2005. pp. 53-62.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2007.

PICONEZ, Stela C. Bertholo. A prática de ensino e o estágio supervisionado: a aproximação da realidade escolar e a prática da reflexão. In: PICONEZ, Stela C. Bertholo. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, SP: Papirus, 2005. pp. 15-38.

PIMENTA, Selma Garrido. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **O estágio na formação de professores**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

KULCSAR, Rosa. O estágio supervisionado como atividade integradora. In: PICONEZ, Stela C. Bertholo. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas, SP: Papirus, 2005. pp. 63-74.

Cajazeiras, 30 de maio de 2016.

A handwritten signature in black ink, reading "Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo". The signature is written in a cursive style with some loops and flourishes.

PROFA DRA IVANALDA DANTAS NÓBREGA DI LORENZO

MATR SIAPE 21342598

COORDENAÇÃO VI SEMAGEO